Organizadoras:
Manuela Carneiro da Cunha
Sônia Barbosa Magalhães
Cristina Adams

SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

PARTE VI

Seção 16

Comunidades tradicionais

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

Organizadoras:
Manuela Carneiro da Cunha
Sônia Barbosa Magalhães
Cristina Adams

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

PARTE VI

Seção 16

Comunidades tradicionais

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

São Paulo/2022
SBPC

Publicado pela
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC
Rua Maria Antonia, 294 - 4º andar - Vila Buarque - 01222-010 São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3259.2766 - http://portal.sbpcnet.org.br

O presente trabalho foi realizado com apoio de

Projeto gráfico original
Carlos Bravo

Editoração eletrônica e infográficos
Felipe Horst

Revisão e normalização
Vera Carvalho

Apoio técnico
Léa Gomes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P869
Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico] : contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo : SBPC, 2022.
290 p. : il. color., mapas color., tab.

Vários colaboradores.
Disponível em: https://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais16.pdf
Inclui referências bibliográficas e anexos: p. 209-290
Conteúdo: seção 16. Comunidades tradicionais.
ISBN 978-65-89883-09-8

1. Biodiversidade - Conservação - Brasil. 2. Conhecimento tradicional associado - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil. I. Cunha, Manuela Carneiro da (org.). II. Magalhães, Sônia Barbosa (org.). III. Adams, Cristina (org.). IV. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. V. Comunidades tradicionais.

CDD 333.9516

Ficha catalográfica: Rosângela P. Batista - CRB-8 010465/O

Este trabalho é dedicado aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Apresentação

Como os povos tradicionais contribuem para a biodiversidade do Brasil? Em que medida as políticas públicas afetam esses povos e suas contribuições? São esses os temas que esta obra aborda. Mais de duzentos pesquisadores entre acadêmicos, indígenas, quilombolas, membros de comunidades tradicionais e técnicos de instituições públicas, procuraram reunir, durante quatro anos (2018-2021), o que até hoje se sabe para fundamentar as respostas.

Esses temas, em si, não são novos. A Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, pôs em relevo a importância dos povos indígenas e comunidades locais para a biodiversidade. A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, a IPBES, desde sua criação em 2012, se propôs a inclusão do conhecimento, práticas e inovações dos povos indígenas e comunidades locais nos seus relatórios continentais ou globais.

O que é novo, portanto, não são os temas e as fontes a que recorremos, e sim o âmbito e a especial atenção dada a povos indígenas, quilombolas e às muitas comunidades tradicionais, que representam a megadiversa população tradicional que vive e atua em um país biologicamente também megadiverso. O Brasil, por essas duas características, tem uma responsabilidade ímpar no desenho de políticas públicas sociais e ambientais. O que a Costa Rica representou em políticas de biodiversidade, o Brasil pode vir a se tornar nas de sociobiodiversidade.

Seguimos nesta pesquisa a inspiração dos relatórios da Plataforma IPBES. Os seus destinatários primários são os tomadores de decisão, o que não lhe diminui o valor documental e de análise para especialistas diversos, entre eles os próprios povos tradicionais e os historiadores das gerações futuras. Na linha do IPBES, trata-se de um grande levantamento de dados e informações secundárias, compilados e analisados para trazer elementos de respostas às perguntas propostas pelo projeto. Alguns capítulos, entretanto, trazem informações primárias, incluindo mapas, produzidas especificamente para este fim.

A Amazônia é o bioma sobre o qual se conseguiu reunir mais documentação, assim como há maior volume de informações sobre povos indígenas. Esse viés é atribuível à diferença no volume de fontes e de pesquisas. Por enquanto, são menos abundantes as fontes disponíveis sobre quilombolas e comunidades tradicionais. Basta lembrar que a população quilombola iria figurar, pela primeira vez, apenas no censo populacional que estava previsto para 2020. Mas começam a se avolumar dados sobre a importância das contribuições de povos tradicionais e de quilombolas para a biodiversidade, e a pesquisa deverá prosseguir com novos pesquisadores.

A obra se agigantou ao longo do percurso. São seis partes, contendo 17 seções, cada uma composta por vários capítulos. A última parte, trazendo três seções, é dedicada a pesquisas interculturais realizadas especificamente para este projeto, a fim de evidenciar a fecundidade da colaboração entre regimes distintos de conhecimentos sobre o ambiente, as vidas e o funcionamento do mundo. Pareceu-nos mais razoável repartir a publicação em volumes no portal da SBPC. Cada volume corresponde a uma seção temática, e não seguirá no portal a ordem do plano geral da obra, que consta abaixo. Ao final, todos os volumes serão juntados em uma única edição, acrescida de uma introdução geral.

São Paulo e Belém, 28 de março de 2021.

Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

PLANO GERAL DA OBRA

POVOS TRADICIONAIS E BIODIVERSIDADE NO BRASIL

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças

PARTE I. TERRITÓRIOS E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 1. QUEM SÃO, QUANTOS SÃO
- SEÇÃO 2. TERRITÓRIOS (ONDE ESTÃO?)
- SEÇÃO 3. DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS TERRITORIAIS
- SEÇÃO 4. ALGUNS DIREITOS ESPECÍFICOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

PARTE II. CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS À BIODIVERSIDADE

- SEÇÃO 5. OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS PROTEGEM A BIODIVERSIDADE?
- SEÇÃO 6. BIODIVERSIDADE E AGROBIODIVERSIDADE COMO LEGADOS DE POVOS INDÍGENAS
- SEÇÃO 7. GERAR, CUIDAR E MANTER A DIVERSIDADE BIOLÓGICA
- SEÇÃO 8. CONHECIMENTOS ASSOCIADOS À BIODIVERSIDADE

PARTE III. POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 9. INCENTIVOS AO USO DA TERRA E PRODUÇÃO
- SEÇÃO 10. POLÍTICAS EDUCACIONAIS, DE SAÚDE E DE PROTEÇÃO SOCIAL

PARTE IV. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE AMEAÇAM OS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- SEÇÃO 11. PROJETOS ECONÔMICOS E DE INFRAESTRUTURA
- SEÇÃO 12. CONFLITOS
- SEÇÃO 13. AMEAÇAS

PARTE V. AVALIAÇÕES INTERNACIONAIS

- SEÇÃO 14. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS SUBSCRITAS PELO BRASIL

PARTE VI. PESQUISAS INTERCULTURAIS

- SEÇÃO 15. POVOS INDÍGENAS
- SEÇÃO 16. COMUNIDADES TRADICIONAIS
- SEÇÃO 17. QUILOMBOLAS

Agradecimentos

O contexto: em 2011, o MCTI acolheu e colocou no plano plurianual a proposta de testar um programa inovador. Tratava-se de apoiar pesquisas interculturais, reunindo cientistas e membros de povos indígenas, quilombolas e comunidades locais tradicionais em torno de temas de interesse mútuo, bem como fortalecer pesquisas independentes empreendidas por povos tradicionais. Com esse propósito, o MCTI encomendou e repassou ao CNPq as verbas para dois projetos. O primeiro projeto se propôs estabelecer as bases de um tal programa e realizar experiências-piloto. O segundo projeto foi iniciado em 2018 e deu origem ao trabalho que agora apresentamos. Sua inspiração foram os relatórios da Plataforma IPBES.

São muitas as instituições e pessoas a que devemos agradecimentos:

ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) que encomendou a pesquisa; ao CNPq que a viabilizou (Processo CNPQ 421752/2017-3); ao generoso doador que quer ficar anônimo e à Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES) que fizeram aportes suplementares ao orçamento do projeto; à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acolheu o projeto desde o início e o publica em seu portal; à Biblioteca Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP), que se dispôs a receber, conservar e abrir para consulta o conjunto da obra e o acervo documental que o acompanha; ao Instituto Socioambiental (ISA), grande fonte de documentação e informações; à Universidade Federal do Pará e à Universidade de São Paulo que acolheram a proposta em sua plataforma de projetos;

a Aline Santos Lopes, Aloizio Mercadante, Andréa Dias Victor, Bruno Marangoni Martinelli, Eunice Fernandes Personini, Fábio Scarano, Helena Nader, Ildeu de Castro Moreira, Léa Gomes de Oliveira, Mercedes Bustamante;

e a todos os que colaboraram voluntariamente com este gigantesco levantamento!

PARTE VI.
PESQUISAS INTERCULTURAIS

Seção 16

Comunidades tradicionais

Autores:

Adriana de Souza de Lima, Alan Alves Carneiro, Ana Paula G. Thé, Anderson do Prado Carneiro, Carlos Alberto Dayrell, Carmen Andriolli, Cláudia Luz De Oliveira, Cleiton do Prado Carneiro, Daiane Neves Alves, Dauro Marcos do Prado, Edenice Maria de Lima Prado, Edmilson de Lima Prado, Fabricio Bianchini, Felisa Anaya, Heber do Prado Carneiro, Ilson de Lima Prado, Isabel C. B. Brito, Karina Ferro Otsuka, Marcos Venicius de Souza Prado, Maridalva Sardinha, Nancy Prado (in memoriam), Noemi Miyasaka Porro, Onésio do Prado, Paola Hernandez Cortez Lima, Paulo César Franco, Pedro do Prado, Pedro Sardinhada do Prado, Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto, Roberto Porro, Rodrigo Ribeiro de Castro, Rômulo S. Barbosa, Valdir do Prado, Vanessa Muniz Honorato, Zeli Aparecida de Souza.

Sumário

INTRODUÇÃO.....**13**

Sônia Barbosa Magalhães, Manuela Carneiro da Cunha e Cristina Adams

16.1. COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DA JUREIA (LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL).....**16**

Adriana de Souza de Lima, Dauro Marcos do Prado, Rodrigo Ribeiro de Castro, Carmen Andriolli, Alan Alves Carneiro, Anderson do Prado Carneiro, Cleiton do Prado Carneiro, Daiane Neves Alves, Edenice Maria de Lima Prado, Edmilson de Lima Prado, Heber do Prado Carneiro, Ilson de Lima Prado, Karina Ferro Otsuka, Marcos Venicius de Souza Prado, Maridalva Sardinha, Nancy Prado, Onésio do Prado, Paulo César Franco, Pedro do Prado, Pedro Sardinhada do Prado, Valdir do Prado, Vanessa Muniz Honorato, Zeli Aparecida de Souza

16.1.1. Introdução.....**18**
16.1.2. Contextualização.....**19**
16.1.3. Metodologia de envolvimento no Diagnóstico.....**20**
16.1.4. Resultados das articulações caiçaras.....**22**
16.1.4.1. Articulações comunitárias na Jureia: associações, mobilizações e parcerias.....**22**
Criação da União dos Moradores da Jureia em 1990.....**22**
Criação da Associação dos Jovens da Jureia em 1993.....**23**
16.1.4.2. Mobilizações e parcerias no território da Jureia.....**25**
Acordo para voltar a fazer roça itinerante.....**25**
Escola Caiçara da Jureia.....**25**
Seminário Gestão Participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica.....**26**
Proposta de reclassificação de Estação Ecológica Jureia-Itatins para Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....**26**
16.1.4.3. Elaboração do Pré-Plano de Manejo.....**28**
16.1.4.4. Escola Caiçara Itinerante: semeando novas lideranças e perpetuando a cultura de Povos e Comunidades Tradicionais, seu modo de vida e seus direitos.....**28**
16.1.4.5. Ponto de Cultura: Centro de Cultura Caiçara, 2004.....**29**
16.1.5. Articulações intercomunitárias estaduais e nacionais.....**30**
16.1.5.1. O Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango.....**31**
16.1.5.2. A Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras.....**32**
Problemas enfrentados pela Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras.....**33**
Reivindicações da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras.....**34**
16.1.5.3. Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e Comunidades Tradicionais.....**35**

16.1.5.4. Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira..... **35**
16.1.6. Coprodução de conhecimentos na Jureia..... **37**
16.1.6.1. Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil..... **38**
16.1.6.2. Painel da Biodiversidade dos Caiçaras da Jureia..... **40**
16.1.6.3. Projeto de cooperação: Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e de fortalecimento da produção local de conhecimentos..... **67**
16.1.6.4. Plano de Uso Tradicional Caiçara (PUT)..... **70**
16.1.6.5. Trabalhos: frutos da coprodução de conhecimentos..... **72**
16.1.6.5.1. Publicações..... **72**
16.1.6.5.2. Documentos..... **74**
16.1.7. Conclusão..... **75**

16.2. COMUNIDADES TRADICIONAIS FUNDO DE PASTO: MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE DA CAATINGA NOS TERRITÓRIOS HISTORICAMENTE OCUPADOS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FUNDO DE PASTO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO BAIANO..... **77**

Fabricio Bianchini, Paola Hernandez Cortez Lima, Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto

16.2.1. Apresentação e caracterização territorial da região de estudo..... **77**
16.2.2. Histórico da formação social das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto..... **79**
16.2.3. Critério de seleção e identificação das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto Ouricuri, Serra da Besta e Caladinho, participantes do estudo..... **83**
16.2.4. Caracterização do agroecossistema da Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA)..... **85**
16.2.5. Mapeamento participativo sobre o histórico de ocupação e relações com o entorno da Comunidade Ouricuri..... **89**
16.2.6. Mapeamento participativo do agroecossistema da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA) e seus subsistemas componentes..... **92**
16.2.6.1. Subsistema Áreas Familiares..... **92**
16.2.6.2. Subsistema Roçado Japão..... **97**
16.2.6.3. Subsistema Fundo de Pasto..... **100**
16.2.7. Análise da cobertura da floresta e do desmatamento do agroecossistema manejado pela Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA)..... **109**
16.2.8. Análise ecológica do umbu nos subsistemas componentes do agroecossistema manejado pelas Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto Caladinho e Serra da Besta..... **110**
16.2.9. Considerações finais..... **119**
16.2.10. Documentação fotográfica da Experiência Fundo de Pasto..... **123**

16.3. COMUNIDADES TRADICIONAIS VAZANTEIRAS DA BACIA MÉDIA DO RIO SÃO FRANCISCO (MG) **127**
Felisa Anaya, Cláudia Luz De Oliveira, Ana Paula G. Thé, Carlos Alberto Dayrell

16.3.1. Introdução **127**
16.3.2. Contexto de produção da experiência vazanteira **130**
16.3.3. As Comunidades Vazanteiras, Quilombolas e Pesqueiras da baixada Média do Rio São Francisco: identidade e território **133**
16.3.3.1. O sistema de direitos combinados **136**
16.3.3.2. Encantados, festas e batuques **137**
16.3.3.3. Ambiente e produção **140**
16.3.4. O encurralamento e os dramas sociais das Comunidades Vazanteiras do Médio São Francisco **146**
16.3.5. A luta pela defesa do território: Vazanteiros em Movimento **152**
16.3.5.1. Movimento dos Encurralados **153**
16.3.5.2. De "Encurralados pelos Parques" a "Vazanteiros em Movimento" **154**
16.3.5.3. Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais: os povos antenados **157**
16.3.6. Contribuições à restauração ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade **159**
16.3.7. Demandas para os poderes públicos **161**

16.4. GERAIZEIROS: MODO DE VIDA TRADICIONAL E LUTAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS **165**
Carlos Alberto Dayrell, Isabel C. B. Brito, Rômulo S. Barbosa

16.4.1. Apresentação **165**
16.4.2. As comunidades geraizeiras no norte de Minas Gerais **166**
16.4.3. Os gerais para os geraizeiros **166**
16.4.4. A territorialidade geraizeira **169**
16.4.5. Monocultura do eucalipto e mineração **173**
16.4.6. As lutas territoriais geraizeiras **175**
16.4.7. Conferências geraizeiras como mobilização para a ação **182**

16.5. AS EXPERIÊNCIAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NOS DIÁLOGOS E DIAGNÓSTICOS ENVOLVENDO O CONHECIMENTO TRADICIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A BIODIVERSIDADE **185**
Noemi Miyasaka Porro e Roberto Porro

16.5.1. Introdução **185**
16.5.2. Contribuições para a conservação da biodiversidade **187**
16.5.3. Biodiversidade: uma questão de equilíbrio socioambiental **195**
16.5.5. Os desafios contra essas contribuições **198**
16.5.6. Um exemplo de proteção à biodiversidade: a questão genética **202**
16.5.7. Políticas e ações públicas que fortalecem as contribuições **204**
16.5.8. Propostas para o presente e o futuro **206**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **210**

REFERÊNCIAS ADICIONAIS QUEBRADEIRAS **220**
DOCUMENTOS VAZANTEIROS **220**
FILMES E DOCUMENTÁRIOS GERAIZEIROS **221**
REPORTAGENS E ENTREVISTAS GERAIZEIROS **221**

ANEXOS **223**

ANEXO A – Carta de Montes Claros, elaborada no Seminário Reconhecimento dos Direitos dos Povos Tradicionais do Médio São Francisco (2015) **223**

ANEXO B – Ofício nº 239/2018-CNA, que trata da revogação do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 ..... **226**

ANEXO C – Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros, Ilha da Ingazeira (2006) **229**

ANEXO D – Carta da Ilha da Ressaca (2008) **235**

ANEXO E – Encaminhamentos da visita da Coordenação de Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial de Direito Humano à Alimentação Adequada – às Comunidades de Quilombo da Lapinha, Pau de Légua, Quilombo da Praia e Pau Preto (2013) **242**

ANEXO F – Carta do II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro (2015) **248**

ANEXO G – Carta Política do I Mutirão dos Povos e Comunidades Tradicionais no Território Xakriabá – MG (2015) **253**

ANEXO H – Cartilha da 5ª Conferência Geraizeira (2018) **259**

ANEXO I – Carta Final da 5ª Conferência Geraizeira (2018) **287**

SEÇÃO 16

Comunidades tradicionais

Introdução

Sônia Barbosa Magalhães, Manuela Carneiro da Cunha e Cristina Adams

Este volume dá continuidade à apresentação de pesquisas interculturais que, embora não tenham origem no projeto desta obra, foram escritos com exclusividade para este fim. Seu propósito é evidenciar o modo como comunidades tradicionais se relacionam com diversos biomas no Brasil, e chamar a atenção para a riqueza e pluralidade dos conhecimentos por elas detidos e produzidos; as variadas formas de organização social e de uso do ambiente; as práticas e sistemas de produção que resultam em contribuições para a biodiversidade; assim como as políticas públicas e a legislação ambiental que ameaçam a reprodução dessas sociedades e a conservação de seus territórios.

As metodologias utilizadas são diversas, assim como são diversos os pontos destacados sobre os conhecimentos e práticas acumulados por essas comunidades: um legado que os textos esboçam, mas que estão longe de esgotar. São pesquisas de longa duração, baseadas em dados etnográficos, permeadas pela profundidade e confiança desenvolvidas no âmbito do "trabalho de campo" e pela solidariedade política, gestada em especial nas lutas pelos territórios.

O volume reúne cinco experiências de povos que se inter-relacionam com biomas diversos, com histórias e identidades próprias. São os *Caiçaras da Jureia*, na Mata Atlântica, litoral sul do Estado de São Paulo (Capítulo 1); as *Comunidades de fundo de pasto*, na caatinga, no Estado da Bahia (Capítulo 2); as *Comunidades vazanteiras* e as *Comunidades geraizeiras*, no cerrado, na Bacia do Rio São Francisco, Estado de Minas Gerais (Capítulos 3 e 4, respectivamente); e as *Quebradeiras de coco babaçu*, na Amazônia, Estados do Maranhão e Pará (Capítulo 5).

Trata-se de estudos de caso, que dizem respeito, entretanto, a uma miríade de comunidades que vivem em amplas extensões territoriais e que se distinguem por um "modo de vida" peculiar. Conforme mencionado no Livro 4 desta coleção, essas Comunidades dispõem de "direitos específicos na legislação brasileira" e em particular de instrumentos de destinação de áreas em territórios tradicionalmente ocupados, que são permanentemente ameaçados e persistentemente por elas reivindicados.

Como afirmam os próprios caiçaras, no Capítulo 1, “o território Caiçara se estende do litoral sul do Rio de Janeiro (RJ), passando por toda a costa de São Paulo (SP) até o litoral norte do Paraná (PR), no qual essas comunidades mantêm na memória e nas práticas sociais e culturais o uso de diferentes ambientes marítimos, fluviais e terrestres onde realizam a pesca artesanal, a agricultura itinerante e o extrativismo como parte de seus sistemas produtivos e culturais”.

O território das comunidades de Fundo de Pasto se estende por diversos municípios desde o nordeste a oeste da Bahia. De acordo com Bianchini, Lima e Barreto, “atualmente, existem 607 associações de comunidades Fundo de Pasto na Bahia, que envolvem mais de 8.800 famílias”. Mas, conforme advertem os autores no Capítulo 2, muitas comunidades que se auto reconhecem como Fundo e Fecho de Pasto ainda não se encontram certificadas pelos órgãos do Estado. Essas comunidades se distinguem pelo “uso coletivo de áreas abertas de Caatinga para o pastoreio e o extrativismo, que permitem o aproveitamento mais eficiente do potencial forrageiro da vegetação nativa, além de associar áreas individuais cercadas para a produção de culturas alimentares e forrageiras. Esses diferentes sistemas de produção permitem uma ampla diversificação baseada no criatório de animais de pequeno porte (caprinos, ovinos, suínos e aves) e um reduzido rebanho de bovinos, além de diversos cultivos alimentares e forrageiros (feijão, milho, mandioca, melancia, abóbora e palma)”.

O território das comunidades vazanteiras atualmente mobilizadas no Estado de Minas Gerais, se estende ao longo de 125 km pelas margens do Rio São Francisco, abrangendo 41 ilhas ou localidades. Porém, como afirmam Anaya *et al.* no Capítulo 3, há diversas outras Comunidades Vazanteiras ainda não mobilizadas ou pouco articuladas. Chamam a atenção também os autores para a diversidade étnica no interior dessas comunidades, que convivem com as áreas inundáveis do Rio São Francisco e “na construção dos saberes e práticas da pesca e da agricultura de vazante”, garantindo o seu sustento e o abastecimento dos mercados locais da região.

Conforme descrito no Capítulo 4, “os gerais são os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural”. Os Geraizeiros, denominação cultural e contrastiva dos habitantes dos gerais, “desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d’água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal”.

No que diz respeito às Quebradeiras de Coco Babaçu, no Capítulo 5, Porro e Porro mostram como o território vai sendo construído, a partir da relação protagonizada por mulheres, estabelecida pelas comunidades locais com o ambiente: “florestas secundárias formadas por babaçuais, resultantes da sucessão ecológica após a conversão de florestas ombrófilas na transição entre Amazônia, Cerrado e Nordeste semiárido”. Lembram os autores que “as áreas de ocorrência de babaçuais são mais amplas” e têm se expandido onde os ecossistemas foram alterados mais recentemente, como é o caso de extensas áreas nas margens da rodovia

Transamazônica e nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. O uso e manejo dos recursos pelas extrativistas resultam em um sistema tradicional que integra roçados, pastagens e palmeiras.

Não obstante a diversidade de histórias e ambientes, alguns pontos em comum podem ser apontados, como por exemplo: a história de resistência ao esfacelamento das formas específicas de uso do território, distintas da forma de apropriação privada hegemônica; o conhecimento acumulado e transmitido por gerações sobre cada um dos ecossistemas e suas potencialidades; a correspondência solidária entre formas de produção e não apenas a disponibilidade de recursos do ambiente, mas a sua reprodução; e a criatividade nas formas de se relacionar social e economicamente não apenas com o ambiente, mas igualmente com a sociedade capitalista do entorno – sufocante e ameaçadora.

Boa leitura e bom aprendizado!

16.1. COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DA JUREIA (LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL)[1]

Adriana de Souza de Lima[2], Dauro Marcos do Prado[3], Rodrigo Ribeiro de Castro[4], Carmen Andriolli[5], Alan Alves Carneiro[6], Anderson do Prado Carneiro[7], Cleiton do Prado Carneiro[7], Daiane Neves Alves[7], Edenice Maria de Lima Prado[7], Edmilson de Lima Prado[7], Heber do Prado Carneiro[7], Ilson de Lima Prado[7], Karina Ferro Otsuka[7], Marcos Venicius de Souza Prado[7], Maridalva Sardinha[7], Nancy Prado[7], Onésio do Prado[7], Paulo César Franco[7], Pedro do Prado[7], Pedro Sardinhada do Prado[7], Valdir do Prado[7], Vanessa Muniz Honorato[7], Zeli Aparecida de Souza[7].

Localidades da Jureia, Rio Verde e Grajaúna, ano de 1876.

1 Levantamento de conhecimentos e práticas de povos indígenas e comunidades locais: contribuição aos relatórios da IPBES sobre degradação do solo e conservação da Biodiversidade. Projeto CNPq 421752/2017-3. Contribuição à Metodologia de Envolvimento de Povos Indígenas e Comunidades Locais nos Diagnósticos da IPBES, 2020.

2 Presidenta da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

3 União dos Moradores da Jureia.

4 Antropólogo, doutorando em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

5 Antropóloga, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

6 Associação dos Jovens da Jureia (AJJ).

7 Colaborador(a) caiçara.

Equipe de Trabalho

Coordenadores caiçaras

- *Adriana de Souza de Lima (UMJ)*
- *Dauro Marcos do Prado (UMJ)*

Colaboradores caiçaras

- *Alan Alves Carneiro*
- *Anderson do Prado Carneiro*
- *Cleiton do Prado Carneiro*
- *Daiane Neves Alves*
- *Edenice Maria de Lima Prado*
- *Edmilson de Lima Prado*
- *Heber do Prado Carneiro*
- *Ilson de Lima Prado*
- *Karina Ferro Otsuka*
- *Maridalva Sardinha*
- *Marcos Venicius de Souza Prado*
- *Nancy Prado*
- *Onésio do Prado*
- *Paulo César Franco*
- *Vanessa Muniz Honorato*
- *Pedro do Prado*
- *Pedro Sardinhada do Prado*
- *Valdir do Prado*

Instituições comunitárias envolvidas

- *Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e União dos Moradores da Jureia (UMJ), responsáveis pela Experiência;*
- *Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), colaboradora;*
- *Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR), colaborador.*

Mapa inicial

Fonte: Presente no Sistema de Informação do Arquivo Nacional SIAN[8].

Há registros de áreas de roça e casa, com nomes de antigos moradores. A nomenclatura dos rios, caminhos, morros, cachoeiras e lagoas é, até hoje, utilizada por moradores que vivem nessa localidade.

Contatos

UMJ: adrianasl.guarau@gmail.com
AJJ: andersondoprado@gmail.com

8 Para consulta a SIAN: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp, Ref.: BR_RJANRIO_OG_0_MAP_0106_d0001de0001.

16.1.1. Introdução

Apresentamos as formas como as comunidades tradicionais caiçaras da região conhecida como Jureia, localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, se organizam para reivindicar seus direitos territoriais e culturais. O texto também traz os principais questionamentos às políticas públicas e legislações ambientais que afetaram essas comunidades direta ou indiretamente nos últimos 40 anos. Apontamos os instrumentos legais que amparam os direitos caiçaras, bem como os espaços políticos dos quais eles participaram e constituíram para dar visibilidade às suas reivindicações.[9]

Desde a década de 1990, a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e a União dos Moradores da Jureia (UMJ), instâncias jurídicas de representação de moradores, têm buscado construir e garantir políticas públicas que beneficiem aqueles que se reconhecem como caiçaras. Para isso, as associações promoveram trabalhos de colaboração científica que permitiram permear os conhecimentos tradicionais caiçaras com diversas áreas do conhecimento acadêmico, tais como a antropologia, a biologia, a ecologia, o geoprocessamento e o direito.

Essas associações de moradores foram convidadas pela professora Dra. Manuela Carneiro da Cunha, da Universidade de São Paulo (USP), a participar do Diagnóstico *Projeto Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas*

Figura 1. Tipiti caiçara da comunidade do Grajaúna (Iguape-SP), utilizado na fabricação de farinha de mandioca. Foto: Rodrigo Ribeiro de Castro.

9 Este texto expressa a visão da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e da União dos Moradores da Jureia (UMJ), além dos caiçaras de outras comunidades que contribuíram para sua escrita. Mencionamos apenas os documentos com dados mais relevantes para fundamentar nossas afirmações. Trabalhos acadêmicos que amparam nossa visão estão fartamente citados em 12.1.4. “Sobreposição de unidades de conservação a territórios tradicionais e resistências caiçaras na Jureia (SP)” e em bibliografia multidisciplinar acerca das comunidades caiçaras da Jureia também enviada ao projeto.

e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças, de modo a contribuir com uma Experiência de colaboração científica entre comunidades tradicionais caiçaras e pesquisadores de diversas universidades públicas do país. Os trabalhos conjuntos já concretizados entre esses grupos têm contribuído para a produção de pesquisas interculturais que permitem fundamentar propostas e projetos de fortalecimento da biodiversidade dos ecossistemas da Mata Atlântica de forma associada aos direitos territoriais dos caiçaras, habitantes com séculos de ocupação na Jureia.

Além das associações de âmbito local, os caiçaras da Jureia se organizam em espaços como Fóruns, Conselhos e Coordenações que reúnem outros segmentos de comunidades tradicionais em nível municipal, estadual e nacional. Nesses espaços as comunidades caiçaras da Jureia discutem e se organizam em torno de temas e problemas comuns que afetam seu modo de vida.

Ao final dessa Experiência dos caiçaras da Jureia, a qual apresentamos neste texto, pretende-se contribuir com a abertura de possíveis caminhos para a colaboração científica e institucional. O central está em apresentar como a história de parcerias entre comunidades caiçaras e instituições públicas podem subsidiar a construção de uma metodologia que envolva comunidades tradicionais, desde o início, na elaboração de diagnósticos voltados para a garantia de direitos dessas comunidades e que se fundamentem na colaboração entre conhecimentos tradicionais e científicos.

Figura 2. Festa de São João na comunidade caiçara do Grajaúna, Jureia, 2018. Foto: Rodrigo Ribeiro de Castro.

Este documento também poderá servir de base para o acompanhamento, monitoramento e a apresentação por parte das comunidades envolvidas junto a gestores públicos e tomadores de decisão institucional.

16.1.2. Contextualização

O Território Caiçara se estende do litoral sul do Rio de Janeiro (RJ), passando por toda a costa de São Paulo (SP) até o litoral norte do Paraná (PR).

Essas comunidades mantêm na memória e nas práticas sociais e culturais o uso de diferentes ambientes marítimos, fluviais e terrestres onde realizam a pesca artesanal, a agricultura itinerante e o extrativismo como parte de seus sistemas produtivos e culturais. Elas realizam seus *mutirões*, que são formas de auto-organização e trabalho coletivo, para fortalecer os saberes tradicionais junto às novas gerações, para produzir uma alimentação saudável e realizar em diversos outros âmbitos de sua vida social através da ajuda mútua. Além disso, através do

fandango caiçara e das folias essas comunidades realizam suas festividades, onde desenvolvem técnicas de confecção de instrumentos musicais, e praticam sua religiosidade associada ao uso de plantas medicinais.

O reconhecimento de que os caiçaras congregam um grupo étnico-cultural diferenciado de outras comunidades tradicionais no Brasil reside na especificidade do seu modo de vida, em sua cultura festiva e religiosa, em que se destacam as festas de fandango. Tanto a cultura material como a imaterial, associadas ao modo de vida caiçara, já foram fartamente reconhecidas, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que reconheceu o fandango como patrimônio cultural brasileiro, o que será abordado no item 16.1.5.1. O Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango, desta Experiência.

Contudo, a habitação histórica, as práticas e os conhecimentos tradicionais dos caiçaras têm sido ignorados na formulação das políticas públicas por décadas ou, o que é pior, foram reprimidas pela legislação ambiental vigente, incidente no território em que vivem essas comunidades. Com isso, há a necessidade de se pensar como relações respeitosas ao modo de vida e aos direitos dessas comunidades devem ser estabelecidas quando do acesso de instituições públicas e privadas, universidades, pesquisadores e órgãos do Estado nos territórios tradicionais.

16.1.3. Metodologia de envolvimento no Diagnóstico

Para participação neste Diagnóstico Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças, enquanto uma Experiência comunitária caiçara, foram realizados três tipos de reuniões entre:

1. as coordenadoras Cristina Adams (USP), Manuela Carneiro da Cunha (USP), Sônia Magalhães (UFPA) e as associações de moradores da Jureia, AJJ e UMJ para uma primeira conversa sobre o projeto;

2. essas coordenadoras, os pesquisadores colaboradores e as associações (sendo duas reuniões na cidade de São Paulo-SP, uma em Peruíbe-SP e outra em Belém-PA) para apresentação inicial da proposta e acompanhamento do andamento do projeto;

3. entre as associações comunitárias e caiçaras de diversas regiões do litoral, em que os coordenadores Adriana de Souza de Lima e Dauro Marcos do Prado, ambos caiçaras, apresentaram a proposta e trabalharam no registro de informações para o projeto.

Após a primeira reunião com a coordenação do projeto, as associações de moradores realizaram um planejamento interno para pensar os temas iniciais a serem tratados na Experiência. Entre eles:

- Educação caiçara;
- Impacto de grandes empreendimentos;
- Turismo comunitário;
- Política ambiental;
- Reconhecimento e autorreconhecimento das comunidades caiçaras;
- Colaboração entre pesquisadores locais e acadêmicos.

Também foi definida uma equipe de pesquisadores locais para contribuir em duas pautas iniciais que foram estabelecidas dentro do foco de colaboração.

São elas:

- Políticas Públicas: mobilização e articulação;
- Formação de Jovens: mapeamento e fotointerpretação.

Os coordenadores locais ficaram responsáveis por organizar e sistematizar esta Experiência. Além disso, outro papel relevante realizado por eles foi o de viajar para entrar em contato com outros caiçaras com o intuito de dialogar nos espaços de articulação regional e nacional sobre a participação na IPBES. O objetivo foi buscar temas relevantes de seu modo de vida, que pudessem ganhar destaque neste documento, bem como propostas de políticas públicas que os representassem.

Para a mobilização regional e nacional, houve contato por telefone, visitas presenciais e encontros em eventos de participação comunitária. Em uma dessas visitas houve mobilização específica das comunidades caiçaras para a realização de reunião da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), em Paraty-RJ. Nesta, foram envolvidos caiçaras oriundos dos Estados do Paraná (Guaraqueçaba e Paranaguá), São Paulo (Cananeia, Ilha Comprida, Iguape, Peruíbe, São Sebastião, Ilha Bela e Ubatuba) e Rio de Janeiro (Paraty e Angra).[10] No caso de São Sebastião e Ilha Bela houve mobilização para reuniões comunitárias entre os dias 16 e 18 de setembro, e em Ubatuba e Paraty no dia 19 de setembro de 2018.

Os coordenadores locais também participaram do encontro da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que ocorreu em Trindade (Paraty-RJ), no dia 25 de outubro de 2018. Ele contou com a presença de aproximadamente 80 participantes caiçaras, vindos de dez municípios dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Ali foi possível debater coletivamente sobre os temas de maior relevância aos caiçaras. O foco das discussões esteve em questões relacionadas ao fortalecimento da identidade e educação caiçara, sistema agrícola caiçara, o uso de plantas medicinais, a importância do fandango, da cultura da canoa e da pesca artesanal.

10 Há inúmeras outras comunidades caiçaras no território nacional que não participam ainda da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras.

Por fim, os coordenadores locais definiram os materiais comunitários passíveis de consulta externa somente mediante autorização das associações de moradores. Eles são apresentados no final desta Experiência como Documentos Rastreáveis, no item 16.1.6.5.2. Documentos. Foram também sistematizados os registros feitos ao longo das reuniões, e organizada uma versão prévia enviada em seguida às professoras coordenadoras dos relatórios para verificar se a condução inicial dos trabalhos para a Experiência estava adequada à proposta do IPBES.

16.1.4. Resultados das articulações caiçaras

A seguir, apresentamos as articulações, organizações e alguns resultados alcançados a partir da mobilização das comunidades caiçaras da Jureia. Destacamos a criação de instituições locais, como a Associação dos Jovens da Jureia e a União dos Moradores da Jureia, que são protagonistas de uma experiência de organização comunitária e de luta por direitos territoriais e culturais. Ao longo de décadas de atuação, essas associações alcançaram resultados concretos a partir da organização comunitária, o que consistiu na efetivação de direitos e na melhoria de seu modo de vida. Passamos a destacar abaixo algumas dessas iniciativas, realizadas em âmbito local, estadual e nacional.

16.1.4.1. Articulações comunitárias na Jureia: associações, mobilizações e parcerias

Dentre as associações organizadas na Jureia estão a União dos Moradores da Jureia e a Associação dos Jovens da Jureia. Elas têm uma atuação de aproximadamente 30 anos na região do litoral sul do Estado de São Paulo. Ao longo dessas décadas, essas associações buscaram parcerias em diferentes esferas públicas e do terceiro setor para reivindicar e garantir sua permanência, de acordo com seu modo de vida, no território em que vivem. A UMJ e a AJJ têm um histórico de mobilização e articulação muito distintos, porém se encontram em trabalhos conjuntos pela comum valorização da identidade caiçara, pela luta contra a expropriação do território tradicional e pelo direito de retorno às famílias expulsas.

Abaixo apresentamos um breve histórico dessas associações e, em seguida, alguns resultados de sua atuação e das parcerias que realizaram.

Criação da União dos Moradores da Jureia em 1990

Após a criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), em 1986, e proibição de toda habitação na Jureia, um dos caminhos possíveis de solução dos conflitos então instaurados pela fiscalização da legislação ambiental sobre o modo de vida caiçara era a exclusão ou recategorização da EEJI. Sem desconsiderar os objetivos da proteção da natureza, a qual é, aliás, base do modo de vida tradicional, as comunidades passaram a reivindicar uma Unidade de Conservação (UC) que garantisse sua permanência, suas práticas e seus conhecimentos no território.

Figura 3. Dauro Marcos do Prado entrega proposta de recategorização da Estação Ecológica Jureia-Itatins para o governador Mário Covas, ano de 1992. Foto: Acervo da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

Isso exigiria a preparação de lideranças capazes de dialogar interna e externamente sobre os efeitos da criação da Estação Ecológica sobre as comunidades. A experiência política decorrente desse processo estimulou a organização das comunidades em associações, representadas por sua vez pela União dos Moradores da Jureia, entidade que busca congregar, mas não substituir, as demais associações de moradores. A UMJ passou a se apresentar em diversos espaços públicos, como reuniões, seminários e conferências, bem como a conduzir suas próprias discussões, organizando intercâmbios e debates a respeito das possibilidades de mudança da lei e de recategorização da lei Estação Ecológica Jureia-Itatins.

No final da década de 1990, o principal objetivo da UMJ estava em garantir a permanência das comunidades em seus territórios tradicionais. Para isso, uma das propostas da UMJ consistiu na recategorização de parte da Estação Ecológica para Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Uma das propostas foi entregue diretamente ao governador na época, Mario Covas (Figura 3). Com o passar do tempo e a não resolução dos conflitos engendrados com a criação da EEJI, uma nova proposta foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 2004, a qual foi aprovada, parcialmente, em 2006.

Criação da Associação dos Jovens da Jureia em 1993

Figura 4. Construção antiga que em 1992, com o empenho dos caiçaras, se tornaria a Associação dos Jovens da Jureia. Foto: Acervo da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ).

A AJJ também surgiu como resposta direta à criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins. Ela focou em atividades voltadas para a manutenção e promoção da cultura caiçara e geração de renda, constituindo-se como um importante espaço de reunião de jovens expulsos da Jureia. No ano de 1993, o grupo constitui-se como uma associação e construiu um espaço de encontro através de mutirões dos caiçaras na Barra do Ribeira (Iguape-SP).

Uma parceria com o Instituto ELOS viria a fortalecer alguns projetos da AJJ. O instituto apoiou a AJJ na elaboração do projeto arquitetônico que serviria de base para as reformas almejadas pelos caiçaras. A conquista de um financiamento coletivo, via a plataforma CATARSE, além de outros apoios, possibilitaram a renovação de todo o espaço, que se tornou ideal tanto para reuniões como para bailes de fandango.[11] A parceria com o ELOS viria ainda fortalecer o projeto da Escola Caiçara da Jureia, na comunidade da Cachoeira do Guilherme, a qual comentaremos no item Escola Caiçara da Jureia, além da criação da marca Criqué Caiçara de artesanato coordenado pelas mulheres caiçaras da AJJ, que abordamos no item 16.1.4.5. Ponto de Cultura: Centro de Cultura Caiçara.

Ao longo das últimas décadas, a AJJ foi se configurando como um Centro de Cultura Caiçara, o qual seria depois reconhecido como Ponto de Cultura, como veremos no item 16.1.4.5. Uma biblioteca, um escritório, salas disponíveis aos projetos dos moradores, oficinas de construção de instrumentos, de dança e fandango, dentre outros projetos dos caiçaras que migraram forçosamente para Barra do Ribeira, foram acolhidos e fazem parte da AJJ. Essa associação também implementou projetos vinculados à geração de renda, tais como a apresentação dos fandangueiros em outras cidades, a produção de artesanatos com a caixeta (*Tabebuia cassinoides*) pelas mulheres e o incentivo à criação de abelhas.

Figura 5. Associação dos Jovens da Jureia, após sucessivas reformas, no ano de 2018. Foto: Acervo da AJJ.

11 O vídeo de apresentação do financiamento coletivo da AJJ está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QemIN9QRj-Fk. Acesso em: 3 jun. 2020.

16.1.4.2. Mobilizações e parcerias no território da Jureia

Acordo para voltar a fazer roça itinerante

Por meio da atuação da UMJ reconquistou-se na década de 1990 o direito de reestabelecer a abertura de roças de pousio, sistema agrícola baseado na agricultura itinerante e na prática tradicional largamente utilizada por populações de florestas tropicais em todo mundo. Tal acordo envolveu, na época, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), entidades ambientalistas e alguns pesquisadores acadêmicos, como a renomada Engenheira Agrônoma Ana Maria Primavesi.

Apesar do avanço, questões de ordem burocrática, como a morosidade dos procedimentos de autorização para a abertura de roças e o desconhecimento dos supostos especialistas sobre a agricultura itinerante, criaram dificuldades para as comunidades, impossibilitando-as, em muitos casos, de obter a autorização antes do período de plantio. Isso ocasionou, após aproximadamente 6 anos sem autorizações, a perda de muitas qualidades de plantas que as comunidades cultivavam na Jureia. Um dos efeitos das dificuldades enfrentadas pelos caiçaras para abrirem suas roças reside no abalo de uma das fontes principais de sua alimentação, bem como nos mutirões e festas de fandango associados ao sistema agrícola.

Figura 6. Colheita de arroz na comunidade do Rio Verde, Jureia. Foto: Acervo da comunidade do Rio Verde.

Escola Caiçara da Jureia

Figura 7. Inauguração da Escola Caiçara da Jureia na comunidade da Cachoeira do Guilherme, ano de 2001. Foto: Acervo da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ).

Em 1999, a AJJ teve um papel de protagonismo na concepção e execução da proposta de implementação da Escola Caiçara da Jureia (EJC), localizada na Comunidade da Cachoeira do Guilherme. A unidade escolar funcionou entre 2001 e 2004, adotando o sistema de alternância, em que o estudante permanecia 15 dias na escola e 5 dias em casa. A proposta pedagógica era participativa e envolvia professores, pais e equipe técnica. Além da AJJ, a proposta foi apoiada pela Prefeitura

Municipal de Iguape (SP), pelo Instituto ELOS, que apoiou a construção da maquete da EJC, e por uma equipe pedagógica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) coordenada pela professora, educadora e bióloga Luíza Alonso da Silva e a pedagoga Alik Wunder e pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), coordenado, então, pelo Professor Antônio Carlos Diegues (USP).

Seminário Gestão Participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica

Figura 8. Cartaz do evento, ano de 2009. Fonte: Acervo da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

O Seminário Gestão Participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável: Integração dos Povos da Amazônia e Mata Atlântica foi promovido pela União dos Moradores da Jureia, no dia 12 de junho de 2009. Nesse espaço, o professor Willian Balée (Universidade de Tulane, EUA) participou do debate de encerramento do ciclo de seminários que foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no dia 16 de junho.[12] O seminário sobre gestão participativa em Reservas de Desenvolvimento Sustentável foi realizado na sede do "núcleo Itinguçu" da Estação Ecológica Jureia-Itatins. O seminário contou com a apresentação de comunitários vindos de três RDSs da Amazônia, sendo elas: RDS Uatumã, RDS Uacari, RDS de Mamirauá. Participaram também um representante do Conselho Nacional dos Seringueiros e um técnico do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) do Estado do Amazonas.

Proposta de reclassificação de Estação Ecológica Jureia-Itatins para Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Em 1986 foi criada na Jureia uma Unidade de Conservação de proteção integral, a Estação Ecológica da Jureia-Itatins. Embora ela tenha sido criada sob o pretexto de proteger os remanescentes da Mata Atlântica para garantir a conservação da fauna e da flora desse bioma e, em particular, os seus trechos que conectam mar e montanha, essa UC impactou diretamente o modo de vida tradicional das comunidades que viviam há séculos nessa região.

Esse processo, somado à arbitrariedade de gestores da UC e à fiscalização e proibição de práticas tradicionais, intensificou a incerteza entre os moradores sobre as regras de uso e permanência no território. Por um lado, a mobilização feita por ambientalistas para criar o que

12 Willian Balée é titular do Departamento de Antropologia da Tulane University, sediada em Nova Orleans, nos Estados Unidos, e na época ministrava a disciplina Ecologia Histórica (ECO5030), como parte do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (PPGI-EA/USP), sediado no campus Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP).

chamavam de “santuário ecológico” afirmava, em certa medida, como positiva a existência das comunidades tradicionais caiçaras; por outro, a instituição de Parques, Reservas e Estação Ecológica impuseram regras restritivas que não haviam sido acordadas com os moradores.

A criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins e, posteriormente, a recategorização de parte de sua área para outras UCs (Parques e Reservas de Desenvolvimento Sustentável) instituiu a figura jurídica do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins, em 2013. A recategorização da EEJI partiu das mobilizações de moradores e associações locais (tal como a AJJ e a UMJ) que reivindicavam seus direitos de permanência nos territórios sobrepostos pela UC. Contudo, as pressões do movimento ambientalista junto ao governo do Estado de São Paulo levaram à aprovação do Mosaico, não contemplando a totalidades das propostas feitas pelos moradores. O mapa apresentado na Figura 9 foi construído junto ao Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA) e apresenta a proposta das associações de moradores à época.

Apenas duas pequenas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, isoladas uma da outra, foram criadas dentro do Mosaico, o qual ignorou a ocupação tradicional de antigas famílias que viviam em outras localidades. Por exemplo, as comunidades do Rio Verde, Grajaúna, Praia do Una, Cachoeira do Guilherme, Rio Cumprido, Rio das Pedras, Itinguçu, Barro Branco, Juquiazinho e Parnapuã continuaram sob áreas de preservação de proteção integral, onde prevalecem até hoje fortes restrições ambientais sobre o modo de vida de seus moradores.

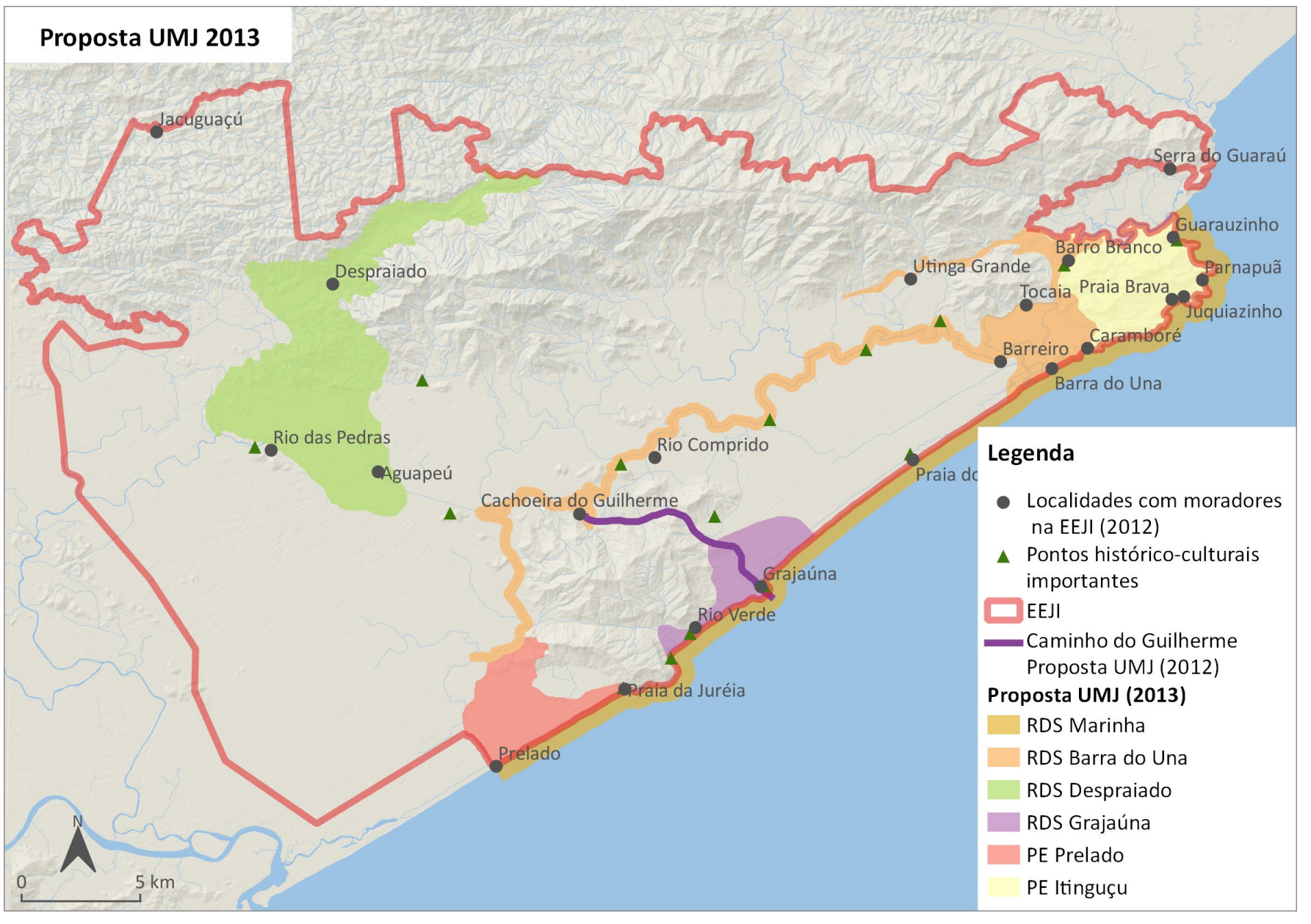


Figura 9. Proposta da UMJ, 2013. Fonte: Berno de Almeida e Marin (2013).

16.1.4.3. Elaboração do Pré-Plano de Manejo

Em 2009, a União dos Moradores da Jureia junto às comunidades que ficaram sobrepostas por diferentes UCs decidiu elaborar o projeto Capacitação Inicial para Participação, Conhecimento da Legislação e Elaboração de Pré-Plano de Manejo. O projeto teve como objetivo principal promover discussões entre as comunidades que viviam na RDS Barra do Una, na RDS do Despraiado, no Parque Estadual do Itinguçu e no Parque Estadual do Prelado para que essas pudessem participar de modo informado na elaboração do Plano de Manejo oficial que seria proposto pela Fundação Florestal, e realizado por técnicos da Unicamp e do Instituto Socioambiental (ISA).

Figura 10. Oficinas comunitárias da Capacitação.
Foto: Acervo da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

Figura 11. Restinga nos trabalhos de campo da Capacitação.
Foto: Acervo da UMJ.

O Plano de Manejo afetaria a vida de todos os moradores, já que resultaria na regulamentação e limitação das práticas tradicionais. A atuação da UMJ, naquele momento, foi decisiva para a mobilização dos moradores que apresentaram seu posicionamento diante dos órgãos ambientais do Estado de São Paulo. Os relatórios dessa Capacitação constituem documentos acessíveis mediante consulta à UMJ e AJJ.[13]

16.1.4.4. Escola Caiçara Itinerante: semeando novas lideranças e perpetuando a cultura de Povos e Comunidades Tradicionais, seu modo de vida e seus direitos

O Prêmio Tuxaua em 2010, recebido por Dauro Marcos do Prado, liderança caiçara da Jureia, permitiu o financiamento de viagens de caiçaras entre as comunidades dos Estados do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Paraná (PR). Essas viagens possibilitaram a realização de reuniões para discutir pautas comuns entre os moradores. Parte do recurso subsidiou gastos de lideranças caiçaras para que pudessem articular essas reuniões em suas comunidades que já se organizavam localmente. A UMJ ajudou a promover, portanto, por meio desse prêmio, uma

13 Para todos os documentos mencionados, ver item 16.1.6.5.2. Documentos, desta Experiência.

articulação entre caiçaras que, ao longo de visitas a várias comunidades do território caiçara e dois encontros regionais e um nacional, criaram a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras, a qual descreveremos no item 16.1.5. Articulações intercomunitárias estaduais e nacionais.

16.1.4.5. Ponto de Cultura: Centro de Cultura Caiçara, 2004

O Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira (CCCBR), criado em 2005 através do edital dos Pontos de Cultura (2004), do Ministério da Cultura (MINC), é coordenado pela Associação dos Jovens da Jureia.[14] Essa associação realiza várias atividades para os caiçaras que foram expulsos da Jureia, como as oficinas de "saberes caiçaras" em que se destacam a confecção de instrumentos musicais, tal como a rabeca e a viola, bem como oficinas de dança e música do fandango caiçara.

Figura 12. Artesanato produzido no Centro de Cultura Caiçara, ano de 2009. Foto: Acervo da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ).

Figura 13. Artesanato produzido no Centro de Cultura Caiçara, ano de 2009. Foto: Acervo da AJJ.

O Centro de Cultura Caiçara também promove oficinas de comidas típicas da região, contação de histórias e artesanato feito com caixeta (árvore de região alagada específica da Mata Atlântica), coordenada por mulheres, através do projeto Criqué Caiçara. Esse projeto teve a colaboração do Instituto ELOS, o qual apoiou as caiçaras na elaboração da marca Criqué Caiçara, bem como em um novo delineamento do artesanato para sua inserção no mercado.

Essas parcerias fortaleceram as iniciativas da AJJ e sua consolidação como um espaço de intercâmbio e formação entre comunidades tradicionais tanto da região da Jureia como do Vale do Ribeira e da Baixada Santista.

14 O projeto pode ser visto no documentário: Centro de Cultura Caiçara, disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=390&v=HvosWn5QkC8&feature=emb_logo. Acesso em: 2 jun. 2020.

16.1.5. Articulações intercomunitárias estaduais e nacionais

A Associação dos Jovens da Jureia e a União dos Moradores da Jureia têm contribuído na construção e no fortalecimento de espaços de articulação intercomunitária em nível estadual e nacional.

Em 2005, Dauro Marcos do Prado, caiçara da comunidade do Rio Verde participou no Primeiro Encontro Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, na cidade de Luziânia (GO), que resultou na criação de uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais e na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Essas iniciativas possibilitaram a ampliação do diálogo com outros grupos de caiçaras organizados ao longo do território nacional e com outros povos do Brasil, como indígenas de diversas etnias, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, raizeiros, fundo e fecho de pasto, dentre outros.

Na PNPCT foram discutidos quatro eixos agregadores das comunidades tradicionais, respeitando as especificidades de cada região. O fortalecimento do acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais por parte das comunidades, a necessidade de melhorias na infraestrutura pública que atende às comunidades, a inclusão social e o fomento da produção sustentável compunham os temas centrais das discussões iniciais.

O Decreto nº 6.040/2007, gestado a partir das discussões da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, deu visibilidade e reconhecimento étnico e social às comunidades tradicionais que permaneceram na invisibilidade por séculos, sendo ele um marco significativo para o reconhecimento jurídico da especificidade das populações tradicionais, da autonomia para se reconhecerem, da proteção de seus territórios e suas formas de expressão cultural.

Em 2007, caiçaras da Jureia acompanharam a criação do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra-Paraty-Ubatuba, o qual congrega povos de várias etnias indígenas, quilombolas e caiçaras em um mesmo espaço de diálogo. Ali se discutia a necessidade de se criarem projetos de educação diferenciada, de turismo de base comunitária, de agroecologia e de envolvimento e formação da juventude das comunidades tradicionais.

Essa experiência em espaços de discussão com comunidades tradicionais de várias regiões do país incentivou os caiçaras da Jureia a participarem e construírem outros espaços de articulação em nível estadual e nacional.

São eles:

- em 2006, o Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango;
- em 2009, a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e Comunidades Tradicionais (CONFREM);
- em 2014, a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras;

- em 2016, o Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR).

Esses espaços têm formas próprias de organização, as quais são construídas a partir das experiências dos diferentes grupos que o compõem. Contudo, destacam-se algumas pautas transversais como reivindicações comuns e, certamente, com ampla necessidade de discussão e escuta por parte do poder público.

São elas:

- **a identidade** específica de diversos grupos tradicionais;
- **o acesso**, a proteção e a governança do território em que vivem;
- **o protagonismo** comunitário;
- **a consulta prévia**, livre e informada em casos de mudanças legislativas, administrativas, ou em qualquer caso de intervenção externa sobre os territórios tradicionais;
- **a construção de protocolos** comunitários, feitos pelas populações tradicionais, que pautem as regras de acesso de grupos públicos ou privados externos sobre os territórios tradicionais;
- **a necessidade de fortalecimento de projetos** que estimulem a educação diferenciada, com projetos políticos pedagógicos integrados à realidade das populações tradicionais;
- **a necessidade de fortalecimento da geração de renda**.

Algumas dessas articulações estaduais e nacionais seguem detalhadas abaixo.

16.1.5.1. O Comitê Gestor da Salvaguarda do Fandango

A discussão sobre registro do fandango inicia-se a partir do ano de 2006 durante o I Encontro de Fandango e Cultura Caiçara em Guaraqueçaba (PR). Em 2008, foi entregue oficialmente ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), durante o II Encontro de Fandango e Cultura Caiçara, o pedido de registro do fandango como bem cultural e como patrimônio imaterial.

O fandango caiçara foi então registrado pelo IPHAN em novembro de 2011, sendo considerado uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva, cuja área de ocorrência abrange do litoral sul do Estado de São Paulo ao litoral norte do Estado do Paraná.

Houve atuação direta de membros da comunidade da Jureia e da Associação dos Jovens da Jureia na elaboração do dossiê do fandango caiçara, os quais são citados no relatório final.[15] Os caiçaras contribuíram com pesquisa, depoimentos, filmagens, cartas, abaixo-assinados, disponibilização de fotos e organização de reuniões para mobilização de mestres detentores de conhecimentos tradicionais associados ao fandango.

---

15 Para consultar o Dossiê Fandango Caiçara: Expressões de um Sistema Cultura e a participação dos caiçaras da Jureia: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20Fandango%20Caicara.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

Figura 14. Grupo de Fandango da AJJ. Foto: Dossiê de salvaguarda cultural do IPHAN[16]

16.1.5.2. A Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras

As reuniões promovidas pelo financiamento do Prêmio Tuxaua ajudaram a fortalecer a mobilização das comunidades caiçaras que compreendiam a necessidade de criação de um movimento que as representasse em âmbito nacional enquanto coletividade social e política. A consolidação da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras ocorreu na Escola da Comunidade de Trindade, Paraty-RJ, em 18 de outubro de 2014.

Figura 15. Reunião de criação da CNCTC (Paraty-RJ), ano de 2014. Foto: Acervo da CNCTC.

Nessa reunião participaram cerca de 60 pessoas. Além de caiçaras dos três Estados (PR, RJ e SP), também estiveram presentes representantes de organizações não governamentais e associações da Região Sudeste do Brasil, como a União dos Moradores da Jureia e a Associação dos Jovens da Jureia. Além desses, uma equipe de apoio com pessoas de diversas universidades e instituições [como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Unicamp, UFRJ, Universidade Federal

16 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83. Acesso em: 2 jun.2020.

Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e USP]) contribuíram com as discussões e com a documentação do encontro, através de fotografias, vídeos e anotações. Abaixo descrevemos um pouco das questões que vêm sendo levantadas pelas comunidades caiçaras através da Coordenação.

Problemas enfrentados pela Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras

Em reunião da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras, no dia 25 de outubro de 2018, onde as comunidades da Jureia (AJJ e UMJ) apresentaram a proposta do Diagnóstico da IPBES, foram reunidos os problemas enfrentados pelas comunidades caiçaras há décadas. Sendo, principalmente:

- a ampla grilagem de terras no Vale do Ribeira, que afetou territórios caiçaras, tal como demonstrado no documento conclusivo da Comissão Nacional da Verdade, Rubens Paiva (2015)[17];

- os efeitos de grandes empreendimentos de infraestrutura, tais como a construção de estradas, a exemplo da BR 101;

- a cessão de águas brasileiras para a exploração da iniciativa privada;

- os projetos de condomínios residenciais privados (associados à especulação imobiliária), a exemplo do Condomínio Laranjeiras em Paraty (RJ), que impactam fortemente o modo de vida caiçara;

- o impacto das políticas ambientais que criminalizam as práticas tradicionais (tais como as restrições a práticas agrícolas, pesca artesanal e extrativismo), incentivando a pesca industrial de grande escala (traineiras e parelhas de arrasto), que é nociva ao ambiente marinho;

- a criação de Unidades de Conservação sobre os territórios tradicionais caiçaras, a exemplo da Estação Ecológica da Jureia-Itatins (SP), Parque Estadual da Serra do Mar (SP), Parque Nacional da Bocaina (RJ), Parque Nacional de Superagui (PR), de proteção integral, tornando, subitamente, ilegais toda a habitação e as práticas tradicionais das comunidades na Jureia.

17 Todos os relatórios da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, podem ser consultados em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/. Acesso em: 30 maio 2020.

Reivindicações da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras

Os problemas levantados acima levaram as comunidades a se mobilizarem para reivindicar:

- **No âmbito jurídico,** a efetivação de seus direitos territoriais já ratificados na legislação nacional, bem como o direito às condições que garantem a continuidade de práticas culturais e sociais caiçaras. Dentre os direitos a serem efetivados constam aqueles afirmados no (a):

    1. Decreto nº 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

    2. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, da qual o Brasil é signatário – mediante o Decreto nº 5.051/2004;

    3. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

    4. Lei da Mata Atlântica, de **nº 11.428, de 22 de dezembro 2006.**

- **No âmbito educacional,** apoio de políticas públicas para o fortalecimento da Educação Caiçara, pensada pelas próprias comunidades como forma de valorizar os conhecimentos tradicionais e a memória das comunidades caiçaras. Destacam-se dois projetos já consolidados e que podem servir de modelo: a Escola Caiçara da Jureia (SP) e a Escola do Mar (RJ).

- **No âmbito econômico,** o apoio de políticas públicas ao turismo de base comunitária, que vise a geração de renda das comunidades de modo integrado à sua vivência cotidiana. Essa forma de turismo é coordenada pelas próprias comunidades de modo que propicie melhores condições de vida aos moradores. Ressaltamos também a necessidade de fortalecimento das políticas que resguardem e incentivem a cultura da pesca artesanal e das diferentes práticas de roça tradicional para a geração de renda e a segurança alimentar.

- **No âmbito da cultura material**, os caiçaras reivindicam o direito para confeccionarem os artesanatos típicos de suas comunidades, os instrumentos musicais e utensílios de uso cotidiano, os quais são produzidos para atividades de trabalho, para serem usados em festas, em eventos religiosos e em outros âmbitos do modo de vida. Essas práticas vêm sendo pressionadas pela agência da especulação imobiliária e pelas restrições da legislação ambiental que, em muitos casos, desrespeitando os direitos das comunidades tradicionais, redundam na proibição completa da cultura material.

- **No âmbito da cultura imaterial,** a salvaguarda do fandango caiçara junto às instituições governamentais, tal como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em parte já concretizada, é uma das ações das organizações comunitárias com vistas ao reconhecimento de suas práticas festivas, que promovem agregação familiar e comunitária. É necessário que novas políticas públicas de salvaguarda, que reconheçam e protejam outros aspectos da cultura imaterial caiçara, sejam efetivadas com participação central das comunidades.

- **No âmbito da identidade**, os caiçaras afirmam a importância do direito de autorreconhecimento das comunidades tradicionais como forma de efetivação de direitos territoriais, culturais e de cidadania, tal como previsto no Decreto nº 6.040/07 e na Convenção nº 169 da OIT. A possibilidade de se reconhecerem em seus próprios termos, de acordo com suas práticas e consciência histórica, tem se tornado uma reivindicação transversal das comunidades caiçaras.

16.1.5.3. Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e Comunidades Tradicionais

Em 2009, na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas e Comunidades Tradicionais, os caiçaras da Jureia participaram de uma de suas assembleias, onde foi pautada a necessidade de se inserirem outras comunidades tradicionais, que não só as extrativistas costeiras e marinhas, pois outras populações também utilizam o continente para a sua reprodução social, cultural e de ações de cidadania. Caiçaras, mas também catadoras de mangaba, pantaneiras, dentre outros coletivos, também realizam atividades tradicionais associadas à pesca e, por isso, possuem igual necessidade de atendimento das políticas públicas.

Figura 16. Logo da CONFREM.
Fonte: Acervo da CONFREM.

Dentre as pautas da CONFREM estão o fortalecimento de políticas públicas voltadas à pesca artesanal e à efetivação dos direitos dos pescadores e pescadoras, a criação de Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas que regulamentem a pesca das comunidades tradicionais. Essas políticas demandam estudos e adequação da legislação da pesca de forma que defenda as técnicas tradicionais e as formas de produção e geração de renda dos pescadores e das pescadoras artesanais. Os caiçaras da Jureia passaram a discutir e fortalecer as ações da CONFREM através da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras.

16.1.5.4. Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira

Em 2016, após a promulgação sem consulta do Projeto de Lei Estadual nº 16.260, de 29 de junho, que possibilita a concessão de 25 Unidades de Conservação no Estado de São Paulo para exploração da iniciativa privada, com altos riscos de impactar negativamente as diversas comunidades tradicionais, foram realizadas reuniões entre muitas dessas comunidades para pensar uma forma de organização que pudesse discutir as pautas comuns das populações tradicionais da região do Vale do Ribeira (SP). O resultado foi a criação do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, o qual reúne indígenas de diversas etnias, quilombolas, caiçaras e caboclos, além de parceiros apoiadores.

Figura 17. Reunião do Fórum no Quilombo de São Pedro, ano de 2019. Foto: Acervo do Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira.

Dentre as principais reivindicações desse Fórum estão a anulação da Lei de Privatização das UCs; o fim da criminalização das práticas tradicionais, como a agricultura, a pesca, o extrativismo e o artesanato; a necessidade de se pensar protocolos comunitários do próprio Fórum, pautando a autonomia de decisão das comunidade tradicionais quanto ao acesso de outros grupos públicos ou privados aos seus territórios e conhecimentos. O processo de fechamento das escolas rurais, que se estende nos últimos anos, aumentou a necessidade de fortalecimento de projetos de educação diferenciada às comunidades do Vale do Ribeira, os quais o Fórum pretende também discutir.

Além das entidades parceiras, tais como ONGs, associações comunitárias, universidades e instituições públicas, a UMJ e AJJ compõem o Fórum desde a sua criação. Várias iniciativas transversais às comunidades tradicionais do Vale do Ribeira já foram realizadas através da organização desses grupos, atendendo diretamente as demandas sociais e políticas dos moradores das comunidades.[18]

18 Para mais informações sobre o Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCTVR): https://pt-br.facebook.com/pages/category/Community/F%C3%B3rum-dos-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Vale-do-Ribeira-1935579730040312/. Acesso em: 1 jun. 2020.

16.1.6. Coprodução de conhecimentos na Jureia

Uma das estratégias da Associação dos Jovens da Jureia e da União dos Moradores da Jureia para estabelecer parcerias com grupos e instituições que não são das comunidades está em construir protocolos a partir de discussões e regras internas das comunidades tradicionais. Essa estratégia permite o diálogo mais amplo com os parceiros, criando espaço de confiança e de trocas, mas acima de tudo de escuta.

Figura 18. Equipe de trabalho composta por caiçaras, advogados e antropólogos em coprodução no projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, ano de 2013. Fonte: Berno de Almeida e Marin (2013).

As parcerias são consolidadas ao longo das discussões enredadas nas reuniões, bem como na prática dos projetos realizados em conjunto. Na relação de confiança é possível apresentar as reais demandas das comunidades para que os parceiros possam decidir sobre as possibilidades de sua atuação.

É fato que, durante muito tempo, as comunidades tradicionais foram tratadas apenas como objeto de pesquisa de instituições acadêmicas. Nesse histórico, os moradores foram anfitriões dos pesquisadores, recebendo-os, muitas vezes sem os conhecer, em suas próprias casas, servindo cuidados, comida e um pouso da melhor forma possível. Eles atuaram durante muito tempo como principais informantes, guias no território, mediadores de contatos internos e coletores de espécies nativas. Contudo, os moradores têm aparecido em trabalhos das mais diversas áreas somente como pessoas a quem se deve agradecer, mas não como coautores da produção de conhecimentos.

Revendo a bibliografia publicada sobre comunidades na Jureia nas últimas décadas, a qual também fez parte dos trabalhos para elaboração desta Experiência da IPBES (ver bibliografia do projeto), constata-se que há uma expressiva quantidade de publicações, dentre artigos, monografias, dissertações e teses. O modo de vida tradicional das comunidades da Jureia foi objeto de reflexões e base para argumentos que, muitas vezes, pautaram ou justificaram regras abusivas por parte do Estado, sobretudo legitimando medidas de fiscalização ambiental que coibiram as práticas, costumes e conhecimentos dos moradores. Isso significou, em casos também registrados em algumas pesquisas e que são de ciência dos moradores, a negação dos direitos territoriais e culturais já conquistados pelas comunidades tradicionais no Brasil.

As associações de moradores das comunidades, conscientes dos riscos possíveis das pesquisas realizadas sem seu consentimento, há uma década, aproximadamente, passaram a exigir seus direitos à consulta prévia, livre e informada, tal como assegura a Convenção nº 169 da OIT. Por isso, é necessário que as pesquisas sejam apresentadas ainda na sua concepção, o que permite às comunidades decidirem se querem ou não participar e colaborar.

A contribuição que as pesquisas acadêmicas podem oferecer às comunidades está em reunir informações e criar argumentos que fortaleçam os direitos das populações tradicionais, o que precisa ser realizado com ciência das suas necessidades sociais, políticas e ambientais. Esse seria o passo para que os pesquisadores formulem seus estudos a partir dessa realidade e dos interesses das comunidades tradicionais que, como já sabemos, carecem ainda da efetivação de direitos já estabelecidos.

Essa relação entre pesquisa acadêmica e comunidade exige organização das associações de moradores que, no caso da Associação dos Jovens da Jureia e União dos Moradores da Jureia, têm conseguido tanto demandar, quanto coordenar pesquisas realizadas de forma colaborativa. Isso faz parte do fortalecimento não apenas da resolução das demandas sociais, mas do reconhecimento dos caiçaras no âmbito das universidades públicas. Vários deles, no caso da Jureia, já possuem formação acadêmica em diversas áreas e a demanda por inserção universitária tem crescido nos últimos anos. Muitos outros são mestres e mestras com conhecimento tradicional já reconhecido em ampla bibliografia acadêmica e com enorme relevância enquanto professores que atuam, cotidianamente, em suas comunidades.

Como veremos, para essa Experiência, também coordenada pelos caiçaras das associações mencionadas, reunimos os trabalhos que foram fruto da coprodução de conhecimentos na Jureia. Alguns projetos nos últimos anos permitiram entrelaçar, pela forma como foram concebidos, conhecimentos tradicionais e acadêmicos, e se converteram em publicações e conferências junto a grupos de pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade de São Paulo, da Universidade Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do ABC (UFABC).

Alguns desses projetos de colaboração científica em que os caiçaras são autores dos trabalhos serão apresentados em seguida.

16.1.6.1. Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Em 2013, a União dos Moradores da Jureia e a Associação dos Jovens da Jureia realizaram dois trabalhos do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil em colaboração com pesquisadores do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes, do Centro de Estudos Rurais (Ceres) da Unicamp. O projeto da Nova Cartografia contava com a coordenação geral de Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade do Estado do Amazonas – UEA) e de Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ).

Figura 19. Senhor Onésio do Prado fazendo manejo de banana.
Fonte: Berno de Almeida e Marin (2013).

As equipes de pesquisa de campo e trabalho de escrita, as quais envolviam pesquisadores da Unicamp e caiçaras da UMJ e AJJ, foram coordenadas pelo professor Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (Antropólogo da Unicamp) e pelo Dr. Augusto Postigo (Antropólogo formado pela Unicamp), e pelos caiçaras Dauro Marcos do Prado e Adriana de Souza de Lima.[19]

Essa colaboração resultou em duas publicações:

- **Boletim informativo:** Conhecimentos Tradicionais e Mobilizações Políticas: A luta das comunidades tradicionais da Jureia pelo direito de permanência em seu território e manutenção da sua cultura – litoral Sul de São Paulo;

- **Fascículo:** Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – São Paulo: Comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape/Peruíbe.

Figura 20. Comunidades lotam Audiência Pública em Peruíbe para discutir a recategorização da Estação Ecológica Jureia-Itatins. Fonte: Berno de Almeida e Marin (2013).

O objetivo das duas publicações estava em apresentar, na época, as reivindicações das comunidades tradicionais que exigiam a reclassificação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, área de proteção integral, para Reservas de Desenvolvimento Sustentável que permitissem a permanência e o modo de vida caiçara.

As duas publicações apresentam parte da história das comunidades tradicionais da Jureia e dos efeitos da EEJI sobre o modo de vida. Os conhecimentos tradicionais associados à roça itinerante, à pesca e ao fandango também compõem parte expressiva dos materiais. Os caiçaras e a equipe de pesquisadores da Unicamp também construíram um mapa com a proposta caiçara de reclassificação da EEJI que seria apresentado posteriormente aos órgãos ambientais gestores (ver item Proposta de reclassificação de Estação Ecológica Jureia-Itatins para Reserva de Desenvolvimento Sustentável desta Experiência).

19 Outros caiçaras e pesquisadores colaboraram no Boletim Informativo e no Fascículo da Nova Cartografia. Mais informações sobre esses trabalhos, bem como sobre o projeto completo da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil podem ser consultados em: http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil/. Acesso em: 2 jun. 2020.

16.1.6.2. Painel da Biodiversidade dos Caiçaras da Jureia[20]

Caiçaras: *Adriana de Souza de Lima (UMJ), Dauro Marcos do Prado (UMJ), Anderson do Prado Carneiro (AJJ), Edmilson de Lima Prado (AJJ), Heber do Prado Carneiro (AJJ), Karina Ferro Otsuka (AJJ), Marcos Venicius de Souza Prado (AJJ), Paulo César Franco (AJJ), Pedro Sardinhada do Prado (AJJ), Zeli Aparecida de Souza (AJJ)*

Antropólogos: *Carmen Andriolli (UFRRJ), Rodrigo Ribeiro de Castro (Unicamp)*

Coordenação: *Manuela Carneiro da Cunha (USP/Universidade de Chicago – Antropóloga), Mauro William Barbosa de Almeida (Unicamp – Antropólogo)*

O Painel da Biodiversidade teve o objetivo de descrever detalhadamente algumas atividades tradicionais ligadas à agricultura caiçara. Ele foi realizado em 2016 pela UMJ e AJJ em colaboração com a antropóloga e professora Dra. Carmen Andriolli (UFRRJ) e com o mestre em antropologia Rodrigo Ribeiro de Castro (Unicamp), e contou com coordenação geral da professora Dra. Manuela Carneiro da Cunha (USP e Universidade de Chicago) e do professor Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (Unicamp). O projeto fez parte de uma pesquisa financiada pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Algumas das questões abordadas no “Painel” foram:

1. Em que a biodiversidade beneficia a vida das comunidades da Jureia?

2. O que é uma boa vida e como esta se relaciona com os recursos naturais?

3. Quem tinha ou tem o direito de fazer atividades nas diferentes áreas da Jureia, como na floresta, no rio, no mar?

4. Como eram negociadas as regras de uso dos recursos naturais?

5. Quem tinha ou tem direito de entrar nas comunidades?

6. Há diferenças entre a biodiversidade no passado e no presente?

7. O que podemos sugerir enquanto políticas públicas para beneficiar a biodiversidade e as comunidades?

Essas questões foram respondidas de forma detalhada, a partir de um diálogo entre os moradores das associações envolvidas, de visitas e conversas com outros moradores de comunidades da Jureia, bem como de registro de áudio, foto e vídeo das atividades associadas à roça.

---

20 Ao longo de todo este capítulo, as palavras e expressões grafadas em itálico referem-se a termos locais, usados pelos caiçaras. Os textos em negrito são relatos de entrevistados que ilustram respostas ao Painel da Biodiversidade da ONU.

Entre os dias 2 de fevereiro e 11 de março de 2016, a equipe trabalhou na concepção de uma metodologia para elaborar e organizar o material a ser utilizado no texto do Painel. Os trabalhos de pesquisa de campo, de documentos, bibliografia e escrita foram feitos conjuntamente. Nesse processo, a complementaridade das capacidades individuais, entre conhecimentos tradicionais, técnicos e científicos permitiu a conclusão de um trabalho que adentra, minuciosamente, em práticas e conhecimentos dos caiçaras sem, contudo, ignorar os âmbitos da vida social que as famílias das comunidades preferem manter em sigilo.

Introdução

Os dados apresentados neste relato consistem em dados etnográficos sobre o modo de vida das comunidades tradicionais da região da Jureia, sobretudo o detalhamento de algumas atividades. Abordamos tais objetivos focando na relação entre o modo de vida e a conservação da natureza, tanto no passado quanto no presente, a fim de elucidarmos que o modo de vida praticado por essas comunidades é compatível com a preservação da natureza.

A região pesquisada corresponde ao território do atual Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (Parque Estadual do Itinguçu, Parque Estadual do Prelado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Despraiado, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, Reserva de Vida Silvestre (RVS) Ilhas do Abrigo e Guararitama, e Estação Ecológica Jureia-Itatins), denominada aqui de Jureia, que se encontra em parte dos municípios de Iguape e Peruíbe, no litoral sul do Estado de São Paulo, e atinge ainda os limites dos municípios de Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu no sentido continental do Vale do Ribeira.

Neste relatório, apresentamos dados coletados na pesquisa de campo realizada no mês de fevereiro de 2016 (entre os dias 2 e 24), especificamente nas reuniões para o Painel da Biodiversidade da Organização das Nações Unidas (ONU), através de conversas e entrevistas realizadas na comunidade do Prelado e em rodas de conversas realizadas com os pesquisadores locais na Barra do Ribeira. Foram utilizados também dados coletados em pesquisas de campo realizadas em 2012 e 2014 por pesquisadores do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA) vinculado ao Centro de Estudos Rurais (Ceres) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O início do trabalho se concentrou na Barra do Ribeira, onde organizarmos e avaliarmos os dados elaborados pelo grupo de pesquisadores locais e acadêmicos. Essa revisão, organização e avaliação dos dados foi fundamental para guiar os passos seguintes da pesquisa. Para tanto, a Equipe de Trabalho se dividiu e fez uma primeira organização dos dados. Uma reunião de planejamento foi realizada. Ao conversarmos e expormos o que cada um havia organizado, percebemos que tínhamos muitas informações sobre variados temas (roça, pesca, caça, extrativismo), que ocorriam no passado ou no presente, mas que nos faltava o detalhamento de um ou mais temas (segundo objetivo deste relatório). Decidimos, então, aproveitar que estávamos próximos geograficamente de um antigo morador tradicional que é um excelente artesão, seu Carlos, para fazermos um dia de campo com ele, especificamente acompanhá-lo *no mato* e, posteriormente, em sua casa para o fabrico de algum dos artefatos que produz

(cestaria, instrumentos musicais, canoas). Agendamos previamente um dia para o encontro. A ideia era deixá-lo à vontade para fazer o objeto que escolhesse desde a retirada da matéria-prima, mas considerando o limite de tempo que tínhamos, não seria possível, por exemplo, acompanhar a fabricação de uma canoa, sobretudo porque seria necessário ter autorização para a retirada da madeira. Pensamos, inicialmente, que o ideal fosse acompanhar a fabricação de uma peneira, cesto, tipiti ou vassoura. No dia marcado, ao chegarmos à sua casa do seu Carlos, sua filha nos avisou que ele tinha tido um mal-estar (tontura) logo de manhã, mas que talvez fosse passageiro. Resolvemos esperar uns 30 minutos em uma área próxima à casa dele, localizada no Prelado. Retornamos e fomos informados por sua filha que ele ainda não estava bem. Resolvemos cancelar a atividade, nos comprometendo a ligar para saber se ele havia melhorado e se poderia nos receber em algum outro dia. No dia seguinte, ligamos e fomos informados que seu Carlos ainda não estava recuperado. Preferimos, então, deixá-lo descomprometido a realizar a atividade, mas indicamos que voltaríamos a procurá-lo ainda na mesma fase do trabalho de campo ou nas posteriores.

Diante disso, voltamos ao cenário anterior: muitos dados, mas sem detalhamento. Paralelamente a esse acontecimento, continuamos a trabalhar nos dados que tínhamos elaborado em reuniões e entrevistas em 2012 e 2014. Decidimos, então, focar na organização de um quadro com o perfil dos ambientes e das atividades que são realizadas em cada um desses ambientes, tomando como base a comunidade do Grajaúna. Para tanto, utilizamos os dados coletados nas pesquisas de campo anteriores (2012 e 2014) e em rodas de conversas com os pesquisadores locais e na elaboração de um croqui pelos mesmos (item Perfil de uso tradicional de um máximo de ambientes da comunidade do Grajaúna deste relatório).

Em paralelo a essa atividade de campo, a Equipe de Trabalho decidiu detalhar uma das atividades tradicionais caiçaras. Para isso, Dauro e Adriana, ambos da UMJ, se dispuseram a pensar e descrever o saber/fazer relacionado à roça de mandioca (item Roça de mandioca caiçara). Este material poderá ser aprofundado no futuro, através de um acompanhamento *in loco* das etapas da roça, mas já configura uma prévia significativa da memória dessa prática por parte dos caiçaras.

Este foi o cenário que guiou nosso trabalho de campo. Através dele, decidimos a estrutura do presente relatório.

No item Perfil de uso tradicional de um máximo de ambientes da comunidade do Grajaúna, apresentamos um quadro com o perfil de ambientes utilizados pelos moradores do Grajaúna, com a definição de cada perfil, bem como a descrição das atividades realizadas. A ideia de elaborarmos este quadro foi baseada no Parecer Antropológico elaborado pelo professor Mauro William Barbosa de Almeida, que descreve o uso de um máximo de ambientes naturais pelos caiçaras e agricultores tradicionais da Jureia. O quadro foi construído de forma colaborativa e passou por várias reformulações, conforme os próprios pesquisadores aprofundavam o detalhe da descrição. Os desenhos que compõe esse trabalho são do caiçara Heber do Prado Carneiro (AJJ).

No item Roça de mandioca caiçara, apresentamos a roça de mandioca. Não foi possível acompanhar o fazer da roça. O exercício que fizemos foi pensar no passo a passo que é praticado por aqueles que fazem esse roçado e descrevê-lo em detalhe. O passo a passo foi coordenado por Dauro e Adriana que, em conjunto, criaram uma forma de expô-lo para a Equipe de Trabalho que, em seguida, compôs o texto de maneira que o detalhamento do saber/fazer que envolve o cultivo da mandioca na região da Jureia pudesse ser apresentado de modo consentido pelos moradores envolvidos.

A Equipe de Trabalho procurou participar de forma colaborativa em todas as etapas do processo de pesquisa e de escrita do relatório. Dessa forma, procurou dar legitimidade às informações que coletou em campo.

Perfil de uso tradicional de um máximo de ambientes da comunidade do Grajaúna

Apresentamos os diferentes ambientes de acordo com o uso tradicional da comunidade do Grajaúna. Para compô-lo, utilizamos dados de 2012 e 2014 reunidos e analisados em pesquisas de campo realizada por pesquisadores do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes com moradores desta e de outras comunidades da Jureia. Tais pesquisas embasaram o Boletim Informativo e o Fascículo do projeto Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (2013), bem como o Parecer Antropológico sobre as Comunidades Tradicionais da Jureia (2014), ambos coordenados pelo antropólogo Dr. Mauro William Barbosa de Almeida. Além desses dados, utilizamos informações reunidas em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2016 pela Equipe de Trabalho formada por pesquisadores locais e acadêmicos para a elaboração deste Relatório.

A existência de utilização de um máximo de ambientes pelos caiçaras da comunidade do Grajaúna já havia sido apontada pelo Parecer Antropológico. Para perfilar os ambientes, a Equipe de Trabalho realizou reuniões internas para discutir quais eram as categorias locais que distinguiam e especificavam as características das áreas que, de acordo com a percepção dos moradores, são utilizadas historicamente. Inicialmente, Heber Carneiro do Prado, morador e

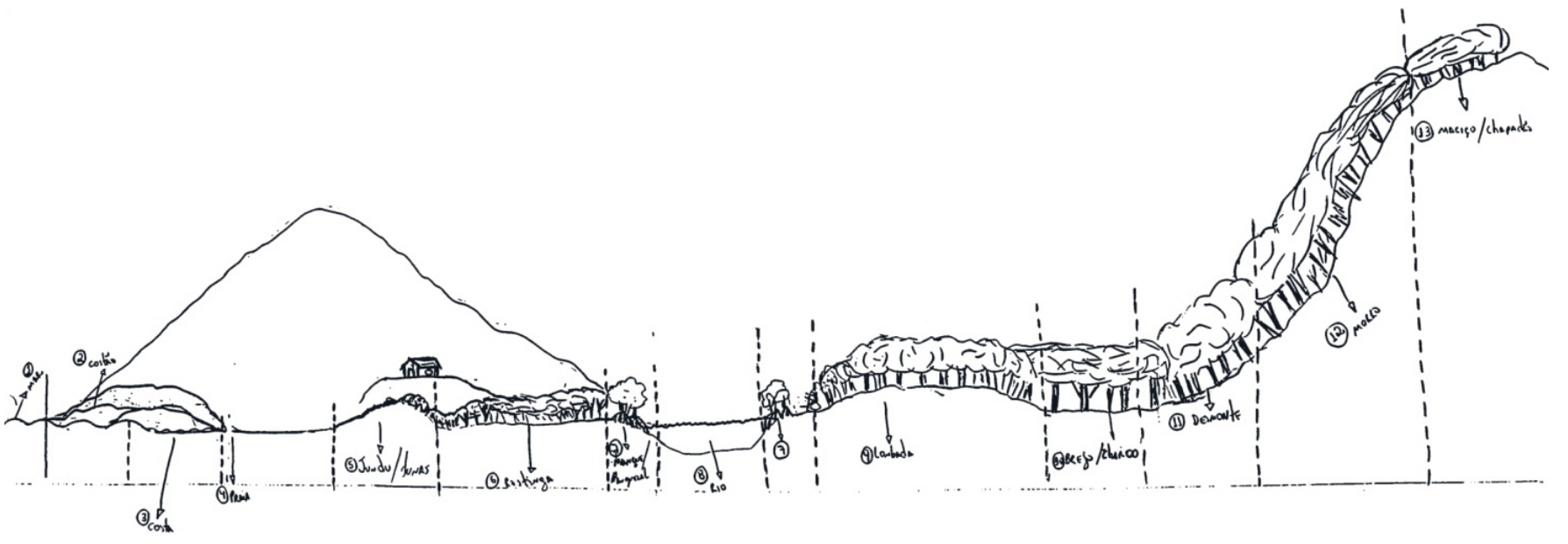


Figura 21. Múltiplos ambientes manejados pelos caiçaras. Fonte: Este e os demais desenhos do Painel da Biodiversidade foram feitos por Heber do Prado Carneiro, caiçara da Comunidade do Grajaúna.

pescador tradicional, elaborou um desenho para ilustrar, por meio de um corte longitudinal, o perfil completo da área que abrange do mar ao topo do morro (apresentado na Figura 21). Em seguida, decidimos que cada ambiente seria detalhado por meio de alguns itens que estipulamos: uma Descrição (características do solo, das plantas, dos animais, da altitude média); as Atividades (trabalhos realizados, atividades lúdicas); os Instrumentos e Técnicas utilizados nessas atividades; o Período em que são realizadas (considerando maré, lua, vento) e os Produtos, principalmente, alimentícios que derivam delas. Com isso, os pesquisadores locais preencheram os itens utilizando a denominação local. Por fim, o grupo como um todo auxiliou na organização do material elaborado. Esta é uma primeira versão desse perfil. Nossa ideia é, em um próximo período de pesquisa, percorrer esse corte longitudinal com diferentes pessoas que residem/residiam na comunidade do Grajaúna a fim de registrar outros olhares, sobretudo diferentes modos de nomear/fazer/usar os ambientes.

Os ambientes que elencamos no perfil foram: Mar/Costão, Mar/Costa, Praia, Jundu, Lombada, Mangue, Rio, Brejo/Várzea, Desmonte, Morro/Serra. Surgiu, também, a Mata que é um termo utilizado nas comunidades para denominar um local muito visitado por seus moradores tradicionais e que é encontrado em diferentes perfis de uso nos diversos estágios florestais. Nesses ambientes são encontradas e utilizadas várias espécies que fazem parte da qualidade de vida e reprodução cultural caiçara, como, por exemplo, a madeira de lei, cipós, plantas medicinais, em estágios como Tiguera (2-3 anos), Capoeirinha (5-7 anos), Capoeira (10-15 anos), Capoeirão (15-40 anos) e Coivara (40-100 anos).

Na Mata (ou mato) há espécies de madeira para fazer casa, canoa, pilão e remo, entre elas: canelas, ipê, maçaranduba, araribá, guanandi, araçá-piranga, cambucá, figueiras, jataí (jatobá), pau-de-óleo (copaíba), peroba, guatambu, vatinga, timbuva, *nhiuva* (seguindo aqui a denominação local). Encontra-se também uma variedade de cipós, como: imbé, timbopeva, abuto, caboclo, escada-de-são-joão, unha-de-gato e cambira. Plantas medicinais: cascas, folhas, fibras, raízes, frutos, sementes, óleo, vinho, breu, látex, resina. Na mata também se encontra uma diversidade de animais, como: anta, cateto, cutia, paca, tatu, macaco-prego, macaco mono-carvoeiro, macaco bugio, *vanguelo* (esquilo), quati, irara, onça, queixada, porco-do-mato, saruê ou raposa, cachorro-do-mato. Pássaros: macuco, jacus, tucanos, saripoca, pavô, uru, jaó, nhambu ou inambu, araponga, surucuá, tiê-sangue, sabiá, pomba, gralha, periquito, baitaca, urutágua, coruja, gavião, sanhaço, bem-te-vi, suiriri, saíra, tangará, papataoca, corre-pau. Répteis e anfíbios como: cobras, sapos, rãs, jacarés, camaleões, lagartos. Insetos: aranhas, grilos, ambiras, pernilongos, butuca, borrachudo, libélula, mamangava, vespa, panapaná, *tabejuã* (*catinguenta*), formiga, carrapato, bicho-pau e cigarra. Alguns animais que vivem na mata passam por todos os ambientes em todos os diferentes estágios, desde a praia até os morros, ficando mais tempo nas capoeiras devido à quantidade de alimentos encontrados nas roças. As atividades realizadas são: extração de madeira, cipós, taquara, palha, sementes, vinhos (jatobá), frutos, plantas e cascas medicinais, água, roça de mandioca, feijão, milho, arroz, banana, cana, batata, cará, inhame, espécies frutíferas.

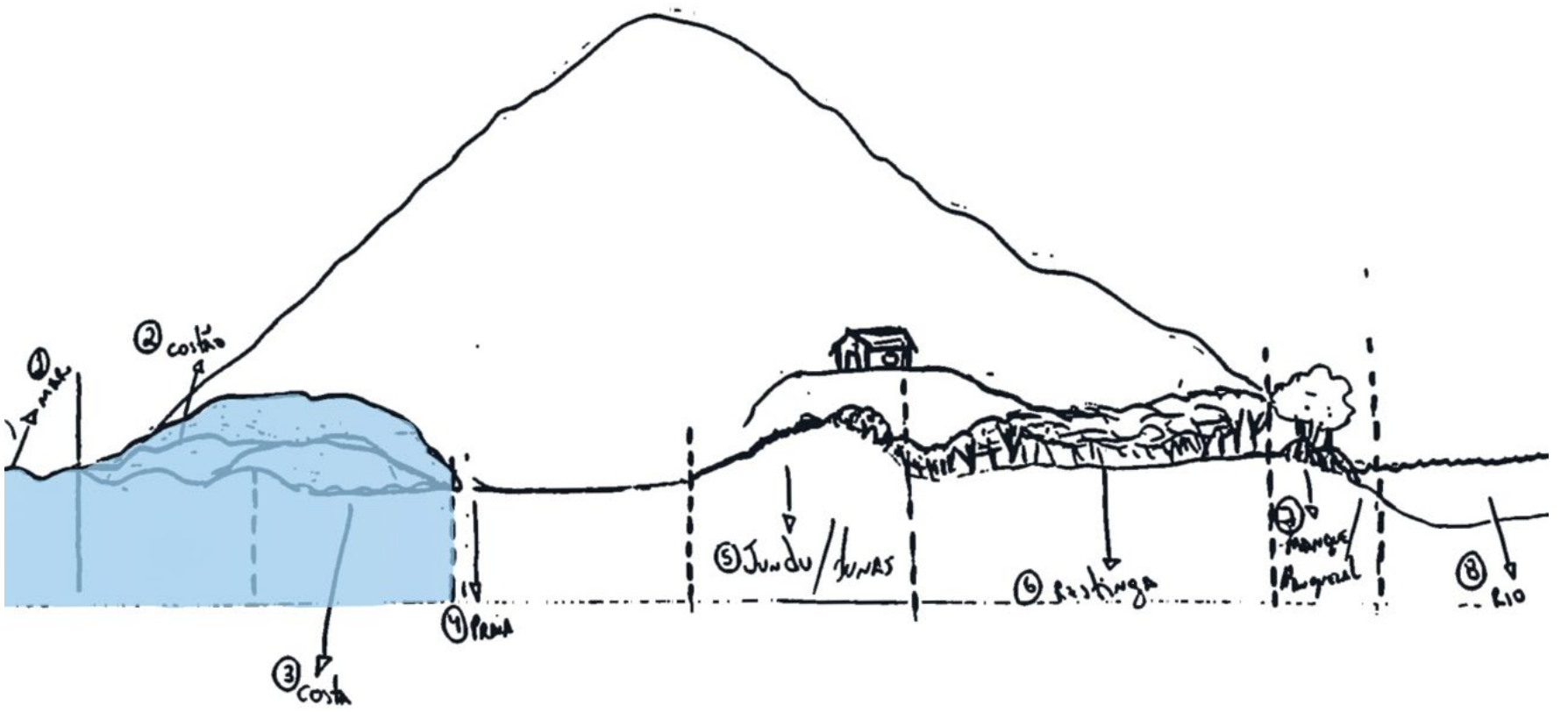
Em nossas discussões, o comum era concluirmos que esses ambientes são integrados. Tanto os elementos naturais apontados para seu detalhamento, como tipos de solo, animais e plantas, quanto a simultaneidade das atividades tradicionais destacadas apontam para uma relação ser humano/ambiente complexa e que mostra a especificidade do modo de vida dessas comunidades tradicionais. No caso dos moradores da comunidade do Grajaúna e Rio Verde, a combinação de suas atividades tradicionalmente realizadas, como a pesca no rio e no mar, o extrativismo, a agricultura e coleta de pequena escala nos diferentes ambientes são marcadas pelo emprego do conhecimento tradicional e por seu baixo impacto sobre os recursos naturais.

Essas atividades estão respaldadas legalmente pela legislação específica do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (Lei nº 14.982/2013), pelo Decreto nº 6.040/2007, pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, ou ainda por tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, tal como a Convenção nº 169 da OIT. Apesar disso, essas atividades vêm sendo restringidas ou proibidas por falta de autorização das instituições gestoras do Mosaico, o que tem significado tanto um impacto negativo sobre o modo de vida comunitário como o desrespeito às legislações que o asseguram.

O trabalho apresentado neste Painel da Biodiversidade visa ser uma contribuição à efetivação dessa legislação e da proteção das práticas e dos conhecimentos caiçaras das comunidades do Rio Verde e Grajaúna, cujas famílias são abaladas em sua permanência no território tradicional, documentalmente comprovada por títulos de posse derivados da Lei de Terra de 1850. Essa habitação histórica embasa o uso tradicional dos múltiplos ambientes maximamente diversos da comunidade do Grajaúna e Rio Verde. A análise da composição desses ambientes será aprofundada por meio de descrições densas das atividades empregadas por seus moradores em um próximo período de campo.

As descrições abaixo seguem a denominação tradicional de atividades que já foram ou ainda são parcialmente realizadas, sendo o seu detalhamento fruto da memória viva dos caiçaras e não diretamente, devido às proibições ambientais, das práticas dos moradores.

Mar/Costão



Descrição

Costão de pedra, onde o morro desce até o mar. Tem uma faixa de aproximadamente 50 metros de pedra entre a mata e o mar. Nas pedras que ficam na beira da água, onde todos os dias bate a água do mar, criam-se os mariscos, ostras, cracas e outros moluscos e crustáceos. Nesse local, vivem os guaiás, siris, peixes e algas que também servem de alimentos para outras espécies de peixes, tartarugas, arraias, dentre outros. Já na área oposta, onde não bate água do mar, se encontram outros animais, como algumas espécies de cobras, atobás, lagartos, gaivotas, gaviões e outros pássaros que ali fazem seus ninhos ou vêm se alimentar. Há também no costão plantas como: orquídeas, mandacarus, caraguatás, araçás, caetés, dentre outras.

Atividades

- Pesca de linha
- Pesca de varejão/caniço
- Tirar marisco
- Pegar saquaritá
- Pegar caranguejo
- Pegar siri
- Pegar alga
- Jogar tarrafa

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Sarapoa, varejão, tarrafa, linha, anzol, chumbada, cesto, arpão, saco, cesto/jacá

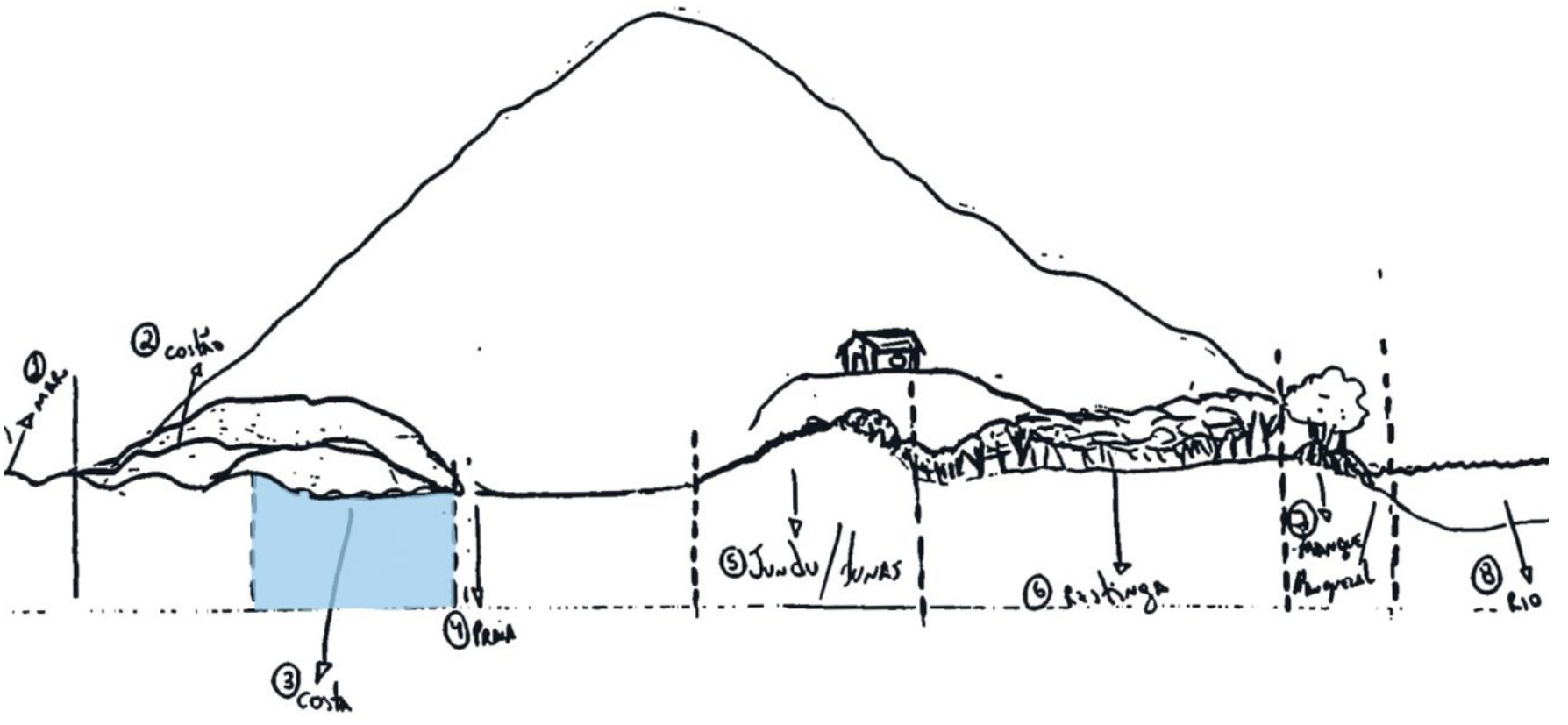
Quando?

- Durante o dia
- Maré baixa
- Mar manso
- Lua cheia ou lua nova

Produtos

Sargo, parati-barbudo, garoupa, badejo, pampo, paru, marimbá, pescada, bagre, roncador, caraputanga, caranha, cação, raia, miraguaia, marisco, siri, caranguejo guaia, saquaritá, lagosta, boca-de-fogo, algas.

Mar/Costa



Descrição

Área na região da linha d'água da praia para o mar até o lagamar de fora (área mais funda), onde não tem mais *quebrança*.

Atividades

- Pesca tradicional
- Pesca artesanal
- Jogar tarrafa
- Lancear (picaré)
- Uso de rede estaqueada (ou rede de espera)
- Pesca com groseira
- Pesca de cacear (pesca de caceio)

- Pesca com linha de mão
- Pesca com arpão

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Tarrafa, rede, linha de mão, calão da rede, Corda, groseira, arpão, linha, anzol, chumbada, boia, poita.

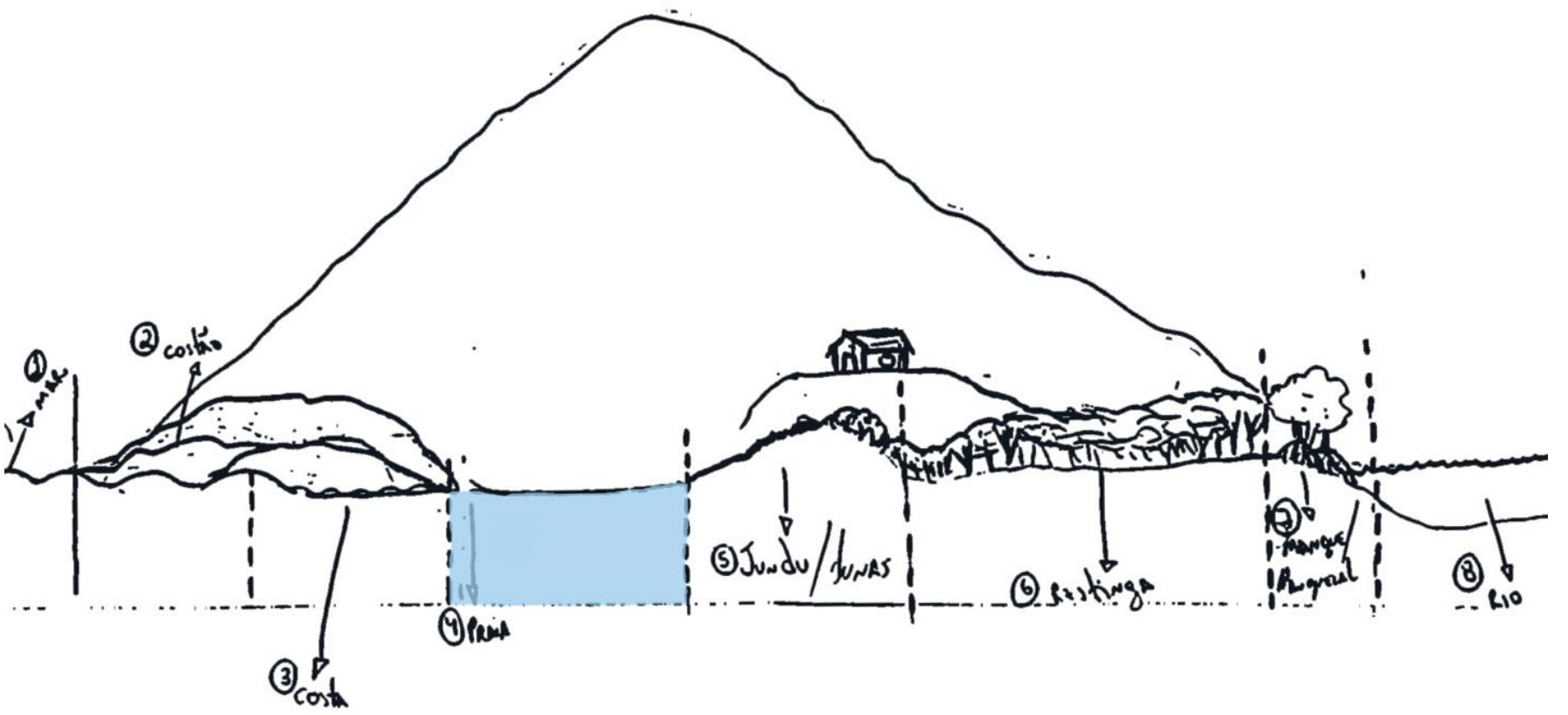
Quando?

Na reponta da maré a pesca é boa o ano inteiro, respeitando a piracema e o defeso. A depender do tipo de pescaria, a atividade pode ser melhor de dia ou de noite, com água clara ou turva.

Produtos

Parati, tainha, caratinga, robalo, robalão, prejereba, salteira, gravevê, sororoca, enchova, cação, pescada.

Praia



Descrição

É faixa de areia que vai da área do jundu até a linha d'água do mar. Ali vivem animais como pegoava, tatuíra, garoçá, corrupto, caxiloló (pequeno molusco), siri, dentre outros. Área utilizada para lazer.

Atividades

Utiliza-se a faixa de areia para diversas atividades de lazer e para a alimentação, como, por exemplo, tirar pegoava, tatuíra, corrupto (para isca).

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Com as mãos, redinha, com o pé e bomba de cano de PVC.

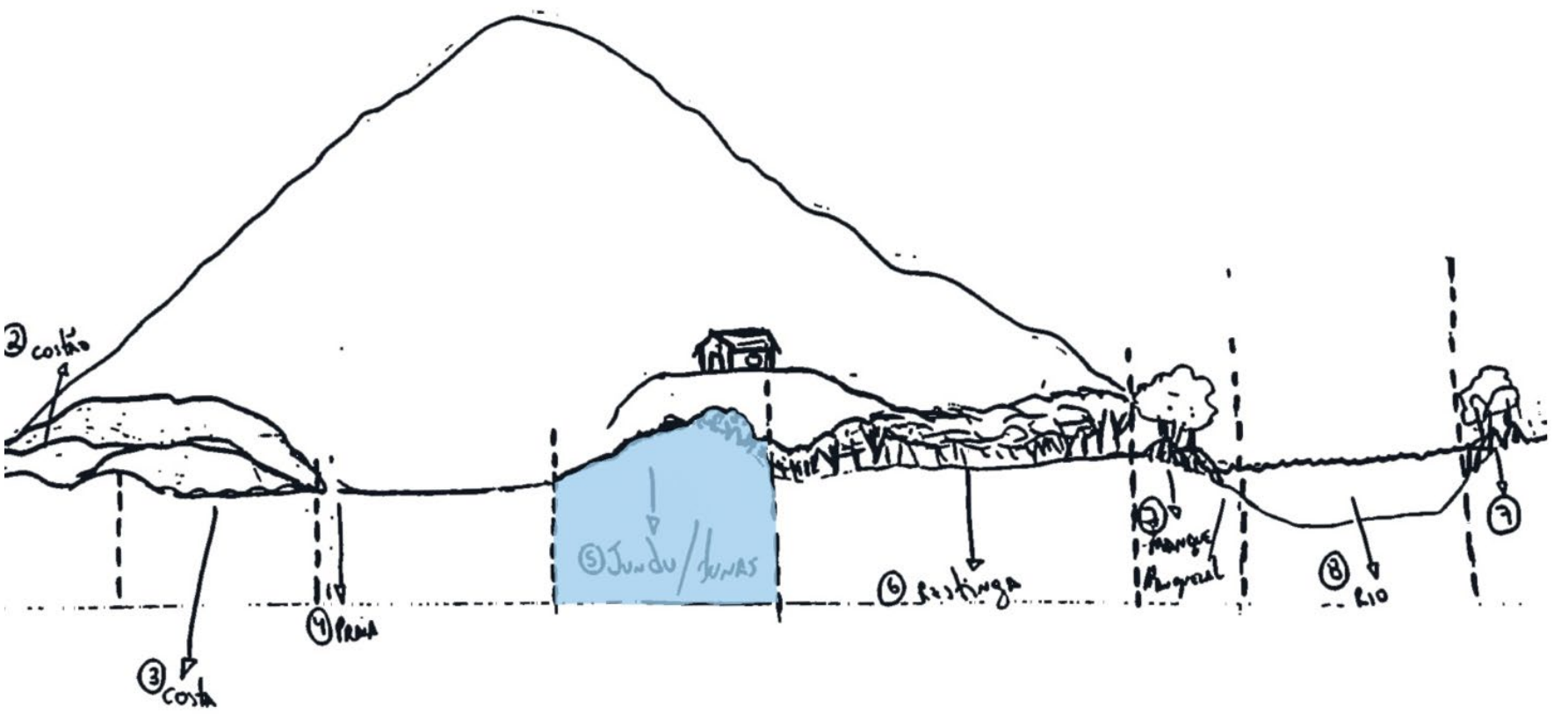
Quando?

Durante o dia e com mar manso.

Produtos

Pegoava, tatuíra, corrupto (para isca).

Jundu



Descrição

É uma área de barranco de mata rasteira depois da praia, no sentido do morro, com solo arenoso, salgado, com pouca diversidade de vegetação. Predominam espécies de plantas como a curuanha, roseta, verdoega da praia, marmelo, caraguatá, orquídea, orquídea-sumba-rê, cambucá, dentre outros.

Atividades

Coleta de fruta de mandacaru, ervas medicinais (baleeira), verdoega da praia.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Com as mãos por mulheres e crianças

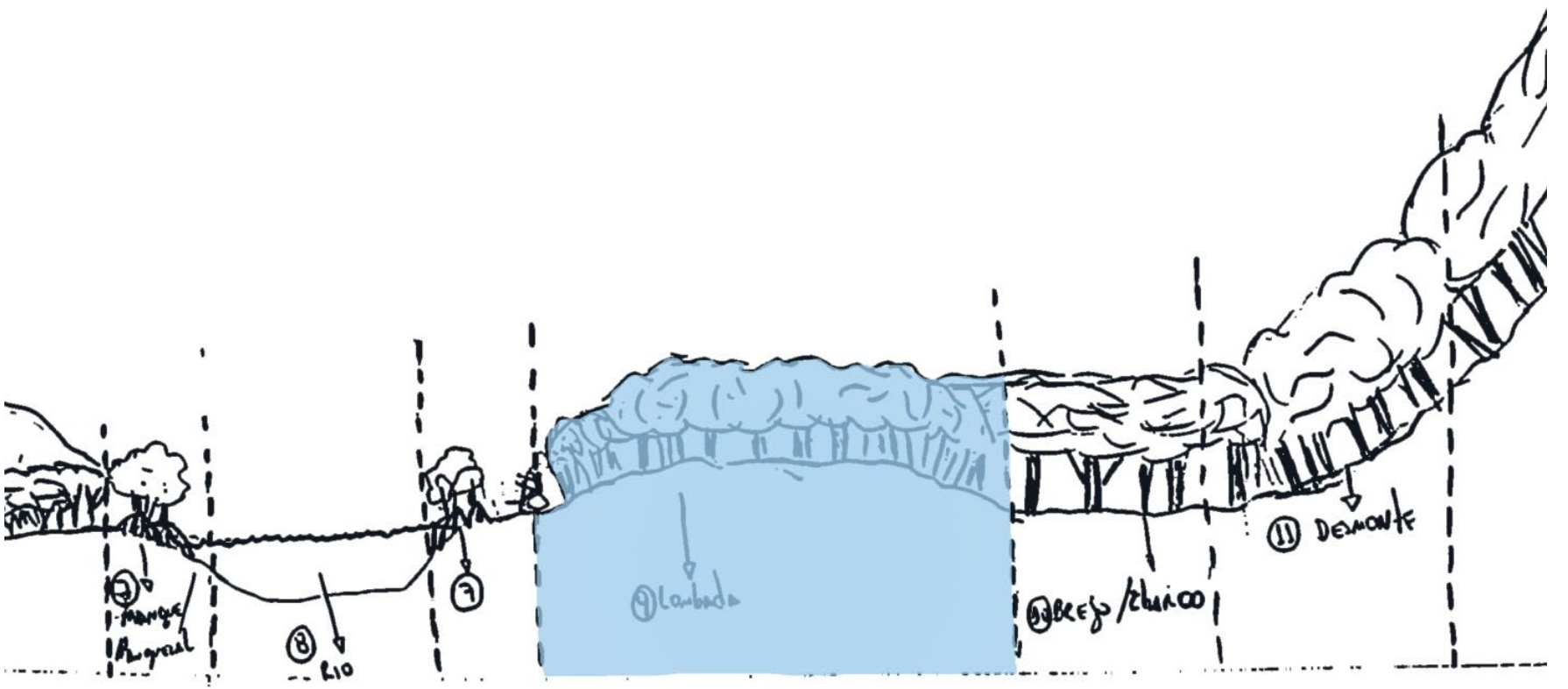
Quando?

Durante o dia ao longo do ano. O mandacaru é colhido entre outubro e novembro.

Produtos

Fruta de mandacaru, ervas medicinais (baleeira), carqueja, aroeira, verdoega da praia.

Lombada



Descrição

É um lugar depois do jundu, seco, arenoso e mais alto que a praia. A lombada é dividida em lombada alta e lombada baixa. Na lombada alta predominam árvores caúna e araçá e outras como vapeguaçu, vapemirim, *nhumirim*, tucum, capororoca, taquara de lixa e taquarinha. Na lombada baixa o solo é mais duro, onde tem mais acúmulo de água e não é adequado para roça. As espécies que predominam são palmeiras como *jarová*, tucum, *brajumirim*, brejaúva, vapeguaçu. Esse ambiente é usado para coleta de plantas, frutos e cipós.

Atividades

Roça de feijão, mandioca, milho, melancia, abóbora, batata-doce, pitanga, caju, abacate, abacaxi e cana.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Sozinho, ajutório, ademão (mutirão). Primeiro se faz a escolha de uma área boa para plantio. Os elementos que caracterizam uma área boa para plantio são: solo escuro/terra preta, observar se tem brusca (matéria orgânica), com capoeirão (floresta antiga/20 anos), terra solta. Os passos seguintes são: roçar (foice), derrubar (machado), desgalhar/picar (foice/machado), fazer o aceiro (foice, rastelo feito de galho, enxada), queimar contra o vento, fazer o plantio (modo específico para cada cultura), fazer a carpina (com a mão e um podão) e colher.

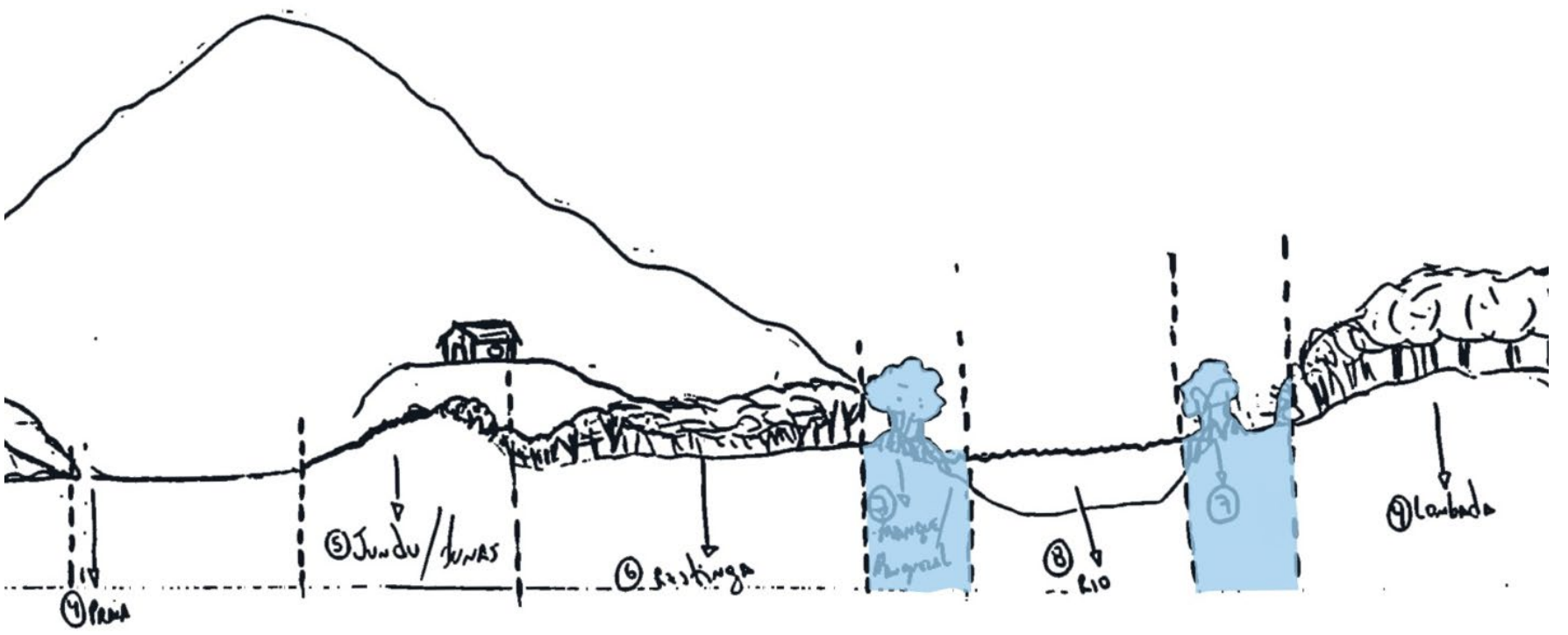
Quando?

Julho a novembro
Derrubada: com sol
Plantio: lua minguante
Colheita: com sol

Produtos

Feijão, mandioca, milho, melancia, abóbora, batata-doce, pitanga, caju, abacate, abacaxi, cana e derivados.

Mangue



Descrição

Localizado entre as lombadas, o rio e o mar. Área alagada com influência do mar. Quando a maré sobe, o rio enche e inunda (aproximadamente 1 metro) o mangue e as tocas de caranguejo. É composto por uma lama com cheiro forte. Solo rico em matéria orgânica (folhas, troncos, restos de animais, conchas). Predominam árvores mangue vermelho, preto, branco,

orquídeas, bromélias, *guatupê*, marmelo, capim-de-corte. É uma região de criadouro de várias espécies de peixe: caratinga, parati, robalo, caraputanga, vivoca, cara-preta, linguado, tainha e outras espécies marinhas como: camarão, marisco, ostra, siri, caranguejo uçá), de aves (guará, biguá, martim-pescador, socó, pato-do-mato, colhereiro, garças). Outros bichos utilizam o mangue para alimentação (jacaré, mão-pelada, lontra, capivara, paca, cachorro-do-mato e gambá).

Atividades

Tirar caranguejo, ostra.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Utilizam-se as mãos, a tarrafa, a vara, a fisga, o puçá (é uma armadilha em formato de arco, antigamente feito de taquara, atualmente de ferro, preso a uma rede em forma de saco), o facão, o covo. O covo é uma armadilha tecida com bambu e cipó, com formato cônico, afunilado em sua parte superior. Na parte inferior o covo tem uma abertura que permite a entrada do peixe. Nessa extremidade é encaixado um segundo covo menor, chamado de “filho”, dificultando a saída do peixe da armadilha depois de entrar no covo interno.

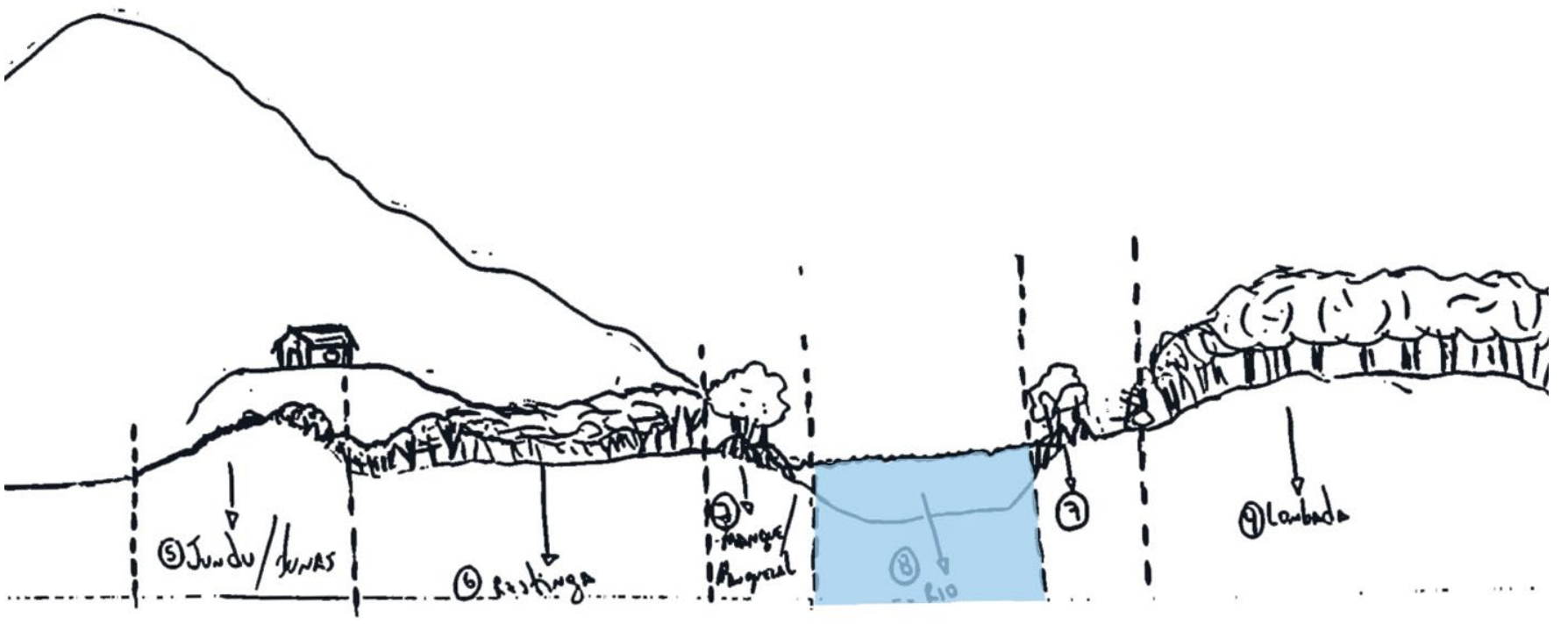
Quando?

Durante o dia
Maré baixa (pescar, tirar caranguejo e ostra)
Lua cheia, nova (quando não tem muito mosquito porvinha)
Respeitar defeso e piracema

Produtos

Caranguejo, ostra e siri.

Rio



Descrição

Os rios se formam a partir das nascentes, olhos d'água nos morros/serra, descem pelo desmonte, passam pelas lombadas, brejos, mangues e deságuam no mar. As espécies de peixes se dividem em três áreas distintas: águas doce (lambari, pequira, lisbão, piaba, robalo, traíra, viramundo, *nhundiá*, pitu, lagostinha, salobras, cará, mandi, manditinga) e salgadas (tainha, parati, carapitanga, caratinga, robalo, vivoca). O Rio também recebe visita de outros animais como: capivara, lontra, paca, jacaré, mão-pelada, cachorro-do-mato, jaguatirica e aves como: saracura, gavião, jaçanã, socó, martim-pescador, pato-do-mato, marrequinha, frango-d'água e anta.

Atividades

Pesca, banho, lavar roupa, limpar peixe.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Pesca de rede, fisga, covo, arpão, linhada, tarrafa, vara, canoa, barco, remo.

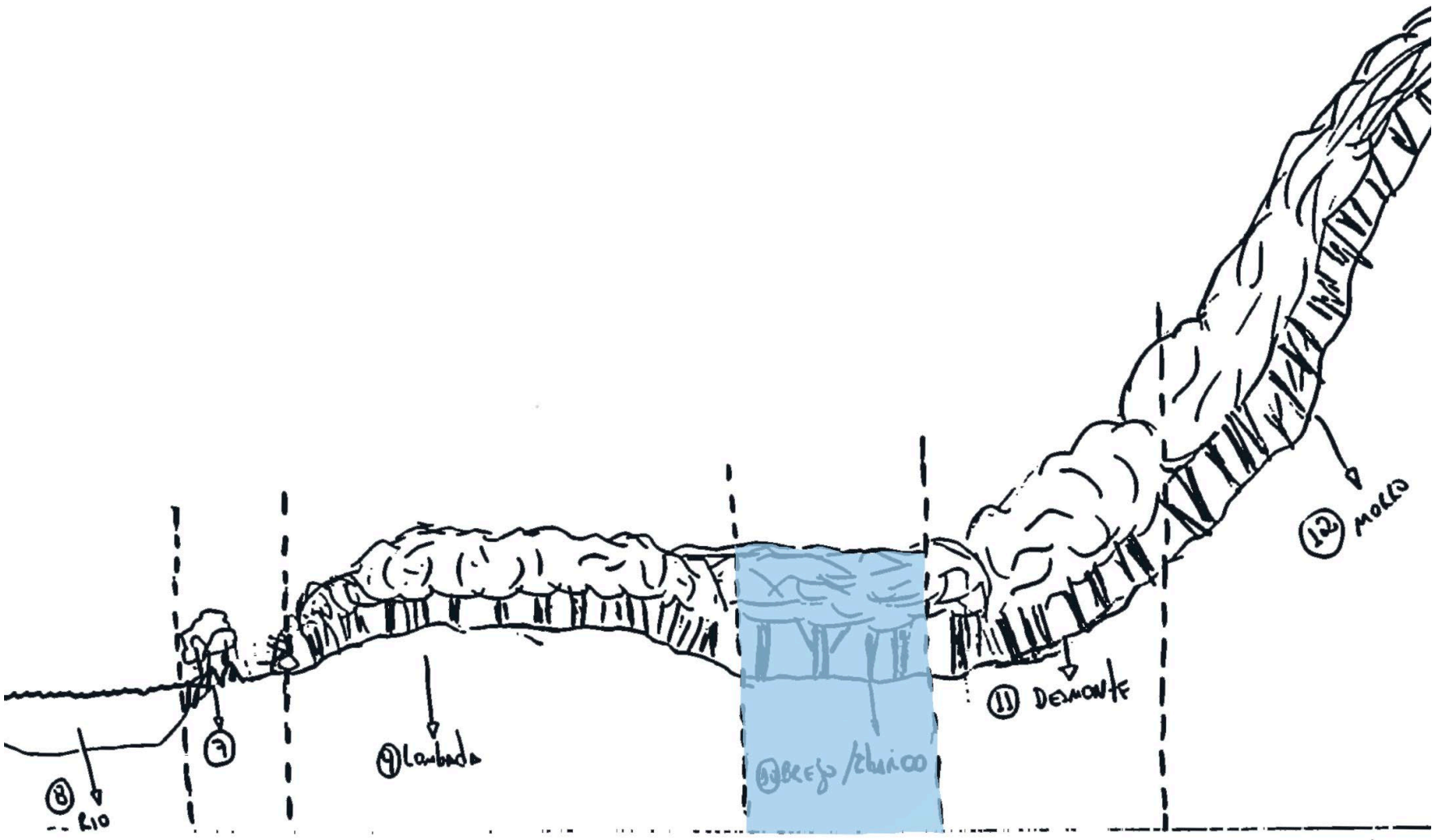
Quando?

Dia, noite em qualquer época do ano respeitando a piracema e o defeso na lua nova com o rio baixo.

Produtos

Lambari, pequira, lisbão, piaba, viramundo, *nhundiá*, pitu, lagostinha, cará, mandi, manditinga, traíra, tainha, parati, carapitanga, caratinga, robalo, vivoca, peixe salgado e defumado.

Brejo/Várzea (*vargeado*)



Descrição

O Brejo encontra-se entre o desmonte e/ou a lombada e o pé do morro. Trata-se de uma área alagada, encharcada, mais baixa que a várzea. É dividido em três camadas: no fundo o barro branco, seguido por pântano/lama, sobreposto por tijuco (folhas, galhos, paus apodrecendo). Nesse ambiente, predominam árvores como caixeta, ingá, cambuí, araçá-rosa, guanandi; palmeiras como palmito juçara, tucum, jacatirão do brejo e plantas como caetê-branco, xaxim, caetê-banana, banana-flor, cana-do-brejo e cipós como timbopeva, imbé, cipó-abuto, cipó-caboclo.

A **Várzea** é uma área com solo mais firme e plano, que não fica alagada o tempo todo, possui uma vegetação com muitas espécies que predominam no brejo.

Atividades

Roça de arroz

Extração de palmito, caixeta, cipó, planta e madeira.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

A roça de arroz pode ser feita individualmente, em ajutório ou ademão (mutirão). Primeiro é feita a escolha de uma área boa para o plantio. Para tanto, um facão ou foice é enfiado no solo, fazendo um corte para ver se tem o barro branco, arbustos como cana-do-brejo, ingá.

Verifica-se também se há a brusca, ou seja, matéria orgânica para queima, por exemplo, caetê-branco, capim-branco. Os próximos passos são: roçar com foice, derrubar com machado, desgalhar/picar (foice/machado), fazer o aceiro (foice, rastelo feito de galho, enxada), queimar contra o vento, fazer o plantio (de lanço, sem chucho), colher (usando o canivete), fazer um paiol (de madeira, cipó e palha com respiro de bambu na pilha de arroz) para guardar arroz, bater o arroz com os pés, abanar para tirar a palha e o arroz falhado (quebrado), (usando o apá, formato de peneira tecida com taquara, com trama bem fechada, e o arco de vara amarrado com cipó). Em seguida, põe-se o arroz no sol para secar, pilar (usando o pilão, feito de madeiras, como: maçaranduba, araribá, canela, urucurana), abanar para tirar a casca (usando o apá), separar a sanga (arroz quebrado, usado para alimentação da criação ou fazer cuscuz).

Quando?

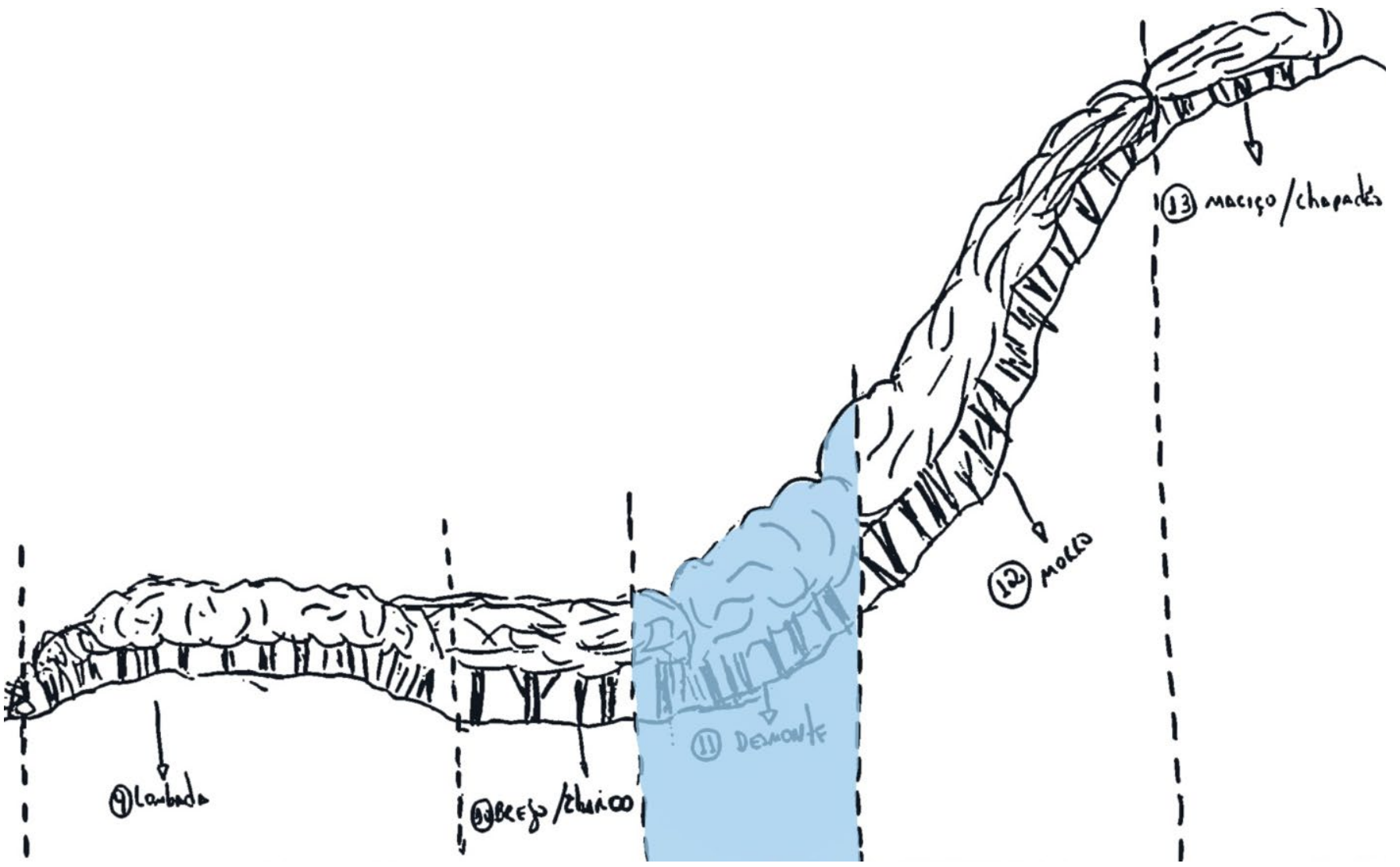
Setembro até janeiro. A derrubada deve ser com sol.

O plantio na lua minguante e a colheita com sol.

Produtos

Arroz, cuscuz, coruja, beiju, beiju de arroz com mandipuva (mandioca curtida) e orelha de padre.

Desmonte



Descrição

Área plana, na maioria das vezes localizada logo que termina o morro, em sua extremidade inferior. Possui solo úmido com areia e barro (argila), terra boa para plantio e com muitas espécies florestais, como palmito juçara, guaricana, taquara, árvores de lei para vários usos como: construção da casa, feitio de canoa e remo, dentre outros. Encontra-se uma variedade de cipós como: imbé, timbopeva, abuto, caboclo, escada-de-são-joão, unha-de-gato e cambira.

Atividades

Roça: arroz, batata, feijão, banana, cana, cará, mandioca (brava e doce), milho, café, abóbora, melancia, laranja, mexerica, abacate.

Extração: palmito, cipó, madeira e taquara.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Para escolha da área boa para plantio, procura-se: terra escura, solta, arenosa, com caetê-grande, caetê-banana, caetê branco, arbustos como araçá, pitinga, casca verde, ingá branco, capim-atã e verifica-se a existência de brusca, ou seja, matéria orgânica para queima. Para roçar essa área utiliza-se foice e enxada, depois derruba-se com machado, desgalha-se/pica-se (foice/machado), faz-se o aceiro (com foice, rastelo feito de galho, enxada). Por fim, faz-se a queima contra o vento. Com isso a área está pronta para o plantio e futura colheita.

Exemplos de plantios:

1. No Plantio de arroz e milho a roça pode ser dividida em duas para plantações separadas (uma parte com milho e outra com arroz). Usa o chucho: (aponta um pedaço de pau de 2 metros ou faz uma chanfra, depois vai chuchando o chão (furando o chão) com altura de 2 cm e distância de uns 15 cm entre um furo e outro. Jogam-se de 3 a 4 sementes de arroz em cada furo e depois a terra é remexida com rastelo de galho, para cobrir o arroz ou o milho.

2. O Plantio de feijão pode ser feito no chucho ou na enxada. Com a enxada: cava-se a terra com o canto da enxada, fazendo cova de 2 cm de profundidade (só arranha o chão) e 30 cm entre uma cova e outra. As sementes são colocadas nas covas e cobertas com a mão. Ali se deixa a marca do dedo para não perder a cova.

3. No Plantio de taiá (taioba), cará e batata-doce é feita uma leira (juntando um monte de terra) com uns 40 cm de altura, 80 cm de largura e distância de 60 cm entre cada uma. Elas são feitas para revolver melhor a terra e tirar as raízes das madeiras que ficaram na roça. Usa-se a enxada para fazer a leira e planta-se com as mãos. Entre as leiras, pode-se plantar melancia, abóbora, abacaxi, dentre outros.

Exemplo da colheita do arroz:

Para colher o arroz algumas pessoas *cortam a ferro* (ferro foice pequeno, tipo penado – ferro de cortar arroz). Toma-se um pacote de arroz que caiba na mão e passa o ferro em baixo cortando e empilhando nas madeiras da roça em camadas bem certinhas, para, posteriormente, facilitar para juntar tudo e bater depois. Monta-se uma bancada de pano, (forrado por baixo com capim e/ou folhas ou lona) num local mais limpo e alto da roça. Para bater o arroz pega-se o feixe com as duas mãos, batendo para tirar a semente do cacho com movimentos para cima e para baixo. Depois, abanam-se com a apá as palhas e coloca-se o arroz no saco. Outra forma de colheita era com canivete, cortando cacho por cacho, até encher a mão com os cachos do arroz e fazer o maço para depois colocar o arroz no saco. A colheita é dividida por eito para não deixar cachos para trás. Cada um tinha que dar conta do seu eito, pegando todos os cachos e nesse caso, já levava com o saco para casa ou para o paiol (um rancho próximo da roça feito de madeira, cipó e palha para guardar ferramentas, sacos vazios, panelas e a colheita). Quando a produção do arroz é grande, pegam-se alguns bambus para fazer uma armação de formato cônico (tipo um covo), que é colocada no meio do paiol para apoiar os maços do arroz em volta, de modo que ela fique no meio da pilha de arroz. Isto funciona como um respiro para não umedecer e não dar fungo no arroz. Dessa forma, é melhor guardar os cachos inteiros na palha do que no saco.

Para comer ou vender deve ser tirada do saco a quantidade que se necessita. Para comer tira uma quantidade de arroz e bate com os pés para tirar a semente dos cachos, depois se faz o abano para tirar a palha e o arroz falhado (quebrado). Nesse processo é usado o apá, uma peneira tecida com taquara, com trama bem fechada, e o arco de cipó. O arroz é posto no sol para secar por duas ou três horas. Depois se utiliza o pilão para separar a casca da semente de arroz. Abana-se mais uma vez. Aqui também é separada a sanga (arroz quebrado, usado para dar para a criação ou fazer cuscuz).

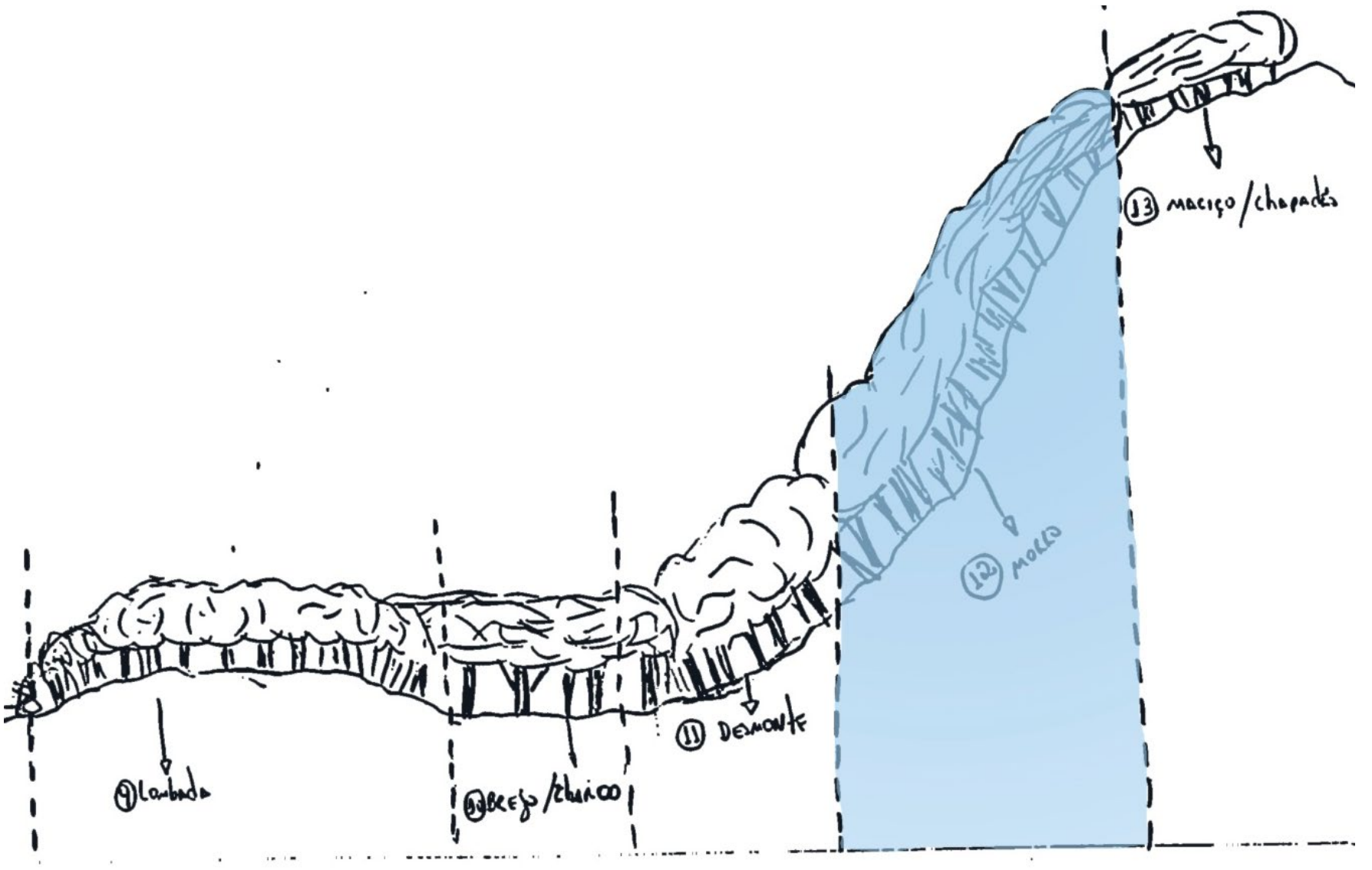
Quando?

Agosto a dezembro. Derrubada na lua minguante ou com sol.

Produtos

Arroz, cuscuz, coruja, beiju, beiju de arroz com mandipuva (mandioca curtida), orelha-de-padre. Batata, feijão, banana, cana, cará, mandioca (brava e doce), farinha branca e manema (ou d'água), mandipuva, goma, bolo, coruja, mão-na-pança, taipeiro, coro de boi (beiju grande). Milho, café, abóbora, melancia, laranja, mexerica e abacate.

Morro/Serra



Descrição

Área de formação elevada de 100 m até 1.333 m (na região da Jureia) com variações em outras regiões, formada por pedra, terra e cobertura vegetal com diversas espécies em diferentes estágios florestais como: tiguera (2-3 anos), capoeirinha (5-7 anos), capoeira (10-15 anos), capoeirão (15-40 anos), coivara (40-100 anos) e mata virgem.

Na tiguera, predominam espécies como: assa-peixe, guanxuma, erva-baleeira, carqueja, macega, pimenta-de-galinha, vassourinha, embaúva, jacatirão, *corundiúva*, aroeira, ingá, jacataúva, araçá, olho-de-cabra, caraguatá, samambaia, orquídeas, jarová, caetê, tucum, capim, papuã.

Na capoeirinha predominam as mesmas espécies anteriores em estágio mais avançado.

Na capoeira predominam: assa-peixe, erva-baleeira, carqueja, embaúva, jacatirão, *corundiúva*, aroeira, ingá, jacataúva, araçá, olho-de-cabra, caraguatá, samambaia, orquídeas, jarová, caetê, tucum.

No capoeirão predominam: jacatirão, ingá, jacataúva, araçá, olho-de-cabra, caraguatá, samambaia, orquídeas, caetê, tucum, timbopeva, taquara, imbé, palmeiras (juçara, indaiá, *jarová*), canela, peroba, ipê, timbuva, jatobá, cedro, tarumã, figueiras (branca, mata-pau, vermelha).

Na coivara predominam as mesmas espécies anteriores em estágio mais avançado e na mata virgem, espécies da coivara com mais idade, a mata que ainda não foi derrubada.

Atividades

Extração de madeira, cipós, taquara, palha, sementes, vinhos (jatobá), frutos, plantas e cascas medicinais, água.

Como? (Instrumentos/Técnicas)

Extração de acordo com a necessidade.

Quando?

Qualquer época do ano na lua minguante.

Produtos

Água, madeira para utensílios domésticos, artesanato, instrumentos musicais, para casa, canoa, remo, pilão, cestarias, lenha, remédios.

Roça de Mandioca Caiçara

Para descrever a roça de mandioca foram necessárias diversas conversas entre a equipe de pesquisadores locais e acadêmicos. Diante dos dados coletados em períodos de campo anteriores (2012, 2014) e no último período (fevereiro de 2016, sobretudo para o Painel da Biodiversidade), avaliamos que tínhamos uma gama de informações sobre os diversos roçados que eram/são cultivados pelas comunidades tradicionais da Jureia, mas não tínhamos o detalhamento de um cultivo em específico. Assim, decidimos não ir a campo para realizar a descrição. Entendemos que para esse trabalho os pesquisadores locais poderiam apresentar informações de todas as etapas dessa prática, sobretudo porque a realizam até os dias atuais sob autorização dos órgãos gestores. No entanto, isto não significa que excluiremos de uma etapa seguinte um registro em profundidade da roça de mandioca por meio de conversas com moradores e/ou ex-moradores da Estação Ecológica Jureia-Itatins, onde vivem as famílias caiçaras nas comunidades do Grajaúna e Rio Verde. Sabemos da importância desse registro em campo, sobretudo das diferentes formas de se fazer a roça de mandioca, as diferentes espécies cultivadas, os diferentes saberes envolvidos.

Além do conhecimento tradicional de parte da Equipe de Trabalho, foi utilizada como orientação inicial para este registro da roça de mandioca a organização que elaboramos para o perfil de uso de um máximo de ambientes naturais (item Perfil de uso tradicional de um máximo de ambientes da comunidade do Grajaúna, deste relatório), que engloba: uma descrição do perfil onde é praticado esse cultivo, as atividades, os instrumentos/técnicas, períodos e produtos. Posteriormente, foram acrescentadas outras questões que consideramos importantes, a partir da experiência de quem fez e ainda faz a roça de mandioca.

Dauro Marcos do Prado nascido no Rio Verde, município de Iguape-SP foi quem conduziu a descrição da roça de mandioca. Heber do Prado Carneiro, Marcos Venicius de Souza Prado, Edmilson de Lima Prado e Adriana de Souza de Lima, também membros da equipe de pesquisadores locais, auxiliaram tanto na definição do perfil do ambiente utilizado como na construção de um passo a passo dessa atividade. Glorinha, irmã de Dauro e mãe de Heber, participou do momento final, quando nós, pesquisadores locais e acadêmicos, fazíamos uma leitura coletiva para tirar dúvidas. Ela reafirmou nosso entendimento e trouxe elementos novos.

Nesse cenário de interação e trabalho conjunto, decidimos elaborar algumas questões para orientar a escrita do texto, que estão reunidas em alguns blocos, a saber:

1. O que é uma roça de mandioca? Por que fazer uma roça? Qual o significado dessa atividade? Como era antes e como é a roça hoje?

2. Quais são as variedades de rama?

3. Como definir o local da roça? Como saber se a terra está boa para plantar? Quantas roças podem ser feitas no mesmo lugar mantendo a terra boa?

4. Fazendo uma roça de mandioca: como se escolhe a área, como se *roça*, como se faz a derrubada, como se faz o aceiro, como se faz a queima, como se coivara, como se prepara a *maniva/pique*? Como é o mutirão? E o fandango?

5. O olhar depois do plantio: como se faz a carpina seletiva e o abandono da roça? Qual o melhor mês para fazer a roça?

6. Como se definem os meses e os produtos?

7. Como se faz a farinha branca?

Com essas questões previamente definidas, elaboramos o texto a seguir. Para facilitar a leitura, traremos cada questão novamente seguida por sua resposta.

1) O que é uma roça de mandioca? Por que fazer uma roça? Qual o significado dessa atividade? Como era antes e como é a roça hoje?

A roça de mandioca é uma atividade de agricultura de baixo impacto, usada pelas comunidades caiçaras e outras comunidades tradicionais do Brasil. Em alguns locais essa atividade recebe o nome de agricultura itinerante ou de pousio. Para a comunidade, a roça de mandioca está diretamente relacionada a uma agricultura saudável e a sua soberania alimentar, já que durante séculos essa atividade esteve presente na vida de todas as famílias da região da Jureia. “Todo mundo tinha a sua roça, não precisa[va] pedir nada pra ninguém e pouca coisa tinha que comprar”, disse Glorinha. A roça de mandioca pode ser entendida como uma área onde há uma diversidade de culturas, já que além da mandioca, costuma-se plantar diferentes

qualidades de plantas, como: cará-de-espinho, batata-doce, milho, feijão, melancia, abóbora, abacate, caju, jaca, goiaba, cana, dentre outras. Essas variedades ajudam a enriquecer a mata, também servindo de alimento para as pessoas e para os bichos como: anta, paca, cutia, cateto, veado, e algumas aves, tais como: sanhaço, saracura, jacu, tié-sangue, sabiá, gralha-azul, coruja, gavião dentre outros animais que vêm nela se alimentar.

A roça também está relacionada à forma de viver numa localidade, onde todos têm que plantar para se alimentar e produzir a sua farinha. Seja para comer somente a mandioca doce/aipim, seja para fazer a farinha onde são usadas as duas: doce/aipim e brava. No passado a farinha de mandioca (branca e manema) era a base da alimentação caiçara, e hoje ainda faz parte da alimentação de diversas famílias. Estas atualmente encontram dificuldades para plantar por conta da legislação ambiental e algumas precisam comprar a mandioca de outras regiões para fazer a farinha. Costuma-se comer a farinha no pirão, com peixe, mingau, com café, e em todas as refeições, com doce e frutas como o abacate, a melancia e outras.

A roça de mandioca também é uma forma de organização comunitária, onde são distribuídas as tarefas entre os participantes, o que envolve a família, os parentes e vizinhos. Há uma troca de serviços, onde não se paga com dinheiro, e sim com troca de dias de trabalho, na própria agricultura ou com outros trabalhos. Também é de costume, no plantio, o dono da roça fazer o mutirão e dar comida, café e fazer fandango para todos. Atualmente costuma-se fazer o ajutório, pois as roças são menores, terminando em meio dia. Nesse caso, no final é apenas servido um café reforçado com bolo, biju, batatas e outros alimentos.

O mutirão é um momento de grande troca entre todos que participam, falam das qualidades, da forma de plantar nas suas roças em outras comunidades. Nesse momento, as crianças e os jovens observam o que os mais velhos estão fazendo e vão aprendendo, brincando, conhecendo o jeito de esses fazerem, o jeito de falarem, de se posicionarem. É uma escola.

2) Quais são as variedades de rama?

Segundo os moradores, na roça de mandioca pode-se plantar uma variedade de ramas, entre elas a mandioca brava: rama verde, jurema, *olho-juntinho*, penajú, *olho-virado*, cascuda, três galhos, amarelinha, imperial, cacau, bem como a mandioca doce (aipim): aipim paulista, aipim saracura, *pão-de-ló*, aipim branco, aipim vermelho, vassourinha e manteiga. “Dessas variedades, os moradores da Jureia não têm mais a rama imperial, a rama verde e penajú”, disse Dauro.

O relato acima ilustra o período em que os moradores da Jureia deixaram de fazer roça, isto é, de 1986 até 1991 (período da criação da EEJI), quando foram proibidos de exercer essa atividade. As comunidades voltaram a ter o direito de fazer suas roças através de acordos entre os órgãos gestores da EEIJ, ONGs ambientalistas e a União dos Moradores da Jureia (UMJ) que contou com assessoria da Dra. Ana Maria Primavesi. Contudo, no período da proibição, algumas variedades de mandioca se perderam, pois, diferente daquelas que duram mais na roça, estas morrem se não forem replantadas.

A partir desse período uma equipe da Secretaria do Meio Ambiente, formada por alguns estagiários da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e a UMJ, fez uma lista de nomes dos moradores que precisavam e queriam plantar. Muitos moradores já haviam sido incorporados pelo Estado como guarda-parques e não acreditavam que autorizações pudessem respaldar a retomada do feitio de roças. Dauro conta que foi o primeiro a conseguir a autorização: “Aí eu fiz a primeira roça de mandioca em 1991 e daí em diante começaram a autorizar”. A partir dessa autorização foram sendo feitas outras com muito receio e em floresta muito baixa, como a tiguera. Na maioria dos casos, as autorizações chegavam com grande atraso nas mãos dos moradores, não respeitando o período certo (por exemplo, se pedia autorização para julho, ela chegava só em setembro, outubro), o que inviabilizava o feitio da roça.

A burocracia era grande naquele tempo. Alguns moradores nunca foram autorizados, outros desistiram, mas depois voltaram a fazer a roça. Muitos tinham ido embora, tentar a vida na cidade.

A muda de mandioca não foi a única perda nesse período, também se perderam diversas qualidades de arroz, tais como: amarelão, tresmês, iguape e pratão. Alguns tipos de feijão: saracura, chumbinho, caçapava, rajadinho. Alguns tubérculos: mangarito, caraúna, cará-pipá. Depois que os moradores conseguiram a autorização para a roça de mandioca, tiveram que buscar ramas em outras comunidades, pois não havia suficiente. Buscaram nas comunidades do Vila Nova, do Prelado, do Despraiado, e no município de Iguape. Isso aumentou a quantidade de variedades, que se mantêm até hoje nas comunidades do Grajaúna, do Rio Verde e da Praia do Una.

Com todas as proibições, tudo ficou mais difícil. Por exemplo: como não se podia mais caçar, os bichos começaram a invadir as roças. Isso fez com que os moradores cercassem as roças, inicialmente com bambu, vara e galho, mas os bichos (porcos do mato, cateto e anta) não respeitavam, passavam e comiam a roça em um dia. Quando não comiam, destruíam a roça toda. Assim os moradores tiveram que fechar as roças com arame farpado.

3) Como definir o local da roça? Como saber se a terra está boa para plantar? Quantas roças podem ser feitas no mesmo lugar mantendo a terra boa?

Para definir o local da roça de mandioca são utilizadas diversas técnicas de conhecimentos relacionados ao período do ano, à lua, à qualidade da terra e ao estágio da mata. “O dono da roça precisa saber o mês que tá, aí ele pensa sozinho e também pergunta pra alguém. Será que dá pra fazer ainda?” disse Dauro. Essa informação é importante para saber se será roçada uma mata de madeira mais grossa e solo bom (mais rico) e se dará tempo de passar por todas as etapas da roça: derrubar, desgalhar, fazer o aceiro, queimar e ainda plantar no tempo certo. Por exemplo: em novembro já é tarde, mas ainda pode roçar uma tiguera com 2 a 3 anos (área de roça antiga, que ainda tem um pouco de mandioca). Se a terra estiver boa para plantar, ainda há tempo. Desta forma, não se perde a rama e pode-se plantar até dezembro. Feito sozinho, todo trabalho pode ser terminado em 15 dias.

Como saber se a terra está boa para plantar?

Para saber se a terra está boa para plantar, Dauro explicou:

> "Bom, o dono da roça, que sabe as roças que foram feitas ali, a quantidade que elas deram e quantas roças foi feita naquele lugar, tem que ver se a terra tá boa, forte, sadia com vitamina. Precisa ver se a terra é preta, solta, fofa e ver as plantas que estão naquele lugar. O que tá dando ali? As plantas têm folhas moles, saudável, estão vivendo bem? Tem que pegar a terra na mão, ela deve ser bem solta, com minhoca, bicho-de-pau podre, planta caruru e cheirar a terra pra ver se tem cheiro de terra curtida."

Desta forma, a terra continua boa para fazer até duas roças, depois é preciso abandoná-la. Mas é necessário respeitar o estágio. A primeira roça deve ser feita numa *coivara* (mata com um estágio, próximo à mata primária) se ao final dela, verificar que a roça *deu boa*, produziu e está arrancando mandioca dela. Então no final da roça, quando terminar de tirar toda a mandioca, pode roçar, limpar e plantar na mesma roça.

4) Fazendo uma roça de mandioca: como se escolhe a área, como se *roça*, como se faz a derrubada, como se faz o aceiro, como se faz a queima, como se coivara, como se prepara a *maniva/pique*? Como é o mutirão? E o fandango?

Para fazer a roça de mandioca, é preciso procurar uma área de lombada alta, sem inundação, com floresta alta, com terra boa, gorda e preta e solo bom, com minhoca, bicho de pau podre e pau pijuca (pau podre). Depois, se faz uma picada de marcação em volta da área que vai roçar. Começa-se a *bosquear* a mata, fazendo a roçada com a foice. Roçam-se todas as plantas menores, capim, cipó, samambaia. Em seguida, com tempo bom, derrubam-se com machado as árvores que estão nessa demarcação. A derrubada não pode ser feita com chuva, porque as folhas caem e não permitem uma boa queima. As medidas usadas para essa roça são: 50 m x 50 m e 100 m x 100 m ou 100 m x 130 m.

O aceiro é um caminho em volta da roça que separa a área roçada do mato. Ele serve de proteção para o mato na hora da queima e também para facilitar os cuidados da roça, como andar em volta, carpir e buscar lenha. Ele é feito quando se roça. Então é feito um rastelo de galhos para limpar a beira da roça, tiram-se todos os galhos e folhas secas e vão sendo jogados para dentro da marcação que está sendo roçada, deixando um caminho em volta da área toda.

A queima é para poder fazer a primeira limpeza na roça, queimar as sementes de capim, papuã, que vêm mais rápido e outras espécies que invadem mais rápido a roça, e também para facilitar o plantio que é feito manualmente. Precisa-se desgalhar e/ou picar todos os galhos e deixar secar de 15 a 20 dias ou de 20 a 30 dias, dependendo da temperatura. Depois, se espera um dia de sol bem quente para pôr fogo, se estiver ventando, põe-se o fogo contra o vento, usando um facho de bambu.

Para fazer o facho de bambu, pegam-se pedaços de bambu bem seco e que deverão ser apontados, deixando as pontas com um formato cônico. Depois de aceso, este vira uma tocha. Em seguida, é feita uma fogueira no canto da roça, cada pessoa pega dois fachos de bambu, um em cada mão, acende na fogueira e vai ateando fogo na área de roça com o bambu facheado. Primeiro contra o vento, próximo do limite da roça (do começo ou do fim) e depois nas beiradas, fazendo as labaredas se encontrarem no centro da roça. O fogo contra o vento é para que a *luzerna* (labareda) não fique tão alta e não passe para o mato. Essa queima dura de 20 a 40 minutos.

No dia seguinte, após a queima é preciso *coivarear a roça*, fazendo a segunda limpeza, tirando todos os galhos, cipós e árvores que restaram na roça, colocando-os na beirada, tudo organizado para servir de cerca ou lenha. Usa-se, então, o rastelo feito de galhos, facão e podão e, às vezes, se leva um jacá (tipo de cesto) para recolher os gravetos e tocos de pau que podem atrapalhar na hora de fazer a cova.

Após a limpeza da roça, é preciso apanhar a rama da outra roça que foi feita no ano anterior. É preciso carpir e decepar toda a roça antiga com a foice ou o podão (fazer a poda, rente ao chão, mais ou menos 10 cm de altura) e *emolhar* (pacotes pequenos de molhos) para colocar no feixe grande (um feixe grande tem 60 cm de altura e 40 cm de largura) e enfeixar (fazer feixe da rama), amarrando com corda, cipó ou casca de árvore (cipó imbé, cambira ou caboclo). Ou se empresta a rama do vizinho, mesmo assim tem que carpir e decepar a roça do vizinho e tirar a rama para plantar.

Colocam-se os feixes de ramas nas costas e os levam até a roça nova, deixando-os em pé na sombra. Não se deve deixar os feixes de rama no relento do sol, para não queimar e perder o leite, se perder o leite a rama não brota. Deixando-o em pé, caso se demore uns dias para plantar, a rama brota e não morre.

Mutirão:

Depois de tudo pronto é hora de chamar o pessoal para o mutirão. As pessoas são convidadas de 3 dias a 1 semana antes e o horário é combinado. No dia do mutirão chega-se na casa do dono da roça a partir das 7 horas da manhã para se tomar um café bem reforçado, com peixe assado, farinha, biju, cuscuz, bolo de roda, mandioca doce, batata-doce. Por volta das oito horas, chega-se à roça e os trabalhos são divididos. Os homens com enxada vão cavar a terra e fazer as covas. Duas ou três pessoas, sempre os mais velhos, com mais experiência são colocadas para cortar a rama (*maniva/pique*, que são os nomes regionais dados à rama cortada em pedaços de 15 a 20 cm), *chanfrada* (cortada na diagonal), deixando de 3 a 4 olhos (gemas) na rama, assim um dos olhos vai nascer. Às vezes, nascem dois ou três. Duas pessoas (homem, mulher ou crianças), sempre aqueles que não cavam, são colocadas para semear, e as mulheres para plantar a rama (*maniva/pique*). Quando no final ainda há trabalho, os homens que terminaram de cavar ajudam a plantar. As covas para plantar serão feitas a depender do lugar, como explicaremos a seguir.

Na lombada, as covas são de 20 cm de altura e 50 cm de largura, fazendo um montinho de terra. Com as covas prontas, duas pessoas (mulheres ou crianças) começam semear a rama nos montinhos de terra, deixando de 3 a 4 *manivas/piques* por cova. As covas são organizadas em eito (fileiras) com distância de 60 cm entre elas. Assim que foi semeada a *maniva/pique*, as mulheres vão plantando, colocando o lado *chanfrado* para baixo e inclinado, com os olhos para cima, enterrando o toco da *maniva/pique*, deixando uma ponta de 1 cm a 2 cm para fora.

A posição de plantar a rama é sempre a mesma em que ela estava antes de cortar (com o tronco para baixo). No horário de almoço, entre 11:30 e 12 horas, todos param para comer. Se a roça for longe de casa, almoça-se na roça mesmo, depois há um tempo para um pouco de descanso, tomar uma água. Em seguida, voltam todos para o trabalho até o final do dia. Aproveita-se o dia e a lua minguante, para plantar melancia, abóbora e batata-doce. Se for mês de setembro já é plantado feijão também. À tarde, por volta das 16 horas, toma-se outro café reforçado, comendo o que sobrou do almoço, mais farofa de marisco, de pegoava e outras coisas.

Depois todos vão para casa, tomam banho, na cachoeira, rio, se trocam, colando as melhores roupas, se maquiam, jantam, e vão para o Fandango. Fandango é uma manifestação da cultura caiçara reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial Brasileiro, composto por um conjunto de músicas e danças típicas com diversos ritmos e coreografias.

No baile de fandango tem viola, rabeca e pandeiro, e é costume dançar a noite toda até o amanhecer. O fandango começa com o toque de São Gonçalo para agradecer o dia e pedir para tomar conta do fandango, na madrugada também é servido café para todos. Pela manhã, o dono da casa agradece a todos que ajudaram e todos voltam para suas casas.

5) O olhar depois do plantio: como se faz a carpina seletiva e o abandono da roça? Qual o melhor mês para fazer a roça?

Após o plantio começa uma nova etapa que é o cuidado com a roça. Quando se chegar de 10 a 15 dias da roça feita, será preciso voltar na roça para ver como ela está, se nasceu tudo que foi plantado, se tem algum bicho comendo os brotos, se tem formiga *tem que cuidar.* Se houver formigas, é preciso ver onde elas estão, achar o carreiro e colocar uns galhos de rama de outra roça para ela comer. Esse cuidado continuará sempre quando se for à roça, por exemplo, para pegar lenha, ou quando se for buscar outras plantas que já estiverem boas para colher, tais como melancia, batata, abóbora, que são colhidas com 3 meses.

As carpinas:

Depois de seis meses, é feita a primeira carpina seletiva com as mãos. Com a enxada, pode-se atingir a raiz da rama e matá-la. Tem que limpar tudo, tirando os capins que estão crescendo e abafando a planta, pois sem isso eles podem tomar conta da roça. A segunda carpina tem que ser feita quando a roça completa um ano de idade, já está pronta para colher. Repete a limpeza e já pode carpir e tirar a rama para plantar em outra roça ou deixá-la ali mesmo

no paiol, que nesse caso é a própria roça. Essa roça vai ser usada até uns 2 ou 3 anos. As mandiocas são buscadas nessa roça sempre que se precisar para comer ou fazer farinha. Quando colher as últimas mandiocas, a mata já estará com uma média de 1 a 3 metros (tiguera), ela será abandonada para descanso e recuperação da terra, ficando junto com a mata outras plantas cultivadas como abacate, caju, dentre outras.

6) Como se definem os meses e os produtos?

Segundo os pesquisadores locais, os meses bons para fazer a roça de mandioca vão de julho a dezembro. Na lombada planta-se em setembro, para dar tempo de fazer a roça e secar. Feita por uma pessoa sozinha, uma roça boa demora de 10 a 15 dias. Em ajutório ou mutirão, o trabalho é feito em um dia.

A partir da roça de mandioca é colhida a mandioca para comer e para fazer a farinha branca e manema, além do farelo, goma, biju e mandicuera, que serão utilizados de diversas formas. A seguir, faremos uma descrição do passo a passo do feitio da farinha branca, sem entrar no detalhe, este ficando para uma nova etapa da pesquisa, onde poderemos também buscar detalhes da casa de farinha e de todos os instrumentos que a compõem: tipiti, prensa, jacá, apá, cocho dentre outros.

7) Como se faz a farinha branca?

Primeiro, uma pessoa vai à roça sozinha ou em duas a três pessoas, a mandioca é arrancada, ensacada e levada para casa de farinha. A mandioca é despejada no chão, raspada com uma *concha da praia*, colher ou faca, tirando somente a casca fina. Ela é descabeçada (corta a cabeça) com a faca para não estragar o dente da roda da casa de farinha. É lavada com água limpa e colocada numa gamela e ralada em cocho, ambos de madeira. A massa formada é posta no tipiti (recipiente vazado feito de cipó timbopeva, com certa elasticidade), prensada no burro ou na prensa, para tirar toda a água da mandioca (mandicuera). Depois, a massa do tipiti é quebrada (solta) em outro cocho. Peneira-se tudo, separa o farelo e põe a massa no forno para torrar. Depois, alguém vai forneando devagarinho e com pouco fogo no forno.

Para fornear, vai pondo a massa no forno de cobre a cada 20 minutos com uma cuia, *matando a cuiada* (aquecendo a massa aos poucos) para não embolar, se isso ocorrer, a farinha fica muito grossa e dura. Assim que toda a massa estiver no forno, vai mexendo com uma apá de madeira de aproximadamente (20 x 10 cm), com pouco fogo, vai torrando, com cuidado para não queimar. Usa-se fazer movimentos contínuos com as apás nas mãos, trazendo a massa da beira para o centro do forno e depois, mistura toda a massa, que já estará quase no ponto. Coloca a cuia no meio da farinha que está no forno para ver se ela não está grudando nesta (na cuia). Se não estiver grudando mais, ela já está torrada. Espera-se, por fim, mais uns 15 minutos, mexendo e pode tirar a farinha já pronta. Ela é devolvida no cocho para esfriar.

16.1.6.3. Projeto de cooperação: Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e de fortalecimento da produção local de conhecimentos[21]

A partir de uma demanda apresentada pelas associações UMJ e AJJ ao professor Mauro William Barbosa de Almeida da Unicamp e ao LATA, iniciaram-se trabalhos de colaboração para realização de Parecer Antropológico sobre as comunidades tradicionais caiçaras da Jureia (ver nesta Experiência o item 16.1.6.5.2. Documentos). Com esse trabalho, estabeleceu-se uma parceria ampliando a participação dos caiçaras junto a outros pesquisadores da Unicamp, USP e UFABC.

O projeto "Bases para um programa brasileiro de pesquisa intercultural e de fortalecimento da produção local de conhecimentos" faz parte dessa parceria e teve como propósito realizar uma pesquisa aprofundada em ecologia histórica e geoprocessamento sobre os territórios onde vivem comunidades tradicionais na Jureia. O projeto é coordenado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (USP e Chicago) e pretende criar, a partir de colaboração entre instituições acadêmicas e comunidades tradicionais, uma base de dados sobre a ocupação histórica, os conhecimentos e práticas tradicionais desenvolvidos no território, bem como sobre as relações das comunidades caiçaras com a biodiversidade local.

Dessa forma, tanto o modo de vida caiçara como a proteção ambiental da Jureia faz parte dos temas discutidos pela equipe inter e transdisciplinar que atuou conjuntamente com as comunidades caiçaras da Jureia. A equipe de docentes universitários é composta pelas biólogas e professoras doutoras Cristina Adams (Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH-USP) e Helena França (UFABC Santo André), a professora e antropóloga doutora Carmen Andriolli (UFRRJ), os antropólogos e professores doutores Mauro William Barbosa de Almeida (Unicamp) e Manuela Carneiro da Cunha (USP e Chicago).

Após dois anos de trabalho o projeto resultou na formação de jovens caiçaras em geoprocessamento, no levantamento bibliográfico de referências diversas publicadas sobre a Jureia, em apresentações em congressos nacionais e internacionais, na elaboração de monografias, dissertações e artigos científicos produzidos ao longo da colaboração entre acadêmicos e caiçaras.

Formação de jovens caiçaras em geoprocessamento junto à UFABC

Uma das etapas do projeto Bases para um Programa Brasileiro de Pesquisa Intercultural e de Fortalecimento da Produção Local de Conhecimentos ocorreu com a formação de jovens caiçaras em geoprocessamento e ortorretificação através de cooperação entre a UMJ, a AJJ e o Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do ABC. Um dos objetivos desse trabalho residia na formação de jovens caiçaras para elaborar dados cartográficos que pudessem ser colocados em uma mesma base documental. O intuito estava em obter informações

21 Consultar: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI), Processo no 403.823/2012-9.

Figura 23. Treinamento de jovens caiçaras em geoprocessamento na UFABC (Santo André – SP). Foto: Acervo da AJJ.

Figura 22. Treinamento de jovens caiçaras em geoprocessamento na AJJ (Iguape-SP). Foto: Acervo da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ).

a respeito da ocupação histórica dos caiçaras na Jureia, com foco nos locais onde eram ou são abertas roças itinerantes.

Os caiçaras trabalharam com GPS e fichas de campo elaboradas de acordo com termos locais, de modo que os registros sobre antigos locais de roça, sobre as localizações e a nomenclatura de plantas respeitasse o vocabulário utilizado nas comunidades. Desse modo, os caiçaras trabalharam em campo, refazendo caminhos que seus antepassados trilhavam para abrir roças na década de 1960 em diante. Foram coletadas informações sobre a habitação e a abertura de roças a partir da memória de moradores mais velhos. Esses dados foram registrados e inseridos no Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Os caiçaras foram também formados para ortorretificar e interpretar fotos aéreas e de satélite registradas entre os anos de 1962 e 2011. Isso permitiu a formação de caiçaras em softwares computacionais usados em nível de pesquisas avançadas do geoprocessamento.

Em relato obtido por Adriana de Souza de Lima e Dauro Marcos do Prado, ambos da UMJ, como parte dessa Experiência da IPBES, Heber do Prado Carneiro (membro da AJJ) relatou um pouco desse processo de formação:

> "*Inicialmente, apenas dois jovens caiçaras participaram da formação, indo fazer reconhecimento do laboratório da UFABC em São Paulo. Depois chegaram mais dois caiçaras, fizemos um nivelamento, e fechamos um grupo de 4 jovens caiçaras e 3 jovens da universidade sob a coordenação da Professora Helena França (UFABC).*
>
> *A formação dos jovens iniciou com o uso do software ARQGIS, que é utilizado para compor mapas através de dados de SIG, mas que é pago. Conhecemos as terminologias e os ícones do programa, e também a leitura correta e colocação de referências. Também aprendemos a fazer alguns cálculos, mexer na carta com o programa, fazer inserção de imagens para localização georreferenciada. Após conversa com*

outros parceiros do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA--Unicamp), foi sugerido o conhecimento de um software livre, chamado QGIS, que, diferente do ARGIS, tinha a vantagem de ser todo em português. Após conhecer os dois programas e os benefícios de cada um, ficou definido que íamos utilizar o software livre.

Em outro momento, elaboramos uma ficha de campo para coletar as informações mais organizadas e com maior número de detalhes possíveis. O primeiro trabalho de campo para testar as fichas, usando GPS, foi feito na comunidade do Grajaúna e na do Rio Verde. Vimos que as fichas facilitaram muito para a extração dos dados. Também aprendemos a extrair os dados do GPS para o computador. Tínhamos um tutorial para ajudar na compreensão do programa, montar os mapas, organizar as tabelas de atributos e para fazer a compilação de dados coletados nas fichas de campo, pois ali as informações eram ainda brutas. Criamos ainda um glossário para otimizar o espaço, utilizando siglas das comunidades e qualidades de plantas.

Após terminar todo trabalho de campo e a elaboração das tabelas, foi feita a organização das fichas. Iniciamos a organização das fichas, comparando com os dados do programa onde pudemos observar os erros de alguns pontos coletados. Os erros foram principalmente devidos ao fato de serem pessoas diferentes que escreviam o número na ficha e que o inseria nos programas. Na hora de colocar o nome ela errava ou trocava. A pessoa que estava lendo a ficha não era a mesma que escreveu, então não entendia o número. Às vezes trocava 3 por 8, por exemplo, ou 8 por 9 e por 6. Era da ficha para o computador o problema.

Na parte de sistematização, as fichas foram organizadas por comunidade visitada e data, sendo possível verificar o que faltava para inserir no programa e o que precisava ser refeito. Foram 4 dias inteiros para fazer essa organização. Houve revisão de aproximadamente 600 fichas. A outra etapa da formação foi em ortorretificação e mosaicagem de fotos. Toda a equipe do projeto teve uma formação com Felipe Fleiger, instrutor, que apresentou dois programas, sendo o primeiro para pegar a fotografia da imagem plana e transformar em relevo. O segundo era para pegar todas as faixas de fotos e formar uma imagem única. Nessa etapa aumentou para cinco a equipe de jovens caiçaras e outros estudantes da UFABC também ajudaram.

Depois dessa etapa, durante o período de um ano, fizemos 5 visitas à UFABC para trabalharmos com as fotos aéreas da Jureia. Passamos semanas lá em Santo André e fizemos a ortorretificação e a mosaicagem das fotos. Para cada ano que tínhamos imagens aéreas uma média de 100 fotografias foram trabalhadas. Então chegamos à organização de todas as imagens da década de 1960 até 2011. Acho que o mais importante dessa etapa foi a ida dos jovens caiçaras para universidade porque, com o trabalho de ortorretificação, aprendemos a mexer no QGIS na prática."

(Heber do Prado Carneiro, membro da AJJ)

Essa etapa resultou na formação de cinco jovens caiçaras em ortorretificação, composição de mapas e geoprocessamento com softwares utilizados por profissionais e pesquisadores acadêmicos. Os caiçaras elaboraram diferentes mapas georreferenciados das comunidades da Jureia, nos quais podem ser vistos o desenvolvimento da paisagem da Floresta Atlântica e a sua capacidade de regeneração mesmo após a abertura de roças.

Um artigo com a análise aprofundada desses dados foi elaborado em coprodução com pesquisadoras da UFABC. O artigo "Dinâmica espacial da agricultura itinerante caiçara (1962-2011) no Parque Estadual do Prelado, SP" (COSTA *et al.*, 2017) detalhou os efeitos das aberturas de roças ao longo de quase 50 anos de sucessão e de regeneração da mata e dos solos (COSTA *et al.*, 2017; VERSOLATO; GOMES, 2016). Ele aponta para o compromisso dos caiçaras em fundamentar cientificamente, por meio de recursos avançados de análise técnica, seu modo de vida e de habitação na Jureia.

A participação dos caiçaras, nesse projeto não se limitou aos trabalhos de campo, de coletas de informação ou mediação para aproximação de pesquisadores acadêmicos. Os caiçaras são coautores desse trabalho, tendo participado com conhecimentos técnicos de formações que alguns já possuíam e, além disso, com seu conhecimento tradicional. Os conhecimentos desenvolvidos nas próprias comunidades caiçaras, por exemplo, foram fundamentais para a interpretação das fotografias aéreas e para a identificação detalhada dos níveis de sucessão da paisagem. A coprodução de conhecimentos gerou, neste processo, um aprendizado mútuo entre caiçaras e pesquisadores da UFABC, alguns dos quais também desenvolvem outras pesquisas na Jureia, sob a coorientação de caiçaras.

16.1.6.4. Plano de Uso Tradicional Caiçara (PUT)

O Plano de Uso Tradicional Caiçara (PUT) é um importante instrumento de governança territorial comunitária. Após anos de mobilização e articulação para reclassificação de uma Unidade de Conservação de proteção integral criou-se o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins com categorias que não contemplaram a habitação de todas as comunidades da Jureia. A UMJ e a AJJ, buscaram novas estratégias de organização para reivindicar seus direitos. Por isso, em 2009, a União dos Moradores da Jureia e a Associação dos Jovens da Jureia buscaram apoio jurídico da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e, em 2011, apoio científico de pesquisadores do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (Unicamp).

A partir de trabalhos com essas instituições, as associações de moradores ampliaram sua rede de parcerias. A Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do ABC e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) passaram também a realizar pesquisas colaborativas – algumas já mencionadas –, ligadas às associações de moradores.

O processo de elaboração do Plano de Uso Tradicional Caiçara ocorreu ao longo de dois anos. A AJJ e a UMJ mobilizaram várias famílias das comunidades da Jureia impactadas pelas restrições da legislação ambiental sobre seu modo de vida. Famílias que foram expulsas do território também participaram, pois tratava-se também de discutir o direito de retornar

ao lugar onde nasceram. Várias reuniões, em diferentes comunidades, registradas em atas e mídias de áudio e vídeo, permitiram às associações de moradores construírem uma proposta de Território Tradicional Caiçara que atenda a seus direitos.

O projeto contou com a colaboração científica de pesquisadores da Unicamp, da USP, da UFABC e da UFRRJ, além de apoio jurídico da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O PUT parte de um trabalho de levantamento bibliográfico que elencou 80 pesquisas realizadas na Jureia. Além disso, ele contou com as pesquisas colaborativas entre caiçaras da AJJ e UMJ e as universidades parceiras já mencionadas. Isso permitiu o entrelaçamento entre conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades caiçaras com argumentação acadêmica para pautar que essas comunidades tradicionais da Jureia podem contribuir para a proteção e manutenção dos ecossistemas associados à Mata Atlântica.

O PUT estabeleceu também um compromisso das famílias tradicionais participantes em seguir regras de ocupação territorial estabelecidas democraticamente em assembleias do conselho comunitário. Neste sentido, ele abarca compromissos estabelecidos pelos próprios caiçaras, cuja possibilidade de habitação respeitosa com o modo de vida e a natureza do entorno e o retorno das famílias expulsas há décadas é detalhada com base na colaboração de conhecimentos.

O PUT apresenta a proposta de algumas comunidades da Jureia que ficaram em áreas de proteção integral de formarem um Território Tradicional Caiçara que deve se destinar tanto à proteção da natureza como à efetivação dos direitos de fazerem roça, pesca, extrativismo, fandango e outros aspectos de seu modo de vida.

Figura 24. Reunião comunitária na comunidade do Guaraú (Peruíbe-SP), durante a elaboração do PUT, ano de 2016. Foto: Acervo da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

Figura 25. Adriana de Souza de Lima, caiçara, presidenta da UMJ, entrega o PUT ao então secretário do Meio Ambiente, Maurício Brusadin, ano de 2018. Foto: Acervo da União dos Moradores da Jureia (UMJ).

A proposta do PUT foi discutida diretamente duas vezes com os órgãos ambientais do Estado de São Paulo. Na primeira vez, a AJJ e UMJ apresentaram o PUT em reunião do dia 18 de julho de 2018 com a equipe de pesquisadores (que participaram da construção do PUT), além do acompanhamento de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O PUT foi entregue em mãos ao diretor executivo da Fundação Florestal e ao secretário estadual Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). Após mais de um ano de espera, sem resposta dos órgãos do Estado, os caiçaras solicitaram através de mandado do legislativo federal uma nova reunião. Nessa segunda vez, no dia 16 de setembro de 2019, os caiçaras cobraram uma resposta dos órgãos ambientais, os quais responderam, depois de um mês, negando a totalidade da proposta, mas deixando em aberto a continuidade da discussão sobre o PUT.

16.1.6.5. Trabalhos: frutos da coprodução de conhecimentos

16.1.6.5.1. Publicações

- ANDRIOLLI, C.; LIMA, A. S.; PRADO, D. M. (2016). A produção de um plano de uso tradicional pelos caiçaras da Jureia: um estudo etnográfico de um experimento de cooperação entre conhecimento tradicional e pesquisa acadêmica. *In*: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB.

- ANDRIOLLI, C.; PRADO, H. C.; PRADO, M. V.; CASTRO, R. R. (2016). Etnografia e sistemas de gestão de território tradicional entre os caiçaras da Jureia/SP. *In*: XI Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), Montevideo, Uruguay.

- BERNO DE ALMEIDA, A. W.; MARIN, R. E. A. (coord.). (2013). Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: a luta das comunidades tradicionais da Jureia pelo direito de permanência em seu território e manutenção da sua cultura, litoral sul de São Paulo. **Boletim Informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/download/a-luta-das-comunidades-tradicionais-da-jureia-pelo-direito-de-permanencia-em-seu-territorio-e-manutencao-da-sua-cultura-litoral-sul-de-sao-paulo/. Acesso em: 16 nov. 2020.

- BERNO DE ALMEIDA, A. W.; MARIN, R. E. A.; LIMA, A. S. (coord.). (2013). **Nova cartografia social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil:** comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe. Manaus: UEA Edições. (Povos e Comunidades Tradicionais de São Paulo, 1).

- COSTA, C. O.; FRANÇA, H.; CARNEIRO, A. P.; CARNEIRO, H. P.; FORTES, J. M. S.; PRADO, M. V. S.; PRADO, P. S.; LOPES, A. S.; DUARTE, D.; SANTOS, B. D.; ADAMS, C.; TAMBOSI, L. R. (2017). Dinâmica espacial da agricultura itinerante Caiçara (1962-2011) no Parque Estadual do Prelado, SP. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 8, 2017, Natal (RN). **Anais** [...]. Natal (RN). (GT3 – Políticas Públicas e Meio Ambiente).

- FONSECA, G.; PRADO, D. M. (2008). Discussão sobre conceito de meio ambiente natural, antrópico e de mosaico e sua apropriação didática no ensino de ecologia e educação ambiental no Baixo Vale do Ribeira/SP. **Revista Didática Sistêmica**, v. 8, p. 101-112.

- PRADO, D. M. (2017). Participação no foro **A coprodução de conhecimentos e a defesa de territórios: possibilidades e limites**. Participação na XII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM). Misiones, Argentina.

- SOUZA DE LIMA, A.; ANDRIOLLI, C.; CASTRO, R. R. FRANÇA, H. (2017). Antropologia, ciência e socialidade na Jureia (SP): os múltiplos sentidos políticos do conhecimento. **Mesa de encerramento das Jornadas de Antropologia John Monteiro**, em Campinas, Unicamp/IFCH.

- SOUZA DE LIMA, A.; CASTRO, R. R. (2017). Expulsão territorial e arranjos epistemológicos na Jureia: um estudo intercultural sobre o papel dos conhecimentos na justiça. **Seminário na XII Reunión de Antropología del Mercosur** (RAM), em Misiones, Argentina

- SOUZA DE LIMA, A.; HAYAMA, A. T.; CASTRO, R. R. (2017). Gestão autoritária, gestão compartilhada e gestão comunitária na Jureia: um território caiçara. Grupo de Trabalho: Indígenas, Quilombolas e outras Comunidades Tradicionais. **Sexto Congresso Brasileiro de Direito Socioambiental**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Maio 2017.

- SOUZA DE LIMA, A.; PRADO, D. M. (2017). Impactos e pressões sobre os modos de vida das comunidades tradicionais caiçaras. *In*: BERLANGA, M. S. (org.). **Lutas Sociais no Campo**: São Paulo 2014/2015. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH.

- SOUZA DE LIMA, A.; PRADO, D. M. Cinco aulas para o curso da disciplina: Unidades de Conservação da Natureza. Organizada pela professora e bióloga Dra. Helena França e pelo professor Dr. Leandro Tambosi do Laboratório de Cartografia e

Geoprocessamento. Centro de Engenharias, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS). Universidade Federal do ABC (UFABC).

- SOUZA DE LIMA, A.; PRADO, D. M.; CASTRO, R. R. Participação na Mesa: Resistência caiçara na Jureia: o Plano de Uso Tradicional e desafios contemporâneos, parte o curso de extensão Política e Território: Sentidos da Vida Vivida, sob coordenação da antropóloga e Prof. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques, na Universidade de São Paulo (USP).

- UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA (UMJ); LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Maquete da Jureia**.

- VERSOLATO, F.; GOMES, M. J. M. **Direito dos povos e comunidades tradicionais em territórios protegidos**. São Paulo: Instituto Pólis, 2016.

16.1.6.5.2. Documentos

Documentos acessíveis

- CALI, P. (2008). **Planos De Manejo Do Mosaico De Unidades De Conservação Juréia-Itatins**. Relatório Final. Módulo 4: Avaliação do Meio Antrópico. Submódulo 4B: Patrimônio Cultural Material e Imaterial.

- CARVALHO, M. P.; SCHMITT, A. (2010). **Laudo histórico e antropológico**. Relatório Técnico-Científico para identificação de Famílias Tradicionais presentes na Estação Ecológica da Jureia-Itatins. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL. COORDENADORIA DE REGISTRO. (2011). **Fandango Caiçara**: expressões de um sistema cultural. Dossiê de Registro do Fandango Caiçara. Brasília: Ministério da Cultura; IPHAN.

Documentos rastreáveis

Eles são acessíveis apenas mediante consulta à União dos Moradores da Jureia e à Associação dos Jovens da Jureia:

- ALMEIDA, M. W. B. (2012). **Parecer antropológico sobre as comunidades tradicionais da Jureia**.

- UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA (UMJ); ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA (AJJ) (org.). (2016). **Painel da Biodiversidade**: versão Jureia. (Coordenação: Manuela Carneiro da Cunha e Mauro William Barbosa de Almeida).

- UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA (UMJ); ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DA JUREIA (AJJ). (2018). **Plano de uso tradicional caiçara das Comunidades Tradicionais da Jureia-SP (PUT)**. Iguape.

- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2016). **Parecer Técnico sobre as Comunidades Tradicionais Caiçaras do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia--Itatins**. Brasília: MPF.

- UNIÃO DOS MORADORES DA JUREIA (UMJ). (2009). **Relatórios da Capacitação Inicial para Participação, Conhecimento da Legislação e Elaboração de Pré-Plano de Manejo**.

16.1.7. Conclusão

Com base nos relatos desta Experiência Caiçara, a qual mostra as formas como as comunidades tradicionais da região conhecida como Jureia se organizaram ao longo das últimas quatro décadas, é possível conhecer as várias ações e articulações que ocorreram no período entre 1986 e 2019, portanto a partir criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins. Apresentamos as reivindicações das comunidades caiçaras quanto a seus direitos territoriais e culturais, os principais questionamentos às políticas públicas e legislações ambientais que as afetaram direta ou indiretamente, além dos instrumentos legais que ampararam seus direitos. Para isso, parte de suas ações consistiu na criação de espaços políticos de participação comunitária construídos para dar visibilidade às suas denúncias e reivindicações, bem como para estabelecer parcerias com instituições diversas.

Dentre as principais conquistas que apresentamos aqui estão:

1. As parcerias intercomunitárias estabelecidas ao longo do território brasileiro;

2. A recategorização da Lei da Estação Ecológica de proteção integral sobreposta aos territórios caiçaras para a lei do Mosaico, que atendeu parcialmente as comunidades;

3. A inserção dos caiçaras enquanto “comunidades tradicionais” legalmente reconhecidas pelo Decreto nº 6.040/2007;

4. O registro do Fandango Caiçara como Patrimônio Imaterial Brasileiro pelo IPHAN.

A efetivação de parcerias com instituições públicas e do terceiro setor para subsidiar a construção de novos instrumentos de defesa do território e do modo de vida, também é de grande relevância para essas comunidades. O fundamental é que essas parcerias sejam construídas com segurança e confiabilidade para as comunidades, o que significa que precisam ser

realizadas através das associações representativas e a partir de protocolos comunitários, de modo que as pesquisas e os projetos em coprodução se ancorem em demandas dos moradores no território.

Nas diferentes ações e conquistas é possível identificar o protagonismo das comunidades através das duas associações comunitárias, a Associação dos Jovens da Jureia e a União dos Moradores da Jureia. Essas associações se complementam para atuar nas diversas demandas e necessidades das comunidades, pautando sempre uma condução local no interior dos processos sociais e políticos que as envolvem. Essa forma de atuação madura também pode ser percebida nas relações que estabelecem com os diferentes atores sociais, sejam comunitários ou de instituições acadêmicas, do terceiro setor e do Estado.

Concluímos que para que iniciativas como as dessas associações tenham sucesso é preciso levar em conta o pertencimento comunitário, territorial e cultural, compreendendo quais são seus objetivos. Para as comunidades, é preciso saber o que querem para entender as questões postas pela sociedade e para defender seu modo de vida. Pois é a partir desse pertencimento que se conquistam parcerias confiáveis e que levam para frente suas lutas. Nós, caiçaras da Jureia, sabemos que precisamos sempre observar com muito cuidado os caminhos que traçamos, as viagens que fazemos, aprendendo a construir, nesse movimento, uma visão crítica, a criar estratégias para resolvermos os conflitos. O envolvimento dos jovens e crianças deve estar sempre no centro das nossas ações. E para os parceiros que virão, o central é o reconhecimento e o respeito da diferença do tempo das comunidades, de seu modo e momento de organização social e política. A principal lição que em nossa experiência de comunidade temos tido é que vale sempre a pena resistir, sem desanimar, pois amanhã o vento muda.

16.2. COMUNIDADES TRADICIONAIS FUNDO DE PASTO: MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE DA CAATINGA NOS TERRITÓRIOS HISTORICAMENTE OCUPADOS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FUNDO DE PASTO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO BAIANO

Fabricio Bianchini[22], Paola Hernandez Cortez Lima[23], Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto[24]

16.2.1. Apresentação e caracterização territorial da região de estudo

O Território de Identidade Sertão do São Francisco (TSSF) baiano é constituído pelos municípios de Uauá, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado, Casa Nova, Remanso e Campo Alegre de Lourdes. Essa região se encontra na grande Unidade de Paisagem Depressão Sertaneja, que tem como características uma precipitação anual média abaixo de 450 mm de chuva. Mesmo sendo considerada uma das regiões mais secas do Semiárido baiano, o TSSF ainda preserva extensas áreas de Caatinga, o que faz da região um dos polos da cadeia socioprodutiva extrativista do umbu (*Spondias tuberosa*), concentrando 14% da produção nacional (IBGE, 2018), além de abrigar o maior rebanho de caprinos e ovinos da Bahia, concentrando 45,7% e 35,4% do plantel do Estado, que possui o maior rebanho nacional (IBGE, 2018).

O TSSF é identificado também por uma rica e ampla diversidade socioambiental, formada pelos povos indígenas Atikum, Truká, Tumbalalá, Tuxi e Kariri, além da presença secular de centenas de Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto. Sobrepostos ou no entorno desse mosaico de territórios tradicionais historicamente ocupados pelos povos da Caatinga, encontram-se as principais unidades de conservação no Bioma Caatinga, sendo elas: Parque Nacional da Serra da Capivara, Estação Ecológica Serra Branca, Parque Nacional da Serra das Confusões, e Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, no Piauí; Estação Ecológica de Aiuaba, Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe, e a primeira demarcação de Floresta Nacional (FLONA) Araripe-Apodi, no Ceará; Floresta Nacional de Negreiros, em Pernambuco; Área de Proteção Ambiental do Lago do Sobradinho, Área de

---

22 Fabricio Bianchini, engenheiro agrônomo, mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Territorial, analista de inovação tecnológica da Embrapa Semiárido.

23 Paola Hernandez Cortez Lima, engenheira agrônoma, mestre em Agroecossistemas, pesquisadora da Embrapa Alimentos e Territórios.

24 Rebeca Mascarenhas Fonseca Barreto, bacharel em Ciências Biológicas, doutora em Ecologia e Evolução, professora adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco, líder e coordenadora do Grupo de Estudos em Análises de Modelagem, Etnobiologia, Ecologia e Ecofeminismos (Geames), pesquisadora da Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (Rimas).

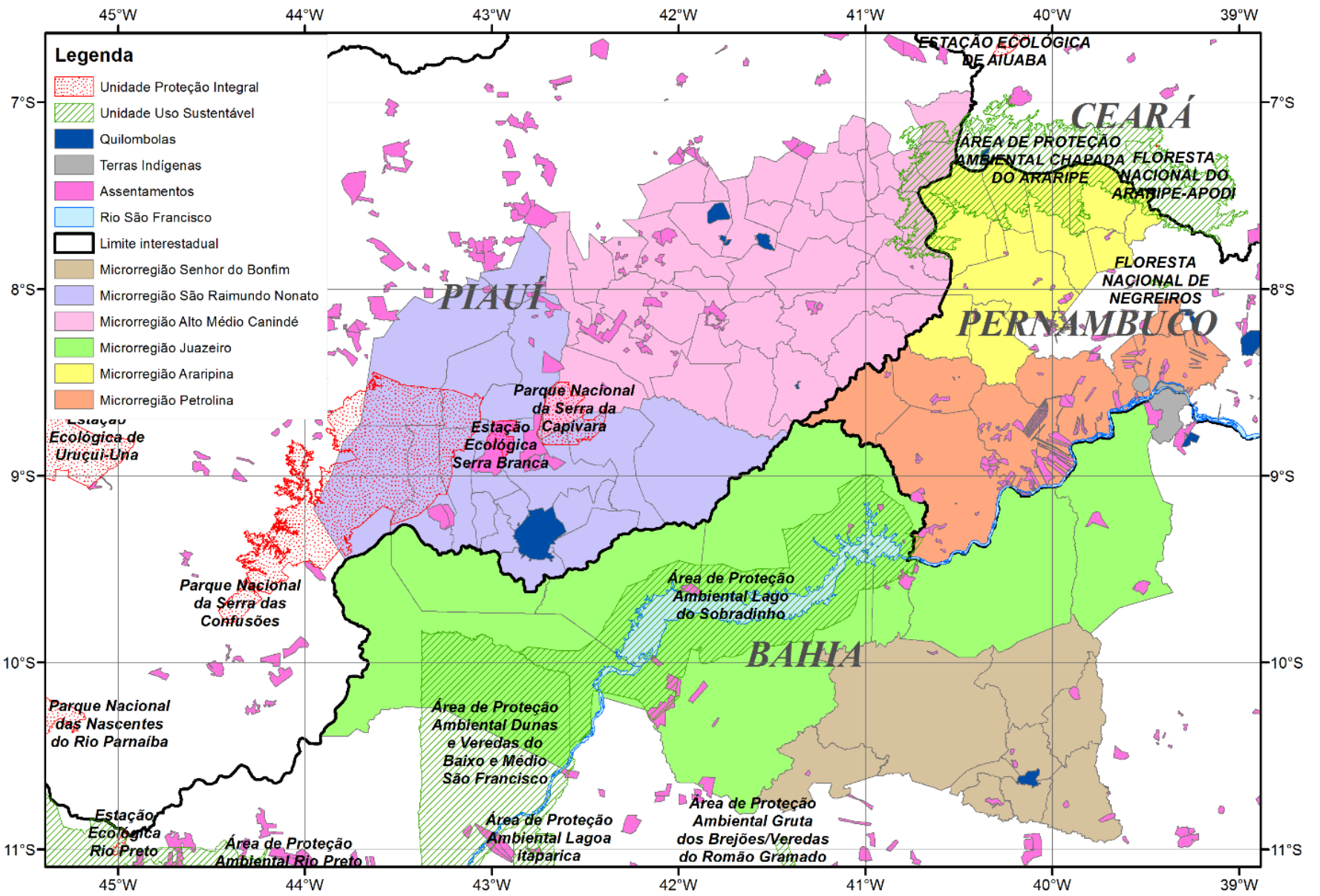


Figura 26. Localização do Território de Identidade Sertão do São Francisco Baiano e mesorregiões do seu entorno com identificação das Unidades de Conservação, Comunidades Quilombolas, Terras Indígenas e Assentamentos Rurais. Fonte: IBGE e MMA. Mapa elaborado no Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

Proteção Ambiental Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco, Área de Proteção Ambiental Lagoa de Itaparica, Área de Proteção Ambiental Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramado, Estação Ecológica Rio Preto, Área de Proteção Ambiental Rio Preto, no Estado da Bahia (Figura 26); Parque Nacional Boqueirão da Onça e Estação Ecológica Raso da Catarina.

A morosidade para a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas resulta em graves conflitos na região, devido às ameaças pela ação de grileiros, que requerem a expulsão dos povos tradicionais das suas terras historicamente ocupadas, bem como as ameaças pelo avanço dos projetos de desenvolvimento financiados e subsidiados pelos Bancos de Desenvolvimento nacionais e internacionais, como a implementação dos perímetros irrigantes, os complexos de usinas eólicas, hidroelétricas e solar, as linhas de transmissão de energia, bem como a mineração. Esses projetos causam graves impactos ambientais na região, principalmente pelo desmatamento da vegetação nativa, pela degradação e salinização dos solos, além de contaminação e assoreamento dos cursos d'água. A deterioração dos recursos naturais, dentro ou no entorno dos territórios tradicionais, é uma grande ameaça à reprodução social desses Povos e Comunidades Tradicionais, que dependem diretamente da preservação de toda a biodiversidade da Caatinga e principalmente dos cursos e fontes d'água, existentes de forma escassa na região.

Dentro desse contexto, será apresentado um relato sobre estudos etnoecológicos da agrobiodiversidade manejada pelas Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto do TSSF, que ocupam secularmente esse território através de práticas de uso comum e gestão coletiva do agroecossistema.

16.2.2. Histórico da formação social das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto

A origem da forma de organização social que constitui o modo de vida das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto remonta ao período colonial, e deriva da imprecisão de limites e da indefinição legal dos direitos de propriedade (GARCEZ, 1987). A ocupação dos sertões por meio dos domínios da Casa da Torre, constituída pelos herdeiros de Garcia Ávila e da Casa da Ponte, pertencente à família Guedes de Brito, foi estabelecida por meio dos grandes latifúndios para a criação extensiva da pecuária bovina, onde havia a figura central dos vaqueiros e de seus auxiliares ou fábricas, que recebiam um quarto da criação, e foram constituindo assim seus próprios rebanhos e currais. Antonil (1982) cita ainda formas complementares de ocupação do latifúndio formado pelas Casas da Torre e da Ponte, por meio do arrendamento de sítios que valiam dez mil réis de foro por légua ao ano. O foreiro mantinha uma relação com os vaqueiros, principalmente no uso comum de algumas áreas, onde, além da criação bovina destinada ao abastecimento da população litorânea da colônia, iniciavam a criação de pequenos rebanhos de cabras e ovelhas, destinadas principalmente a garantir a segurança alimentar das famílias, juntamente com os pequenos roçados. Além dos vaqueiros, sesmeiros e foreiros existiam no território grupos de quilombolas e indígenas que resistiram ao processo de ocupação e foram se incorporando ao modelo de criação pecuária extensiva vigente.

Ferraro Jr. (2008) estabelece que a origem do modo de vida tradicional das Comunidades Fundo de Pasto foi determinada por fatores ambientais e culturais. O primeiro estabelece a adaptação às condições severas do clima semiárido, que inviabiliza o cultivo e a formação das pastagens perenes, cabendo à Caatinga preservada ser a fonte alimentar da criação animal. Os caprinos foram os ruminantes que mais se adaptaram às condições de pastoreio solto na Caatinga.

O segundo fator determinante da forma tradicional de ocupação estabelecendo o uso coletivo da terra nos Fundos de Pasto está relacionado à diversidade cultural das comunidades compostas por três origens distintas. A primeira trata da origem dos imigrantes camponeses europeus, vaqueiros e foreiros que vieram da região ibérica, onde as terras são denominadas de “baldios” que caracterizam o uso livre e disponível da terra aos camponeses. A segunda origem cultural vem dos povos originários americanos, os indígenas, que formavam pequenos aldeamentos com 100 a 200 pessoas, onde realizavam diversas atividades coletivas, como o cultivo de roçados, a caça, a pesca e o extrativismo. Muitos dos povos foram dizimados no processo de ocupação, outros foram escravizados e incluídos no trabalho das fazendas de criação de gado, além dos aldeamentos formados pelas missões jesuíticas para catequizá-los, onde a criação pecuária substituía a necessidade de caça e o deslocamento dos aldeamentos. Os

povos de origem africana formavam os quilombos para resistirem à escravidão portuguesa; muitas vezes esses afrodescendentes se refugiavam nas missões jesuíticas ou em locais isolados com alguma fonte de água. Esses afrodescendentes traziam em suas matrizes africanas a tradição da vida comunitária e de uso comum dos recursos naturais, bem como a cultura da criação pecuária.

Assim, Andrade (1980) relaciona os vaqueiros, os negros escravizados e os indivíduos de ascendência indígena como o embrião das comunidades que foram se formando dentro do próprio latifúndio ou à sua margem. De acordo com Carvalho (2014) é necessário considerar que essa origem histórica comum, baseada no mito das três raças que originam as Comunidades Fundo de Pasto, representa um olhar estereotipado da própria identidade nacional, que figura uma ideologia comum dos Povos Indígenas e Afrodescendentes escravizados pelos colonizadores europeus. Dessa maneira, a identidade deve ser estabelecida por meio da autoidentificação das próprias comunidades, seja como Povo Indígena, Comunidades Quilombolas ou Fundo de Pasto, que reconheçam sua própria e distinta trajetória de origem.

No caso dos Povos Indígenas do Nordeste, que chegaram a ser considerados extintos pelo brutal processo de ocupação e colonização de suas terras, atualmente se autodeclaram pertencentes a 33 povos[25] distintos, que ocupam 69 Terras Indígenas na Região Nordeste, que correspondem a 232.739 hectares (IBGE, 2018). Nos sertões do São Francisco destacam-se os povos indígenas pertencentes aos grupos Kariri e Prokás, além de uma diversidade de Comunidades Quilombolas que mantêm revitalizada sua tradição e cultura de matriz africana, e as Comunidades Fundo de Pasto compondo esse território multiétnico que traz em comum o direito das terras tradicionalmente ocupadas.

Os territórios ocupados tradicionalmente pelas Comunidades Fundo de Pasto, segundo Alcântara e Germani (2009), são definidos por uma organização social que articula o uso de áreas individuais e áreas de uso coletivo, caracterizando-se pelas atividades de criação animal, agricultura e extrativismo, bem como pelas relações de parentesco e compadrio com trocas de trabalho por reciprocidade. CAR (1987) define as Comunidades Fundo de Pasto através da especificidade do uso coletivo de áreas abertas de Caatinga para o pastoreio e o extrativismo, que permitem o aproveitamento mais eficiente do potencial forrageiro da vegetação nativa, além de associar áreas individuais cercadas para a produção de culturas alimentares e forrageiras. Assim, esses diferentes sistemas de produção permitem uma ampla diversificação baseada no criatório de animais de pequeno porte (caprinos, ovinos, suínos e aves) e um reduzido rebanho de bovinos, além de diversos cultivos alimentares e forrageiros (feijão, milho, mandioca, melancia, abóbora e palma). Esse autor conclui, ainda, que a diversificação e a integração da produção são estratégicas para a convivência com as adversidades climáticas, onde o sucesso de uma dessas atividades determina as condições mínimas para a reprodução social da unidade familiar.

---

25 Os 33 Povos Indígenas do Nordeste são: Atikum; Fulni-ô, Jenipapo-Kanindé, Jiripancó, Kaimbé, Kalankó, Kambiwá, Kantaruré, Kapinawa, Karapotó, Kariri, Kariri-Xokó, Karuazu, Kiriri, Pankararé, Pankararu, Pankaru, Payayá, Pipipã, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia, Tingui Botó, Tremembé, Truká, Tumbalalá, Tuxá, Xokó, Xukuru, Xukuru-Kariri e Wassu (Funai, 2018).

Garcez (1987) considera o Fundo de Pasto como uma prática secular na região nordeste do Estado da Bahia, que até meados da década de 1960 não havia sofrido alterações sensíveis; mas, devido às políticas de valorização das terras e incentivos para a expansão e ocupação do espaço agrário do país, teve início uma corrida para variantar, ou seja, cercar as terras utilizadas como pastoreio livre dos rebanhos, como forma de obtenção de posse privada, através da grilagem dessas terras consideradas de propriedade comunitária. Na década de 1970, o cercamento das terras se intensificou com o financiamento através do crédito rural disponível aos grandes proprietários, causando sérias ameaças ao modo de ocupação tradicional dos Fundos de Pasto. Na década seguinte, em 1981, um juiz da comarca de Oliveira dos Brejinhos determinou o cumprimento da Lei de Quatro Fios, que obrigava a feitura de cercas de arame de quatro fios para a criação de animais de pequeno porte. A repressão ao criatório de animais soltos representava a extinção do modo de vida secular das comunidades Fundo de Pasto, que passaram a se organizar frente às diversas ameaças pela permanência na terra. Assessoradas pelo Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), as comunidades começaram a se mobilizar e iniciaram a luta pelo Bode Solto e pelos Fundos de Pasto.

No ano 1982, durante a execução do Projeto Nordeste Bahia, que tinha como objetivo a regularização fundiária das terras nessa região, as comunidades do município de Uauá reivindicaram uma forma diferenciada de emissão do título da terra, que atendesse a forma secular de ocupação das terras para a criação pecuária em áreas coletivas de Fundo de Pasto. Em 1985, o Estado da Bahia iniciou um projeto específico atendendo diretamente às comunidades autorreconhecidas como Fundo de Pasto em três regiões distintas: Nordeste – Juazeiro, Uauá, Monte Santo, Senhor do Bom Fim, Curaçá e Chorrochó; Serra Geral – Oliveira dos Brejinhos, Macaúbas e Ibititá; e Fechos Oeste – Correntina, Santa Maria da Vitória, Coribe e Canápolis. O projeto realizou um estudo detalhado das regiões para identificação das Comunidades Fundo de Pasto e titulação a partir da medição das terras denominadas de uso coletivo (GARCEZ, 1987).

O Projeto Fundo de Pasto, em 1988, teve seu financiamento suspenso pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sem haver alcançado grandes avanços na regularização fundiária das áreas, principalmente nas comunidades onde se identificaram situações de litígios, com proprietários particulares reivindicando a posse das terras de uso comunitário. Em 1989, o Estado baiano estabeleceu em sua constituição o direito à concessão de uso das terras devolutas estaduais para as Comunidades Fundo de Pasto. Foi também em 1989 que o Brasil assinou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Estado brasileiro em 2002 nº Decreto Legislativo nº 143. Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto nº 6.040/2007, que inclui e assegura direitos às comunidades Fundo e Fecho de Pasto. O Estado da Bahia, em 2013, constitui a Lei nº 12.910, que dispõe sobre a regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas por comunidades remanescentes de Quilombolas e por comunidades Fundo e Fechos de Pasto através de certificação expedida pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi). O estado institui também, através do Decreto nº 15.634 de 2014, a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que alterava o Decreto nº 13.247 de 2011.

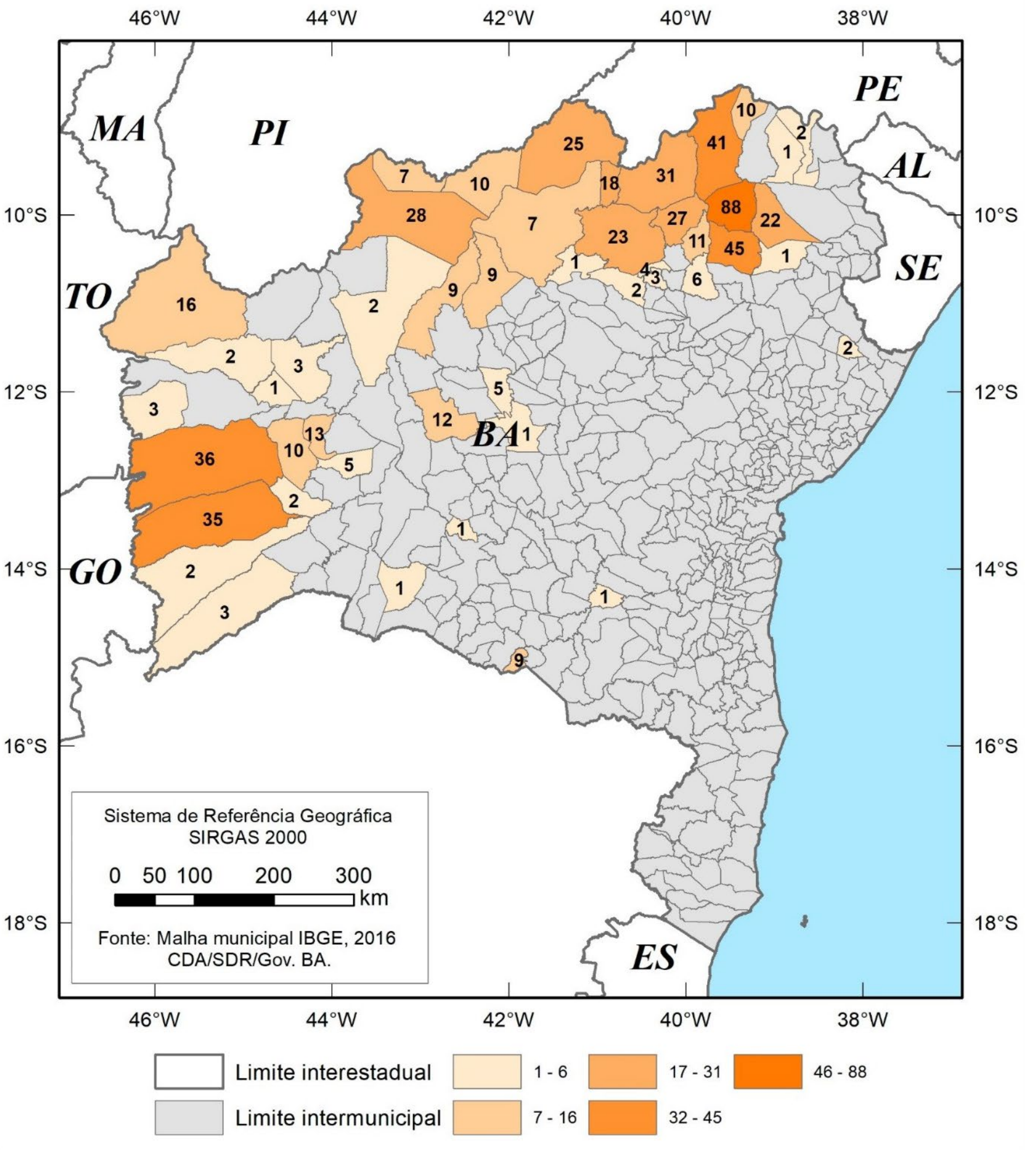


Figura 27. Relação geral por município do número de associações de Comunidades Tradicionais Fundo e Fecho de Pasto cadastradas até 2017 na CDA/Estado da Bahia. Fonte: CDA, Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Governo do Estado da Bahia, 2017.

Apesar de alguns segmentos do governo da Bahia empreenderem esforços para a regularização fundiária desses territórios e instituir a certificação das comunidades, o processo é lento e sofre resistência de outros setores e interesses do estado, gerando conflitos com as comunidades organizadas, que travam lutas políticas pelo reconhecimento e pela garantia dos territórios tradicionalmente ocupados desde a década de 1960 (ALCÂNTARA; GERMANI, 2009; GARCEZ, 1987). Atualmente, existem 607 associações de comunidades Fundo de Pasto na Bahia, que envolvem mais de 8.800 famílias identificadas junto à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e pela Sepromi, que certificou 373 Comunidades Fundo de Pasto[26]

26 Dados disponibilizados pelo Projeto Geografar/UFBA, com base em levantamentos da CDA e da Sepromi – Governo do Estado da Bahia. Dados de março de 2018. Disponível em: https://geografar.ufba.br/mapas-e-tabelas-de-fundos-e-fechos-de-pasto.

(Figura 27). Mas muitas comunidades que se autorreconhecem como Fundo e Fecho de Pasto ainda não se encontram certificadas pelos órgãos do estado e estão ameaçadas pelo marco temporal estabelecido no Projeto de Lei nº 12.910/2013, que estabelece a data de 31 de dezembro de 2018 para reconhecer, através do certificado emitido pela Sepromi, essas comunidades, além de estabelecer os contratos de concessão de uso das terras através da CDA. Caso prevaleça o marco temporal da Lei nº 12.910, o Estado da Bahia estará infringindo a Constituição Federal e as prerrogativas de autodeclaração asseguradas às comunidades tradicionais Fundo e Fecho de Pasto na Convenção nº 169 da OIT e no Decreto nº 6.040/2007 da PNPCT.

16.2.3. Critério de seleção e identificação das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto Ouricuri, Serra da Besta e Caladinho, participantes do estudo

A fase inicial da pesquisa etnoecológica contou com a seleção das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto participantes que levou em consideração alguns critérios, como a relação da comunidade com a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), constituída em 2004. A Coopercuc foi responsável por uma das mais importantes inovações geradas na cadeia de produtos da sociobiodiversidade do umbu, através da agroindustrialização dos frutos. Outro critério levou em consideração a identificação de práticas inovadoras de manejo e recuperação da Caatinga nos agroecossistemas manejados pelas comunidades.

A Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Ouricuri foi selecionada como público participante do trabalho de caracterização do agroecossistema e sistematização das práticas de manejo e gestão da agrobiodiversidade em seus subsistemas correspondentes. O território da comunidade está localizado no município de Uauá (BA) (Figura 28), distante aproximadamente 20 km da sede do município, a principal via de acesso da comunidade é através do povoado de Caldeirão da Serra, por uma estrada vicinal não pavimentada. A Comunidade é formada por 55 famílias e se caracteriza por uma organização social baseada em relações de parentesco que manejam coletivamente o território que ocupam, conservando áreas contínuas de Caatinga para a criação de pequenos ruminantes, principalmente caprinos e ovinos, e extrativismo vegetal, com destaque para o umbu, mandacaru e maracujá-da-caatinga. A Associação da Comunidade foi certificada pelo Governo da Bahia/Sepromi em 2015, mas ainda não possui registro das terras de uso coletivo em nome da associação, estando essas áreas registradas como terras pertencentes ao Estado da Bahia. A liderança da comunidade, o Sr. Alcides Peixinho, é sócio fundador da Coopercuc e participa da parceria entre a cooperativa e a L'Occitane Brasil, empresa que desenvolveu uma linha de cosméticos à base de mandacaru (*Cereus jamacaru*). Outra importante atividade desenvolvida na comunidade é o Recaatingamento[27], que corresponde a uma área de aproximadamente 52 hectares cercada para a recuperação ambiental da Caatinga.

27 O Recaatingamento é apoiado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) que acompanha e monitora essas áreas de recuperação da Caatinga em doze comunidades Fundo de Pasto, localizadas em dez municípios do TSSF. Essa iniciativa foi premiada pelo IPHAN/Embrapa/BNDES em 2018 como prática de fortalecimento dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT).

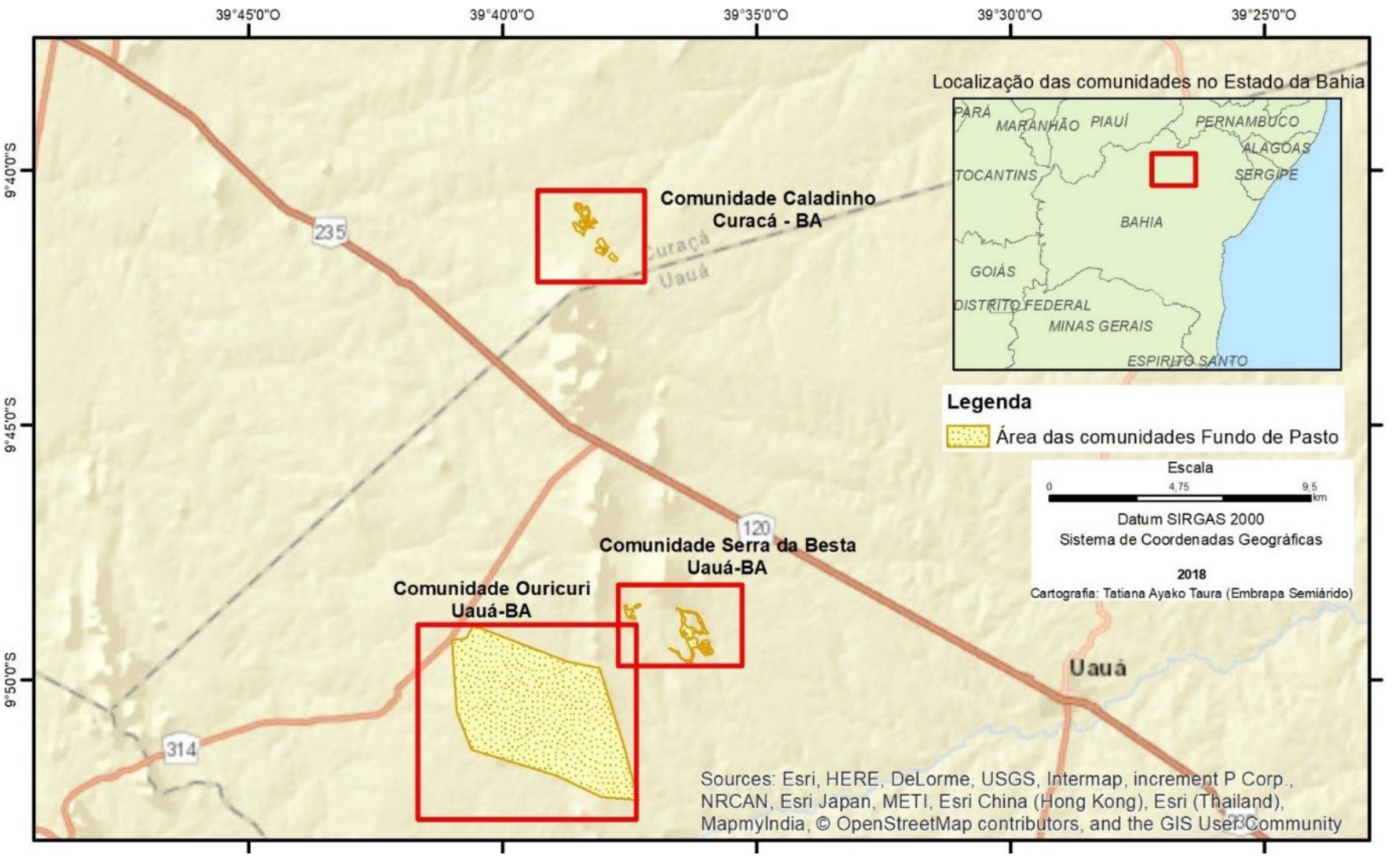


Figura 28. Localização das Comunidades Fundo de Pasto Ouricuri e Serra da Besta, Uauá e Comunidade Caladinho, Curaçá (BA). Fonte: Mapa elaborado no Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

Para a realização do estudo de análise ecológica dos umbuzeiros sob manejo extrativista foram selecionadas as Comunidades Fundo de Pasto Serra da Besta e Caladinho, localizadas nos municípios de Uauá e Curaçá (BA) (Figura 28). Essas duas comunidades participam efetivamente nos processos produtivos da Coopercuc e realizam práticas de regeneração e conservação do umbuzeiro através do manejo de unidades de fruticultura de sequeiro, enriquecimento da Caatinga e Recaatingamento. A Comunidade Fundo de Pasto Caladinho está localizada no município de Curaçá (BA). A associação está certificada junto à Sepromi, mas a comunidade vivencia há décadas uma situação de conflito com fazendeiros do entorno, na disputa pela posse de uma área de 2.200 hectares utilizada como área comum de Fundo de Pasto há mais de um século pela comunidade, onde vivem 65 famílias. Destas, em torno de 50 famílias realizam o extrativismo do umbu. No período da safra, que dura cerca de três meses, iniciando em janeiro e terminando em março, a comunidade chega a colher em torno de 250 toneladas de frutos. Parte da produção é entregue para a fábrica central da Coopercuc, e outra parte é beneficiada na agroindústria localizada na própria comunidade, mas ainda a maior parte da produção é comercializada *in natura* para atravessadores locais, que pagam um valor muito menor quando comparado ao preço entregue para a cooperativa.

A Comunidade Fundo de Pasto Serra da Besta está localizada no município de Uauá (BA), a associação encontra-se certificada pela Sepromi e a CDA já concluiu a medição da área de Fundo de Pasto que soma 344 hectares; mas a comunidade aguarda a alteração nos termos estabelecidos pelo Estado para assinar a concessão das terras. Atualmente vivem na comunidade 16 famílias, todas realizam o extrativismo do umbu, que tem produção estimada em 100 toneladas de frutos *in natura*. Como ocorre na Comunidade do Caladinho, a maior parte dessa

produção é comercializada para compradores intermediários e o restante é fornecido para o beneficiamento na fábrica central da Cooperativa[28] e na minifábrica localizada na própria comunidade.

16.2.4. Caracterização do agroecossistema da Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA)

A área total do território identificado como pertencente à Comunidade Tradicional Fundo de Pasto Ouricuri, incluindo as áreas de uso familiar e coletivo, é de 2.575 hectares. Os limites com o entorno da comunidade não estão demarcados por variantes e também não existem cercas, apenas pontos denominados "extremas", que são identificados por algum recurso natural, uma serra, um lajedo, ou mesmo um pé de umbuzeiro, determinando assim o compartilhamento do território com cinco Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto do seu entorno, sendo elas a Comunidade Fundo de Pasto Santana (nas extremas Laje do Carrapato, Laje dos Caldeirãozinhos, Serrote do Merim, Riacho do Facheiro, Topo de Pedra, Queimada Nova e Vermelhos); a Comunidade Fundo de Pasto Caldeirãozinho (com as extremas Caminho do Belo e Caldeirãozinho); a Comunidade Fundo de Pasto Bonito (com as extremas Estrada do Bonito, Bonito e Caminho do Belo); e as Comunidades Fundo de Pasto Escondido II e Escondido III, compartilhando as extremas Umbuzeiro da Nega, Estrada para Serra da Besta, Serrote do Escondido III e Estrada para Uauá (Figura 29).

Foram identificados dentro do território dois cursos de rios intermitentes, o Caneladema e seu subsidiário Extrema, que deságuam na bacia hidrográfica do Rio Vaza Barris. No curso do Rio Caneladema foi construída uma barragem, ainda no início da ocupação do território em 1910, chamada de Tanque Grande, e as principais aguadas das comunidades, tais como barreiros, pequenas barragens e lajedos, se encontram nos canais de drenagem do território.

O agroecossistema manejado pela comunidade pode ser dividido em três subsistemas distintos: 1) as Áreas Familiares das 55 famílias, que somam 1.078 hectares, compostas pelas moradias, quintais, roçados, cercados de animais e áreas soltas de Caatinga; 2) o Roçado Japão, que corresponde a uma área de 170 hectares de extensão, que representa uma mancha de Latossolo Amarelo utilizado para agricultura de sequeiro; e 3) as Áreas de Fundo de Pasto, também chamadas de solta, que estão subdivididas em três subáreas do território e somam juntas 1.270 hectares, além do Recaatingamento de uma área com 52 hectares, que se encontra cercada para evitar a entrada dos animais de criação com o objetivo de regenerar a Caatinga (Figura 30).

A Comunidade Ouricuri se encontra na grande Unidade de Paisagem Depressão Sertaneja, com características de relevo plano e suave ondulado, composta por Caatinga hiperxerófila e período chuvoso variando de novembro a abril, com precipitação média anual de 431,8 mm. (SILVA; SILVA, 1993). Os tipos de solos de ocorrência no território foram identificados

28 A fábrica da Coopercuc beneficiou em 2018 em torno de 30 toneladas de frutos de umbu para a produção de doces, geleias, compotas, polpas e sucos.

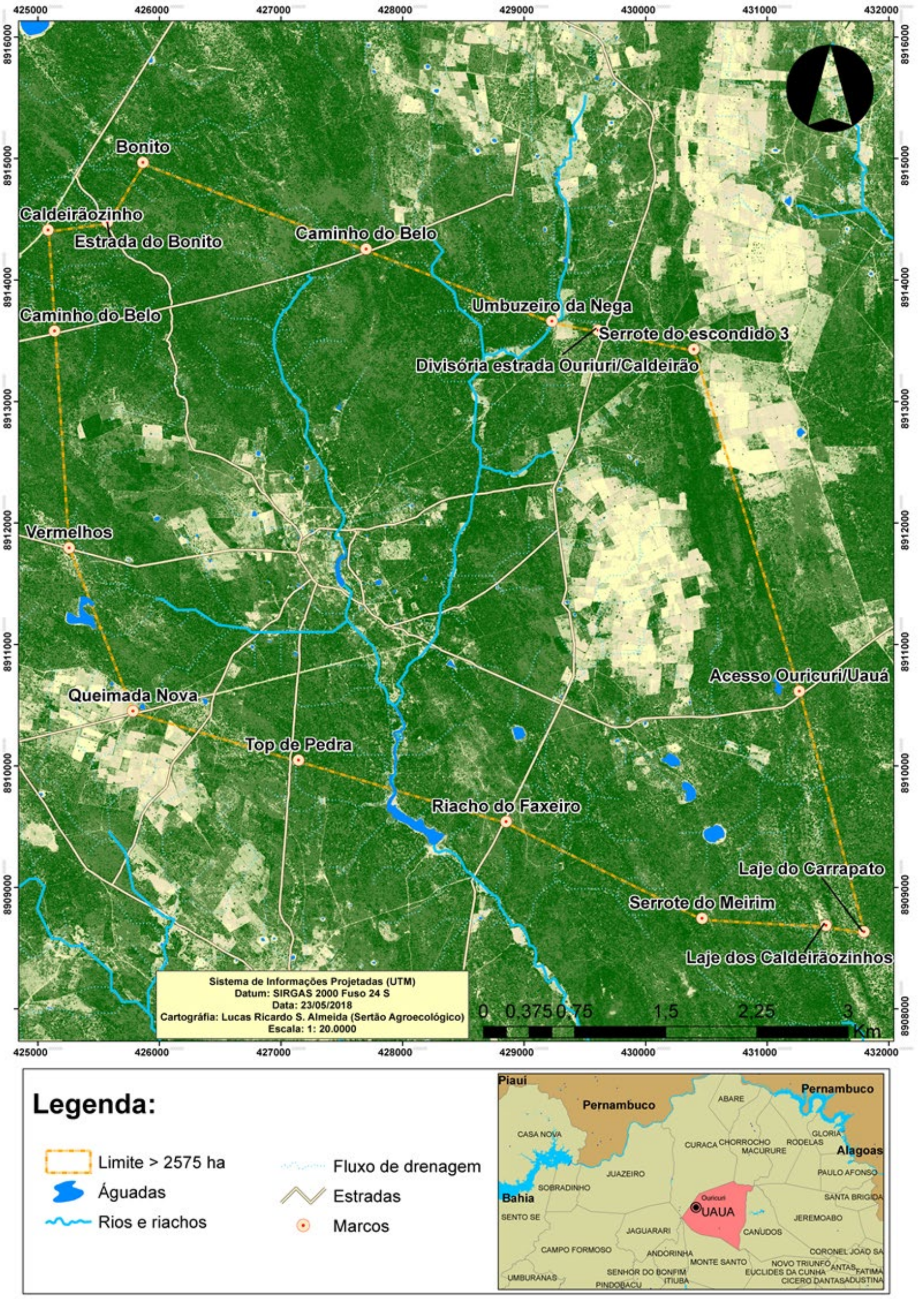


Figura 29. Mapa das “extremas” ou limites e delimitação do perímetro total do território da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

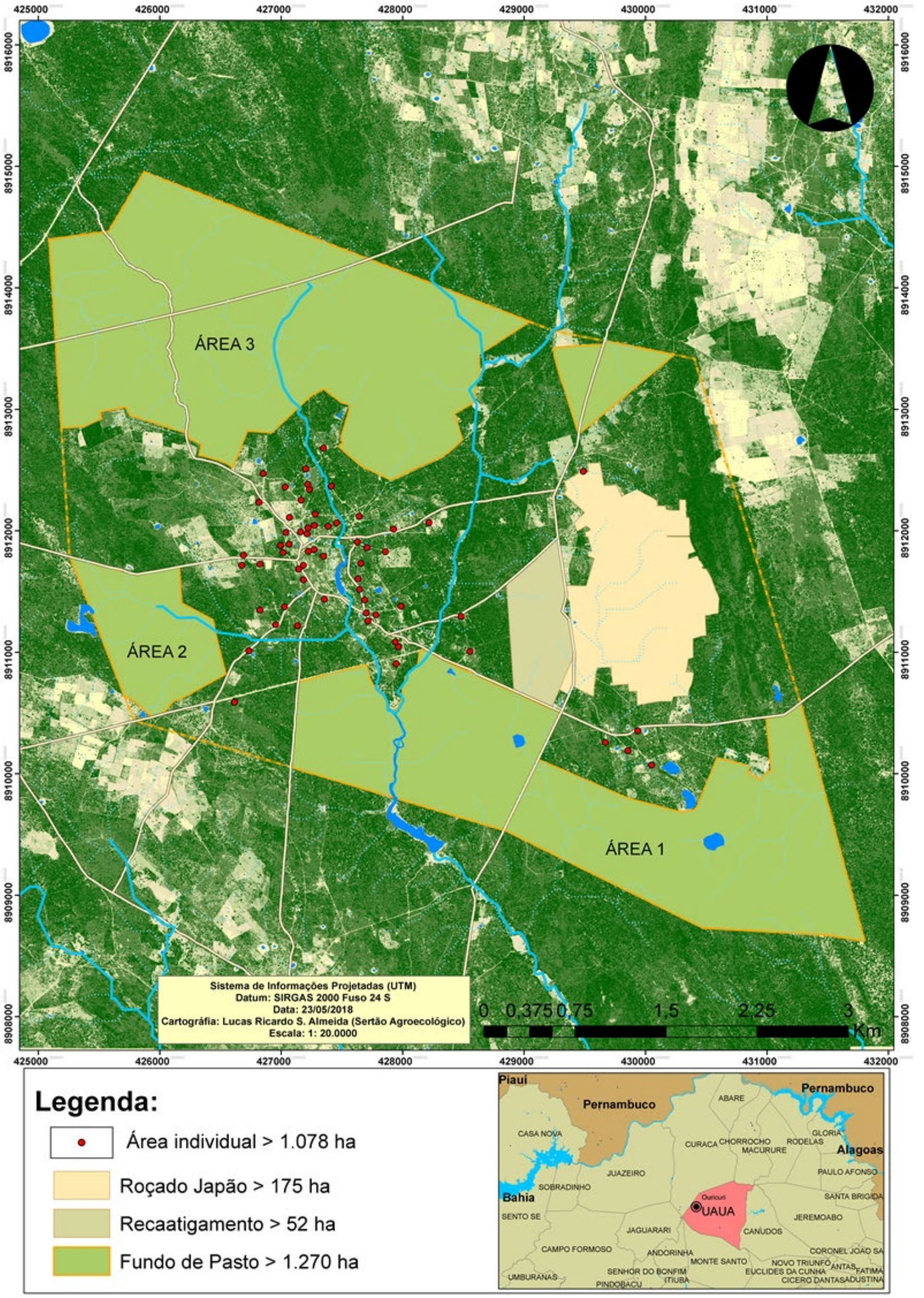


Figura 30. Mapa do agroecossistema da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA) e identificação de seus subsistemas componentes. Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

através do mapa de solos do Estado da Bahia em escala 1:1.000.000, e avaliados a campo através de estudo pedológico. Constatou-se a predominância na paisagem do Planossolo com ocorrência também de Neossolo Litólico e na área delimitada pelo Roçado Japão o solo foi classificado como Latossolo Amarelo Distrófico, que correspondem a solos profundos, bem drenados, de fertilidade natural média.

Uma das principais ameaças externas a serem enfrentadas pelas Comunidades Fundo de Pasto, principalmente as comunidades localizadas a nordeste do Estado da Bahia, corresponde aos inúmeros projetos de mineração sobrepostos aos seus territórios. Conforme dados disponíveis pela Agência Nacional de Mineração (ANM) existem sobrepostos à Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri cinco áreas com autorização vigente para realizar pesquisas de exploração mineral. Uma das áreas está autorizada para Mineradora Caraíba Metais para pesquisar sobre a exploração mineral de níquel, e as outras áreas estão autorizadas para a empresa Pavão Rochas Ornamentais para realizar pesquisas de exploração de mármore (Figura 31).

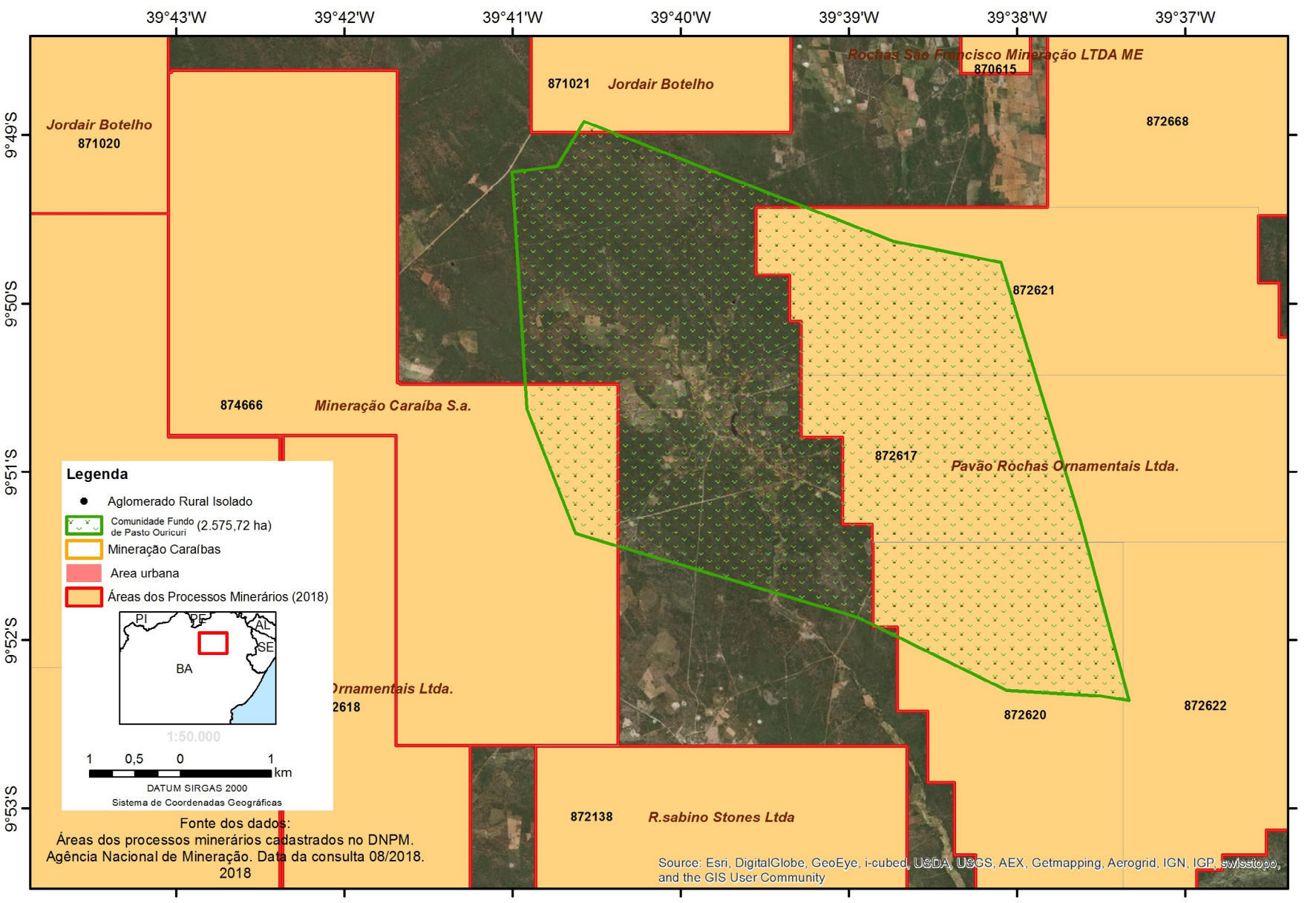


Figura 31. Mapa dos lotes de mineração autorizados para pesquisas de exploração mineral de níquel e mármore sobrepostos ao território da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Nacional de Mineração.

16.2.5. Mapeamento participativo sobre o histórico de ocupação e relações com o entorno da Comunidade Ouricuri

Os primeiros moradores do território chegaram entre as décadas de 1870 e 1910, sendo a comunidade fundada pelas famílias Ferreira, Peixinho, Cardoso e Rodrigues dos Santos. As principais atividades culturais comunitárias são as festas de São Gonçalo, realizadas até o final da década de 90, e mais recentemente os novenários, principalmente para Nossa Senhora Aparecida, padroeira da comunidade. Atualmente a Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri é formada por 55 famílias, 25 crianças, 32 aposentados e 73 jovens e adultos, formando uma população total de 130 pessoas. Não houve ao longo do histórico de ocupação do território nenhum conflito ou ameaça referente à disputa de terras, seja entre as famílias da comunidade ou com seu entorno. Todas as extremas ou marcos que determinam os limites do território estão estabelecidos por meio de consenso entre as comunidades vizinhas de Santana, Caldeirãozinho, Bonito, Escondido II e Escondido III.

As primeiras estruturas hídricas foram construídas logo na fundação da comunidade: uma cacimba e a barragem Tanque Grande no Rio Caneladema. A barragem é considerada a obra de maior relevância para o abastecimento de água das famílias e da criação animal. Em 1982 ocorreu seu rompimento, sendo necessária a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para sua reconstrução, empregando um grande número de pessoas da região para trabalhar na obra da barragem. A disponibilidade de água na comunidade foi ampliada em 1990, através da construção de um poço artesiano com vazão de 45 mil litros/hora pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Dois anos depois a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) iniciou a obra de construção de uma adutora, passando por dentro do território da comunidade os dutos da tubulação que levou água do Rio São Francisco, que chegava na empresa Caraíbas Metais até a sede do município de Uauá.

Em 2006 algumas famílias foram beneficiadas por tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva, as cisternas de consumo e produção construídas com apoio da Diocese de Juazeiro, em parceria com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), juntamente com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Essas obras tiveram investimentos da Cooperação Internacional e do governo federal, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Nesse período também foram realizadas obras de infraestrutura hídrica com abertura de barreiros e barragens, formando mais de 100 aguadas, entre poços, cisternas, lajedos, lagadiços e caldeirões.

Outra importante obra de infraestrutura apontada pela comunidade foi a chegada da energia elétrica nos anos de 2003-2004, quando foram instaladas placas de energia solar, através do fomento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No ano de 2007, a comunidade foi beneficiada com o programa de eletrificação rural Luz para Todos, que possibilitou a chegada da rede de energia elétrica em todas as casas de Ouricuri.

A principal fonte de renda das famílias da comunidade é a criação pecuária de caprinos

e ovinos, atividade realizada por todas as famílias, que comercializam sua produção aos atravessadores locais na própria comunidade ou nas feiras livres de Uauá. Um importante incremento na renda dessas famílias está relacionado aos benefícios sociais da aposentadoria e do Bolsa Família, que contemplam 32 aposentados e 22 famílias, respectivamente. No passado a produção de farinha era considerada a principal fonte de renda das famílias, existindo na comunidade cinco casas de farinhas, que tiveram sua produção declinando ao longo das sucessivas secas, sendo abandonada por completo em 2003. Atualmente a atividade agrícola é realizada como forma de garantir maior autonomia de segurança alimentar e nutricional às famílias e estoque de alimento aos rebanhos, nos roçados são cultivados uma grande diversidade de culturas alimentares e forrageiras. Durante os períodos de estiagem prolongada, quando existe grande perda da produção agrícola, o extrativismo do umbu é considerado um importante recurso para complementar a renda das famílias, que chegam a obter até três salários-mínimos no período da safra que ocorre de janeiro a março.

A relação da Comunidade Ouricuri com entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) iniciou-se na década de 80, com o Projeto Fundo de Pasto da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), e tinha como objetivo atender à necessidade da regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades Fundo de Pasto em Uauá e em outros dez municípios da região, beneficiando aproximadamente três mil famílias. Esse projeto teve apoio na época do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uauá (Polo Sindical de Juazeiro), da Embrapa Semiárido e do antigo Instituto de Terras da Bahia (Interba). A partir da década de 90, a descontinuidade das ações da CAR e os poucos avanços para a regularização fundiária das comunidades, trouxeram a necessidade de buscar apoio e assessoria junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Diocese de Juazeiro, além de constituir a Associação da Comunidade de Ouricuri. Nesse período a comunidade começou a receber também apoio e assessoria do IRPAA, através de capacitações sobre práticas voltadas à convivência com o Semiárido, esse apoio se mantém até os dias atuais com ações do projeto de Recaatingamento.

No ano de 2003, o governo federal realizou investimentos nas entidades prestadoras de serviços de ATER. Na Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) retomou suas ações de acompanhamento técnico atendendo diretamente as famílias da Comunidade Ouricuri. Com a extinção da EBDA em 2014, as atividades de ATER começam a ser prestadas pela Coopercuc, através da chamada pública lançada pela CAR/SDR/Governo da Bahia denominada ATER Sustentabilidade e Pró-Semiárido.

Desse modo, podemos observar que o histórico de fundação e desenvolvimento da comunidade está marcado pela luta por acesso à água, pela realização de atividades agropecuárias individuais e coletivas articuladas à experiência compartilhada do Fundo de Pasto, conformando assim um modo próprio de vida e de utilização dos recursos disponíveis. Instituições governamentais e não governamentais estiveram presentes na comunidade, seja de modo episódico, como na formação de frentes de trabalho para a reconstrução da barragem, ou de modo mais sistemático, como nas diferentes práticas de convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelo IRPAA e pela Coopercuc em parceria com a comunidade, conforme retratado no mapa temático histórico de ocupação (Figura 32).

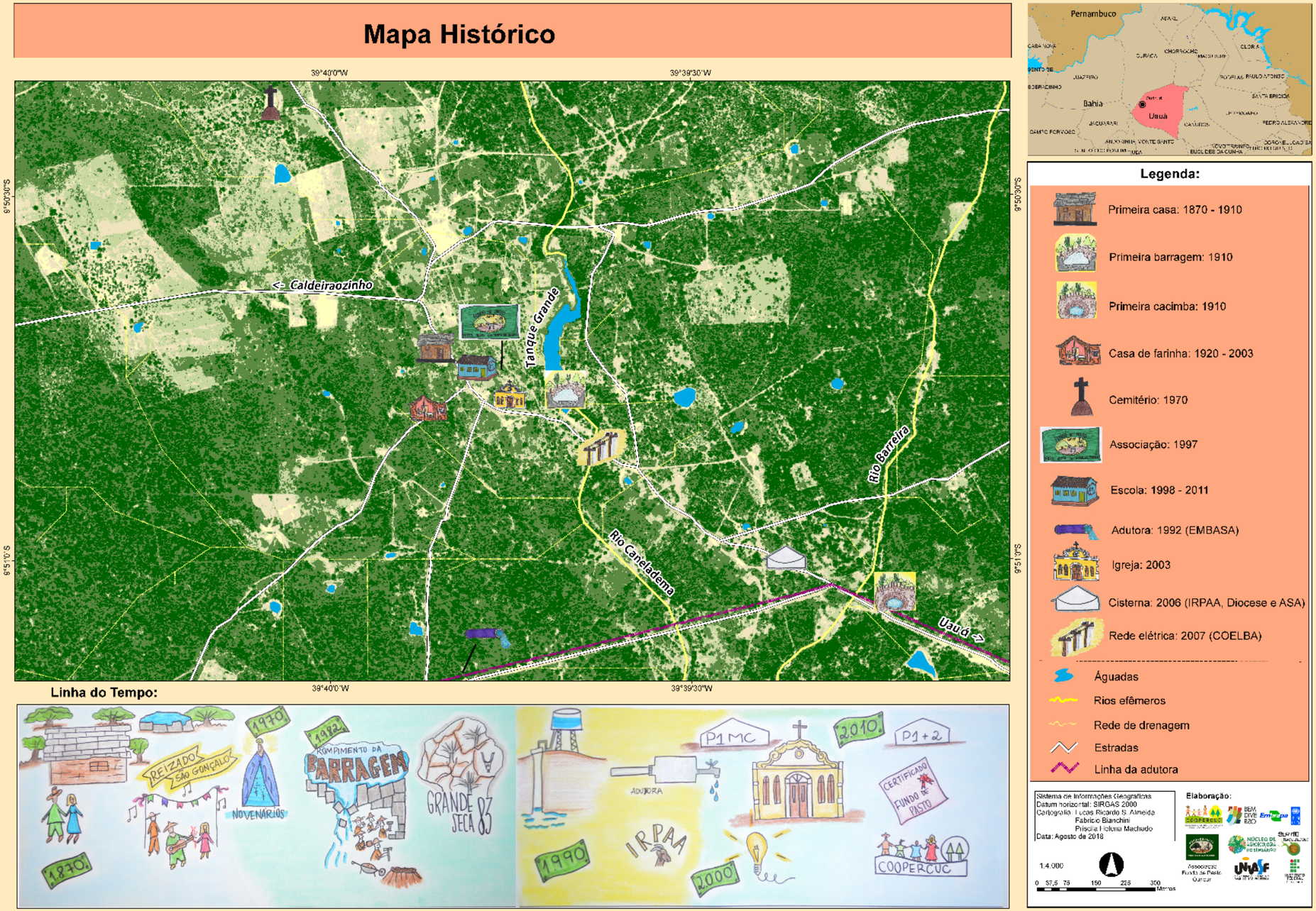


Figura 32. Mapa temático do histórico de ocupação da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

16.2.6. Mapeamento participativo do agroecossistema da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA) e seus subsistemas componentes

16.2.6.1. Subsistema Áreas Familiares

As Áreas Familiares são de domínio de cada uma das 55 famílias que constituem a Comunidade Ouricuri. Elas têm em média 20 hectares e possuem espaços abertos, que servem como corredores ao deslocamento dos animais para as áreas de Fundo de Pasto e limites cercados, próximos às casas que variam de três a oito hectares, geralmente com disponibilidade de alguma aguada. Esses espaços cercados são subdivididos e caracterizados como quintais (hortas e frutíferas), roçados (culturas alimentares e forrageiras) e cercados de animais (chiqueiro, maternidade e pasto). A maior diversidade de espécies e de usos é conservada e manejada nos quintais, pelas mulheres da comunidade. Os quintais são pequenas áreas cercadas próximo às casas, variam de meio a um hectare, onde são produzidas frutas, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, que são irrigadas com o reuso da água doméstica e adubadas com esterco e resíduos orgânicos. Integradas a esse sistema estão a criação de aves, em sua maioria galinhas caipiras, mas se encontram também perus, capotes e codornas, além da pocilga ou chiqueiro para criação de porcos. Os roçados são áreas maiores que os quintais, variam de um a três hectares, onde são cultivadas plantas alimentares, milho, feijão (guandu, corda e arranca), abóbora, melancia e macaxeira, e plantas forrageiras, palma e sorgo. Essas áreas, dependendo do manejo, são integradas com a produção animal para o pastejo dos animais (Tabelas 1 e 2). Próximo aos roçados encontram-se os cercados dos animais, áreas maiores que os roçados que variam em média de três a oito hectares, onde se preservam a vegetação natural da Caatinga como fonte de pastagem aos animais e o extrativismo vegetal para a coleta de frutos e lenha. Nessas áreas existem basicamente três divisões: 1) o chiqueiro, pequeno cercado onde se encontra um aprisco e abrigo aos animais em lactação; 2) um cercado um pouco maior denominado de maternidade, onde são colocadas as cabras e ovelhas prenhas, próximo a parição; e 3) uma área cercada de Caatinga mais extensa, destinadas ao pastejo das cabras e ovelhas prenhas ou lactantes, que amamentam suas crias pela manhã e são soltas para pastejar durante o resto do dia nestas áreas (Figuras 33 e 34).

O manejo do subsistema Áreas Individuais é feito principalmente pelas mulheres, que na divisão do trabalho familiar assumem a maior parte das tarefas domésticas e dedicam o seu tempo ao cultivo dos pomares e canteiros de hortaliças, medicinais e ornamentais (Tabela 1). Nesse subsistema elas realizam o preparo do solo e a adubação orgânica, para posterior plantio das sementes e mudas, fazem os manejos necessários com podas, controle natural de pragas, irrigação e adubação até a colheita do alimento. Integradas ao trabalho nos quintais, as mulheres são responsáveis também pelos cuidados das pequenas criações, aves, porcos e as cabras e ovelhas em lactação. Trabalham também nos roçados e no extrativismo vegetal, principalmente na coleta de lenha para os fogões (Tabela 2).

O manejo cultural dessas áreas corresponde basicamente à adubação com esterco animal, uma vez que os chiqueiros estão próximos aos roçados e pomares, e o controle de pragas é realizado com inseticidas e repelentes naturais como o fumo, manipueira, pimenta do reino, detergente e o óleo mineral. As mudas e sementes são obtidas através da troca com os vizinhos ou são compradas na feira e no comércio local de Uauá. As sementes de feijão, andu e milho são armazenadas em garrafas plásticas ou de vidro para o plantio no ano seguinte.

Devido ao período de longa estiagem, que começou em 2012 e se intensificou nos últimos seis anos (2012-2018), a produção vegetal nas áreas individuais teve grande redução, e nesse período não houve excedentes para comercialização nessas áreas. Os pequenos animais integrados aos quintais como galinhas e porcos, que consomem também parte desse excedente produzido, tiveram uma redução de quase 70% nesses últimos seis anos.

As construções das primeiras casas eram realizadas com tijolos de adobe fabricados artesanalmente utilizando um solo mais argiloso, que ocorre em locais específicos do território. A madeira para a cobertura dos telhados com telhas cerâmicas era obtida de espécies da Caatinga do próprio território da comunidade. Atualmente, as casas mais novas são feitas com blocos de cimento, seguindo os padrões convencionais da construção civil. Os fogões a lenha ainda são muito comuns nas casas, mesmo que praticamente todas as famílias tenham fogão a gás. A retirada de lenha e o corte para uso doméstico nos fogões é uma atividade realizada também pelas mulheres, as principais espécies utilizadas para a retirada da lenha são o calumbi, aroeira, catingueira e angico. Para a delimitação das áreas dos cercados são utilizadas as cercas tradicionais feitas com as madeiras secas retiradas da Caatinga, chamadas de “faxina”, além de cercas com arame farpado ou liso.

Tabela 1. Lista de espécies de uso medicinal e alimentar cultivadas no subsistema Área Individual da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

ESPÉCIES DE USO MEDICINAL	ESPÉCIES DE USO ALIMENTAR
Alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.)	Feijão (*Vigna* sp.)
Umburana de cheiro (*Amburana cearensis*)	Milho (*Zea* sp.)
Babosa (*Aloe vera*)	Andu (*Cajanus cajan*)
Malva Santa (Indeterminado)	Melancia (*Citrullus lanatus*)
Pau-ferro (*Libidibia ferrea*)	Abóbora (*Curcubita* sp.*)*
Hortelã (*Mentha* sp.)	Coentro (*Coriandrum sativum*)
Pai-de-chicão (alfavaca) (Indeterminado)	Alface *(Lactuca sativa*)
Romã (*Punica granatum* L.)	Cebola (*Allium cepa*)
Erva-preá (Indeterminado)	Beterraba (*Beta* sp.)
Canapu (Indeterminado)	Cenoura (*Daucus carota*)

ESPÉCIES DE USO MEDICINAL	ESPÉCIES DE USO ALIMENTAR
Limão (*Citrus* sp.)	Maracujá amarelo (*Passiflora edulis*)
Arruda *(Ruta graveolens* L.)	Manga (*Mangifera indica*)
Erva-cidreira *(Melissa* sp.)	Mexerica (*Citrus* sp.)
Erva-doce (*Pimpinella* sp.*)*	Acerola (*Malpighia emarginata*)
Boldo (*Peumus* sp.)	Goiaba (*Psidium guajava*)
Vicky (Indeterminado)	Banana (*Musa* sp.*)*
Mastruz (*Dysphania ambrosioides*)	Coco (*Cocos nucifera*)
Malvão (Indeterminado)	Laranja (*Citrus* sp.)
Novalgina (Indeterminado)	Limão (*Citrus* sp.)
Água-de-elefante (Indeterminado)	Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*)
Quebra-faca (*Croton conduplicatus*)	Pimenta-de-cheiro (*Capsicum* sp.*)*
Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis)*	Pimenta dedo-de-moça (*Capsicum* sp.*)*
Quebra-pedra (*Phyllanthus* sp.)	Pimenta malagueta (*Capsicum* sp.*)*
Capim-santo (*Cymbopogon citratus)*	Seriguela (*Spondias purpurea*)
Jerônimo (mãe Jerônimo) (Indeterminado)	Licuri (*Syagrus coronata*)

Fonte: Oficina de Mapeamento Participativo, 2018.

Tabela 2. Lista de espécies de uso forrageiro e nativas da Caatinga presentes no subsistema Área Individual da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

ESPÉCIES FORRAGEIRAS	ESPÉCIES DA CAATINGA
Leucena (*Leucaena leucocephala*)	Mandacaru (*Cereus jamacaru)*
Andu (*Cajanas cajan*)	Coroa-de-frade (*Melocactus* sp.)
Capim Buffel (*Cenchrus ciliaris*)	Pinhão bravo (*Jatropha mollissima)*
Palma (*Opuntia* sp.*)*	Favela (*Cnidoscolus* sp.)
Mandioca (*Manihot esculenta* Crantz)	Catingueira de porco (*Caesalpinia pyramidalis)*
Melancia-de-cavalo /forrageira (*Citrullus lanatus*)	Umbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arruda)
Melancia (*Citrullus lanatus)*	Quebra-facão (*Croton conduplicatus* Kunth)
Mandacaru (*Cereus jamacaru* DC)	Calumbi (*Mimosa arenosa)*
Xiquexique (*Pilosocereus* sp.)	Angico – Indeterminado (*Anadenanthera* sp. ou *Piptadenia moniliformis*)

ESPÉCIES FORRAGEIRAS	ESPÉCIES DA CAATINGA
Coroa-de-frade (*Melocactus*sp.*)*	Maracujá do mato *(Passiflora cincinnata)*
Samambaia (bromélia) – (*Tillandsia* sp.)	Palmatória (*Opuntia* sp.)
Sorgo (*Sorghum* sp.)	Rabo-de-raposa (Indeterminado)
Enxerco (trepadeira) Parasita (Indeterminado)	Cachacupi (Indeterminado)
Juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.)	Aroeira (*Myracroduon urundeuva)*
Maniçoba (*Manihot* sp.)	Alecrim-do-campo (Indeterminado)
Favela (*Cnidoscolus* sp.)	Pau-ferro (*Libidibia ferrea)*
Algodão (*Gossypium* sp.)	Juazeiro (pouco) (*Ziziphus joazeiro)*
Maxixe (*Cucumis* sp.)	Umburana-de-cheiro (*Amburana cearensis)*
Licuri (*Syagrus coronata)*	Imburana-de-cambão (*Commiphora leptophloeos)*
Tamarindo (*Tamarindus indica* L.)	Marizeiro (*Geoffroea spinosa* Jacq.)

Fonte: Oficina de Mapeamento Participativo, 2018.

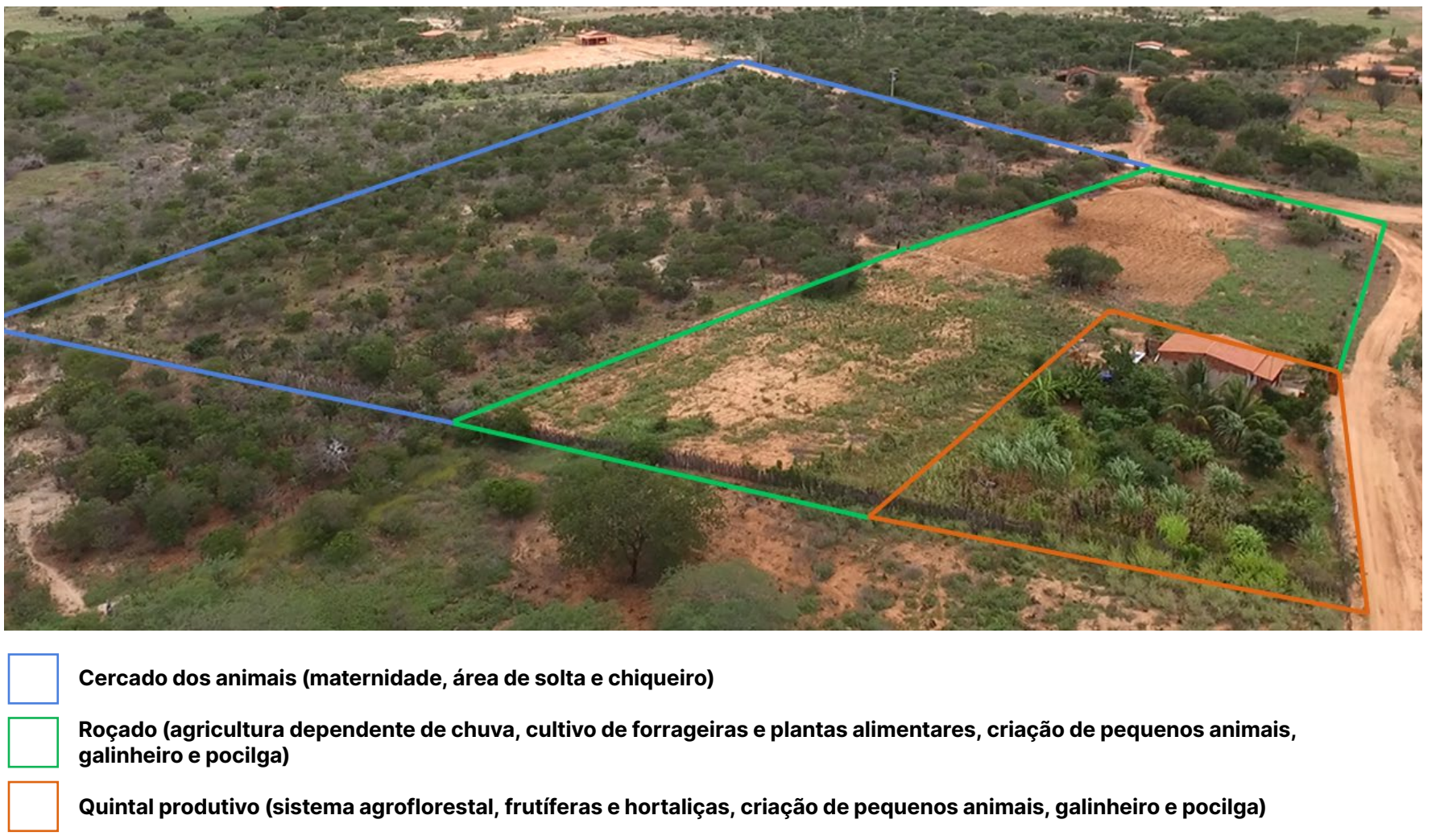


Figura 33. Representação do subsistema Área Individual da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Imagem feita por drone.

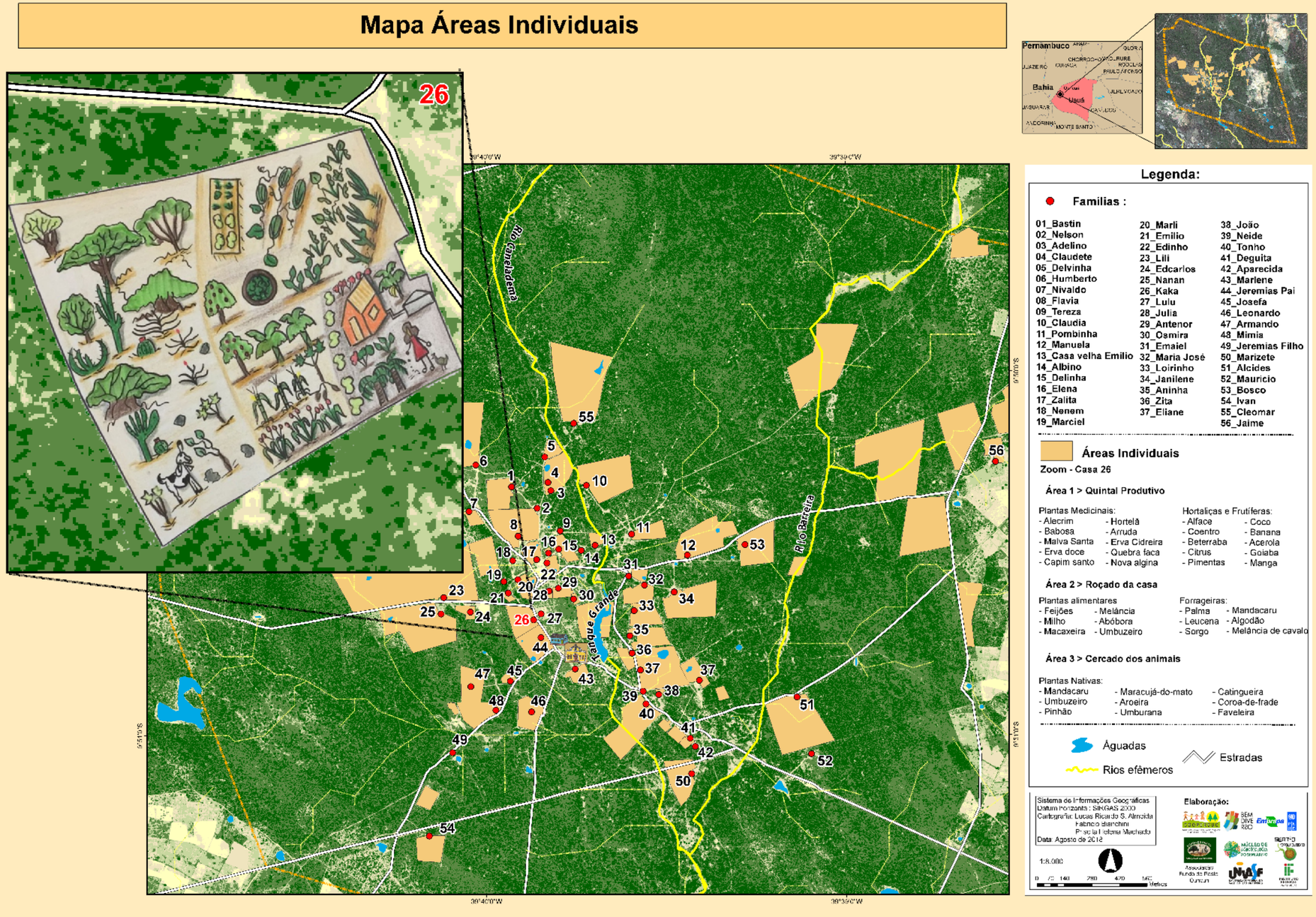


Figura 34. Mapa temático do subsistema Áreas Individuais da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

16.2.6.2. Subsistema Roçado Japão

A área onde se encontra o Roçado Japão é muito peculiar, pois concentra uma mancha de solo com características desejáveis para a agricultura de sequeiro, classificado como Latossolo Amarelo Distrófico. Este solo é profundo sem pedregosidade, bem drenado, ácido e de fertilidade natural média, e é considerado um dos melhores tipos de solos presentes na Região Nordeste. Nos limites da área do Roçado Japão existe a transição com os Neossolos Litólicos e Planossolos, estes últimos são considerados mais característicos na extensão do território.

O desmatamento dessa área para a prática da agricultura de sequeiro começou desde o início da ocupação do território, mais de cem anos atrás. A distância entre as moradias, que se concentram no entorno do Tanque Grande, local considerado sede da comunidade, e o roçado é de aproximadamente 2 km. Essa longa distância a ser percorrida pelos moradores até o roçado fez com que ele se chamasse Japão.

As áreas desmatadas para a prática de agricultura de sequeiro do Roçado Japão são de aproximadamente 170 hectares, sendo divididas por cercas em mais de 100 pequenos roçados com tamanhos variando de um a três hectares. Essas áreas possuem um regime de propriedade individual com titulação de posse. Muitos dos proprietários possuem documentos de compra e venda de uma determinada área e podem comercializá-las para terceiros. Alguns lotes dentro do Roçado Japão pertencem a moradores das comunidades vizinhas. Essa prática é considerada comum entre as famílias que possuem títulos de posse em áreas de roçado em outras comunidades.

A mandiocultura para a produção de farinha foi responsável pela expansão do desmatamento na área do Roçado Japão. A comunidade chegou a ter cinco casas de farinha em funcionamento, sendo na década de 1960 a principal atividade econômica das famílias da comunidade. Essa atividade entrou em declínio devido à instabilidade na produção, principalmente pelos fatores climáticos, que inviabilizaram a produção de mandioca para o beneficiamento da farinha, atividade abandonada totalmente em 2003. Apesar de as casas de farinha estarem sem condições de fabricação, existe uma vontade dos mais antigos em recuperar uma das estruturas para voltar a fabricar farinha, pelo menos para o consumo das famílias.

Os cultivos nas áreas do Japão não possuem nenhum sistema de irrigação presente, todas as culturas dependem do regime de chuvas da região, que tem como média pluviométrica apenas 438 mm/ano, e nos últimos seis anos, marcados por uma longa estiagem, essa média caiu para 200 mm/ano. Dessa forma, as variedades crioulas, que fazem parte desse sistema de produção, demonstram grande tolerância e resiliência ao estresse hídrico e climático da região.

A aplicação de uma versão adaptada da ferramenta de análise participativa de quatro-células (STHAPIT; RANA, 2007) mostra 24 espécies cultivadas nos roçados Japão[29] (Figura

29 Área (pequena, média ou grande) relativa aos tamanhos médios das áreas de roçados cultivados. Trata-se de uma medida relativa, discutida e consensuada pela comunidade, como parâmetro.

35). As plantas frutíferas perenes apresentam-se em menor número e em poucas áreas nesses roçados, reforçando a característica local de priorizar as espécies agrícolas anuais ou semiperenes. Assim, observa-se que culturas tipicamente agrícolas, para a segurança alimentar (humana e animal), como milho, mandioca, jerimum e feijão, aparecem nos roçados de todas as famílias e em áreas grandes. As culturas forrageiras, como sorgo e capim (napier e buffel), começam a ganhar espaço nas áreas de roçado. Essa é uma estratégia que as famílias vêm adotando após os últimos anos de seca, fortalecendo cada vez mais o estoque de forragens para caprinos e ovinos.

Outra característica de destaque na comunidade é o plantio de espécies nativas da Caatinga nos roçados, especialmente do mandacaru (*Cereus jamacaru*), que é plantado por estacas, sementes ou mudas produzidas ou transplantadas no ambiente natural. O maracujá-da-caatinga é outra espécie nativa que está sendo cultivada, tanto nas cercas dos roçados, como dentro das áreas, tutorado por árvores frutíferas ou espaldeiras de arame. O umbu e o licuri são plantas nativas poupadas do desmatamento das roças e conservadas ao longo do tempo no manejo realizado nas áreas. O umbu também é plantado através de mudas e sementes trazidas com o esterco que germinam naturalmente, sendo preservadas na capina ou no preparo do solo com arado.

Os cultivos dos roçados são realizados através de um sistema tradicional com adoção de práticas de consórcio e rotação de culturas. Geralmente as áreas reservadas ao plantio da macaxeira são aradas a cada dez anos e fertilizadas com esterco acumulado nos chiqueiros, o ciclo das variedades cultivadas são de um a dois anos, dependendo do ciclo das chuvas. A macaxeira é cultivada em consórcio com a melancia e os espaços deixados por plantas mortas são aproveitados para inserção de outras culturas como o milho e o feijão. A macaxeira substituiu o cultivo de mandioca em função da sua versatilidade, podendo ser consumida *in natura* pela família ou comercializada nas feiras de Uauá, além do seu resíduo ser utilizado como alimento para os animais.

As culturas alimentares de ciclo anual, como o milho, o feijão, a abóbora, o gergelim, a melancia e o melão, são plantadas em consórcio, sendo também incorporadas nessas mesmas áreas culturas perenes e semiperenes, como as árvores frutíferas e plantas forrageiras, como o feijão guandu. O preparo das áreas para os cultivos anuais é realizado a cada dois anos, através da aração com tração animal, chamada tradicionalmente de “bezourar a terra”. Como fonte de adubação são utilizados apenas o esterco acumulado nos chiqueiros, a capina é realizada três a quatro vezes, dependendo do ciclo de chuvas e do desenvolvimento da cultura. Não são aplicadas práticas de controle natural ou químico de pragas e doenças. A maior parte da produção é utilizada para alimentação da família e dos animais. Poucas famílias realizam o plantio para a venda.

Os impactos do último ciclo de seca (2012-2017) causaram a perda de sete variedades crioulas de macaxeira preservadas há quase um século na Comunidade (Tabela 3). Além da macaxeira outras espécies tiveram variedades perdidas como o milho, o feijão e a abóbora (Tabela 4). Durante a oficina foi identificado um guardião de sementes crioulas, que conserva

uma grande variedade de espécies em seu roçado, mas que infelizmente vem perdendo essa diversidade devido à longa estiagem, registrada no último ano, que afetou toda a região, não sendo encontradas as variedades perdidas nas roças vizinhas para sua recomposição.

No Mapa Temático Roçado do Japão (Figura 35) está representada a diversidade de espécies cultivadas no Roçado Japão, demonstrando graficamente quais espécies são cultivadas por um maior ou menor número de famílias e quais ocupam maiores ou menores extensões de área para o seu cultivo.

Tabela 3. Variedades de macaxeira cultivadas e situação de conservação no subsistema Roçado Japão da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

VARIEDADES	CONSERVAÇÃO	TEMPO DE EXISTÊNCIA
Manteiga	Conservada	≥ 100 anos
Rosinha	Conservada	≥ 20 anos
Preto	Conservada	≥ 100 anos
Raiz amarela	Conservada	≥ 100 anos
Branca	Perdeu	≥ 100 anos
Purci	Perdeu	≥ 100 anos
Sergipana	Perdeu	≥ 100 anos
Pornunça	Perdeu	≥ 100 anos
Caiana (indígena)	Perdeu	≥ 100 anos
Cacau	Perdeu	≥ 100 anos
Goiana	Perdeu	≥ 100 anos

Fonte: Oficina de Mapeamento Participativo, 2018.

Tabela 4. Variedades crioulas que foram perdidas pela Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

ESPÉCIE	VARIEDADE
Milho (*Zea mays*)	Cateto
Milho (*Zea mays*)	Crioulo
Feijão (*Vignia ungliculata*)	Borrachudo
Feijão (*Vignia ungliculata*)	Vermelho
Feijão (*Vignia ungliculata*)	Corujinha
Feijão (*Vignia ungliculata*)	Azul
Bucha vegetal (*Luffa* sp.)	Nativa

Caxi doce (*Lagenaria* sp.)	Caxi doce
Algodão (*Gossypium* sp.)	Arbóreo
Abóbora (*Cucurbita* spp.)	Jacaré

Fonte: Oficina de Mapeamento Participativo (2018).

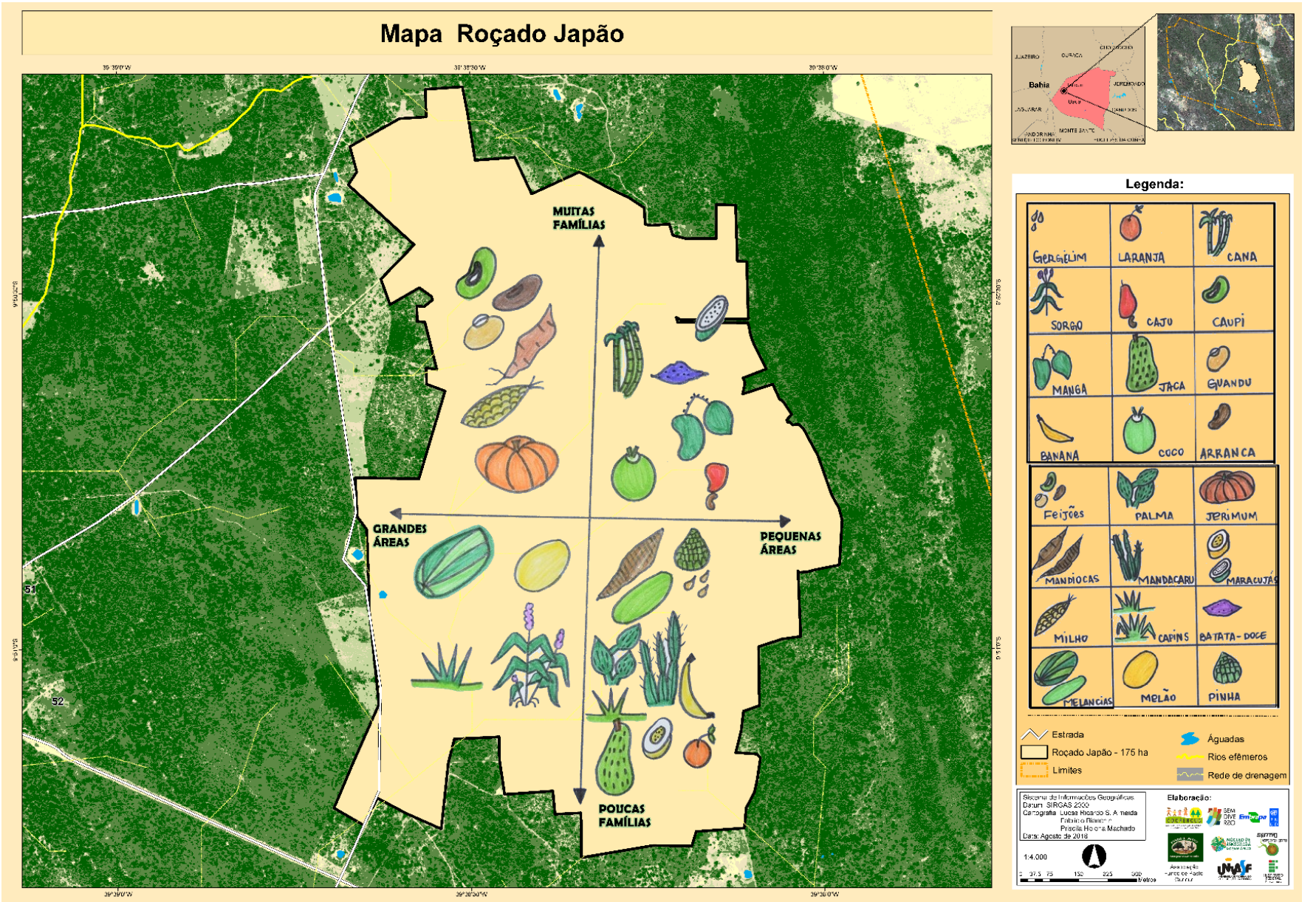


Figura 35. Mapa temático do subsistema Roçado Japão da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

16.2.6.3. Subsistema Fundo de Pasto

A pecuária e principalmente a criação de caprinos, como comentado anteriormente, representa a principal fonte de geração de renda das famílias, além de garantir a segurança alimentar e nutricional. O rebanho de caprinos e ovinos da Comunidade Ouricuri é de aproximadamente duas mil cabeças. A principal fonte de alimento desses animais são as áreas de Caatinga aberta, denominadas Fundo de Pasto ou áreas de solta. Esse subsistema do território da Comunidade Ouricuri é manejado coletivamente e se constitui em três áreas distintas (Figuras 36 e 37), que não estão delimitadas por cercas, nem variantes abertas, e são utilizadas livremente para o pastoreio dos rebanhos. A área (1) compartilhada com a Comunidade Fundo de Pasto Santana possui uma maior capacidade de oferta ambiental para o pastoreio do rebanho. A área (2) localizada nos limites entre as Comunidades Santana e Caldeirãozinho tem a menor extensão e, consequentemente, apresenta a menor capacidade de suporte forrageiro nativo aos animais. A área (3) tem seus limites territoriais compartilhados com as

Comunidades de Caldeirãozinho, Bonito e Escondido II, e representa uma capacidade intermediária de pastejo aos animais.

Sobre o conhecimento etnoecológico das espécies que compõem a vegetação das áreas de Fundo de Pasto, a comunidade citou 55 espécies diferentes de plantas, que foram classificadas como: 1) *lenhosas* (arbustos e arbóreas), representadas por 20 espécies citadas; 2) *espinhentas* (cactáceas), com 11 representantes citadas; e 3) *mato* (herbáceas), com 24 espécies nominadas. A composição e classificação da Caatinga foram definidas por três tipos distintos: i) a Caatinga Alta, que corresponde à área com maior número de espécies arbóreas, tais como umbuzeiro, aroeira e caraibeira; ii) a Caatinga Média, composta por espécies lenhosas de porte médio, como catingueira, caixão e faveleira; e iii) a Caatinga Baixa, áreas mais abertas onde predominam espécies herbáceas e arbustivas como o alecrim, a malva, o carquejo e o pinhão.

A Tabela 5 apresenta a lista com os nomes locais das 55 espécies por ordem de citação, frequência de sua ocorrência, que determina a percepção da comunidade quanto à quantidade de espécies/indivíduos nas áreas de Caatinga do Fundo de Pasto no passado e no presente, e a classificação pelo uso, podendo ser identificadas como alimentar, forrageira, medicinal, lenha, extrativismo.

Tabela 5. Lista geral com a classificação das espécies que compõem a vegetação da Caatinga no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA		USO	TIPO
		> 30 anos	Atual		
Umbuzeiro*	Spondias tuberosa	+++	+++	F, A, Ex.	Lenha
Quebra-facão*	*Croton conduplicatus* Kunth.	+++	+	F, M	Mato
Carquejo*	*Calliandra depauperata* Benth.	+++	+	M	Mato
Alecrim*	*Lippia* sp.	+++	++	F, M	Mato
Aroeira*	*Myracrodruon urundeuva* Fr. All.	+++	+	M, Ma	Lenha
Faveleira*	Jatropha phyllacantha	+++	++	F, A	Lenha
Umburana de cheiro*	Amburana cearensis	+++	+	M	Lenha
Umburana de cambão*	Bursera leptophloeos	+++	++	M	Lenha
Angico vermelho*	Anadenanthera colubrina	+++	+	M	Lenha
Jurema preta*	Mimosa ophthalmocentra	+++	+	M	Lenha
Caixão	ND	+++	++	M	Lenha
Catingueira-verdadeira	*Caesalpinia* sp.	+++	+++	F	Lenha

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA		USO	TIPO
		> 30 anos	Atual		
Catingueira de porco	*Caesalpinia* sp.	+++	+++	F, M	Lenha
Calumbi	Mimosa arenosa	+++	++	F	Lenha
Malva	*Plectranthus* sp.	+++	++	F	Mato
Macambira-de-flecha	Encholirium spectabile	+++	++	F	Espin.
Palmatória	Opuntia palmadora	+++	++	F	Espin.
Facheiro	*Pilosocereus* sp.	+++	++	F	Espin.
Mandacaru*	Cereus jamacaru	+++	+++	F, A, Ex	Espin.
Pau-ferro	Caesalpinia ferrea	+++	++	M	Lenha
Baraúna	Schinopsis brasiliensis	++	+	M, Ma	Lenha
Jericó	ND	+++	++	M	Mato
Araticum	Annona coriacea	++	+	A	Lenha
Pau-de-colher	Maytenus rigida	+++	++	M	Lenha
Canapu	*Physalis* sp.	+++	++	M	Lenha
Xiquexique	Pilosocereus gounellei	+++	+++	F, A	Espin.
Coração-de-negro	ND	+++	+++	ni	Mato
São-joão	*Hypericum* sp.	+++	++	ni	Mato
Mandioca brava	Manihot esculenta	+++	++	F	Mato
Pinhão	Jatropha pohliana	+++	+++	ni	Mato
Caneleiro	Cenostigma gardnerianum	+++	++	ni	Mato
Azedinho	ND	+++	++	ni	Mato
Coroa-de-frade	*Melocactus* sp.	+++	++	F,A	Espin.
Rabo-de-raposa	Harrisia adscendens	+++	+	ni	Espin.
Cansanção-de-vaqueiro	*Jatropha* sp. 1	+	+++	ni	Mato
Cansanção branco	*Jatropha* sp. 2	+	++	ni	Mato
Cansanção de laje	*Jatropha* sp. 3	++	+++	ni	Mato
Mamão-de-veado	Jacaratia corumbensis	++	++	ni	Mato
Língua-de-galinha	*Sebastiania* sp.	++	++	ni	Mato
Ervanço	Froelichia humboldtiana	+++	++	ni	Mato
Pulga do campo	ND	+++	+	ni	Mato

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA		USO	TIPO
		> 30 anos	Atual		
Barriguda	*Ceiba* sp.	++	+	ni	Lenha
Capoteira	*Ipomea* sp.		++	ni	Mato
Moleque-duro	*Cordia* sp.	+++	++	ni	Mato
Pau-de-casca	ND	+++	++	ni	Lenha
Serroteiro	ND	+++	+++	ni	Espin.
Caraibeira	Tabebuia aurea	++	+	Ma	Lenha
Umburuçu	*Pseudobombax* sp.	+++	+	ni	Lenha
Esporão-de-galo	ND	+++	++	ni	Mato
Macambira-de-cachorro	Bromelia laciniosa	+++	++	ni	Espin.
Caroá/caxacumbi	Neoglasiovia variegata	+++	++	ni	Espin.
Maria-mole	ND	+++	++	ni	Mato
Bruteiro	ND	+++	++	ni	Mato
Mandacaru de campestre	*Cereus* sp.	+++	+++	ni	Espin.

(*) espécies destacadas pela relevância/importância. (+++) Ocorrência alta. (++) Média ocorrência. (+) Ocorre pouco. (M) Medicinal. (F) Forrageira. (A) Alimentar. (Ex) Extrativismo. (Ma) Madeira de lei. (ni) Não identificado. (Espin.) Espinhenta. Fonte: Oficina de Mapeamento Participativo, 2018.

Observa-se que apenas nove espécies mantiveram alta ocorrência, segundo a percepção da comunidade, no passado (há mais de 30 anos) e no presente (2018). Entre elas quatro são do tipo espinhenta, três lenhosas e duas classificadas como mato. O umbuzeiro e o mandacaru fazem parte dessa lista, demonstrando serem espécies de grande resiliência, além de serem classificados como de múltiplos usos.

Quarenta e três espécies tiveram sua ocorrência diminuída durante o período levantado. Sendo destacadas as espécies que tiveram grande redução nesse último ciclo de estiagem (2012/18), onde foi percebida a mortalidade de faveleira (80%), umburuçu (20%), bruteiro (20%), catingueira (20%), alecrim (80%), umburana-de-cambão (10%) e quebra-facão (80%). Apenas as três espécies denominadas de cansanção aumentaram sua ocorrência, estando associadas a indicadores dos processos de degradação da Caatinga, segundo relato dos informantes da comunidade.

O conhecimento etnoecológico das famílias aponta também nichos de ocorrência de algumas espécies como a caraibeira, que ocupa áreas de mata ciliar do riacho Caneladema e Extrema. Além de conhecimentos associados às práticas de plantio de algumas espécies, destaque para o xiquexique e mandacaru, que são propagados por estaca, e o umbuzeiro e angico através das sementes.

Com relação à presença da fauna silvestre nas áreas de Fundo de Pasto foi identificada através do levantamento de uma listagem aberta de animais conhecidos e observados. Foram atribuídas informações complementares sobre a frequência de ocorrência no passado (há mais de 30 anos) em comparação com o tempo presente (2018). A redução da ocorrência da maioria dos animais descritos foi associada à caça, que no passado era considerada uma prática comum para obter alimento, principalmente nos períodos de longa estiagem. Na Tabela 6 alguns animais são considerados raros, não sendo mais avistados nas Caatingas da comunidade.

Tabela 6. Lista de ocorrência das espécies de animais silvestres no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA	
		> 30 anos	Atual
MAMÍFEROS			
Bola	Tolypeutes tricinctus	++	raro
Cachorro-do-mato	Conepatus semistriatus	++	+
Caititu	Pecari tajacu	++	+
Cutia	Dasyprocta prymnolopha	++	+
Gato do mato marrom	Herpailurus yagouaroundi	+++	+
Gato do mato vermelho	Herpailurus yagouaroundi	++	+
Gato-pintado	*Leopardus* sp.	+++	+
Guará	Procyon cancrivorus	+	raro
Peba	Euphractus sexcinctus	+++	+
Preá	Galea spixii	++	+
Raposa	Cerdocyon thous	++	++
Rato cabu	Rodentia ND	++	raro
Saruê	Didelphis albiventris	+++	+
Soim	*Callithrix* sp.	++	+
Tamanduá	Tamandua tetradactyla	++	Raro
Tatu	Dasypus septemcinctus	+++	+
Veado	Mazama gouazoubira	++	Raro
RÉPTEIS			
Camaleão	Iguana iguana	++	+
Cascavel	Crotalus durissus	++	+
Catende	*Tropidurus* sp.	++	++

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA	
		> 30 anos	Atual
Coral-verdadeira	*Micrurus* sp.	++	+
Jararaca	*Bothrops* sp.	++	+
Jararaca de campé	*Bothrops* sp.	++	+
Jiboia de veado	Epicrates cenchria	++	+
Jiboia grande	Corallus hortulanus	++	+
Tartaruga	Phrynops tuberculata	++	+
Teiú	*Tupinambis* sp.	+++	+
AVES			
Seriema	Cariama cristata	+++	+
Jacu	Penelope jacucaca	+++	+
Papagaio	Aratinga cactorum	++	raro
Sabiá	*Turdus* sp.	ni	ni
Cancã	Cyanocorax cyanopogon	ni	ni
Cardeal	Paroaria dominicana	ni	ni
Jesus-meu-deus	Arremon taciturnus	ni	ni
Sofrê	Icterus jamacaii	ni	ni
Lavadeira	*Fluvicola* sp.	ni	ni
Fogo-apagou	Columbina squammata	ni	ni
Pica-pau	*Campephilus* sp.	ni	ni
Marinheiro	ND	ni	ni
Casaca-de-couro	Pseudoseisura cristata	ni	ni
Azulão-de-chiqueiro	Molothrus bonariensis	ni	ni
Assum-preto	Gnorimopsar chopi	ni	ni
Garrincha	Troglodytes musculus	ni	ni
Caburé (rasga-mortalha)	Glaucidium brasilianum	ni	ni
Rabo-de-tesoura	Eupetomena macroura	ni	ni
Bizungão	Chlorostilbon lucidus	ni	ni
Pomba-verdadeira	*Columbidae* ND	ni	ni
Cordoniz	Nothura boraquira	ni	ni
Lambu	*Crypturellus* sp.	ni	ni

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	OCORRÊNCIA	
		> 30 anos	Atual
Perdiz	*Rhynchotus* sp.	ni	ni
Jacu	ND	ni	ni
Carcará	Caracara plancus	ni	ni

(+++) Ocorrência alta, (++) Média ocorrência, (+) Pouco e raro (difícil ocorrência), (ni) Não identificado. A maior parte das aves não foi classificada quanto à percepção de ocorrência no passado e no presente. Fonte: Bianchini (2018).

As informações levantadas com relação à criação de animais domésticos trazem destaque para a caprinocultura, e a comunidade estima um rebanho de 2.000 animais. A criação de caprinos é a principal atividade econômica e corresponde também à principal fonte de segurança alimentar e nutricional das famílias. Os animais são comercializados, vivos ou abatidos, para atravessadores na própria comunidade ou na feira municipal de Uauá. São identificadas quatro raças distintas, que foram introduzidas nos últimos quinze anos na comunidade, mas o maior percentual do rebanho é caracterizado como pé-duro ou sem raça definida (SRD), que são animais introduzidos há mais de um século na região; dessa forma, são mais adaptados localmente e considerados como raças nativas ou crioulas (Tabela 7). O rebanho de caprinos pé-duro é classificado pelos criadores da comunidade de acordo com as cores ou morfologia dos animais, como por exemplo: barriga preta, repartida, azul, branca, preta, vermelha, orelha pintada, e morfologicamente distinguem-se a cabra muvuzinha que possui orelhas pequenas e a cabra-mocha que não tem chifre.

Tabela 7. Classificação das principais raças de caprinos e estimativa do rebanho da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA), 2018

Raça	Aptidão	Introdução da raça	Nº animais
Saanen	Leite	< 15 anos	≤ 400
Pardo-alpina	Leite	< 15 anos	< 40
Boer	Corte	< 15 anos	< 40
Anglo-nubiana	Corte	< 15 anos	< 40
SRD (pé-duro)	Corte	> 100 anos	> 1.000

SRD: Sem Raça Definida. Fonte: Bianchini (2018).

Nas áreas de Fundo de Pasto também são criados ovinos das raças Santa Inês, Somalis, Dorper e pé-duro (sem raça definida), com um rebanho estimado em mais de 100 animais. Em menor número são criados nessas áreas: bovinos, equinos e muares, usados como tração animal.

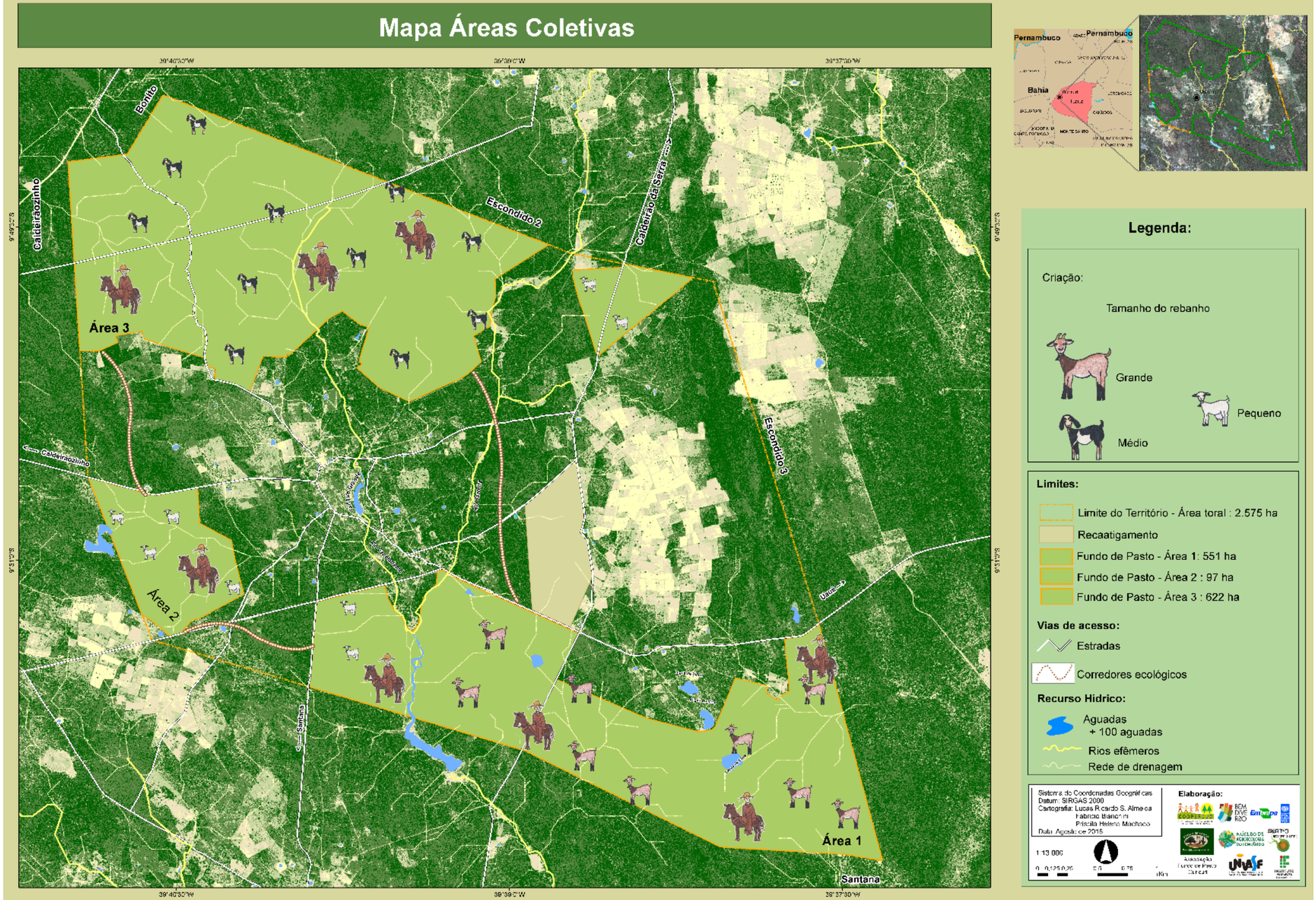


Figura 36. Mapa temático do subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

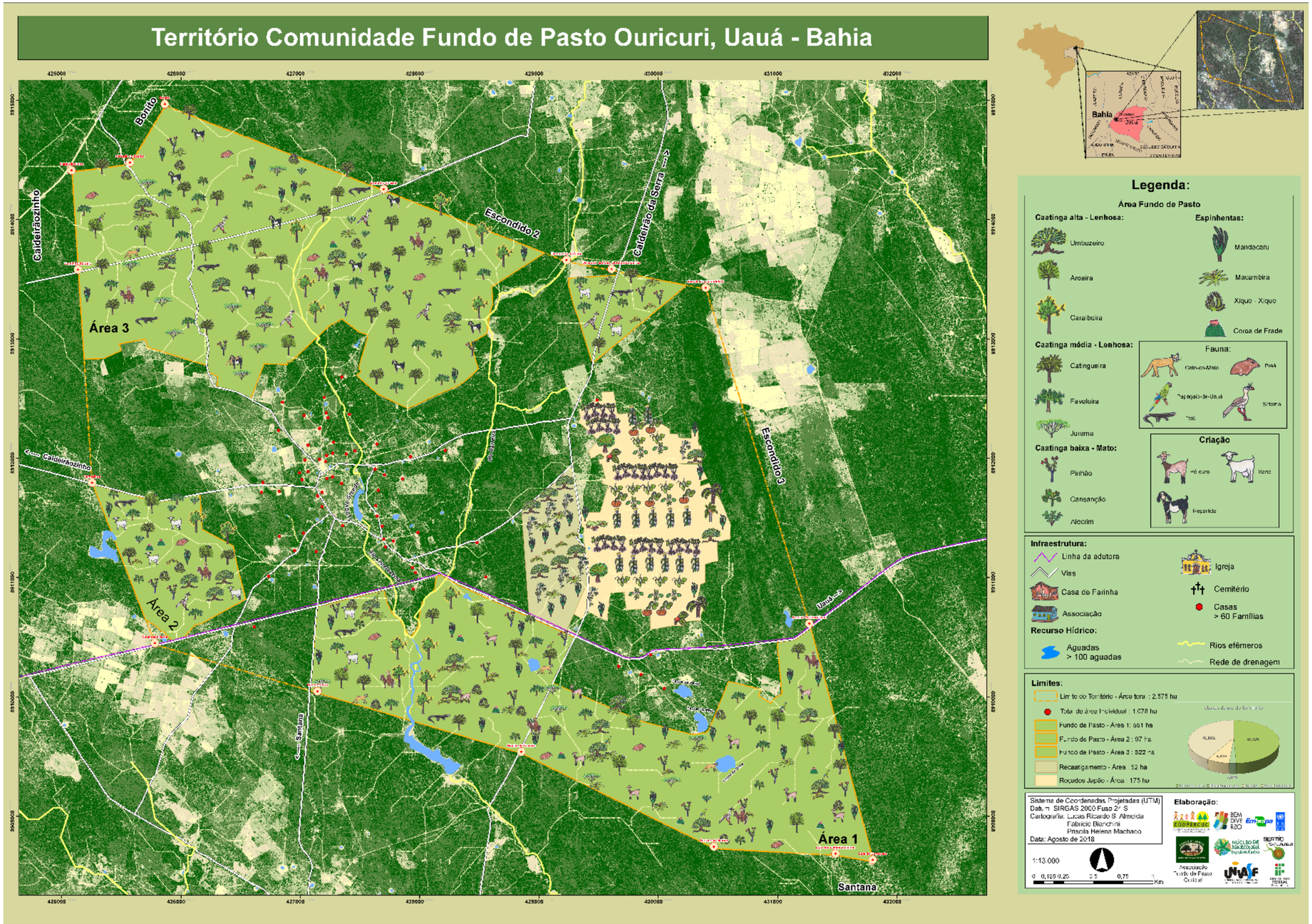


Figura 37. Mapa temático do agroecossistema e seus subsistemas componentes da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

A principal fonte de forragem desses rebanhos são as áreas de Fundo de Pasto compostas pela diversidade de plantas da Caatinga. No período chuvoso é alta a oferta de alimento pela Caatinga e os animais permanecem pastejando soltos. No início do período seco os animais alimentam-se das folhas senescentes da vegetação como do umbuzeiro. Nessa época os caprinos incluem em sua alimentação também algumas cactáceas, como o mandacaru, xiquexique e coroa-de-frade, além de cascas das árvores e de plantas bromeliáceas, como a macambira. No período mais seco parte do rebanho é recolhido nos cercados, principalmente as matrizes para o fornecimento de água e complemento alimentar de palma forrageira e forragem estocadas através de silagem e feno. Quando se iniciam as primeiras chuvas, todo o rebanho é solto novamente ao pastejo nas áreas de Fundo de Pasto.

16.2.7. Análise da cobertura da floresta e do desmatamento do agroecossistema manejado pela Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA)

Para determinar a cobertura florestal da Caatinga e as áreas desmatadas do território da Comunidade Ouricuri, foi utilizada uma imagem disponível gratuitamente do Banco de Imagens do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) do satélite Landsat LO8 da órbita/ponto 217/67, com a data de passagem 28 de agosto de 2018. Para a etapa de pré-processamento, realizou-se a composição falsa-cor RGB 654 e se aplicaram técnicas de realce e contraste para destacar os alvos para a etapa de processamento. A projeção adotada foi a Universal Transversa de Mercator (UTM), datum SIRGAS 2000, fuso 24L Sul. A etapa seguinte foi a classificação supervisionada com a alimentação das amostras de treinamento e a obtenção das assinaturas espectrais para cada classe (vegetação, água e de usos antrópicos: uso agrícola e construções). A partir dessas assinaturas foi realizada etapa de classificação pixel a pixel, agrupamento por similaridade, filtragem, agrupamento por classes com atribuição para cada intervalo uma classe. Os padrões de vegetação foram classificados em uma única classe e os de uso antrópico em outra. A verificação foi realizada durante os trabalhos de campo e com imagens de satélites/ortofotos disponíveis da região. Todas as etapas foram realizadas no Software ERDAS IMAGINE da Leica e o *layout*, no ArcGis da ESRI.

As análises obtidas referentes ao percentual da cobertura vegetal e área desmatada do agroecossistema manejado pela Comunidade Fundo de Pasto Oruricuri, demonstraram que 2.093,05 ha, correspondentes a 81,26% do território, são mantidos por cobertura vegetal natural, e apenas 482,67 ha, ou seja, 18,74% da área foi desmatada, em mais de um século de ocupação. Atualmente, 130 pessoas compõem 55 famílias, que usam em média 8,78 hectares para a produção de agricultura dependente de chuva, conservando uma extensa área de Caatinga utilizada para pecuária extensiva de caprinos e ovinos e ao extrativismo vegetal (Figura 38).

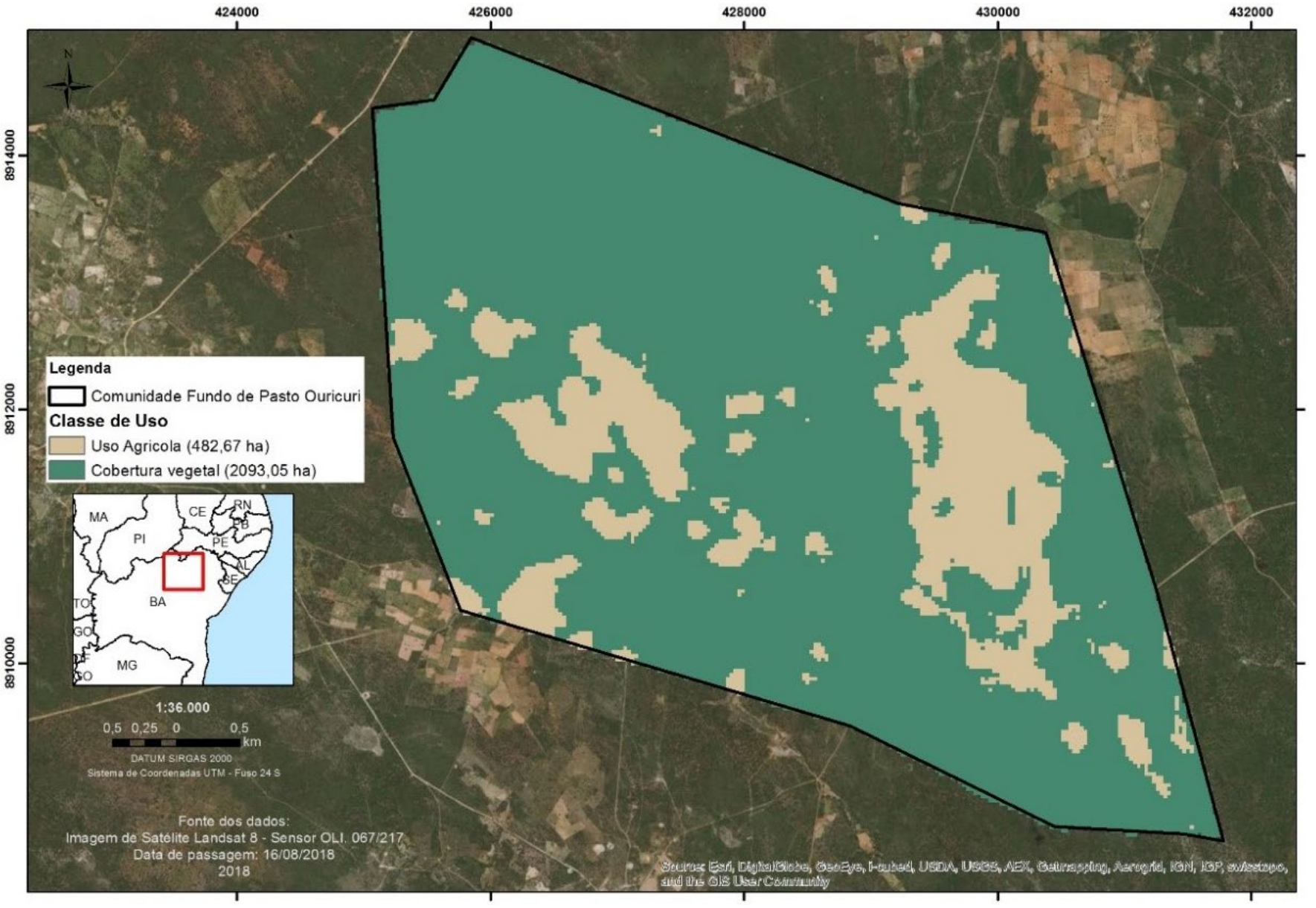


Figura 38. Mapa da cobertura florestal e do desmatamento da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

16.2.8. Análise ecológica do umbu nos subsistemas componentes do agroecossistema manejado pelas Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto Caladinho e Serra da Besta

O estudo para identificar como o manejo do agroecossistema realizado pelas Comunidades Fundo de Pasto influencia na conservação do umbu em áreas manejadas pelo extrativismo foi realizado nas Comunidades Fundo de Pasto Caladinho localizada no município de Curaçá, e Serra da Besta em Uauá (BA). Ambas as comunidades foram indicadas pela Coopercuc que considerou a trajetória histórica destas na fundação da cooperativa e sua contribuição na produção extrativista de frutos de umbu e maracujá-da-caatinga, seja no fornecimento para a fábrica central ou no beneficiamento de produtos em suas próprias minifábricas[30].

A análise da situação ecológica dos umbuzeiros sob manejo extrativista foi realizada através de uma leitura da paisagem no agroecossistema manejado pelas comunidades, onde se identificaram três subsistemas distintos: as áreas de Fundo de Pasto, onde se preservam a Caatinga para uso comunitário de pastejo livre de caprinos e ovinos e para o extrativismo dos umbuzeiros; o subsistema Cercado de Animais, que são áreas de Caatinga cercadas para uso individual das famílias, utilizadas para manter recolhidos os caprinos e ovinos, principalmente as fêmeas prenhas ou em fase de lactação, possui subdivisões denominadas de solta,

30 As minifábricas de Caladinho e Serra da Besta foram as únicas das treze unidades descentralizadas integradas à cooperativa que beneficiaram frutos de umbu para a produção de compotas e licores na safra de 2018.

maternidade e chiqueiro, e se localizam próximo às moradias; e o terceiro subsistema encontrado na paisagem das comunidades é o Roçado, composto de áreas de uso individual das famílias, com tamanho variável de um a seis hectares cercados para a produção de culturas alimentares e forrageiras dependente de chuvas. As áreas são selecionadas de acordo com a característica dos solos e são desmatadas, sendo poupados apenas os umbuzeiros e licurizeiros.

Componentes do agroecossistema manejado pelas duas Comunidades Fundo de Pasto selecionadas tiveram os números de árvores adultas (em fase de produção), mortas e jovens (que ainda não se encontram em fase produtiva) identificados, e foram calculadas a densidade absoluta das plantas de ocorrência natural, as taxas de mortalidade e de ocorrência das plantas jovens nos diferentes subsistemas.

No subsistema Fundo de Pasto foram aplicados dois métodos, o primeiro através da amostragem sistemática de 36 parcelas de 50 x 50 metros, que foram alocadas alternadamente em seis transectos abertos, com distância de 100 metros entre cada transecto aberto, e 50 metros entre parcelas. Foi identificado, em cada parcela, o número de plantas de umbu adultas, mortas e jovens, e os dados foram posteriormente utilizados para uma análise estatística, determinando a densidade de indivíduos por hectare e o coeficiente de variação/CV (CV = desvio padrão/média x 100). O segundo método aplicado no subsistema Fundo de Pasto foi o levantamento das plantas de umbuzeiro, percorrendo uma maior área no entorno dos transectos abertos, ampliando assim a amostragem das plantas de umbu, que foram georreferenciadas, e tiveram suas características anotadas em caderneta de campo. Esses dados foram posteriormente trabalhados em Sistema de Informação Geográfica para delimitação da área geral percorrida, onde se estabeleceu um *buffer* de 20 m de largura aos trajetos registrados pelo GPS.

No subsistema Cercado de Animais foi realizado um censo geral das plantas de umbuzeiro dentro dos limites das áreas. Além de determinadas a localização e o quantitativo de plantas, foram anotadas em caderneta as categorias delas como adultas, mortas ou jovens, também foram registrados no GPS os vértices e limites das cercas, para obtenção das áreas totais amostradas.

Para o subsistema Roçado, devido ao seu tamanho reduzido em comparação aos outros subsistemas estudados, foram selecionadas duas áreas de amostragem em cada uma das Comunidades.

Os dados registrados no GPS, pontos da localização dos umbuzeiros e limites das cercas e trajetos percorridos nas áreas, foram extraídos através do programa *MapSource*, e conferidos com as informações registradas nas fichas de campo. Esses dados foram processados no Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido, através do programa ArcGis, onde os pontos foram plotados em uma imagem obtida pelo Google Earth, gerando um mapa dos subsistemas pesquisados com a localização e o tamanho das áreas e espacialização dos umbuzeiros identificados como planta adulta, morta ou jovem.

O trabalho de campo foi realizado de forma participativa com os agentes de ATER da Coopercuc e estudantes da Escola Técnica de Uauá, que foram capacitados para o uso do GPS,

além da participação de cinco mateiros de cada uma das comunidades. Ao total foram utilizados doze aparelhos de GPS para a coleta dos dados de campo utilizados pela equipe capacitada anteriormente.

A partir da localização das Comunidades Caladinho e Serra da Besta, foi identificado no Laboratório de Geoprocessamento a Unidade de Paisagem Depressão Sertaneja, com características de relevo plano e suave ondulado. O solo predominante é o Planossolo, de textura arenosa/argilosa, sendo identificadas também manchas de Latossolo Amarelo, mais profundos e de melhor drenagem, escolhidos para implantação dos roçados. A Caatinga é hiperxerófila e o período chuvoso varia de novembro a abril, com precipitação média anual de 431,8 mm (SILVA; SILVA, 1993) (Figura 39).

O estudo ecológico do umbuzeiro no subsistema Fundo de Pasto foi feito através da amostragem sistemática, estabelecendo 36 parcelas com 2.500 m², totalizando uma área de nove hectares, divididas em seis transectos, distantes 100 metros entre transectos e 50 metros entre parcelas, conforme demonstrado nas Figuras 39 e 40. Na Comunidade Caladinho foram identificados 60 indivíduos adultos e nenhuma planta morta ou jovem, conforme demonstram os dados sistematizados na Tabela 8. Já na Comunidade Serra da Besta foram identificados 70 indivíduos adultos e também não foi encontrada nenhuma planta morta ou jovem, conforme os dados sistematizados na Tabela 9.

As análises estatísticas realizadas com os dados das parcelas amostradas na Comunidade Caladinho registraram uma densidade absoluta de 6,7 ind/ha com coeficiente de variação (CV) de 122,54%. Na área de Fundo de Pasto da Comunidade Serra da Besta a densidade absoluta encontrada foi de 7,78 ind/ha e o coeficiente de variação de 122,29%. O alto valor do CV encontrado nas análises é atribuído à ocorrência em reboleiras das plantas de umbuzeiro, que resultaram em grande variação no número de indivíduos por parcela; conforme os dados apresentados nas Tabelas 8 e 9, foram identificadas parcelas sem nenhum indivíduo e parcelas com até dez plantas adultas de umbuzeiro.

Tabela 8. Número total de umbuzeiros nas 36 parcelas estabelecidas no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Caladinho, Curaçá (BA), 2018

T 1	Ind.	T 2	Ind.	T3	Ind.	T 4	Ind.	T 5	Ind.	T6	Ind.
T1P1	0	T2P1	2	T3P1	2	T4P1	4	T5P1	1	T6P1	0
T1P2	1	T2P2	2	T3P2	2	T4P2	0	T5P2	1	T6P2	0
T1P3	2	T2P3	0	T3P3	0	T4P3	3	T5P3	2	T6P3	0
T1P4	2	T2P4	1	T3P4	3	T4P4	0	T5P4	0	T6P4	1
T1P5	2	T2P5	1	T3P5	1	T4P5	0	T5P5	0	T6P5	1
T1P6	2	T2P6	8	T3P6	0	T4P6	8	T5P6	6	T6P6	2

T: transecto; P: parcela; Ind.: indivíduos; T1P1: transecto 1 parcela 1. Fonte: Bianchini (2018).

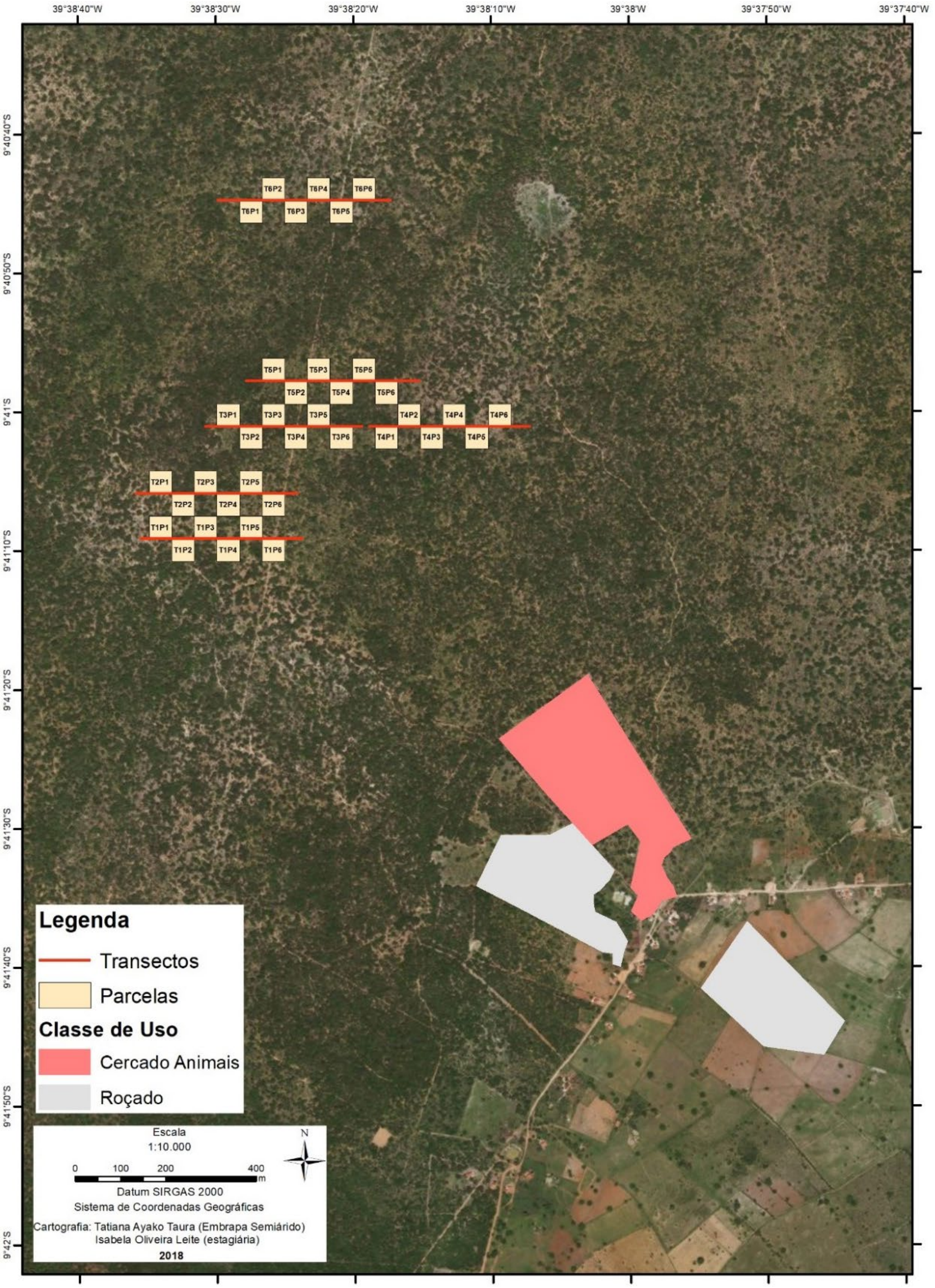


Figura 39. Parcelas e transectos estabelecidos no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Caladinho, Curaçá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

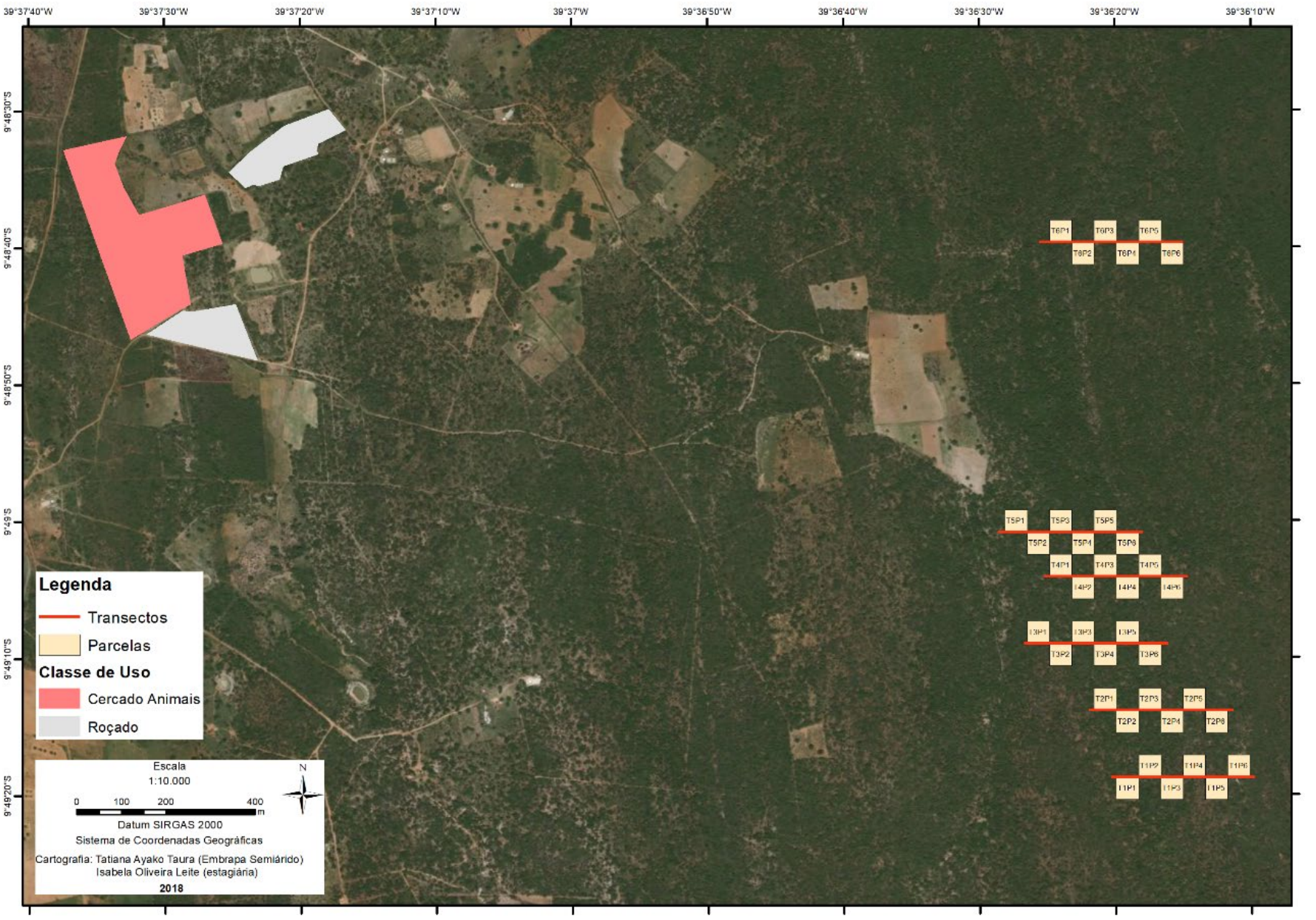


Figura 40. Parcelas e transectos estabelecidos no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Serra da Besta, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

Tabela 9. Número total de umbuzeiros nas 36 parcelas estabelecidas no subsistema Fundo de Pasto da Comunidade Serra da Besta, Uauá (BA), 2018.

T 1	Ind.	T 2	Ind.	T3	Ind.	T 4	Ind.	T 5	Ind.	T6	Ind.
T1P1	4	T2P1	10	T3P1	2	T4P1	0	T5P1	6	T6P1	5
T1P2	5	T2P2	1	T3P2	0	T4P2	0	T5P2	1	T6P2	1
T1P3	0	T2P3	2	T3P3	6	T4P3	0	T5P3	2	T6P3	0
T1P4	2	T2P4	0	T3P4	0	T4P4	0	T5P4	3	T6P4	0
T1P5	0	T2P5	3	T3P5	2	T4P5	0	T5P5	0	T6P5	1
T1P6	6	T2P6	1	T3P6	2	T4P6	3	T5P6	0	T6P6	2

T: transecto; P: parcela; Ind.: indivíduos; T1P1: transecto 1 parcela 1. Fonte: Bianchini (2018).

No subsistema Fundo de Pasto a densidade absoluta obtida pelo método, em que foram georreferenciadas as plantas percorrendo uma área específica, obteve-se na Comunidade Caladinho 195 plantas adultas, duas plantas mortas e nenhuma jovem. O tamanho da área amostrada foi de 30,43 ha e a densidade absoluta foi de 6,47 ind/ha. Na Serra da Besta foram georreferenciadas 496 plantas adultas, oito mortas e nenhuma planta jovem, em uma área correspondente a 65,02 ha com densidade absoluta de 7,75 ind/ha.

Os valores de densidade absoluta determinados pelo método da amostragem sistemática e pela identificação das plantas percorrendo uma determinada área não tiveram variações significativas. Na Comunidade Caladinho os valores obtidos foram 6,7 e 6,47 ind/ha, e na Serra da Besta os valores foram 7,75 e 7,78 ind/ha.

No subsistema Cercado de Animais a área total amostrada na Comunidade Caladinho foi de 9,01 hectares (Figura 41), e através do censo foram identificados 67 indivíduos adultos, dois mortos e nenhuma planta jovem. A densidade absoluta foi calculada em 7,66 ind/ha.

Na Comunidade Serra da Besta o subsistema Cercado de Animais corresponde a uma área de 7,18 hectares (Figura 42), onde foram identificadas através do censo 34 plantas adultas, uma planta morta e nenhuma jovem; a densidade absoluta corresponde a 4,87 plantas por hectare.

No subsistema Roçado foram definidas duas áreas distintas, na Comunidade Caladinho, a primeira área estudada foi desmatada em 2012 e tem 5,32 hectares, onde foram identificados 29 indivíduos adultos e não foi observada nenhuma planta morta ou jovem; a densidade média ficou em 5,45 ind/ha. O segundo roçado estudado nessa comunidade foi desmatado há mais de 40 anos; com área correspondente a 4,86 ha, onde foram identificados quatro indivíduos adultos e um indivíduo morto com densidade absoluta calculada em 1,03 ind/ha. Na Comunidade Serra da Besta o subsistema Roçado foi também avaliado em duas áreas com histórico de desmatamento de mais de 30 anos. A primeira foi medida com 1,94 ha, onde foram encontrados quatro indivíduos adultos e nenhuma planta morta ou jovem, e densidade absoluta de 2,06 ind/ha. A segunda área de Roçado analisada na Serra da Besta tinha uma área de 1,68 ha, e foram identificados seis indivíduos adultos e um indivíduo morto, correspondendo a uma densidade absoluta de 4,17 ind/ha (Tabelas 10 e 11).

Segundo Drumond *et al.* (1982), em levantamento realizado em área de Caatinga em Santa Maria da Boa Vista (PE), encontrou-se uma densidade absoluta de plantas de umbuzeiro de 9 ind/ha. Cavalcanti, Resende e Brito (2008), em estudo realizado sobre densidade de plantas de umbuzeiro em Caatinga preservada (Cp) e Caatinga degradada (Cd), encontrou nos municípios de Petrolina 6,7 ind/ha na Cp e 3,5 ind/ha na Cd; em Juazeiro 8,3 ind/ha na Cp e 3,6 ind/ha na Cd; e em Jaguarari 7,9 ind/ha na Cp, e 3,0 ind/ha na Cd. A densidade obtida na Comunidade Fundo de Pasto Caladinho em Curaçá (BA) nos subsistemas Fundo de Pasto e Cercado de Animais foi de 6,47 a 7,66 ind/ha, respectivamente, valores próximos dos obtidos pelos autores.

Já na Comunidade Serra da Besta os valores de densidade encontrados nos subsistemas Fundo de Pasto e Cercado de Animais foram de 7,78 e 4,77 ind/ha, respectivamente.

Com relação ao subsistema Roçado, que corresponde às áreas desmatadas, a densidade variou na Comunidade Caladinho de 1,03 a 5,45 ind/ha, e no subsistema Roçado na Serra da Besta foi de 2,06 a 4,17 ind/ha, ocorrendo também uma redução na densidade de plantas de umbuzeiro quando comparada aos valores obtidos nos subsistemas Fundo de Pasto e Cercado

de Animais, como observado por Cavalcanti, Resende e Brito (2008) em áreas de Caatinga preservada e degradada.

Conforme Araújo e Aidar (2017), os fatores de mudança de uso da terra determinados pelo desmatamento e cercamento das áreas vêm influenciando na diminuição das plantas centenárias de umbuzeiros de ocorrência natural. Os autores estimam ainda que a mortalidade dos umbuzeiros registrada na estiagem de 2012/16 chegou a taxas de 16% a 26%.

Tabela 10. Tamanho dos subsistemas amostrados, número total de indivíduos adultos, mortos e jovens, densidade absoluta e percentual de mortalidade obtidos no agroecossistema da Comunidade Fundo de Pasto Caladinho, Curaçá (BA), 2018

Subsistema	Tamanho (ha)	Nº Adultos	Nº Mortos	Nº Jovens	DA	% Ind. Mortos
Cercado de Animais	9,01	67	2	-	7,66	2,9
Roçado I	5,32	29	-	-	5,45	-
Roçado II	4,86	4	1	-	1,03	20
Fundo de Pasto	9	60	-	-	6.7	-
Fundo de Pasto*	30,43	195	2	-	6,47	1,02

DA: densidade absoluta; % Ind. Mortos: percentual de indivíduos mortos. Fonte: Bianchini (2018).

Tabela 11. Tamanho das áreas, número de indivíduos adultos, mortos e jovens, densidade absoluta e percentual de mortalidade nos distintos subsistemas da Comunidade Fundo de Pasto Serra da Besta, Uauá (BA), 2018

Subsistema	Tamanho (ha)	Nº Adultos	Nº Mortos	Nº Jovens	DA	% Ind. Mortos
Cercado de Animais	7,18	34	1	-	4,87	2,86
Roçado I	1,94	4	-	-	2,06	-
Roçado II	1,68	6	1	-	4,17	14,49
Fundo de Pasto	9	70	-	-	7,78	-
Fundo de Pasto*	65,02	496	8	-	7,75	1,59

DA: densidade absoluta; % Ind. Mortos: percentual de indivíduos mortos. Fonte: Bianchini (2018).

Segundo relata Carvalho (2014) sobre a narrativa de José Fernandez, da Comunidade Fundo de Pasto Pé do Morro, de Oliveira dos Brejinhos (BA), durante uma oficina da Nova Cartografia Social:

> “Eu fiz há mais ou menos uns cinco ou seis uma pesquisa lá na minha propriedade em relação ao umbuzeiro. Eu nasci ali, me criei ali, conheço bem até as pedras. Então eu fiz um levantamento em um raio de 500 metros em volta de casa, de quantos umbuzeiros que existiam e que não existem mais e os que vieram a existir. Neste raio eu constatei 35 pés de umbuzeiros que não existem mais, que haviam quando

> eu era menino, criança. Um ano falta um, no ano que vem falta mais outro. Eu lembro que dois mesmo morreram pois foi a gente que atacou. Mas a maioria morreu mesmo porque fraqueô e morreu. Neste mesmo raio nasceram três. No lugar que morreram 35 recuperou apenas três. É uma árvore nativa e a gente vê se não tiver um certo cuidado vai acabar porque a situação é desta forma" – José Fernandes, Pé do Morro (CARVALHO, 2014, p. 42).

As taxas de mortalidade de plantas de umbuzeiro identificadas neste estudo variaram conforme o subsistema analisado. O percentual de indivíduos mortos nos subsistemas Fundo de Pasto e Cercado de Animais, que possuem características comuns referente a conservação da Caatinga preservada como pastagem natural, foram identificadas baixas taxas de mortalidade. Na Comunidade Caladinho as taxas encontradas de indivíduos mortos ficaram em 1,2% no subsistema Fundo de Pasto e 2,9% no subsistema Cercado de Animais. Na Comunidade Serra da Besta as taxas encontradas foram de 1,59% no Fundo de Pasto e 2,89% no Cercado de Animais. Já no subsistema Roçado, que representa as áreas desmatadas para o cultivo de culturas alimentares e forrageiras dependente de chuva, as taxas de indivíduos mortos chegaram a 20% na Comunidade Caladinho e 14,49% na Serra da Besta. Esses dados representam também a causa da redução nos valores de densidade absoluta encontrada no subsistema Roçado, em relação aos outros subsistemas estudados.

Podemos atribuir as altas taxas de mortalidade de plantas de umbuzeiro identificadas no estudo da ecologia do umbuzeiro do subsistema Roçado nas áreas estudadas a quatro principais fatores: i) raízes danificadas pelo preparo mecanizado do solo, com gradagem e aração, e pelo extrativismo das túberas; ii) diminuição do tamanho da copa das árvores que são pastejadas pelos animais de pequeno e grande porte presos nas áreas de roçado; iii) incidência de pragas e doenças, como cupins e a resinose, causando a senescência das plantas; e principalmente iv) os efeitos das mudanças climáticas no Semiárido que nos últimos sete anos causou uma longa estiagem prolongada, resultando na diminuição das reservas das raízes nas plantas de umbuzeiro e os fortes ventos que incidem nas áreas desmatadas dos roçados que causam o tombamento das plantas e consequentemente sua morte.

Os resultados obtidos sobre a identificação de indivíduos jovens revelaram a ausência da regeneração natural das plantas de umbuzeiro. Das 850 plantas georreferenciadas nos diferentes subsistemas, que juntas somam quase 120 hectares, não foi caracterizado nenhum indivíduo jovem, apenas árvores adultas seculares. Araújo (2016), relaciona a inexistência de regeneração natural do umbuzeiro ao frágil processo de estabelecimento das plântulas, que precisam de condições climáticas e ambientais favoráveis, ao mesmo tempo que muitas sementes se encontram inviáveis para germinação, devido aos danos causados por predadores naturais como besouros – *Amblycerus dispar* (CAVALCANTI; RESENDE, 2004); mas a principal causa da ausência de indivíduos jovens está associada ao pastejo dos caprinos e ovinos.

A ausência das plantas jovens de umbuzeiro na paisagem manejada pelas comunidades Fundo de Pasto representa uma grande fragilidade na conservação *in situ* da espécie, com possível perda e consequente estreitamento na diversidade biológica da espécie. A ausência da

sucessão natural do umbu na Caatinga pode comprometer em médio prazo a sustentabilidade da atividade extrativista, que hoje depende exclusivamente da produção de frutos das árvores centenárias que foram conservadas há gerações na paisagem natural das comunidades.

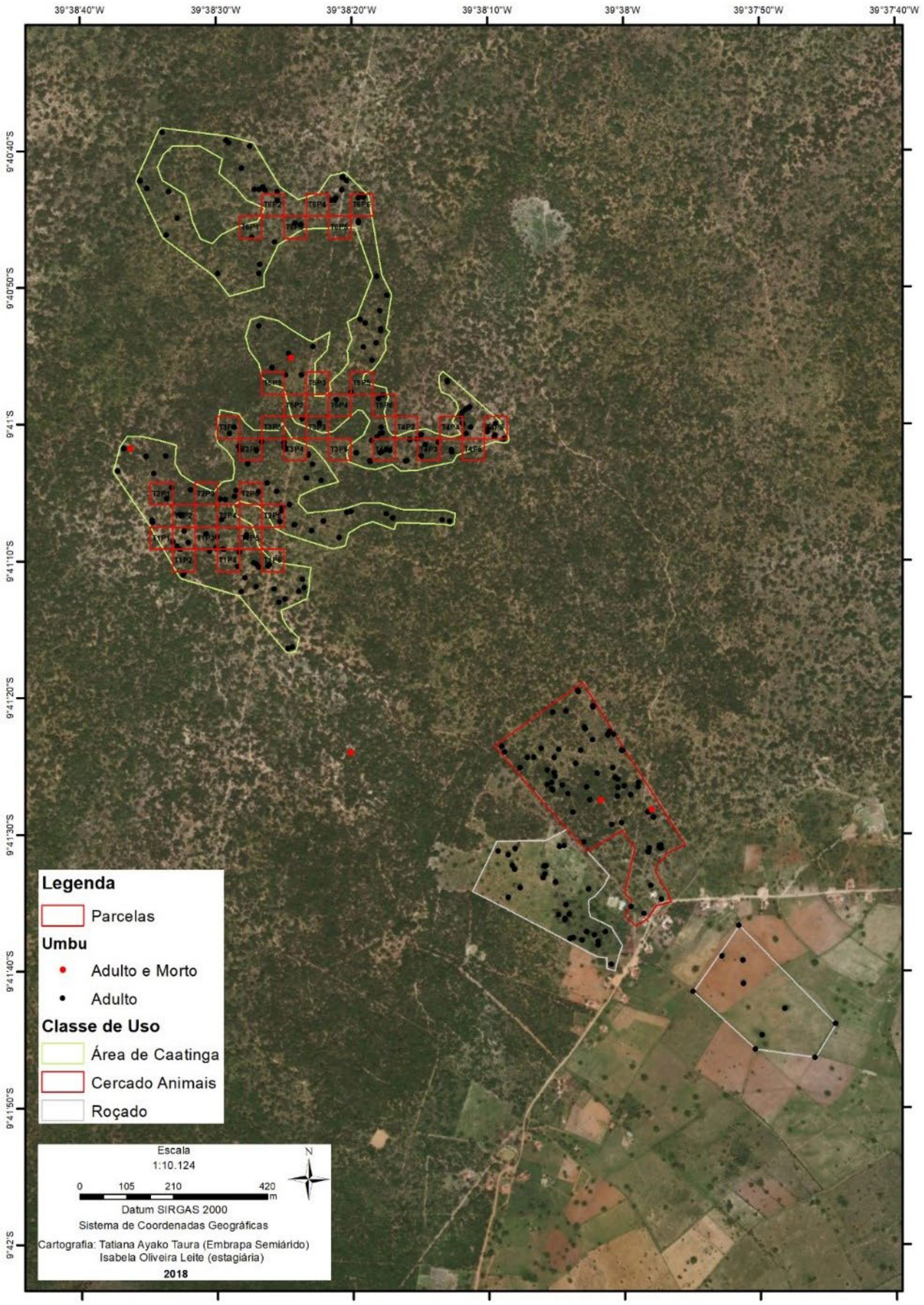


Figura 41. Delimitação dos subsistemas avaliados e localização dos umbuzeiro adultos e mortos por georreferenciamento da Comunidade Fundo de Pasto Caladinho, Curaçá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

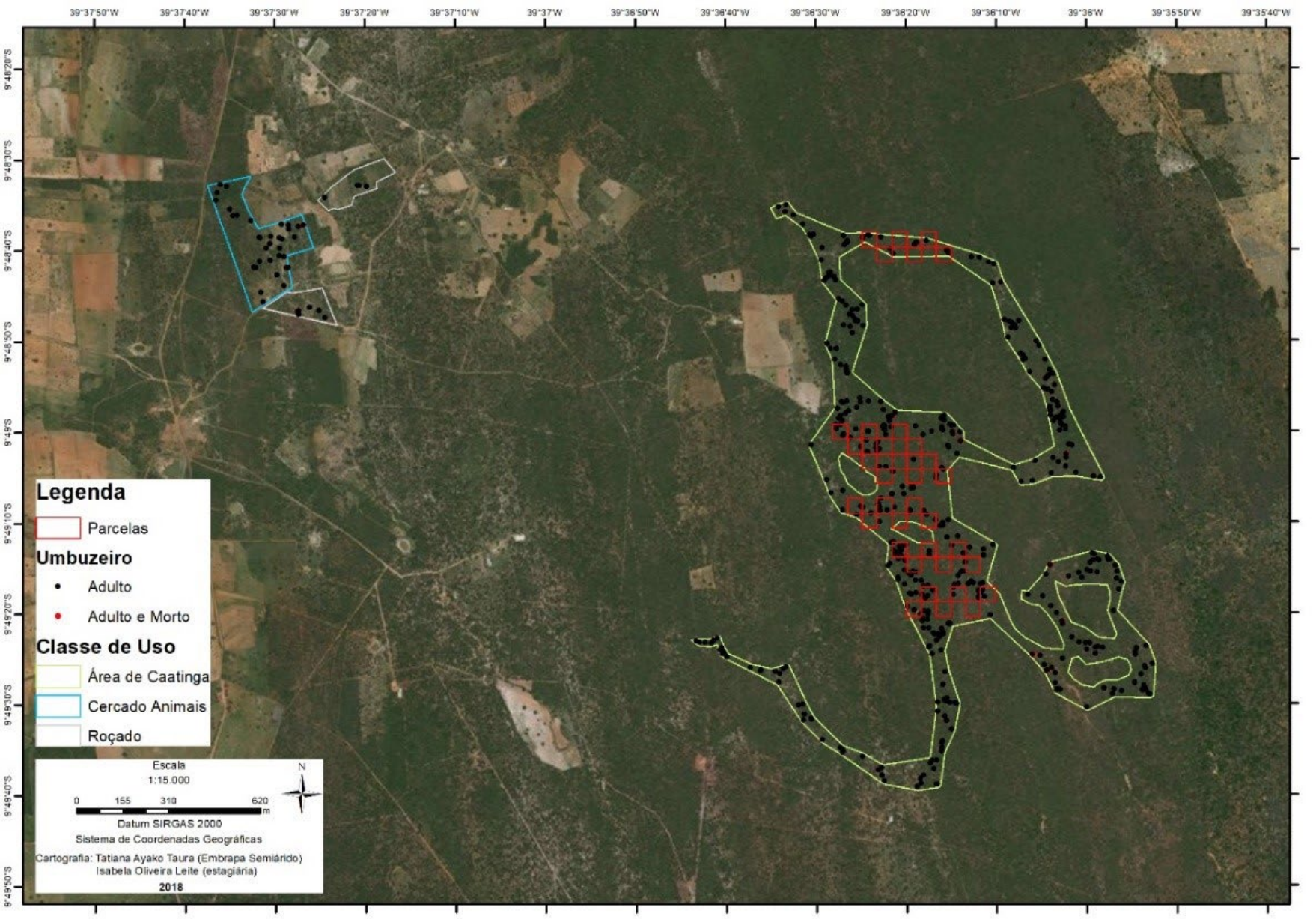


Figura 42. Delimitação dos subsistemas avaliados e localização dos umbuzeiro adultos e mortos por georreferenciamento da Comunidade Fundo de Pasto Serra da Besta, Uauá (BA). Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da Embrapa Semiárido.

16.2.9. Considerações finais

O Projeto Fundo de Pasto 1982, elaborado no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI)-Nordeste pela Coordenação de Ação Regional/CAR, Governo do Estado da Bahia, denomina Fundo de Pasto toda a área onde vivem um grupo de famílias que utilizam a terra para o pastoreio de forma comunitária, sendo observados dois principais tipos de organização dessas comunidades de Fundo de Pasto. O primeiro tipo caracterizado pelos técnicos do PDRI-Nordeste são comunidades onde as famílias não têm a real dimensão do tamanho das áreas de solta ou Fundo de Pasto. Essas áreas não podem ser cercadas individualmente e nem consideradas de posse individual pelas famílias, apenas o local das casas é delimitado por uma pequena área cercada para desenvolver agricultura de sequeiro. O segundo tipo difere do anterior em relação à apropriação da terra, pois cada família além da área cercada, tem a posse de uma parcela da área de solta ou Fundo de Pasto, que apesar de não ser cercada tem seus limites conhecidos pelas demais famílias, e são respeitados por todos.

O Projeto Fundo de Pasto considerou o primeiro tipo como característico das Comunidades Fundo de Pasto de Uauá e das comunidades circunvizinhas a esse município localizadas em Curaçá, Euclides da Cunha e Monte Santo, sendo que nas outras regiões do estado as características das comunidades se enquadram no segundo tipo (ANDRADE; BRAGA; LOPES, 1983).

Nesta pesquisa observou-se que a Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri enquadra-se no primeiro tipo descrito, mantendo todas as características: a comunidade ainda hoje não possui divisões de extensas áreas entre as famílias, predominando ainda o uso coletivo da terra nas áreas de solta de Fundo de Pasto. Em relação à área total de Fundo de Pasto observou-se que a comunidade superestimava seu tamanho, considerado uma área de quatro mil hectares, no entanto, após a identificação das extremas, limites reconhecidos em consenso com as comunidades circunvizinhas, a área total da comunidade foi delimitada em 2.575 hectares.

As áreas individuais, que são de posse das 55 famílias que vivem na comunidade, foram estimadas em 1.078 ha, o que corresponde a uma área média de 19,6 ha/família. Se considerarmos a área total do território, cada família tem em média 46,81 ha, área inferior a um módulo rural de 50 ha e ao tamanho definido no âmbito do projeto PDRI-Nordeste para emissão de títulos individuais.

Conforme Carvalho (2014), a Comunidade Fundo de Pasto Várzea Grande localizada no município de Oliveira dos Brejinhos, possui 54 famílias e foram requeridos 156 títulos individuais, somando 3.928,14 ha e foi reservada uma área de Fundo de Pasto registrada em nome da associação com 2.390,82 ha, constituindo uma área total da Comunidade Fundo de Pasto Várzea Grande de 6.318,96 ha. Considerando a área média individual nessa comunidade seria de 72,74 ha/família, se somar a área coletiva de Fundo de Pasto 117,17 ha.

A Comunidade Fundo de Pasto Várzea Grande é identificada como o segundo tipo, onde as famílias detêm a posse individual de áreas mais extensas, sendo parte delas cercadas para uso da família e o restante mantido aberto para o pastejo solto dos animais da comunidade, sendo reconhecidos os limites e o direito individual da família em cercar essas áreas, sendo reservado o Fundo de Pasto como a área específica de posse coletiva em nome da associação da comunidade.

Se considerarmos esses dois tipos de organização e gestão do território Fundo de Pasto, observamos que a Comunidade Ouricuri consegue compensar o tamanho do seu território com a extensão comum das suas três áreas de Fundo de Pasto com as comunidades vizinhas, criando assim um extenso mosaico de áreas abertas de Caatinga, que vêm garantindo a sustentabilidade da caprinocultura nessa região.

O manejo e a gestão do agroecossistema da Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri não sofreram grandes modificações nas últimas quatro décadas. Conforme Andrade, Braga e Lopes (1983), o sistema de produção Fundo de Pasto na região de Uauá no início da década de 80 tinha como principal atividade econômica a caprino-ovinocultura, com a criação dos animais em regime extensivo nas áreas soltas de Caatinga de uso coletivo entre os grupos familiares. A agricultura dependente de chuva era apenas para autoconsumo, sendo cultivado principalmente milho, feijão, mandioca, maxixe, melancia e abóbora, e a pecuária era complementada com pequenas criações de aves, suínos e algum bovino. O autor relata ainda a prática de manejo do rebanho em pequenos cercados e chiqueiros para a obtenção do esterco e o controle de natalidade dos animais, bem como o cultivo da palma forrageira como estoque de forragem aos animais.

Podemos dizer que as principais inovações nos sistemas de produção da Comunidade Fundo de Pasto estudada estão relacionadas à diversificação de cultivos forrageiros, às novas práticas de armazenamento de forragem através da silagem e fenação, e à implantação de novas tecnologias e práticas de captação, armazenamento, uso e reuso da água da chuva. Também podemos considerar a adoção de técnicas e práticas com relação ao manejo reprodutivo, sanitário e alimentar do rebanho, possibilitando fazer um controle mais eficiente do número de animais e da qualidade destes para a comercialização.

Com o histórico de ocupação do território desde 1840, a Comunidade Ouricuri registra um desmatamento de apenas 18,74% da sua área de 2.575,68 ha, preservando 81,26% do território com a Caatinga, fonte de pastagem natural e extrativismo para sustentar as 55 famílias, que vivem em áreas inferiores a 50 hectares, demonstrando assim a eficácia do modo de vida das Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto na conservação da biodiversidade do Bioma Caatinga.

De acordo com Altieri *et al*. (2015), observações de desempenho agrícola após condições climáticas extremas (furacões e secas) nas duas décadas anteriores revelaram que há correlação positiva entre a resiliência às catástrofes climáticas e a biodiversidade dos agroecossistemas, pois os agroecossistemas são mais resistentes quando possuem preservada sua vegetação natural, com germoplasma local adaptado. As Comunidades Fundo de Pasto detêm uma complexa racionalidade na diversificação do manejo e da gestão do seu agroecossistema, onde se articulam diferentes subsistemas biodiversos formados por policultivos dependentes de chuva, sistemas agroflorestais que preservam a Caatinga como suporte forrageiro e extrativista, e os sistemas agropecuários diversificados complementares e integrados.

Foi identificado neste estudo uma ampla diversidade de espécies denominadas e utilizadas pela Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, sendo levantadas mais de 150 diferentes espécies. Destas, 54 são nativas da Caatinga e 96 são espécies cultivadas, entre plantas medicinais, forrageiras, ornamentais e alimentares. Também foi levantada a diversidade de variedades entre as espécies cultivadas; por exemplo, a macaxeira foi identificada com 11 variedades diferentes. Também foi verificada uma grande diversidade da fauna nativa existente no território fundo de pasto, com 52 espécies diferentes. Outra importante biodiversidade manejada pela comunidade está relacionada à criação pecuária, com uma ampla diversidade de espécies e raças, como aves (galinha, peru, codorna, pato, pavão), equinos, bovinos, suínos, muares, ovinos e caprinos. Somente entre os caprinos foram identificadas quatro raças puras e classificadas mais de dez raças naturalizadas denominadas pé-duro.

Foi identificada nas Comunidades Tradicionais Fundo de Pasto Caladinho e Serra da Besta uma similaridade nos resultados dos estudos sobre a densidade e as taxas de mortalidade das plantas de umbuzeiro, que variaram entre os subsistemas estudados. Os subsistemas Fundo de Pasto e Cercado de Animais, que conservam a Caatinga, apresentaram densidade absoluta média de 6,8 ind/ha e taxa de mortalidade de 2,1%. Já no subsistema Roçado a densidade absoluta média registrou uma redução para 3,2 ind/ha, com correspondente aumento na taxa média de mortalidade das plantas de 17,3%.

As principais causas da baixa densidade e da mortalidade das plantas de umbuzeiro nas áreas de Roçado estão associadas a quatro fatores: i) danos às raízes das plantas pela mecanização (gradagem e aração); ii) danos as copas pelo pastejo dos animais (caprinos e ovinos); iii) presença de pragas e doenças (cupins e resinose); e iv) efeitos climáticos e ambientais severos, como a estiagem prolongada e as rajadas de vento que causam o tombamento das plantas.

Foi constatada nas duas Comunidades, independente do subsistema avaliado, a ausência de indivíduos jovens. Das 850 plantas de ocorrência natural georreferenciadas, não foi identificada nenhuma planta jovem de ocorrência natural. A principal causa é atribuída ao pastejo e superpastejo dos animais, principalmente dos caprinos e ovinos. Esse resultado representa um sério risco à conservação *in situ* da espécie com a perda da sua variabilidade genética e fenotípica, além de possíveis impactos negativos, no médio prazo, sobre a atividade extrativista na região, que depende exclusivamente da coleta de frutos em árvores centenárias, e estas se encontram em estado de senescência apresentando acentuado declínio na produção nos últimos anos.

As três comunidades pesquisadas neste trabalho, Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Caladinho e Serra da Besta desenvolvem experiências voltadas à recomposição das plantas jovens de umbuzeiro. Isso se dá através de áreas de Fruticultura de Sequeiro, que consistem em um sistema de produção agroflorestal, onde as espécies chaves são as plantas de umbuzeiro e *Spondias* enxertadas, que são plantadas em consórcio com o maracujá-da-caatinga e culturas alimentares ou forrageiras de ciclo anual ou semiperene. Outra estratégia de recomposição é o Enriquecimento da Caatinga, que consiste em aumentar a densidade e a variabilidade genética do umbuzeiro em áreas de Caatinga degradadas, através do plantio de mudas enxertadas no espaçamento de 10 x 20 m dentro da vegetação nativa, obtendo assim um incremento na densidade das plantas de 7 ind/ha para 50 ind/ha. A área manejada deve ter seu perímetro cercado para impedir a circulação dos animais criados soltos, principalmente de caprinos e ovinos, possibilitando assim o pleno desenvolvimento das mudas plantadas, além de viabilizar a regeneração natural de toda biodiversidade do ecossistema. Além disso, experimenta-se o Recaatingamento, que consiste em áreas destinadas à recuperação ambiental que devem ser totalmente cercadas para impedir o pastejo dos animais, e reflorestadas com mudas e sementes nativas produzidas na própria comunidade.

Ver a documentação fotográfica a seguir.

16.2.10. Documentação fotográfica da Experiência Fundo de Pasto

Figura 43. Equipe da Oficina de Mapeamento Participativo na Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA). Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 44. Equipe de agentes de ATER da Coopercuc. Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 45. Equipe de campo de georreferenciamento dos umbuzeiros na Comunidade Fundo de Pasto Serra da Besta, Uauá (BA). Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 46. Umbuzeiro no Subsistema Cercado de Animais da Comunidade Fundo de Pasto Serra da Besta, Uauá (BA). Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 47. Diretoria da Coopercuc, presidente da Central da Caatinga e assessor da CAR na entrada da fábrica da Coopercuc em Uauá (BA). Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 48. Abertura do X Festival do Umbu em Uauá (BA). Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 49. Oficina de Mapeamento Participativo na Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA).
Foto: Fabricio Bianchini.

Figura 50. Apresentação do mapa temático na Comunidade Fundo de Pasto Ouricuri, Uauá (BA).
Foto: Fabricio Bianchini.

16.3. COMUNIDADES TRADICIONAIS VAZANTEIRAS DA BACIA MÉDIA DO RIO SÃO FRANCISCO (MG)

POVOS DAS ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES

Felisa Anaya[31], Cláudia Luz de Oliveira[32], Ana Paula G. Thé[33], Carlos Alberto Dayrell[34]

16.3.1. Introdução

> *"Para mim, o Rio São Francisco é pai, é mãe, é irmão, é primo, é irmão gêmeo, é tudo, é minha vida"* (Entrevista concedida por Virgílio, vazanteiro e quilombola de Espinho a Dayrell 2019).

Considerado um dos mais importantes cursos d'água perenes do Brasil, o Rio São Francisco é a mais extensa bacia hidrográfica exclusivamente nacional, interligando as regiões Nordeste e Sudeste do país. Por cruzar mais de um estado é considerado pela Constituição Brasileira de 1988 um rio federal. Possui extensão de 2.700 km^2 e é dividido em quatro regiões hidrográficas, definidas como: Alto, Médio, Submédio e Baixo Rio São Francisco. O Rio São Francisco foi estratégico no processo de colonização e ocupação portuguesa do interior do Brasil. Serviu de rota para diversos africanos fugidos da escravidão que se aquilombaram no seu entorno durante os períodos colonial e imperial.

Figura 51. Vazanteira atravessando o Rio São Francisco em direção à Januária. Fonte: Seminário Ribeirinhos do São Francisco (2015).

---

31 Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais (UNIMONTES).
32 Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais (UNIMONTES).
33 Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais (UNIMONTES).
34 Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (MG). Colaborador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA).

O Médio São Francisco corresponde a 63% da área total da Bacia, e é o espaço social onde se encontram as diversas Comunidades Tradicionais Vazanteiras aqui apresentadas. Nessa região do São Francisco há registros, desde o século XVI, da existência de uma densa floresta de Caatinga e Matas Secas, que serviu de abrigo para uma sociedade multicultural e multiétnica que deu origem a um conjunto de localidades identificadas por Costa (1998) como Território Negro da Jahyba. No interior desse território negro existiam pequenas lagoas com a presença de malária, constituindo uma "barreira estrutural" ou "obstáculo natural" à ocupação da população branca. As comunidades negras que ali se estabeleceram se estruturavam pela lógica da reciprocidade e da liberdade, ocupando terras livres e vivendo de forma autônoma. Essas comunidades se organizavam em grupos familiares distantes entre si, e seus membros se articulavam por meio do parentesco, do casamento interétnico com grupos indígenas e por afinidade.

É do encontro de culturas e territorialidades dos grupos negros e indígenas, que historicamente habitaram essa região, e do acolhimento de migrantes nordestinos, que as Comunidades Tradicionais Vazanteiras do Médio São Francisco têm suas origens.

De acordo com os pontos coletados pelos *Vazanteiros em Movimento*, no âmbito do projeto *Nova Cartografia Social*, os grupos organizados e articulados nesse movimento possuem uma incidência (parte hachurada da Figura 52) sobre pelo menos 125 km do rio, desde a Ilha do Amargoso, entre os municípios de Januária e Pedra de Maria da Cruz até a Ilha da Ingazeira – Escuro, que fica na divisa de Minas Gerais com a Bahia. Ou seja, dos 444 km de rio

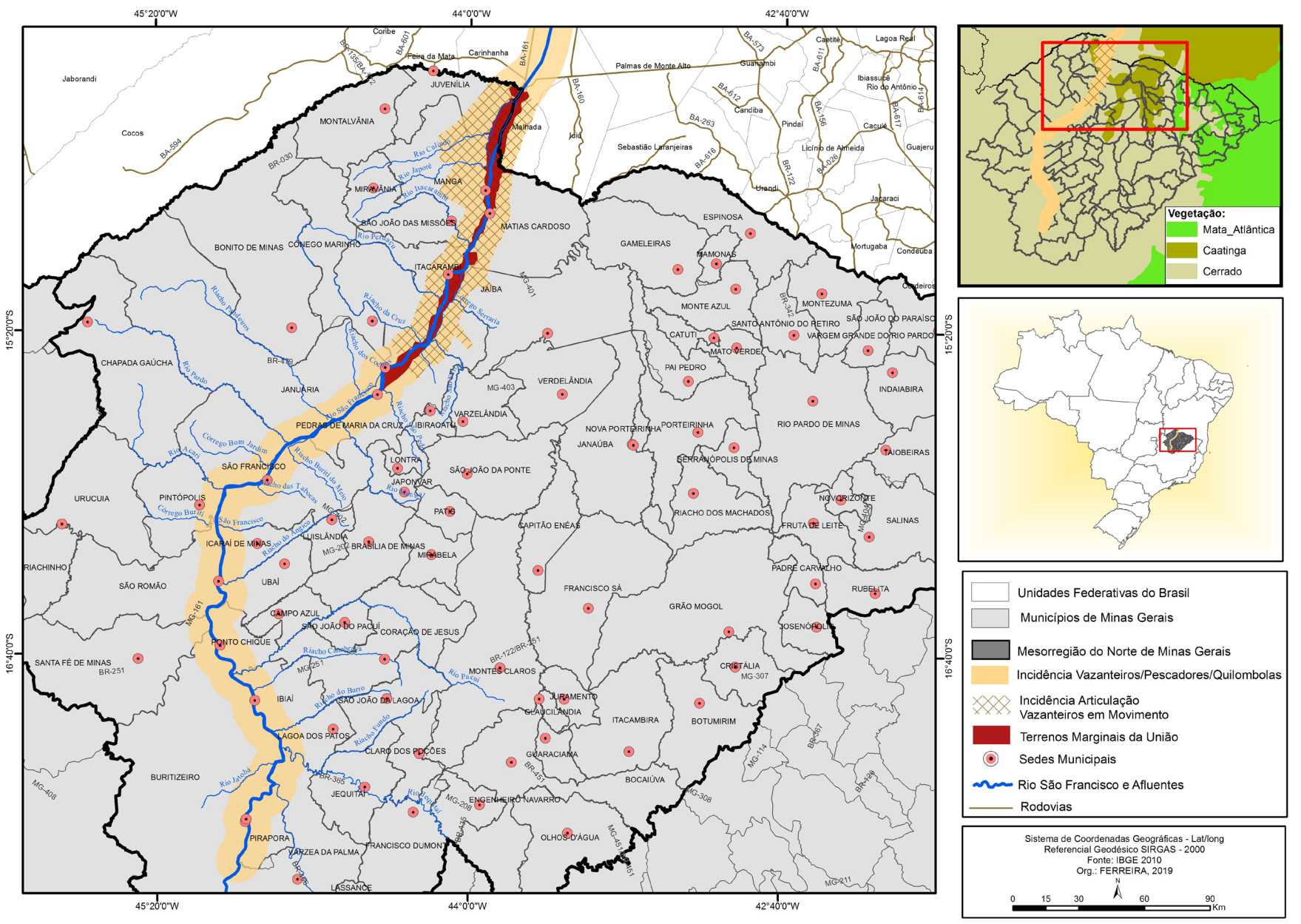


Figura 52. Área de incidência de Comunidades Vazanteiras na Bacia Média do Rio São Francisco-Norte de Minas Gerais. Fonte: Dayrell (2020).

percorridos pelos *Vazanteiros em Movimento*, trecho entre Pirapora e Carinhanha, a incidência do movimento representaria 28% dessa porção. São cento e vinte e cinco quilômetros de rio abrangendo 41 ilhas ou localidades onde vivem as Comunidades Vazanteiras do movimento que acionam diversamente suas múltiplas identidades – vazanteiras, quilombolas e pescadoras (DAYRELL, 2020). A construção da nova cartografia pelas Comunidades Vazanteiras para o Boletim do projeto *Conflitos Sociais no Brasil Central*[35], serviu para um primeiro entendimento do coletivo que se encontrava articulado nos *Vazanteiros em Movimento*. Porém, a existência de tais grupos vai além dessa mobilização, abrangendo diversas outras Comunidades Vazanteiras ainda não mobilizadas ou pouco articuladas.

Até os anos de 2015, nós do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA-UNIMONTES), havíamos georreferenciado 81 Comunidades Vazanteiras *encurraladas* às margens e ilhas do Médio São Francisco; cercadas por fazendas e empresas do agronegócio, grandes projetos de irrigação, monocultura de eucalipto e um conjunto de áreas protegidas compensatórias; sobrepostas às suas terras tradicionalmente ocupadas (Figura 53).

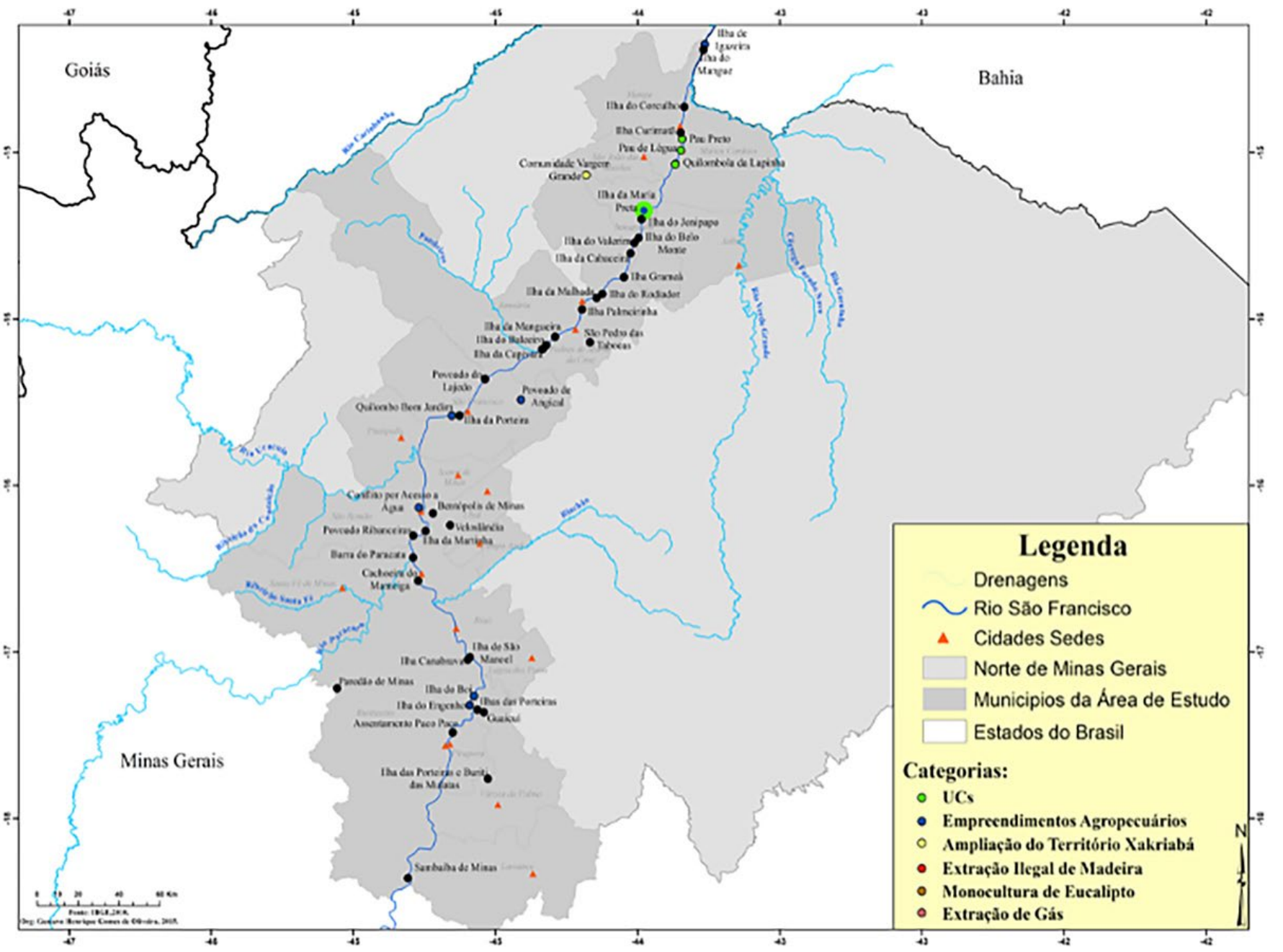


Figura 53. Mapa apresentado pelo NIISA-UNIMONTES no Seminários Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco, realizado na UNIMONTES, Montes Claros (MG), em 2015. Fonte: Anaya e Araújo (2019).

35 Este projeto faz parte de uma articulação de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social (PNCS) coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e Helciane Araújo com envolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e NIISA/UNIMONTES. O núcleo norte de Minas NIISA/Opará vem construindo boletins e fascículos referentes a grupos vazanteiros, quilombolas e geraizeiros.

O material aqui apresentado é resultante das pesquisas e relações de respeito e parceria junto aos distintos grupos vazanteiros do Médio São Francisco, estabelecidas ao longo de 16 anos, pelas pesquisadoras e pesquisadores do NIISA-UNIMONTES. Trabalho tecido pelo diálogo e colaboração junto aos movimentos sociais, às Comunidades Vazanteiras e às entidades mediadoras e de apoio. Processo permeado por trocas de conhecimentos, afetos, resistências e aprendizados.

Trazemos aqui um pouco da sua história, do seu modo de vida, da sua relação com a natureza, das lutas por reconhecimento de sua cultura e defesa de seus territórios, bem como, suas contribuições para a sociobiodiversidade, propostas e projetos de futuro. Apresentamos os conflitos e algumas de suas estratégias de defesa a exemplo da autodemarcação territorial da Comunidade Vazanteira de Pau Preto (Matias Cardoso) e os dramas sociais advindos da emissão do primeiro Termo de Autorização de Usos Sustentável (TAUS) para a Comunidade Quilombola, Vazanteira e Pescadora de Caraíbas (Pedras de Maria da Cruz), como experiências emblemáticas no âmbito das Comunidades Vazanteiras.

16.3.2. Contexto de produção da experiência vazanteira

O envolvimento das Comunidades Tradicionais Vazanteiras no *Projeto Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil – Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* faz parte de um processo anterior de relações de pesquisa e assessoria técnica às comunidades tradicionais vazanteiras da região, construído desde os anos 2000. Processo produzido a partir do acúmulo de conhecimentos sobre esses grupos iniciados por Luz de Oliveira (2005) durante pesquisa da sua dissertação de mestrado, que abriu caminho para estudos posteriores, que possibilitaram a visibilidade e o fortalecimento da luta desses grupos sociais[36].

Tais pesquisas junto às Comunidades Vazanteiras da bacia média sanfranciscana foram possibilitadas pelas relações estabelecidas junto a entidades civis[37], que realizavam e ainda realizam ações mobilizadoras, intercâmbios de experiências entre os diferentes grupos étnicos do norte de Minas e contribuíram coletivamente para a formação de base e organização política das populações camponesas e comunidades tradicionais da região, dentre elas destacamos as que trabalhamos com maior proximidade como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NMG), a Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas Gerais (CPT-NMG) e o Conselho Pastoral dos Pescadores do Norte de Minas Gerais (CPP-NMG).

Nesse processo, diversos projetos de subsídio técnico às demandas vazanteiras junto ao Ministério Público Federal, à extinta Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA-MG), à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG), entre outras

36 Dentre os estudos citamos: Araújo (2008), Duque-Brasil *et al.*, (2011), Anaya (2012), Santos (2017), entre outros.
37 Muitas foram as entidades de apoio a esses grupos, desde sindicatos de trabalhadores rurais a redes socioambientais e outras. Entidades que se articularam no Fórum de Desenvolvimento Regional do Norte de Minas e que será mais bem descrito no texto à frente.

instituições, foram desenvolvidos com participação de vários pesquisadores(as) do NIISA-UNIMONTES e das próprias comunidades tradicionais vazanteiras. Cabe ressaltar os vários eventos construídos coletivamente com diversos grupos étnicos da região, onde participaram ativamente definindo pautas, demandas, trocas de experiências e discussões; a exemplo dos diversos encontros dos *Vazanteiros em Movimento*, do *Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais*[38], de oficinas como as de regularização fundiária, direitos territoriais, georreferenciamento entre outras (Figuras 54-56).

Figura 54. Oficina de direitos territoriais com as Comunidades Vazanteiras, quilombolas e pescadoras de Caraíbas, Sangradouro Grande, Croatá, Balaeiro, Várzea da Cruz, Ilha de Maria Preta e Gameleira. Foto: Elisa Araújo (2016).

Figura 55. Cartaz do VII Encontro da Articulação Vazanteiros em Movimento, 2017. Fonte: Arquivos CAA (2017).

A proposta do *Projeto Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil* foi apresentado às Comunidades Vazanteiras, quando realizamos os trabalhos de campo do projeto *Dinâmicas do São Francisco: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas*[39], e as oficinas da Nova Cartografia Social, durante os anos de 2018 e 2019. A discussão sobre o relato de experiência vazanteira para o projeto se deu na localidade do Arraial do Meio, território da comunidade vazanteira de Pau Preto, e reuniu, além da equipe do NIISA-UNIMONTES, a CPT-NMG, o CAA-NMG, representantes da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi e lideranças de grupos étnicos que fazem parte dos Vazanteiros em Movimento e da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, movimentos sociais de articulação política que serão descritos posteriormente ao longo do texto.

Naquele dia foram apresentados o estado da arte da pesquisa do projeto Dinâmicas do São Francisco e os conhecimentos já acumulados pelo NIISA-UNIMONTES durante os doze anos de trabalho desenvolvidos com esses grupos. Momento também em que foram realizadas outras entrevistas e atualizadas informações para construir o relato de experiência relacionada às Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais e que

38 O colóquio vem sendo organizado pelo Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES e a Universidade de Kassel, com envolvimento de distintas instituições e povos tradicionais. Se encontra na sua sexta edição e tem se construído a partir de um modelo democrático de participação entre academia e etnias, por meio da troca de saberes tradicionais, acadêmicos e da construção de políticas públicas voltadas aos direitos territoriais. Para mais informações: https://coloquiointernacional.com/cpct/.

39 Projeto que fez parte de uma demanda endogovernamental celebrada entre o NIISA/UNIMONTES, a SEDA e a FAPEMIG. Contou com a parceria do MPF, da SPU e do Incra. O objetivo era realizar a identificação de terras tradicionalmente ocupadas no Médio São Francisco para subsidiar a regularização das áreas da União, terras públicas e de particulares que envolviam as terras tradicionalmente ocupadas por Comunidades Tradicionais Vazanteiras, Quilombolas e Ribeirinhas em situação de conflito.

Figura 56. Troca de experiências com Sr. Júlio – varzeiro e presidente da Associação do PAE Tapará (PA), em Arraial do Meio – Pau Preto (MG). Foto: Felisa Anaya, arquivos NIISA (2018b).

subsidiariam o projeto. Os relatos de experiência de Boas Práticas Tradicionais foi uma iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO Brasil). Foram selecionadas em todo Brasil quinze experiências sustentáveis que foram reconhecidas pelas instituições e premiadas. Os vazanteiros da comunidade tradicional de Pau Preto tiveram seu sistema agrícola tradicional reconhecido e levaram a premiação de segundo lugar (Figura 57).

Foi a partir dos trabalhos de campo durante os anos de 2018 e 2019, realizados no âmbito do projeto Dinâmicas do São Francisco e Nova Cartografia Social que pudemos selecionar os principais pontos de discussão entre os grupos que subsidiaram este Diagnóstico para Projeto Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.

Figura 57. Premiação de Boas práticas Agrícolas Tradicionais – Embrapa, Brasília (2018). Da esquerda para a direita: Cícero (Vazanteiros em Movimento); Lúcia (geraizeira de Água Boa), Moisés e José Melo (geraizeiros de Sobrado), Zé Alagoano (Presidente da Associação dos Vazanteiros de Pau Preto – MG), Regina e Luzia (Quilombolas e Vazanteiros de Praia). Foto: Zilah Matos (2018).

16.3.3. As Comunidades Vazanteiras, Quilombolas e Pesqueiras da baixada Média do Rio São Francisco: identidade e território

As Comunidades Vazanteiras, Quilombolas e Pesqueiras da baixada Média do Rio São Francisco são coletividades que constituem como seus lugares de vida as áreas inundáveis das margens e ilhas do rio (LUZ DE OLIVEIRA, 2005) (Figura 58). Na literatura antropológica são também identificadas como *lameiras* (PIERSON, 1972); *varjeiras/varzeiras* (DIEGUES; ARRUDA, 2001); e *barranqueiras* (MATA-MACHADO, 1991; NEVES, 2004). Suas origens rementem ao encontro de culturas e territorialidades de grupos negros e indígenas que historicamente habitaram as margens e ilhas do São Francisco, num permanente trânsito ao longo do trecho navegável do rio, resultando em uma presença significativa de nordestinos entre os ancestrais fundadores dessas comunidades no norte de Minas Gerais.

Essas comunidades têm uma historicidade marcada pelas mudanças do regime fundiário no Brasil, desde a instituição da Lei das Terras, em 1850, que redefiniu a apropriação e o controle do manuseio de recursos ambientais nos diversos espaços que compõem as terras tradicionalmente ocupadas por distintos grupos que conviviam nessa região. Esses grupos étnicos tradicionalmente se autoidentificavam e eram identificados por outros a partir dos modos de vida construídos na relação com determinados nichos ecológicos ou frações de um bioma, apoiando suas identidades em uma relação dialética de pertencimento a um suposto lugar de origem e pela contrastividade no encontro de suas fronteiras (BARTH, 1998). Contemporaneamente, no norte de Minas Gerais, tal contrastividade e etnogênese, processo identificado por Araújo (2009) como "complexificação de etnicidades", se expressa na emergência de grupos, até então, invisibilizados, como os quilombolas, os geraizeiros, os caatingueiros, os veredeiros, os vazanteiros e os pescadores artesanais, estes últimos vinculados às águas e às áreas de vazantes do Rio São Francisco, representando uma construção identitária que os associa a um "lugar-natureza-habitação" e a um "lugar de trabalho" (PROJETO OPARÁ, 2010).

Figura 58. Ilha da Ressaca, Quilombo da Lapinha (MG). Foto: Felisa Anaya (2014).

Nesse processo de diferenciação étnica relacionada a uma origem e a um lugar de vida, as comunidades quilombolas, vazanteiras e pesqueiras do São Francisco se constituíram como sujeitos políticos que se autoidentificam e são identificados como tal pelos "de fora". Nessa perspectiva, Araújo (2009) aponta a convivência com o ir e vir das águas como um elemento de fundamental importância para a identificação dessas comunidades pelos "de fora" como as *gentes do rio*, uma vez que sua vida ocorre no entremeio das cheias e vazantes do São Francisco.

Assim, são chamados *povos das águas e das terras crescentes* em referência ao manejo das ilhas, nativamente denominadas como *terras crescentes*. Essa diferenciação permitiu a Luz de Oliveira (2005), em seus estudos sobre os vazanteiros do Médio São Francisco, utilizar a noção de "etnicidade ecológica" (PARAJULI, 1996) para ressaltar, como traço relevante da identidade desses grupos, as relações que mantêm com o Rio São Francisco e a produção de um ambiente extremamente diverso e complexo.

Nesse sentido, a convivência nas áreas inundáveis do São Francisco é fundamental no processo de construção da identidade e da territorialidade vazanteira e pesqueira, assim como a profundidade histórica das formas de apropriação social desse espaço para a construção dos saberes e práticas da pesca e da agricultura de vazante, garantindo o sustento dessas comunidades e o abastecimento dos mercados locais da região.

Nas enchentes, o Rio São Francisco aumenta de nível, cresce, extravasa o leito principal, suas águas vertem pelos canais e se expandem pelos *baixios*, interligando lagoas, rios e reabastecendo as chamadas *lagoas criadeiras*. Nas *cheias,* o *caminho das águas* constrói, dessa forma, condições favoráveis para peixes e espécies como jacarés, anta, capivara, jaburu, garças, jaburu, tuiuiú, paca, entre outros. Os canais principais que conectam as lagoas são conhecidos como *sangradô* e recebem nomes próprios utilizados como forma de identificação social e espacial pelos grupos.

Figura 59. Sr. Agenor, Ilha do Balaeiro, Januária (MG). Foto: Elisa Araújo (2017).

A produção nas vazantes do rio, ilhas e lagoas associada à pesca são as atividades mais valorizadas pelos vazanteiros e pescadores do São Francisco. É comum nos relatos das comunidades dessa região a fala de que "*todo vazanteiro pesca e todo pescador tem sua vazante*" (Figuras 59 e 60).

Tais atividades, as relações de parentesco e afinidade e a organização política desses grupos contribuem para o caráter relacional de suas identidades, evocando outros sistemas de significação simbólica de autoidentificação: "*Vazanteiro é vazanteiro porque vive de vazante. É o vazanteiro-quilombola, o*

*vazanteiro-pescador, o vazanteiro-quilombola-pescado*r" (Vazanteira-quilombola-pescadora Lapinha, 2008).

As comunidades quilombolas, vazanteiras e pesqueiras do Rio São Francisco constituem seu território como um espaço fluido e dinâmico que engloba *terras altas, ilhas e beira rio*.

> "*Uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurge acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso 'crescente'*" (Carta-manifesto das mulheres e homens vazanteiros, Ilha da Ingazeira, 2006).

Figura 60. Sra. Luiza, Comunidade de Caraíbas, Pedras de Maria da Cruz (MG) . Foto: Elisa Araújo (2017).

A percepção que os vazanteiros e pescadores têm das ilhas está estreitamente vinculada à forma como vêm e se relacionam com o Rio São Francisco. Dotado de volição e intencionalidade, o rio São Francisco é retratado no depoimento desses grupos, como um parceiro generoso que permite aos vazanteiros o acesso a uma terra de trabalho sempre renovada. A mobilidade constante das ilhas, que crescem ora em um dado lugar, ora em outro, fazem com que o local de trabalho dos vazanteiros se reconstitua permanentemente. A dinâmica das *terras crescentes* possibilita que esses espaços sejam socialmente apropriados por algumas famílias consideradas mais *fracas*. Famílias desprovidas de terra para cultivo e moradia, que adquirem um *direito na ilha*.

O rio, como um parceiro que cria a possibilidade das terras de vazante sempre renovadas em sua vitalidade, sinalizando colheita farta, deve também ser respeitado em suas próprias decisões de retirar as pessoas do lugar.

> *"E quando ele [o rio] cisma de tirar... O que ele faz é mandar embora muitos... Ele tira daqui e põe em outro lugar. É por isso que a gente nunca fica sem área para trabalhar. Que essa área aqui, quando está quebrando, está formando outra área num outro lugar, aí o pessoal vai*." (Entrevista de um morador da Ilha da Capivara – Januária, concedida a Luz de Oliveira, 2005, p. 96).

Assim, a mobilidade das ilhas também se traduz na mobilidade desses grupos sobre seu território inundado em tempos de grandes cheias. O que determina o deslocamento sazonal de algumas famílias, que saem da beira-rio para as terras mais altas de seu território, em busca

de abrigo e de proteção para o grupo e para as criações. A mobilidade das famílias ao longo do trecho navegável do rio se relaciona, historicamente, também com a procura de "*terra livre para apossear*" e com o simples prazer da "*andança*".

16.3.3.1. O sistema de direitos combinados

Essa dinâmica de mobilidade das famílias sobre o território e do próprio território, caracterizado por sua fluidez e impermanência se coadunam com um "sistema de direitos combinados" (GODOI, 1998) entre os quilombolas, vazanteiros e pescadores relativo às formas de acesso e apropriação coletiva e familiar dos recursos naturais, conformando um complexo sistema de uso e manejo de acordo com as potencialidades dos diversos ambientes na terra-firme, no rio e nas ilhas. Esse sistema de direitos tem se transformado ao longo do tempo, em função das mudanças nas condições ambientais, em função dos processos de esbulho das terras tradicionalmente ocupadas pelas diversas comunidades e em função da crescente exigência de condutas expressamente reguladas ou formalizadas através das leis da sociedade abrangente.

Apesar de existir nessas comunidades uma extensa rede de parentes, descendentes dos troncos familiares mais antigos que ali estabeleceram moradia, o sistema de direitos que regula o acesso à terra não é fechado em relação aos "*chegantes*", ele se adequa à realidade de permanente mobilidade do e no território. Os "*chegantes*" são incorporados, desde que respeitem o "sistema do lugar" (WOORTMANN, 1990), o que implica em reconhecimento, solidariedade e respeito. Essa concepção de direitos combinados se assenta nos direitos de uso gerados pelo trabalho. Tais regras de acesso à terra se opõem aos direitos de propriedade individual e privada, gerados pelo dinheiro. Assim, o que é cedido ou vendido entre as famílias é o direito de trabalho e não a terra. A incorporação dos "*chegantes*" tem se constituído como parte das relações de solidariedade que caracterizam as formas de sociabilidade e as relações de reciprocidade entre as comunidades quilombolas, vazanteiras e pesqueiras dessa região.

Da mesma forma, os direitos de uso dos espaços de pesca no Médio Rio São Francisco, estudados por Thé (2003), que dizem respeito aos horários de entrada no rio, ao rodízio de cada ponto de pesca, evidenciam que os direitos diferenciados parecem estar relacionados ao maior tempo de pesca no local e ao parentesco com os vazanteiros/pescadores antigos, e ao princípio da mutualidade, caracterizada pelo empréstimo do horário a outros pescadores que se encontram em dificuldades financeiras, sobrevivendo exclusivamente da pesca (THÉ, 2003, p. 79). No trecho das corredeiras do rio, em Buritizeiro, a autora verificou a existência de quatro tipos de direito de uso: a) direito adquirido, corresponde aos pescadores que logo após a proibição da pesca nas corredeiras, participaram da divisão dos sítios de pesca e horários, por frequentarem a cachoeira como aprendizes dos pescadores mais velhos que abandonaram a pesca após a sua proibição; b) direito por consentimento, que corresponde aos pescadores que emprestam o horário e o sítio de pesca, quando os donos não podem pescar, em troca da metade da produção; c) direito por compra, que se refere aos pescadores que compraram horários de rodízio do pescador dono do ponto; d) direito por herança, que corresponde ao direito de posse dos horários por parentesco com os antigos pescadores (THÉ, 2003, p. 77).

O sistema de uso comum na "*praia*" de Januária parece estar relacionado ao parentesco, com exclusividade de famílias, sendo que novos pescadores podem adquirir o direito ao acesso e ao uso do recurso na medida em que participam da limpeza do lanço, ou limpeza do arrasto, que acontece no início de cada ano. Limpar o lanço significa mergulhar no fundo do rio para retirar pedaços de paus, galhos de árvores, que descem o rio com as chuvas e se depositam nos locais onde serão lançadas as redes de caceia. É um trabalho pesado e de grande risco, feito principalmente pelos mais jovens, utilizando o sarí (um pauzão comprido com uma *cordona* grossa para arrancar as pauzadas) (THÉ, 2003, p. 84). Para os pescadores tradicionais, segundo Cordell (1982, apud THÉ, 2003, p. 88), o território é muito mais vasto, se comparado às outras comunidades tradicionais e sua posse é mais fluida, apesar de ser conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades.

16.3.3.2. Encantados, festas e batuques

As apropriações materiais da natureza realizadas pelos grupos quilombolas, vazanteiros e pescadores são fortemente marcadas pela visão de mundo e simbolismo que orientam suas relações com o ambiente. A centralidade do rio como condição de produção da vida desses grupos sociais faz com que o mesmo figure como um "valor dominante" (EVANS-PRITCHARD, 1978) no pensamento nativo. O rio é vivo, animado, dotado de intencionalidade, um ser com quem eles estabelecem laços de reciprocidade social através do "*cumpadre que governa o rio*" (LUZ DE OLIVEIRA, 2013, p. 153).

A profusão de narrativas coletadas sobre o "*cumpadre d'água*" ou "*caboclo d'água*" evidencia a presença desse encantado na vida cotidiana dessas comunidades, que estabelecem com o rio e com os seres que o habitam uma relação regida pelos princípios da interação entre sujeitos. É assim que, com características de uma criança travessa, o *cumpadre* ou *caboclo d'água* é para os vazanteiros uma entidade brincalhona, cheia de vontades e com poder de castigar ou de recompensar as pessoas, com força para modificar a natureza, como as águas do rio e lagoas. Sentimentos como raiva, alegria, bondade e maldade fazem parte do íntimo desses encantados, que com seus poderes mantinham pescadores "de fora" distantes das lagoas; e recompensavam aqueles que respeitassem as regras de pesca, brincavam com crianças e mulheres, e castigavam aqueles que com eles se metiam.

Os encantados hoje em dia aparecem menos, porque o rio está raso, assoreado, e não joga mais água nas lagoas. O barulho dos barcos a motor, que substituíram as antigas canoas, também os levou a migrarem para outros lugares, como a Bahia.

> *"Antigamente ele carregava barco de gente pra longe, a única lagoa que tinha aqui era essa. Mas ele era morador do rio. Agora o rio arriou e tem muitos anos aí que eles desceram pro lado da Bahia. É porque baixou o rio. Num tem lugar pra eles morar mais não [...] porque tem muito motor".*

> *"Essa lagoa praticamente deveria ser encantada, porque se chegasse uma pessoa estranha e conversasse, ela estava quietinha e daqui a pouco começava a virar. É*

porque aqui tinha muito caboclinho d'água; era isso que fazia a lagoa revirar. Eram eles. A lagoa ficava brava mesmo. Os caboclos d'água parecem criança né, tudo pequenininho, mas se eles cismassem com uma pessoa, ele abria um buraco na terra e vinha e afundava a casa da pessoa. Já chegou a afundar casa de gente aí."

"André era um velho muito ignorante. Ele viu uma pessoa no porto dele e deu um tiro com espingarda. Daí o bichinho implicou com ele. O caboclo foi cavando por baixo da terra, cavando, cavando, até derrubar a casa de André. No lugar ficou o sangrador. Aí André foi obrigado a se mudar para a Venda"

(Depoimentos coletados junto aos vazanteiros de Pau de Légua e Pau Preto por ANAYA, 2012).

A cosmologia pesqueira/vazanteira concebe o mundo constituído a partir da relação fundamental entre terra e água, como domínios habitados e controlados por seres de natureza diversa, mas interdependentes e que se relacionam dentro de um campo intersubjetivo comum. A produção contínua da vida depende dos fluxos e movimentos do rio que define e redefine os espaços, os tempos e o que deve ser feito em cada lugar a cada momento. A relação baseada na reciprocidade e na aliança que vincula pelo compadrio os seres da terra e da água possibilita aos vazanteiros-pescadores usufruírem do rio, de suas lagoas criadeiras e das terras crescentes (LUZ DE OLIVEIRA, 2013, p. 153).

Figura 61. Roda de batuque dos Vazanteiros em Movimento, Arraial do Meio na Comunidade Vazanteira de Pau Preto, Matias Cardoso (MG). Foto: Elisa Araújo (2016).

O sentimento de pertencimento dos quilombolas, vazanteiros e pescadores aos seus lugares de vida é alimentado através de saberes e práticas tradicionais permanentemente atualizadas nas relações entre as gerações mais velhas e mais novas. O território construído nessa interação entre memórias, afetos, relações de parentesco e afinidade, é um lugar de sustento físico e espiritual, um território existencial, por onde circulam conhecimentos, bens, alimentos, *folias*, *batuques* e *festejos* (Figura 61).

Figura 62. Folia de Bom Jesus visitando a comunidade de Caraíbas-Pedras de Maria da Cruz (MG). Foto: Elisa Araújo (2018).

Figura 63. Dança de São Gonçalo, comunidade de Balaeiro de Januária (MG). Foto: Elisa Araújo (2018).

As *folias* e as *festas de santo* se constituem como um importante espaço de sociabilidade que articula as diversas comunidades e trazem a marca distintiva do batuque, lundu e samba de roda, característico das comunidades quilombolas do norte de Minas Gerais, consistindo na percussão de tambores, acompanhada de cantos e danças realizadas sempre em pares.

Um saber fazer que articula elementos da religiosidade popular vinculada a igreja católica e de matriz africana, o que configura uma especificidade cultural valorizada pelas comunidades. Estas se valem de rezas e promessas feitas aos santos de sua devoção, de benzedeiras e de práticas do candomblé no seu cotidiano. Relatos feitos pelos grupos quilombolas, vazanteiros e pescadores acerca do processo de luta por reconhecimento e pela retomada de seus territórios ancestrais ressaltaram a forma como as relações de parentesco e de afinidade são tecidas e atualizadas em espaços rituais como o *giro de folia*, a fogueira de São João e a *dança de São Gonçalo* (Figuras 62 e 63).

Os *giros de folia* são muito difundidos no Médio São Francisco mineiro e se caracterizam por serem organizados pelas famílias das próprias comunidades sem envolvimento direto da Igreja católica. As pesquisas realizadas nessas comunidades mostram que esses rituais são espaços de atualização de um repertório de saberes e fazeres próprios da vida em comunidade.

Como pudemos observar essas “manifestações católicas de religiosidade popular” são espaços onde coexiste o sagrado e o profano, a reza e a dança, a experiência do sacrifício

relacionado ao pagamento de promessas e a convivência alegre e prazerosa entre foliões devotos, parentes, vizinhos e visitantes, onde todos se regalam com comida e bebida em abundância, enquanto dançam e brincam madrugada a fora. Isso amplia o entendimento sobre a própria folia, compreendida como expressão de um sistema de troca de bens, serviços e símbolos que atravessam a cultura e a vida social em diferentes domínios. Na atualidade, a folia mobiliza sujeitos e grupos sociais afetados por conflitos socioambientais e os giros incluem visitas às casas de foliões e devotos que protagonizaram iniciativas políticas de mobilização em defesa do território de ocupação tradicional. Nesse sentido, as práticas rituais da folia, além de produzirem um território sagrado, desenham simbólica e concretamente novas territorialidades.

16.3.3.3. Ambiente e produção

A convivência e o vínculo das famílias vazanteiras com o Rio São Francisco e suas dinâmicas, permitiu a construção de um ordenamento territorial que organiza seus modos de vida, regulando e atualizando as formas de uso e ocupação dos ambientes.

As principais unidades da paisagem identificadas e manejadas pelos vazanteiros podem ser resumidas nas seguintes: o "complexo *terra-firme"* e o "complexo *ilha"*, interligados pela terceira unidade, o "complexo *rio*", cujo ciclo de cheias define as dinâmicas ecológicas e, por conseguinte, as estratégias de manejo de cada uma delas (Figura 64).

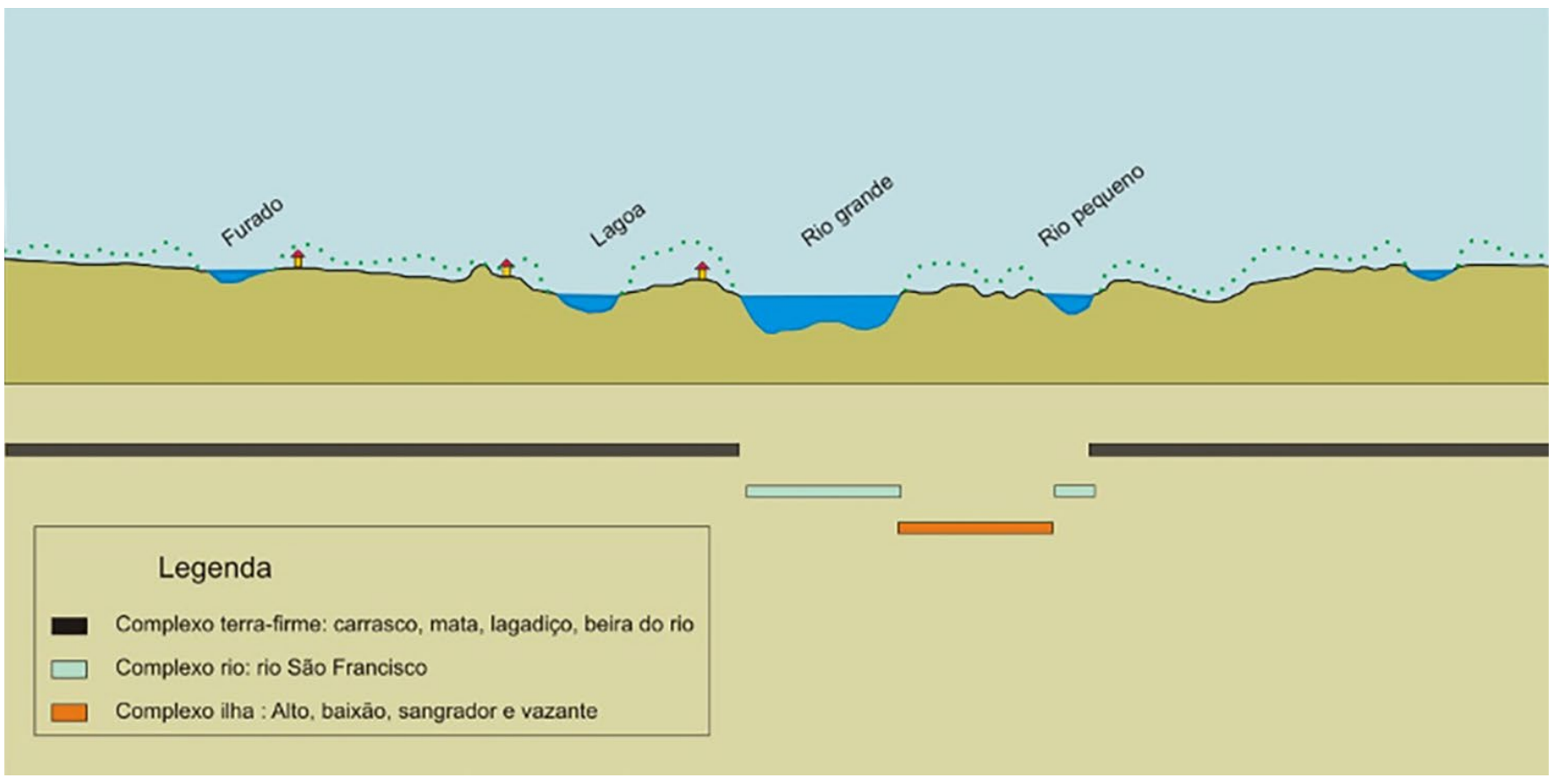


Figura 64. Ambientes sanfranciscanos. Fonte: NIISA (2019a, 2019b).

No "complexo *terra-firme*" os ambientes se subdividem em: a) *beira-rio*; b) *lagadiço*; c) *capão*; d) *mata* ou *caatinga*. No "complexo *ilha*" subdividem-se em: a) *baixa*; b) *vazante* ou *lameiro*; c) *terras altas* ou *peiral*. No "complexo *rio*" subdividem-se em a) *rio grande*; b) *rio pequeno*; c) *lagoas criadeiras*.

Complexo Ilha

O complexo *ilha* constitui um conjunto de ambientes distintos: a) *lameiro*, b) *baixa* ou *vazante* ou *barreiro* e c) *alta* ou *beiral* ou *peiral* – que estão inseridos entre o braço do rio (*rio pequeno*) e o talvegue principal do Rio São Francisco (*rio grande)*, em sentido longitudinal. Iniciando a partir da margem direita do São Francisco encontra-se o rio pequeno. O *rio grande*, margem esquerda da ilha, tem aproximadamente 600 metros de largura e localiza-se entre a margem esquerda do rio e a *alta* ou *beiral da ilha*. O *rio pequeno* é de regime intermitente e tem o seu fluxo interrompido logo após o período das cheias, formando o *lameiro* (Figura 65).

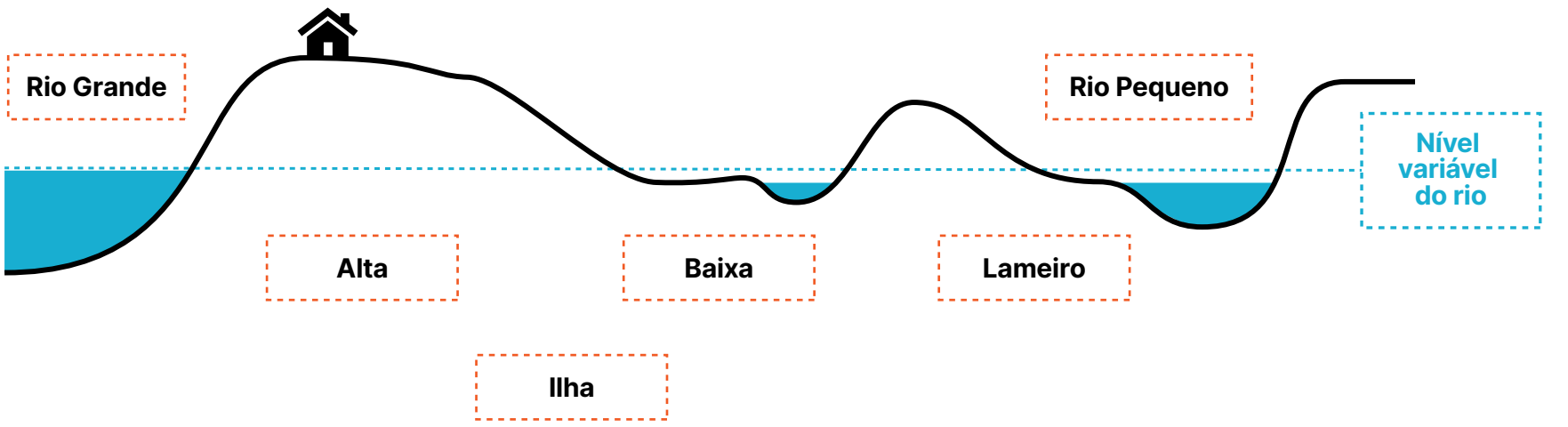


Figura 65. Perfil transversal do "complexo ilha" durante o período de cheias com as respectivas subunidades. Fonte: Adaptado de Fernandes *et al.* (2009).

O *lameiro* e a *baixa* são formados pelo a*baixa*mento das águas do *rio grande* ou do *rio pequeno*, após a *vazante geral*, com o fim do ciclo das chuvas, usualmente no final do mês de março de cada ano. São os primeiros ambientes a serem inundados pela cheia do *rio grande*. As camadas de solo que se formam a partir do rebaixamento das águas do rio, com depósito de nutrientes e sedimentos movimentados durante a cheia, são ricas em matéria orgânica e, portanto, beneficiam os cultivos. Tanto na *baixa* quanto no *lameiro* o plantio inicia no mês de março, conforme o recuo do rio, e as colheitas estendem-se até o mês de setembro. Esses ambientes são utilizados com o plantio de culturas de ciclo curto para que as frequentes cheias do rio durante o período das chuvas não prejudiquem as colheitas. São cultivadas principalmente hortaliças, melancia e abóbora e feijão, pela facilidade de irrigação, devido à proximidade do rio. Também são frequentes os consórcios de milho e feijão catador, girassol e amendoim, entre outros.

A *alta* é o ambiente onde se encontra a concentração de casas e outras estruturas, como pomar, criação de pequenos animais, etc. Esse ambiente não alaga sempre, sendo o último a ser submerso quando há grandes inundações. Nessas épocas, os moradores continuam residindo na *ilha* o quanto for possível e se deslocam para a margem do rio ou até́ mesmo para os núcleos urbanos das cidades, a depender do volume da cheia do Rio São Francisco. Em outros tempos deslocavam-se para as áreas de retiradas conhecidas como *caatinga*. É nesse ambiente que também se encontram as espécies arbóreas nativas como o jatobá (*Hymenaea courbaril var. stilbocarpa*), o angico branco (*Albizia polycephala*) e o jenipapo (*Genipa americana*) e exóticas como as mangueiras e plantas cítricas. Essas espécies são utilizadas no extrativismo

dos frutos e no fornecimento de madeira e lenha. Como as terras do ambiente *alta* são consideradas de fertilidade inferior e raramente são inundadas, os vazanteiros aqui irão cultivar plantas de ciclo mais longo, como a mandioca e o milho, e de plantas com menor exigência de fertilidade do solo, como o feijão de corda, durante os meses de abril a setembro. Dessa forma, as terras da *ilha* são cultivadas praticamente em todas as épocas do ano.

Complexo Terra Firme

O "complexo *terra firme"*, neste caso, corresponde a uma das margens do Rio São Francisco e, de acordo com os vazanteiros, é composto por três ambientes distintos, dividindo-se em: *beira-rio*, *lagadiço* e *capão* (Figura 66). Pode ser dividido também entre os ambientes que são inundados pelo rio (*lagadiço* e *capão*) e ambiente que não é inundado (*beira-rio*). De modo geral, as terras da *ilha* são inundadas todo ano, as do *lagadiço* e *capão* a cada dois anos, sendo que as únicas que não são inundadas nas cheias regulares são as de *beira-rio*. Segundo os vazanteiros, quando as áreas de *capão* são desmatadas, no seu processo de regeneração também serão denominadas de *lagadiço*, devido a maior ocorrência de espécies da vegetação secundária típicas do *lagadiço*.

As principais espécies florestais encontradas com frequência no complexo terra firme são: pau-preto (*Dalbergia melanoxylon*), pau-d'arco (*Tabebuia serratifolia (Vahl) Nichols Bignoniaceae*), rosqueira, jatobá, espinho-de-jacu, juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), periqueteira (*Guazuma ulmifolia*), sete-cavaco (*Campomanesia guazumifolia (Camb.) Berg*), caraíba (*Handroanthus albus*), canafístula (*Peltophorum dubium*), sorocaba, gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*) e braúna (*Schinopsis brasiliensis*).

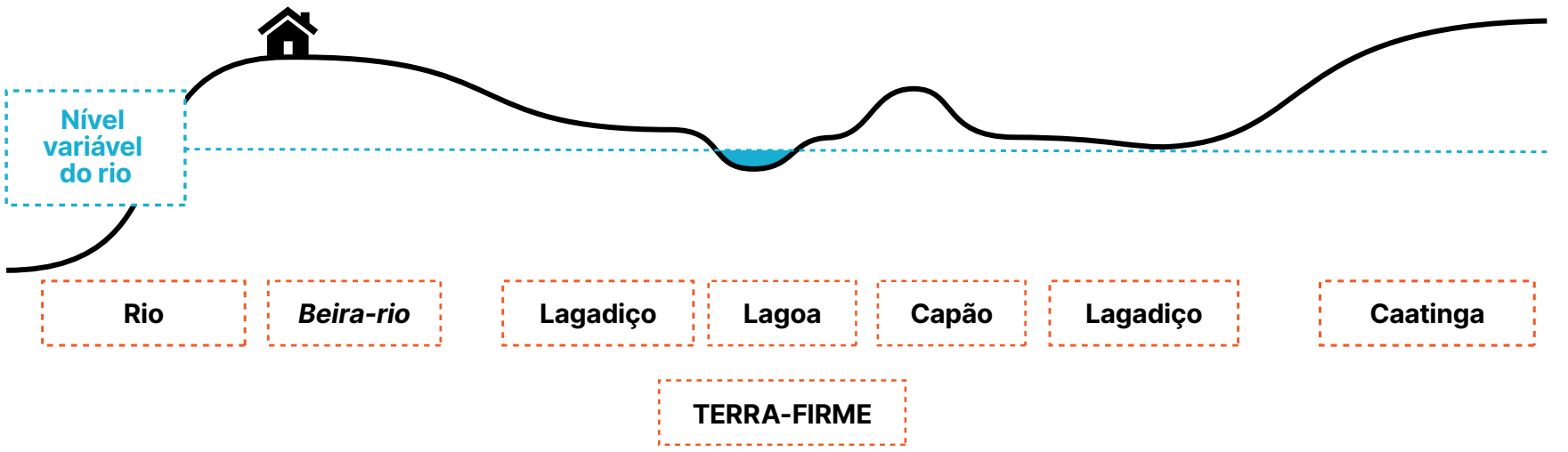


Figura 66. Perfil transversal complexo Terra Firme. Fonte: Adaptado de Fernandes *et al*., 2009. *In*: NIISA 2018.

Os ambientes não inundáveis da Terra Firme

Na *terra firme*, o ambiente *beira-rio* é raramente inundável e a *caatinga* é o único ambiente que mesmo nas grandes cheias as águas não o atingem. No *beira-rio* encontramos áreas de mata ciliar densa e de grande porte, possuindo uma largura variável, quase sempre superior a 200 metros de largura, podendo atingir, em alguns casos, 800 metros.

Sua porção de terra forma uma espécie de murundu, uma convexidade que impede o carreamento de solo para o rio e possibilita a formação do *lagadiço* e dos lagos temporários quando ocorrem chuvas. Durante a estiagem essa água acumulada poderá ser utilizada para uso doméstico e para a irrigação de pequenos cultivos.

A *caatinga*, localizada na porção leste da paisagem, é uma área não sujeita a inundação e, por isso, tem uma importância fundamental para os vazanteiros. Ela ocorre sobre solos sedimentares profundos revestidos por Florestas Estacionais Decíduas. Na maioria das vezes, as fitofisionomias denominadas regionalmente *caatinga* e *carrasco* correspondem a áreas de Mata Seca em diferentes estágios de regeneração, sob influência do clima semiárido, e apresentando algumas espécies típicas das caatingas nordestinas.

A maior parte da vegetação nativa dessa unidade foi drasticamente suprimida nos finais da década de 1970 para o plantio de monocultivos anuais quando eram utilizados os pivôs de irrigação pelos empreendimentos agropecuários. Por outro lado, anteriormente, as famílias tradicionais utilizavam para o cultivo de roças ou pequenas áreas com pastagens, solta dos animais, coleta de lenha, madeira, frutas e plantas medicinais. Quando o rio subia, os vazanteiros migravam das *vazantes* para a *caatinga* levando consigo os animais. Nas épocas secas, com o recuo do rio, eles retornavam para o cultivo das *vazantes*. Ou seja, a ocupação tradicional do território ocorria de maneira sazonal e complementar, sintonizada aos ritmos de inundação do rio. A maioria das áreas de *caatinga* foram expropriadas impedindo o acesso pleno de grande parte dos vazanteiros ao território tradicional durante os conflitos ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970. Atualmente, estas áreas estão sob domínio parcial dos vazanteiros, que reconhecem como partes constituintes de seu território tradicional. Segundo os vazanteiros, os solos da *caatinga* são considerados *terra boa pra roça*, mesmo sendo mais seca. Além disso, é um local mais seguro para a construção de casas (DUQUE-BRASIL *et al.*, 2011).

Os ambientes da Terra Firme que são inundados pelo Rio

Os ambientes da *terra firme* que são inundados com relativa frequência são o *lagadiço* e o *capão*. O *lagadiço*, que se inicia em uma concavidade logo após o *beira-rio*, consiste de uma área que pode ser inundada durante as cheias. Essa área passa por um processo de sedimentação semelhante à *baixa* da *ilha*, sendo costume dos vazanteiros a utilização dessa área para plantio devido à fertilidade e umidade do solo. O plantio nesse ambiente é realizado de forma específica e diferenciada, e recebe o nome de roça de toco. Nesse mesmo ambiente, encontram-se também as *lagoas criadeiras*, que chegam a ocupar extensas áreas e é onde os moradores também realizam a pesca, parte inseparável da herança indígena dos vazanteiros.

Na faixa mais próxima ao rio, as culturas e a época de plantio são semelhantes às da *baixa* e, à medida que se afasta da margem, se aproxima do uso das terras do ambiente de terra *alta* da *ilha*. No entanto, de modo geral, os vazanteiros consideram as terras da *ilha* mais úmidas que as do "complexo *terra firme*". Na Figura 67 podemos observar as diferentes áreas de cultivo nos complexos *beira-rio* e *terra firme*.

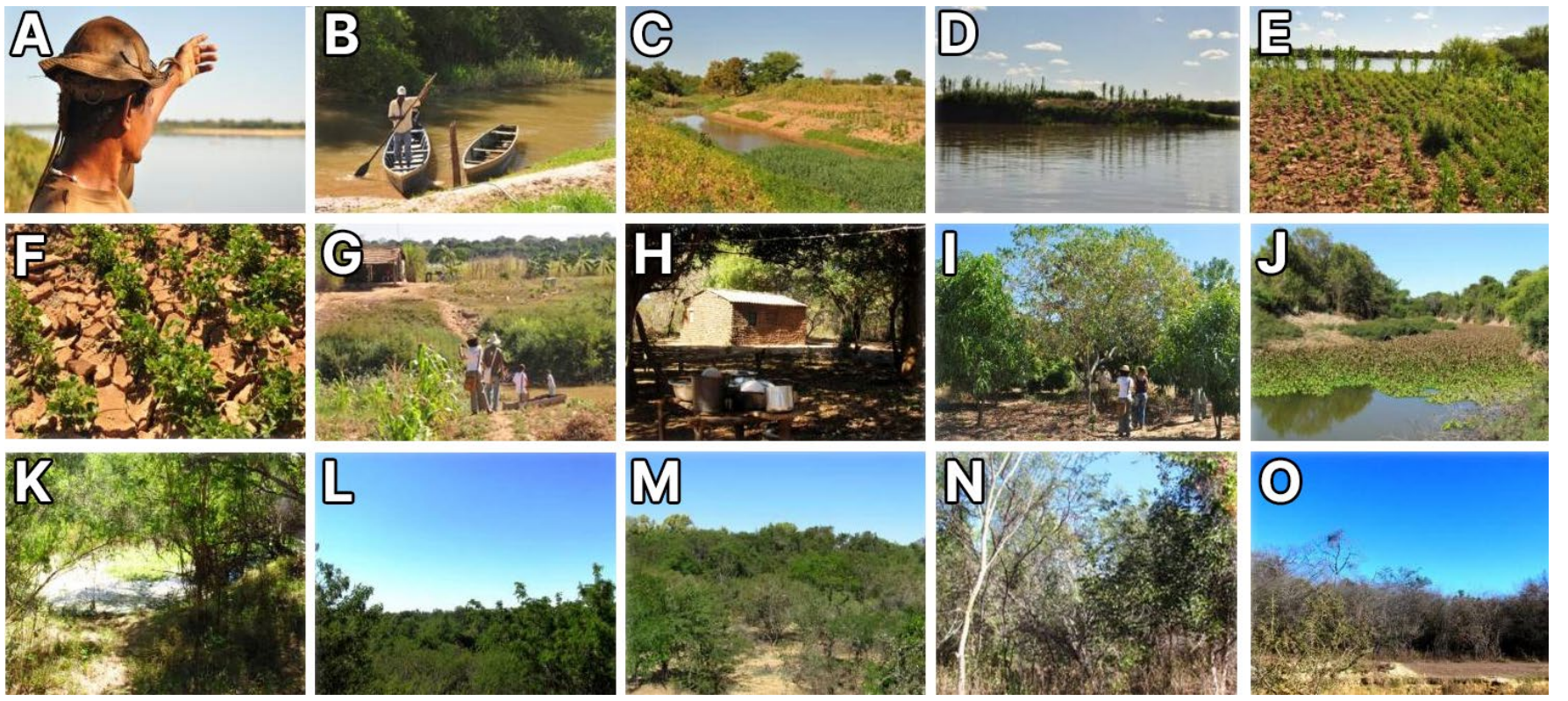


Figura 67. Complexos ilha, terra firme e rio e suas respectivas unidades, no território vazanteiro do Pau Preto, Matias Cardoso.

A) Rio São Francisco;

B-C) Braço do rio que separa a ilha;

D) Cultivo nas ilhas;

E) Cultivo nas vazantes;

F) Cultivo de feijão em áreas de sedimentos argilosos;

G) Casa na Ilha do Pau Preto;

H) Casa em área de *capão*;

I) Quintal em área de *capão*;

J) Rio Verde Grande;

K) Lagoa do Cachorrinho;

L-M) *Lagadiço*: Floresta sazonalmente inundável;

N) *Capão*: Floresta estacional semidecídua;

O) *Catinga*: Floresta estacional decídua.

Fonte: Duque-Brasil *et al*. (2011).

O *capão* é caracterizado por um mosaico de espécies vegetais do Bioma Caatinga. De acordo com os vazanteiros, o ambiente *capão* possui uma vegetação alta e densa, e somente algumas espécies passam a época da seca sem perder as folhas, que são para reduzir o déficit hídrico devido à alta intensidade de radiação solar e vento. Possui solo argiloso e escuro, com bom potencial produtivo e possibilita o cultivo de mandioca, milho, feijão, sorgo, girassol, gergelim, amendoim. Comumente, o *capão* está associado ao fornecimento de recursos madeireiros e medicinais, variando de intensidade de acordo com a utilidade e disponibilidade do recurso. Encontra-se nessa área frequente incidência de aroeira (*Myracroduom urundeuva*) e pau-preto *(Schinopsis brasilienses*), ambas utilizadas como recursos madeireiros.

As áreas de *capão* são alternadas por faixas de *lagadiço*, formando uma espécie de canais, os *sangradouros* que conduzem as águas do Rio São Francisco ou de seus tributários, para as *lagoas criadeiras,* as lagoas marginais, inundando as áreas de *capão* e *lagadiço*. Esse fenômeno ocorre durante as cheias do rio, no período chuvoso, é o que garante a inundação das lagoas marginais que são fundamentais no ciclo de reprodução das populações das espécies de peixes nativas da Bacia do São Francisco (THÉ, 2003; POMPEU; GODINHO, 2006).

Complexo Rio

O “complexo *rio*” é o que permite a conexão entre os ambientes manejados pelos vazanteiros e seu ciclo hidrológico mantém a dinâmica desse sistema agroalimentar ribeirinho tradicional. Entre os ambientes que compõem o “complexo *rio*” podemos citar: o *rio grande*; o *rio pequeno*; e as *lagoas criadeiras*. O *rio grande* refere-se ao canal do rio, que corresponde à região mais profunda de seu leito. O *rio pequeno* refere-se ao canal que separa a ilha do barranco do *beira-rio*. E as *lagoas criadeiras*, correspondem às lagoas marginais, áreas da planície de inundação das margens do São Francisco que permanecem inundadas após as cheias, a *vazante geral*.

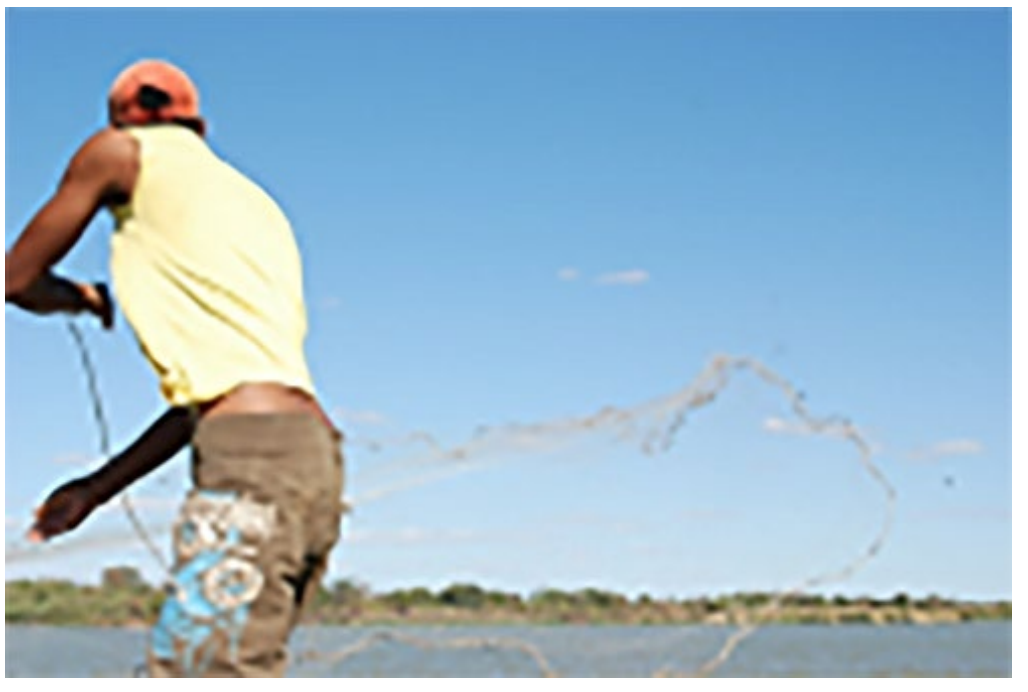


Figura 68. Pesca na comunidade vazanteira de Pau Preto, Matias Cardoso (MG). Foto: Felisa Anaya (2018).

As lagoas formadas são denominadas *criadeiras* porque recebem os alevinos nas cheias do rio, período que coincide com o período de maior pluviosidade nesta região – inserida no semiárido – sendo as chuvas fundamentais ao processo de reprodução e desova das espécies de peixes migradoras endêmicas da Bacia do São Francisco. Após a desova dos peixes, que ocorre no leito maior do rio, as ovas e os alevinos são carreados pelas enchentes até os trechos de remanso e das lagoas marginais, mantendo-se aí hospedados para o seu desenvolvimento até a fase de maturação. Por essa razão essas lagoas são consideradas como “berçários” ou *lagoas criadeiras*, tanto pelo ponto de vista ecológico acadêmico, como pelos conhecimentos ecológicos tradicionais de pescadores e vazanteiros. Estes possuem como estratégia de reprodução econômica e cultural a conservação desses ambientes. Também são espaços de grande valor simbólico e afetivo, habitados por seres mitológicos do rio, como o *caboclo* e a *mãe da água*, a quem devem respeito para a garantia de produtividade e proteção de suas vidas enquanto realizam a pesca, e para a proteção dos seres da natureza dos quais o seu modo de vida depende.

A pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros (Figura 68), independentemente do registro como pescadores profissionais e do vínculo com as Colônias de Pescadores.

A pesca, hoje realizada no período de março a novembro devido à legislação ambiental vigente (após o período do defeso), é considerada uma importante fonte de renda e alimentação entre os vazanteiros. O pescador usa a canoa a remo ou o barco de madeira com motor tipo rabeta para levar seus instrumentos de trabalho até́ aqueles lugares mais propícios à pesca: os *pesqueiros*. Após a realização da pesca e o recolhimento do pescado, o pescador vazanteiro segue para a cidade onde comercializa sua produção.

Atualmente a pesca centra-se nos ambientes piscosos do *rio pequeno* ou do *rio grande*, já que a pesca nas lagoas marginais é proibida pela legislação ambiental vigente, por estarem enquadradas como Áreas de Proteção Permanente. No *rio pequeno*, dependendo das distâncias entre a *beira-rio* e a *ilha,* as estratégias preferenciais de pesca são a tarrafa e a pesca de anzóis, como o *anzol de galho*, a *grosseira* ou espinhel e a linha de mão ou *terrena*. A maior parte desses petrechos de pesca são utilizados para a captura de peixes piscívoros como o surubim (*Pseudoplatystoma corrunscas*), o dourado (*Salminus franciscanus*) e a caranha (*Piaractus mesopotamicus*), esta última uma espécie exótica introduzida na Bacia do São Francisco. Já no *rio grande* a pesca mais comum é a *pesca de caceia* (de rede à deriva). Nessa estratégia de pesca com rede, que emprega normalmente a participação de dois pescadores, um no manejo do remo ou do motor de rabeta e outro na solta ou captura da rede, são espécies alvo, além das acima mencionadas, também o pocomã (*Lophiosilurus alexandri)*, as curimatás (*Prochilodus* spp.), como também as matrinchãs, os piaus, os carís, os mandís, entre outros (THÉ, 2003). O surubim e o dourado são os peixes de maior valor comercial, mas também os mais escassos atualmente. O pescado menor é utilizado para o autoconsumo e o maior é comercializado. O peixe, frito ou ensopado, é normalmente comido junto com um pirão, preparado com a cabeça do peixe cozida, acrescentando-se farinha de mandioca ao caldo (LUZ DE OLIVEIRA, 2005).

Antigamente as lagoas eram importantes ambientes para a pesca. Mas a partir da chegada das fazendas no território tradicional das comunidades, as lagoas sofreram graves impactos ambientais, devido a construção de diques para o desvio e armazenamento indevido dos fluxos naturais de água. Essa modificação na paisagem levou as lagoas ao dessecamento, devido ao desmatamento de sua vegetação natural interna e do entorno, como pelo assoreamento devido ao carreamento de terra dos diques em direção às partes mais profundas das lagoas marginais. Essa mudança trouxe a perda de um dos espaços de uso de grande importância econômica e simbólica do território tradicional vazanteiro, como também teve impacto sobre a fauna aquática da bacia do São Francisco. Parte da estratégia de retomada dos territórios tradicionais pesqueiros e vazanteiros centra-se na restauração, pelo manejo tradicional comunitário, das lagoas marginais *criadeiras* do *Velho Chico*.

16.3.4. O encurralamento e os dramas sociais das Comunidades Vazanteiras do Médio São Francisco

> *"O encurralamento vai empurrando o povo no seu modo de vida"* (Entrevista concedida por vazanteiro de Pau Preto para ANAYA, 2012).

O esbulho e a perda do domínio territorial das terras altas do território vazanteiro tem se constituído em perdas dramáticas permanentes na vivência desses grupos. O confinamento nas margens e ilhas do Rio São Francisco é identificado temporalmente por estas comunidades como *Tempo do Encurralamento*. Temporalidade constituída em oposição ao *Tempo do Liberto*, conforme linguagem nativa; período em que mantinham amplo domínio de seus territórios, possuíam uma produção marcada pela fartura alimentar e uma relação de maior autonomia na reprodução de seus modos de vida, bem como na liberdade de ir e vir.

Figura 69. Projeto de fruticultura irrigada Jaíba, Matias Cardoso (MG). Foto: Apresentação Araújo e Luz de Oliveira na ABA, 2018.

As disputas fundiárias e territoriais que marcam o *Tempo do Encurralamento* identificado pelas Comunidades Vazanteiras, vem se constituindo historicamente através de conflitos decorrentes das políticas de desenvolvimento econômico e ambiental implementadas na região desde a década de 1960. Processo no qual o Estado e a elite agrária do norte de Minas Gerais foram, e ainda são, os principais agentes. Porém, os marcos temporais do *encurralamento* são identificados pelos vazanteiros a partir de dois ciclos onde os conflitos agrários e ambientais se intensificaram, somado a um terceiro recentemente observado por nós.

O primeiro ciclo teve início nos anos 1960/70, com ações governamentais de ocupação planejada do *Território Negro do Jahyba*, por meio de políticas e programas voltados para a industrialização e modernização do campo, através da SUDENE[40], e pela medição de terras realizada pela RURALMINAS[41] que favoreceu fazendeiros e agrimensores. O símbolo desse processo é a implantação do Projeto Jaíba, o maior perímetro contínuo de fruticultura irrigada da América Latina, contribuindo para a transformação de fazendas ao seu redor em empresas rurais (Figura 69).

> *"A gente já estava lá e os fazendeiros chegaram com o poder do Estado, da RURALMINAS. Aí desapropriaram os pequenos. Eles cercaram a gente e deixaram no círculo. Aí foi empurrando o pessoal pra cidade. Eles matavam as criações e ameaçavam também a população. Até as estradas pra pegar água eles proibiam"* (Entrevista concedida por liderança vazanteira de Pau Preto para ANAYA, 2012).

40 A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, com o objetivo de orquestrar as ações de planejamento econômico do Estado brasileiro no Nordeste do país.
41 Fundação Rural Mineira, órgão da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

“Dos tempos antigos não tinha dono não. Aqui era terra dos ausentes. Mas meu pai foi obrigado a vender o direito dele por sete mil contos e foi para Matias. [...] Esse Manim era grilador de terras. Ele correu com a gente de lá. Meu pai teve que acabar com porco, gado, galinha que tinha, com tudo. Ainda mataram dentro da roça de meu pai os bichos, os bodes... Os capangas chegavam atirando. Aí meu pai não aguentou. Vendeu o direito e foi para Matias Cardoso ficar na terra de meu avô lá na Praia (quilombo)” (Entrevista cedida por vazanteira de Pau Preto para ANAYA, 2019c).

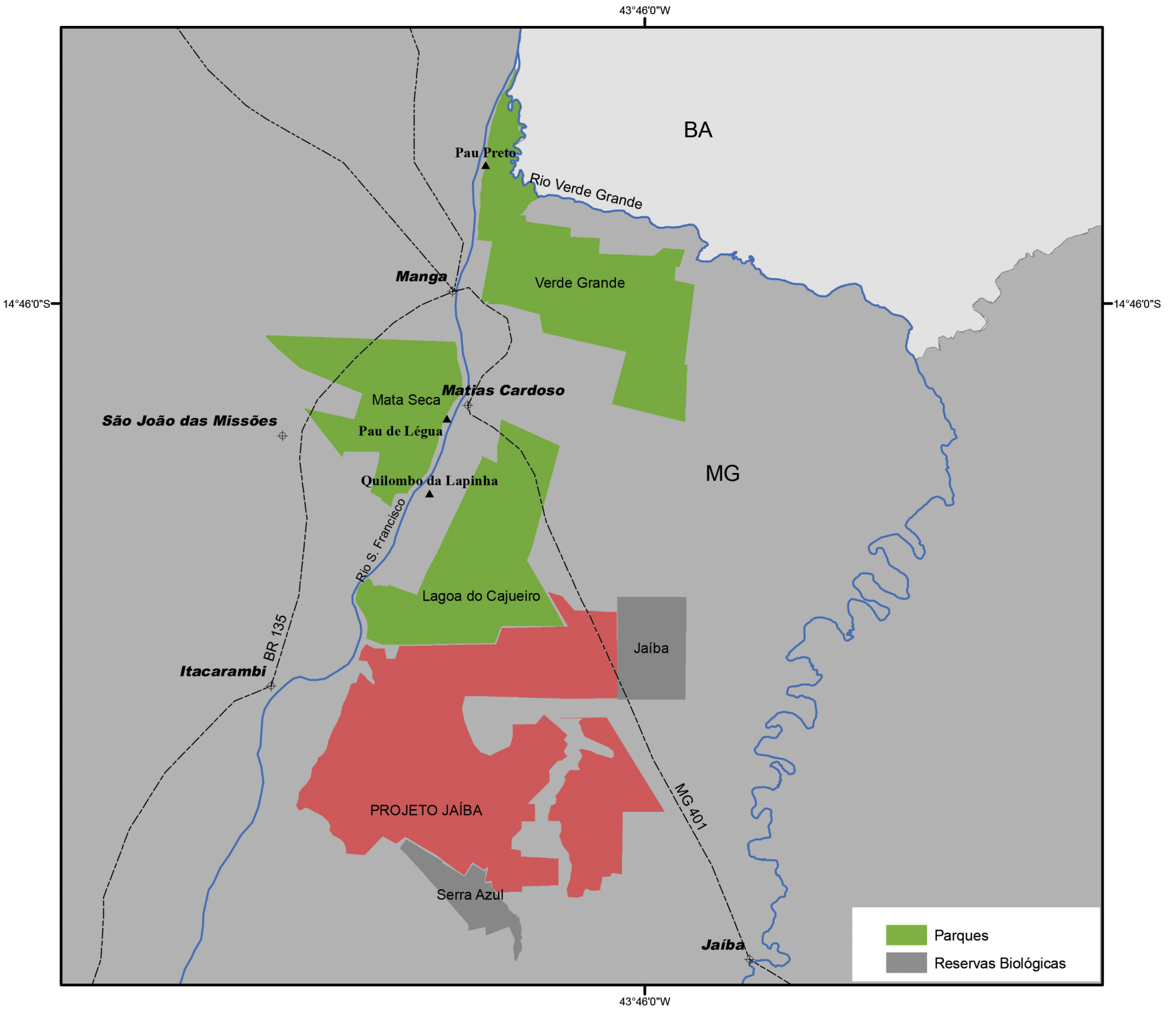


Figura 70. Mapa da sobreposição dos Parques Estaduais compensatórios ao Projeto Jaíba sobre os territórios vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. Fonte: Felisa Anaya (2012).

> “O ruim da lei do parque é que eles criam a lei com a gente lá dentro. E eles não o querem reconhecer. Quem chegou por último foi o parque, não foi a gente. Então, eles deveriam criar as leis e reconhecer que eles fizeram a lei como se não existisse ninguém. [...] Falam que a gente entrou depois do parque, mas num foi isso, a tradição nossa é velha e de longos anos” (Membro de Pau Preto, 2012).

> “Tem um tal de Zé Luís (gerente do Parque Estadual da Mata Seca) aí, que falou que aqui é parque. Que não é mais para ninguém pescar nem caçar nada. Saiu falando para uns, pra outros. Até pra mim mesmo já levou uma carta e me intimaram lá no fórum. Queriam que eu saísse daqui. Aí reunimos o povo que mora aqui e fomos para lá. Aí ficou que não era para tirar mais madeira, não caçar. Disseram para não criar cachorro” (Membro de Pau de Légua a ANAYA, 2019d).

O avanço dos fazendeiros sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelas Comunidades Vazanteiras se deu a partir de um processo de ameaças e violência, que resultou em rupturas na organização social, produtiva e alimentar desses grupos, além de provocar a perda de acesso aos recursos naturais, ao uso dos espaços simbólicos importantes para esses grupos, seus locais de moradia e trabalho.

O segundo ciclo de conflitos ocorreu durante a expansão da fase II do Projeto Jaíba que exigia um sistema de compensação através de áreas protegidas, criadas sobre os territórios tradicionais de algumas Comunidades Vazanteiras já atingidas pelo Projeto Jaíba e empresas rurais (Figura 70). Como o caso da Comunidade Vazanteira de Pau Preto, Pau de Légua e Vazanteiros e Quilombolas da Lapinha, que tiveram seus territórios sobrepostos pelos Parques Estaduais Verde Grande, Mata Seca e Lagoa do Cajueiro. Todos fazem parte do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba (SAP Jaíba). Parques que foram implementados enquanto instrumentos funcionais para a consolidação do agronegócio no Norte de Minas. Nesse contexto, agentes ambientais, através do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), passaram a agir como os antigos algozes dos vazanteiros, porém, agora em nome da ideia de uma "Natureza Intocada". Período marcado por ações de criminalização, de violência moral e material, mas também, de resistência e articulação com outros grupos étnicos encurralados.

Esses dois ciclos identificados pelas Comunidades Vazanteiras tiveram consequências sociais dramáticas, como a expropriação territorial, a migração, a concentração de terras e renda, o aumento das monoculturas, a degradação dos recursos naturais, a insegurança alimentar pela proibição de suas atividades agrícolas e o confinamento desses grupos na beira do rio e ilhas.

As disputas das ilhas e áreas de vazantes do Rio São Francisco, sobras dos territórios tradicionais vazanteiros, vêm se intensificando ao longo dos anos. Tanto a beira do rio quanto as ilhas do São Francisco são definidas pela legislação agrária e ambiental como *terrenos marginais da União*[42] e *áreas de proteção permanente* (APP)[43]. Porém, historicamente, a não discriminação dos limites das terras públicas da União e o modo de gerir esse patrimônio têm se constituído enquanto elementos estratégicos para as definições das relações de poder político e econômico na região. Observa-se a formação de latifúndios pela apropriação privada indevida e ilícita desses espaços sociais e a intensificação de conflitos entre grupos vazanteiros, fazendeiros, milícias e grandes empreendimentos. O foco principal das disputas das áreas da união tem sido a extração de recursos naturais como água, madeira e minério, bem como a financeirização do mercado de terras (ANAYA *et al*., 2020).

No ano de 2010, inicia-se um terceiro ciclo de acirramento dos conflitos na região, deflagrado pelo início dos trabalhos de delimitação das terras públicas do governo federal na Bacia Média do Rio São Francisco. Processo desencadeado pelas denúncias feitas pelas comunidades quilombolas e vazanteiras, à Comissão de Direitos Humanos à Alimentação Adequada, que visitou a região e recomendou à SPU que iniciasse a delimitação de terras públicas no

42 Lei Federal no 9.760, de 15 de setembro de 1946.
43 Código Florestal, Lei no 4.771, de 15 setembro de 1965), revisado e sancionado pela Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012.

Estado de Minas Gerais, possibilitando que as comunidades confinadas às margens do Rio São Francisco pudessem regularizar seus territórios tradicionais. Em 2013, a SPU emitiu o primeiro Termo de Autorização de Uso Sustentável em terras da União, em Minas Gerais, para a comunidade quilombola, vazanteira e pescadora de Caraíbas. Comunidade localizada no município de Pedra de Maria da Cruz, à margem direita do Rio São Francisco. Desde então, a SPU passou a ser fortemente questionada, administrativa e judicialmente, pelos fazendeiros vinculados ao agronegócio na região.

Apesar das contestações judiciais do TAUS, o órgão deu continuidade às ações de delimitação institucional, identificando 307 (trezentos e sete) quilômetros de terras marginais em oito municípios mineiros. Ressalta-se que, durante o trabalho de campo de delimitação dos TAUS na comunidade de Caraíbas, a SPU informou ao Ministério Público Federal da impossibilidade de dar continuidade aos processos de delimitação, devido à obstrução do acesso às áreas públicas pelos grandes proprietários das fazendas. Uma ação foi ajuizada e o retorno a campo foi escoltado pela Polícia Federal. Foram convocadas audiências públicas e várias reintegrações de posse contra as Comunidades Vazanteiras dessa região, além de ameaças e outros tipos de violência que culminaram no assassinato da liderança da Liga Camponesa pelo administrador de uma das fazendas em área da União. Período em que várias lideranças vazanteiras também ameaçadas aderiram ao programa de direitos humanos de proteção às vítimas.

No ano de 2015, o NIISA, em parceria com a 6ª Câmara do MPF, a SPU, o Incra e a SEDA, realizou na UNIMONTES o Seminário Ribeirinhos do São Francisco, envolvendo, comunidades tradicionais vazanteiras e movimentos sociais e entidades de apoio (Figura 71).

Como resultado do seminário, foi acordada a realização dos primeiros diagnósticos socioambientais e antropológicos pelo NIISA-UNIMONTES com o objetivo de subsidiar a regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades vazanteiras e vazanteiras-quilombolas, em conflito nas áreas da União do Médio São Francisco. Inicia-se o

Figura 71. Seminário Ribeirinhos do São Francisco, UNIMONTES-2015. Da esquerda para a direita: PRG, NIISA, SPU, Vazanteiros em Movimento, CPP, MDA, SDH, Incra e SEDA (MG). Foto: NIISA (2015).

projeto *Dinâmicas do São Francisco: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas* (ver Carta de Montes Claros, Anexo A). Naquele período criou-se um grupo de trabalho mediado pelo MPF e composto pela SEDA, Incra, SPU, NIISA-UNIMONTES, comunidades tradicionais e organizações de apoio, como a CPT-NM e o CPP-NM. Espaço em que foram firmados vários acordos e compromissos entre as instituições de regularização fundiária, NIISA e grupos pesquisados, tais como: a caracterização das terras tradicionalmente ocupadas (TTO), que incluíam as áreas de domínio da União, terras devolutas e terras particulares que compunham tais territórios. Os trabalhos iniciaram com os vazanteiros quilombolas e pescadores de Caraíbas, o único grupo social com TAUS emitido pela SPU e com ameaças judiciais de perdê-la devido à pressão dos fazendeiros. Com o Golpe Parlamentar de 2016, o contexto político e institucional se transformou. Ocorrem as substituições dos superintendentes da SPU e do Incra em Minas Gerais, que vinham mantendo os compromissos firmados com as comunidades tradicionais durante o seminário ocorrido em Montes Claros.

Sete audiências públicas convocadas pela SPU que faziam parte do rito de demarcação das áreas da União foram canceladas por pressão dos ruralistas. A violência e outras formas de violação de direitos são agenciadas de forma paralela às ações judiciais e administrativas, e associadas a uma campanha de criminalização e desqualificação das comunidades vazanteiras e quilombolas, entidades de apoio e Universidade (UNIMONTES e Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Entre a convocação de uma audiência e outra houve também a atuação da Sociedade Rural de Montes Claros junto à bancada ruralista no Congresso Nacional, solicitando a revogação do Decreto nº 6.040/2007 e a paralisação dos trabalhos da SPU no Rio São Francisco (ver Ofício nº 239/2018-CNA, Anexo B).

O presidente José Luiz Veloso Maia

Tem início hoje a 44ª Exposição Agropecuária de Montes Claros, maior evento desse setor no interior mineiro e realizado desde 1957, que tem a pretensão de atrair até 400 mil pessoas nos 10 dias de festa e movimentar mais de R$500 milhões em negócios. O presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, José Luiz Veloso Maia, fará o discurso de abertura hoje, às 18 horas, com críticas a quilombolização no Norte de Minas, pois estão sendo criadas áreas remanescentes de quilombos, para promover a desapropriação de áreas produtivas, visando assentar esse segmento social. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, é esperado na

Figura 72. Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros acusando universidade e movimentos sociais de promoverem a "quilombolização do norte de Minas". Fonte: Jornal Gazeta Norte Mineira (29 jun. 2018).

Figura 73. Série de TV acusando comunidades ribeirinhas de desmatarem a margem do Rio São Francisco. Fonte: Reportagem Band News (18 jul. 2018). Disponível em: https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/videos/grupos-destroem-vegetacao-perto-do-rio-sao-francisco-16474842.

Ao longo de 2018, realizaram-se pronunciamentos cotidianos contra a demarcação, em jornais impressos e mídias eletrônicas, com base em notícias falsas com o intuito de gerar medo e insegurança na população (Figuras 72 e 73).

Emergiu nesse contexto um certo *antiambientalismo racializado* (ACSELRAD, 2018; ANAYA *et al.*, 2020). Estratégia que combina um discurso de criminalização e racista dos grupos etnicamente diferenciados, e a indução do medo e da insegurança relacionada à instituição familiar e à propriedade privada. Processo que autorizou, no campo das disputas materiais, ações de violência

contra grupos étnicos e camponeses perpetradas por milícias rurais e agentes do Estado, que historicamente mantiveram privilégios a partir da desregulamentação da legislação ambiental e fundiária no Médio São Francisco.

16.3.5. A luta pela defesa do território: Vazanteiros em Movimento

De acordo com as comunidades vazanteiras, a relação que elas mantêm com o Rio São Francisco é determinante não somente para sua identidade e territorialidade, mas também para as estratégias de proteção e retomada do território expropriado. Uma parceria de defesa construída em situações de conflitos, denominada por eles de *sistema vazanteiro* (ANAYA, 2012).

> *"A maioria de nós vazanteiros fomos expulsos pelos fazendeiros* [...]. *Mas quando o rio baixa, a gente volta. Esse é o sistema vazanteiro"* (Entrevista concedida por liderança vazanteira de Pau Preto para ANAYA, 2012).

> *"*[...] *fomos voltando pelas ilhas. Fomos aproveitando a boa vontade do rio e fomos voltando"* (Entrevista concedida por vazanteiro de Pau de Légua para ANAYA, 2012).

Assim, a dinâmica das cheias e baixas do rio que conformam a territorialidade vazanteira, sempre foram fundamentais para diversos momentos de reterritorialização dos grupos, principalmente em períodos de grandes cheias (enchentes). Memória temporal é compartilhada por esses grupos nos relatos referentes à enchente de 1979, quando as comportas da barragem da hidrelétrica de Três Marias e Sobradinho foram abertas, e estas não conseguiram manter a água contida em seus reservatórios. Período em que diversas cidades ribeirinhas foram inundadas e foram registradas mais de 250.000 pessoas desabrigadas em todo Vale do Rio São Francisco (ANAYA, 2012). Por outro lado, tal enchente serviu de estratégia para diversas comunidades vazanteiras expulsas por fazendeiros retornarem para seus territórios tradicionais. Relatam que iniciaram a retomada pelas ilhas, chegando na beira-rio e subindo novamente para as terras altas de seus territórios.

> *"Depois de 79, o rio fez aquela vazantona; ficou tudo limpo. Aí o povo foi chegando, chegando de um a um.* (Entrevista concedida por vazanteiro de Pau de Légua a ARAÚJO, 2008).

> *"Aí foi quando Air Vieira bateu os pés para tirar o povo. Mas já num achou direito mais. Aí foi quando ele falou que era só do barranco pra lá. Pra cá não queria ninguém. Ele num conseguiu tirar o povo porque o terreno é da Marinha [...] e todo mundo já estava trabalhando, né"* (Entrevista concedida por vazanteiro de Pau de Légua a ARAÚJO, 2008).

Nesse contexto de 1979, as áreas da União, denominadas pelos vazanteiros de *terreno da marinha*, já eram consideradas Áreas de Preservação Permanente pelo Código Ambiental de 1965, e eram fiscalizadas pela Marinha de Pirapora. Era ainda um trecho navegável do Médio São Francisco e os grupos vazanteiros daquela região mantinham uma relação de trabalho com a Marinha desde meados dos anos de 1900. Nos depoimentos coletados, dizem que acendiam as boias para as embarcações e prestavam serviços de limpeza das placas que indicavam a profundidade do rio para as embarcações que navegavam por ali. Relação que permitiu aos vazanteiros sua permanência na *beira-rio* e nas *ilhas* durante um bom tempo.

Logo, é da relação de parceria das comunidades vazanteiras com o Rio São Francisco e do conhecimento construído sobre suas dinâmicas que o sistema vazanteiro de reapropriação territorial é constituído. Se por um lado, as grandes cheias tomam as moradias de ribeirinhos e vazanteiros que migram para as *terras altas* de seus territórios, por outro, é são generosas ao possibilitar a renovação de uma terra fértil para plantio e o retorno ao território em situações expropriação.

A luta pela manutenção de seu modo de vida e pela permanência em seus territórios tradicionais tem aproximado as comunidades vazanteiras da luta de outros grupos étnicos da região que têm em comum com essas comunidades situações de conflitos identificadas por eles como *encurralamento*.

16.3.5.1. Movimento dos Encurralados

Da mobilização desses grupos e de suas articulações com uma ampla rede social de apoio emerge o *Movimento dos Encurralados* no norte de Minas Gerais a partir da década de 1990. Tal movimento teve como precursores os grupos geraizeiros da Serra Geral, principalmente os da região do Alto Rio Pardo, norte de Minas Gerais, estudados por Dayrell (1998), por Brito (2006) e por Nogueira (2009). Grupos sociais *encurralados* por grandes maciços de eucalipto durante as décadas de 1970/80 e que passaram a denunciar o encurralamento e a se organizar no *Movimento Geraizeiro*. Movimento que se tornou referência para os Povos e Comunidades Tradicionais do norte de Minas Gerais, ultrapassando a área dos “Gerais” (cerrado) e indo ao encontro do *Campo Negro do Jayhba* (caatinga e matas secas), nas bacias da baixada média do Rio São Francisco e Verde Grande. No processo de reivindicação territorial, distintos grupos étnicos *encurralados* por fazendeiros, projetos de irrigação, eucalipto, entre outros, passaram a buscar o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios. O *Movimento dos Encurralados* foi animado por uma rede de apoio social que realizava críticas às políticas de modernização do campo, associadas ao pensamento socioambientalista emergente. Dentre eles estavam: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Comissão Pastoral da Terra, Movimento Contra o Deserto Verde, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Sem Terra (MST), Liga Camponesa (LP), universidades, entre outros que foram se incorporando em diferentes momentos e contextos. Rede que possibilitou a formação de lideranças comunitárias, a articulação de suas lutas territoriais no campo agrário e ambiental, o compartilhamento de uma agenda coletiva, troca de experiências e estratégias de lutas e a visibilização dessas coletividades.

Emerge daí, no ano de 2005, o *Movimento dos Encurralados pelos Parques*, no qual os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e os vazanteiros-quilombolas da Lapinha iniciaram um processo de construção e de mobilização política, através da denúncia das restrições de acesso e uso de seus territórios tradicionais impostas pela criação de parques compensatórios ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba sobre seus territórios tradicionais.

16.3.5.2. De "Encurralados pelos Parques" a "Vazanteiros em Movimento"

A implementação dos Parques Estaduais em Matias Cardoso e Manga, a partir de 1998, foi o mecanismo deflagrador da crise territorial que se intensificou com as restrições sobre as práticas tradicionais das Comunidades Vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, que se encontravam em processo de reterritorialização, desde a enchente de 1979, e então se viam pressionadas a saírem do que sobrou de seus territórios.

Figura 74. Manifestação do Movimento dos Encurralados pelos Parques, Matias Cardoso, 2006. Foto: Arquivos CAA-NMG (2006).

Foi em meados de 2005, com a valorização das áreas remanescentes de Matas Secas, pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais nas regiões onde os parques foram criados, que o tensionamento com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais se aprofundou através de ações de vigilância e controle sobre as comunidades vazanteiras. Deu-se início a uma série de proibições e penalizações sobre as práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca que fazem parte da cultura vazanteira, redefinindo atores e projetos sociais em conflito, conforme apontado por liderança vazanteira de Pau Preto, que hoje tem seu território sobreposto pelo Parque Estadual Verde Grande: *"Se antes era o fazendeiro (o algoz), hoje é o IEF*".

A partir dessa conjuntura, as comunidades vazanteiras do Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua, ao se darem conta da condição de atingidos pelos parques, buscaram na CPT e no CAA apoio para a permanência em seus territórios. Vários encontros de articulação interna e externa dessas comunidades foram realizados, constituindo o Movimento dos Encurralados pelos Parques (Figura 74), dando início a um processo de ambientalização de suas lutas territoriais.

Tanto a CPT-NMG quanto o CAA-NMG já vinham desenvolvendo um processo de articulação entre as comunidades vazanteiras ao longo do Rio São Francisco, em torno de discussões sobre a contribuição dos vazanteiros com o processo de preservação de seus recursos naturais, incorporando-os estrategicamente ao seu processo de revitalização, em oposição à ideia

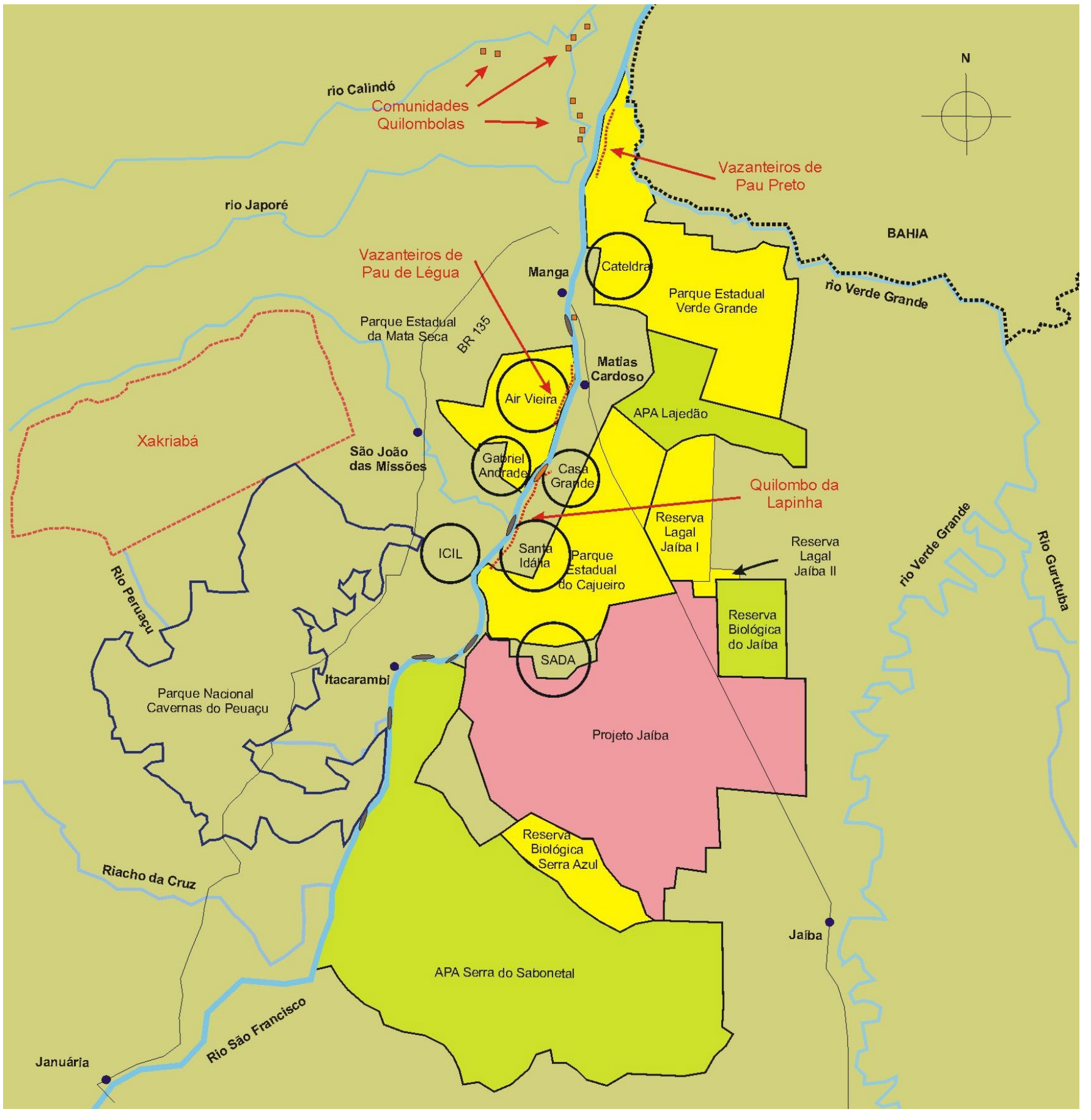


Figura 75. Mapa do encurralamento no Médio São Francisco. Fonte: Elisa Araújo (2008).

de transposição (SANTOS, 2008). O primeiro desses encontros, articulou comunidades vazanteiras da Bahia e de Minas Gerais. Foi o Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco, na Ilha da Ingazeira, em 2005. Ilha situada entre os municípios de Manga (MG) e Carinhanha (BA), divisa entre os dois estados. Entre eles, havia representações de 12 comunidades vazanteiras do Alto e Médio São Francisco, vazanteiros da Bahia, das ilhas de Serra do Ramalho e de Bom Jesus da Lapa, e vários vazanteiros-quilombolas. Foi nesse evento que surgiram as primeiras notícias sobre o "encurralamento" dos grupos vazanteiros pelos parques criados em compensação ao Projeto Jaíba, e de onde saiu um documento destinado à sociedade brasileira, intitulado *Carta-Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros: povos das águas e das terras crescentes do São Francisco* (ver Anexo C). De lá para cá, vários outros encontros ocorreram, aumentando o diálogo, as articulações e o entendimento das comunidades vazanteiras da condição de confinamento à qual estavam submetidas; não somente pelas áreas de preservação ambiental, mas por todo um complexo de empreendimentos. É a partir do encontro realizado na Ilha da Ressaca, em 2008, intitulado Seminário Vazanteiros do São Francisco:

entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais (ver Anexo D), que o *Mapa do Encurralamento* (Figura 75), produzido pelos vazanteiros e pela CPT-NMG deu a dimensão do encurralamento das distintas comunidades vazanteiras ao longo do rio. Evento que contribuiu para ampliação da luta do *Movimento dos Encurralados pelos Parque* junto às demais comunidades vazanteiras atingidas por outros empreendimentos desenvolvimentistas e para sua ressignificação para *Vazanteiros em Movimento*.

Ao ressignificar suas maneiras de agir e se apresentarem à sociedade, os *Vazanteiros em Movimento*, passaram a realizar uma série de ações em conjunto, como ocupações com constituição de acampamentos e autodemarcações territoriais, marcando novas formas de agir, de reivindicar e de se relacionar com o Estado. Marco importante na luta pelo território vazanteiro foi a autodemarcação territorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Arraial do Meio, no território vazanteiro de Pau Preto, onde se criou o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, em julho de 2011 (Figura 76). Processo com apoio dos Vazanteiros em Movimento que hoje abrange comunidades vazanteiras, quilombolas e pesqueiras que se encontram na beira-rio e nas ilhas do São Francisco, desde os municípios de Itacarambi, Matias Cardoso, Manga (MG) e Serra do Ramalho (BA). Além do apoio da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

A autodemarcação do território é outra forma de exercício do direito na prática. No caso da comunidade vazanteira de Pau Preto, foram realizadas inúmeras tentativas, desde o ano de 2006, mediadas pelo Ministério Público Estadual (MPE-MG), de negociar com o IEF-MG acordos e projetos de reconversão dos Parques de Uso Integral em parques de Uso Sustentável. Frente às constantes recusas do órgão ambiental, o grupo apoiado pelos Vazanteiros em Movimento realizaram a autodemarcação territorial de sua própria RDS. Nessas retomadas, o território é estudado, conhecido, avaliado. Consideram-se a distribuição das áreas de uso familiar, as de uso coletivo pela própria comunidade e as áreas de uso comum de natureza intercomunitária (DAYRELL, 2019).

Figura 76. Retomada territorial dos Vazanteiros de Pau Preto, 2011, e autoimplemenção da RDS Arraial do Meio, no território vazanteiro de Pau Preto sobreposto pelo Parque Estadual Verde Grande, 2011. Fotos: Arquivos CAA-NMG (2011).

16.3.5.3. Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais: os povos antenados

Cabe ressaltar que os Vazanteiros em Movimento têm participação ativa na Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais (Figura 77), constituída entre os anos de 2010 e 2011.

A Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais se constituiu socialmente enquanto uma aliança de enfrentamento político que envolve os distintos Povos e Comunidades Tradicionais da região, e tem seu nome associado ao cacique Xacriabá Rosalino Gomes, assassinado em 1987 por fazendeiros da região. A luta Xacriabá pelo território tem inspirado os demais povos das comunidades tradicionais do norte de Minas. Tal articulação composta por diferentes etnias tem como premissa a unificação de suas lutas em torno da manutenção de seus territórios tradicionais e da regularização fundiária dos mesmos. Dentre as etnias estão representadas "*antenas*" de sete povos: geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, povos indígenas (Xacriabá e Tuxá) e quilombolas.

Figura 77. Logo da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Fonte: Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, 2017.

A *antena*, conforme definido pelos participantes, é aquela pessoa daquele grupo étnico que ficaria com a responsabilidade de participar ativamente das conversas da Comissão Regional criada por eles, e que antecedeu a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, instituída no governo estadual no ano de 2014 (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014). A *antena* como a de um rádio, tem a incumbência de repassar para os demais qualquer comunicação realizada. De acordo com esses povos as *antenas* seriam como um ponto localizado em cada comunidade tradicional da rede de interações, com objetivo de fazer mobilização e articulações regionais, nacionais e internacionais (DAYRELL, 2019).

A Articulação Rosalino reforçou atividades de intercâmbio, de formação na base, de apoio às lutas ou em momentos críticos, como aconteceu em diversas ações de autodemarcação de territórios, retomadas, manifestações públicas, entre outras que foram realizadas pelos geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, veredeiros, Xacriabá e pelos quilombolas (Figura 78).

A Articulação Rosalino vem assumindo representatividade no diálogo junto ao Estado no que diz respeito às diversas violações referentes aos direitos territoriais dos grupos, ao seu modo de vida, às suas visões de desenvolvimento e sustentabilidade.

Figura 78. Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais após retomada territorial da Comunidade Vazanteira de Pau Preto, na RDS Arraial do Meio, 2011. Foto: Arquivos CAA-NMG (2011).

Além dos processos mobilizatórios objetivados nos Vazanteiros em Movimento e na Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, os vazanteiros têm representação institucional na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA-MG), e têm sua identidade étnica reconhecida, amparando-se no Decreto Federal nº 6.040/2007 e Decreto Estadual nº 47.289/2017 e na Lei Estadual nº 47.289/2017.

A mobilização social e a articulação política das comunidades vazanteiras da Bacia Média do Rio São Francisco, tem constituído parte do cotidiano, desses grupos; reforçando laços de solidariedade e formas criativas de resistência coletiva frente aos sucessivos processos de esbulho territorial.

16.3.6. Contribuições à restauração ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade

As comunidades vazanteiras propõem o manejo comunitário das unidades de paisagem e dos recursos dos complexos *ilha-beira rio*, *terra-firme* e *rio*. Para o reconhecimento do direito de suas regras de uso comum e de seus territórios, vêm discutindo alternativas de modelos de posse e de gestão territorial que garantam às comunidades o domínio material e simbólico dos recursos naturais e ambientais aos quais seu modo de vida é imbricado (Figuras 79 e 80). Através das articulações sociais em rede e em momentos de trocas de experiências entre Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais, descritas anteriormente, os vazanteiros do

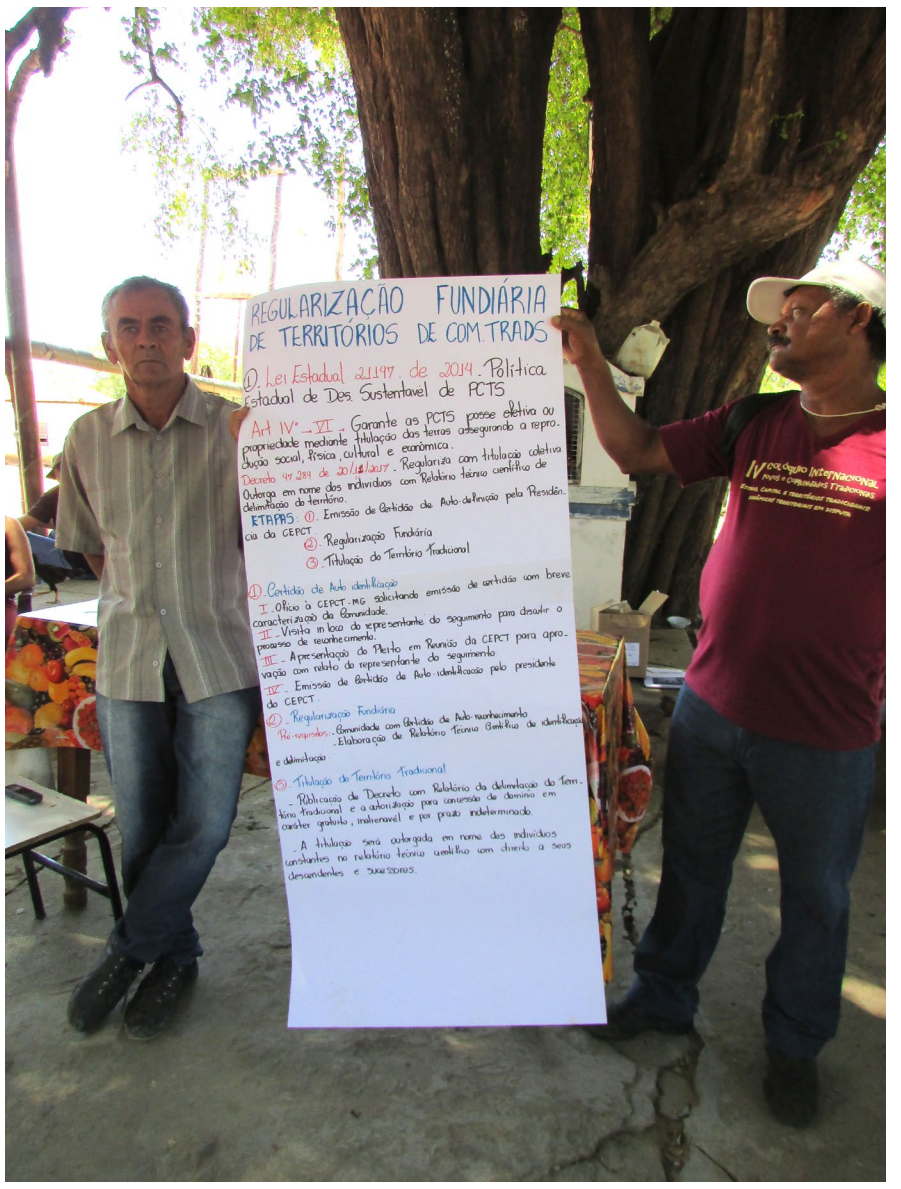


Figura 79. Oficina de elaboração de Plano de Manejo Comunitário no Território Vazanteiro de Pau de Légua, Município de Manga (MG). Fonte: NIISA (2018a).

Médio São Francisco em Minas têm apresentado uma diversidade de propostas de regularização fundiária de seus territórios, como Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE-Comunidade Vazanteira de Pau Preto, município de Matias Cardoso e Comunidade Vazanteira de Pau de Légua, município de Manga), Reservas e Desenvolvimento Sustentável ou Reservas Extrativistas, além da campanha nacional pelo reconhecimento dos "Territórios Pesqueiros", uma proposta de lei de iniciativa popular que propõe a regularização dos territórios tradicionais das comunidades pesqueiras (caso da Comunidade Quilombola Pesqueira Vazanteira de Caraíbas, município de Pedras de Maria da Cruz). Todas essas propostas têm como base o reconhecimento de suas identidades/etnicidades, a regularização fundiária, o manejo comunitário e a conservação sustentável da biodiversidade dos territórios vazanteiros.

Por estarem em áreas da União, na zona de inundação e de mata ciliar do Rio São Francisco, o uso e manejo das unidades de paisagem dos territórios vazanteiros está de acordo com a alínea b do inciso II do artigo 2º (Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006), que permite ao órgão ambiental competente autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP em caso de interesse social, para "o manejo agroflorestal, ambientalmente sustentável, praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterize a cobertura vegetal nativa, ou impeça sua recuperação, e não prejudique a função ecológica da área".

Com a adoção do manejo agroflorestal, haverá a regeneração natural da vegetação nativa nas áreas atualmente antropizadas. A diversidade de cultivos e de variedades aí encontradas – agrobiodiversidade – deve ser estimulada ainda mais, fortalecendo as estratégias locais de preservação e distribuição das sementes, garantindo a segurança alimentar e cultural dos vazanteiros. Mesmo nas áreas de uso mais intensivo a interação da vegetação nativa e dos sistemas agroflorestais com as áreas de cultivo tradicional vazanteiro, apoiando-se na alta capacidade de regeneração natural da vegetação nativa, irá contribuir para a conservação ambiental.

Os depoimentos dos comunitários apontam para a necessidade da recuperação das lagoas marginais, tanto para o repovoamento das espécies de peixes do Rio São Francisco, devido à importância dessas como os berçários de peixes, como para a possibilidade do manejo comunitário da pesca nos territórios vazanteiros, com a possibilidade de construção de acordos de pesca, conforme previsto na legislação federal do Ibama (2002).

Figura 80. Oficina de elaboração de Plano de Manejo Comunitário das lagoas no Território Vazanteiro de Pau de Légua, Município de Manga (MG). Fonte: NIISA (2018a).

Os acordos de pesca podem garantir a proteção das *lagoas criadeiras* e acesso e uso sustentável dos recursos de parte das lagoas marginais, como já ocorre em experiências por toda várzea amazônica, que sejam importantes para a reprodução econômica e soberania alimentar das famílias de vazanteiros, como a lagoa do *Mata Fome, na* Comunidade Vazanteira do Pau Preto, no município de Matias Cardoso, e a lagoa *da Lavagem*, na Comunidade Vazanteira do Pau de Légua, consideradas como muito importantes na obtenção de proteína animal para alimentação como para a comercialização pelas famílias nos tempos passados.

16.3.7. Demandas para os poderes públicos

A principal demanda das comunidades vazanteiras do Médio São Francisco tem sido a regularização fundiária de suas terras tradicionalmente ocupadas que compreende áreas da União, terras públicas e privadas. Nesse processo faz-se urgente a continuidade do processo de demarcação e destinação socioambiental das áreas da União, com objetivo de garantir os direitos desses grupos sociais, preservando sua cultura e formas de se relacionarem com a natureza, bem como evitar sua dissolução social e cultural. A não regularização fundiária dos territórios tradicionais vazanteiros tem intensificado os conflitos fundiários, ambientais e territoriais em toda a Bacia do Rio São Francisco. Inviabilizando a segurança alimentar, física, cultural e emocional das comunidades vazanteiras, que se encontram encurraladas nas ilhas e na beira-rio, e sob constantes ameaças advindas de fazendeiros, empreendimentos econômicos e milícias rurais nas áreas da União (Ver as reportagens *Ameaças, Milícias e Morte: a nova cara do Velho Chico*,

produzidas pelo Repórter Brasil[44] e constantemente denunciadas pelas comunidades.

Os terrenos marginais da União são terras passíveis de terem o uso coletivo reconhecido pela SPU através da Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010. Abrange uma área de 74.850 ha, atualmente ocupada em sua maior parte por fazendeiros ou unidades de conservação. As áreas da União incluem parte das terras públicas que estão em disputa também com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Órgão responsável pela criação e fiscalização das unidades de conservação implementadas sobrepostas a determinados territórios vazanteiros. As demandas ao IEF-MG de reconversão desses parques estaduais de uso restrito em Assentamentos Agroextrativistas ou Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RED ou RESEX), não têm sido incorporadas à política de gestão de unidades de conservação do Instituto. A atuação desse órgão ambiental a partir de uma lógica conservacionista e autoritária tem cerceado o modo de vida desses grupos, comprometendo suas formas de reprodução social, cultural e econômica. A criminalização das práticas de manejo tradicionais vazanteiras, a proibição do extrativismo e da criação de animais, bem como as constantes ameaças de expropriação realizadas pelo IEF às comunidades vazanteiras e quilombolas de seus territórios tradicionais, têm sido estratégias utilizadas em nome de uma natureza intocada. Atuação na contramão da legislação ambiental internacional e nacional em relação à sobreposição de áreas protegidas sobre terras tradicionalmente ocupadas.

Além disso, a não assinatura dos termos de compromisso[45] pelo IEF-MG com as comunidades tradicionais em conflitos com parques no Estado de Minas Gerais têm causado a insegurança alimentar do grupo e colocado a instituição em descrédito em processos em que foram convocados a negociar sem, no entanto, colaborar ou mudar de posicionamento. São constantes os recuos frente às negociações e propostas intermediadas pelo MPE-MG e a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Posto esse contexto, várias demandas (inclusive nas cartas dos Anexos A, C e E), têm sido colocadas por esses grupos sem consideração das instituições agrárias, ambientais e jurídicas. Dentre as demandas trazemos abaixo uma síntese:

- Regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas das comunidades pesquisadas através das modalidades reivindicadas (PAE, RDS, RESEX e Território Quilombola) reconhecendo as formas de territorialidades identificadas e suas especificidades socioculturais, tendo em vista garantir a reprodução social dos grupos com sustentabilidade;

- Ação articulada entre MPF, PF, MPE, Ibama e IEF para investigação sobre os crimes ambientais nas áreas de preservação permanente, incluindo as lagoas marginais, todas inclusas nas áreas de patrimônio da União relacionados à expansão da pecuária e grandes empreendimentos irrigados;

---

44 Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/velhochico/.
45 Ver a Instrução Normativa Conjunta IFE/SEDA/CEPCT no 1, de 1 de agosto de 2018, construída em colaboração com o próprio IEF-MG junto à Câmara de conflitos com Parques da CEPCT-MG.

- Ações articuladas das universidade e órgãos ambientais junto às comunidades envolvidas nos estudos já realizados para a recuperação das áreas degradadas, em especial a mata ciliar, as lagoas marginais com a regeneração de seus ciclos hidrológicos, e da *mata de capão* (cerrado e mata seca); com instituições com experiência em trabalhos de sustentabilidade ambiental junto a grupos etnicamente diferenciados;

- Cursos de formação e capacitação para o IEF, Ibama e Emater em sistemas de manejo agroflorestal e práticas tradicionais vazanteiras em áreas de APP, com atividades de intercâmbio com outras experiências, como na Amazônia e outras regiões, tendo em vista o arcabouço legal e institucional sobre gestão compartilhada na área ambiental no Brasil;

- Estruturação de uma política de acesso a recursos financeiros voltados para recuperação ambiental, produção agroecológica, infraestruturas comunitárias (energia elétrica, saneamento, abastecimento de água, escolas, postos de saúde e cooperativas) e de moradias para Territórios Tradicionais;

- A imediata assinatura dos termos de compromisso entre o IEF-MG e as comunidades que têm seus territórios sobrepostos por unidades de conservação;

- Continuidade dos trabalhos de delimitação da Linha Média de Enchentes Ordinárias (LMEO) do Rio São Francisco, de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para emissão de Termo de Autorização de Uso Sustentável e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), com vistas à regularização fundiária dos territórios ocupados por Povos e Comunidades Tradicionais;

- Retomada imediata do processo de realização das audiências públicas nos municípios do Médio São Francisco, interrompido pela ação hostil da Sociedade Rural do Norte de Minas, em confronto com a legalidade dos procedimentos institucionais e das normas constitucionais.

- Destinação imediata, pela SPU-MG, das terras da União aos grupos sociais pesquisados no âmbito do Projeto Dinâmicas do São Francisco, tendo em vista o cumprimento de sua função social de regularização fundiária de terras públicas da União para comunidades tradicionais, concluída através da CDRU[46].

- A imediata investigação e providência por parte do MPF a respeito da organização e ação de milícia rural no Médio São Francisco, que vem ameaçando e intimidando as comunidades vazanteiras e quilombolas nas áreas da União, bem como se apropriando indevidamente das áreas federais e cometendo ali crimes ambientais e contra os direitos humanos.

---

46 Ver: BRASIL. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. (2014). Instrução Normativa nº 2, 18 dez. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes-normativas-arquivos-pdf/in-02-2014-regularizacao-fundiaria.pdf.

Ratifica-se ainda, a importância das recomendações já apresentadas pela Comissão Especial de Direito Humano à Alimentação Adequada (CDHAA) da Presidência da República (2010), (ver Anexo E), endereçadas à SPU, IEF e MPF/MPE, relacionadas à sua visita às comunidades vazanteiras de Pau Preto e Pau de Légua e Quilombo da Lapinha que tiveram seus territórios sobrepostos por unidades de conservação:

> "À SPU:
>
> - Que apure a denúncia a respeito de indenizações concedidas aos fazendeiros em terras da União.
>
> - Que continue aplicando esforços para a demarcação das terras da União no estado de Minas Gerais.
>
> - Que possibilite o uso, pelos vazanteiros, das terras de seu domínio nas margens do Rio São Francisco.
>
> Ao Governo do Estado de Minas Gerais:
>
> - Que considere as especificidades e garanta os direitos das populações tradicionais ao elaborar as políticas voltadas ao meio ambiente e segurança alimentar ou qualquer projeto que dialogue com o modo de vida destas comunidades;
>
> Ao MPF/MPE:
>
> - Que investigue as denúncias de indenizações superestimadas concedidas aos fazendeiros da região, onde áreas improdutivas foram consideradas produtivas e foram pagos valores por terras pertencentes à União, tomando as providências cabíveis.
>
> - Que seja avaliada a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta ao Instituto Estadual de Florestas no sentido de viabilizar as recomendações constantes nesse documento que visam a garantir os direitos das comunidades vazanteiras.
>
> - Que mobilize as forças policiais competentes a apurar e investigar" (CDHAA, 2010, p. 19 e 20).

16.4. GERAIZEIROS: MODO DE VIDA TRADICIONAL E LUTAS TERRITORIAIS EM MINAS GERAIS

Carlos Alberto Dayrell[47], Isabel C. B. Brito[48], Rômulo S. Barbosa[49]

16.4.1. Apresentação

As informações apresentadas a seguir tiveram como base pesquisas e trabalhos realizados por pesquisadores vinculados ao Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) da Universidade Estadual de Montes Claros, MG (UNIMONTES), além de estudos oriundos de outras instituições. Tais estudos têm como foco a autoidentificação das comunidades geraizeiras, e como esse processo social se expande opondo-se ao projeto monocultor do agronegócio que expropria as terras dos geraizeiros, seca e contamina as águas do Cerrado. Além disso, investigam inovações em termos de organização socioterritorial e produtiva com base na resiliência e recuperação ambiental do Cerrado.

"Geraizeiros" são comunidades tradicionais que vivem na área do Bioma Cerrado no Brasil, um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, considerada a Savana mais biodiversa do mundo com diferentes ambientes, ecossistemas e fitofisionomias as mais diversas. A área contínua de Cerrado recobre os Estados de Goiás e Tocantins e ocorre no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. Os geraizeiros (cerradeiros, geralistas, chapadeiros) vincularam-se historicamente ao Cerrado na produção de alimentos, desenvolvendo atividades agroextrativistas e o criatório de gado "na solta", nas chapadas, manejando de forma resiliente e criativa a diversidade do Cerrado.

Diante do processo de modernização agrícola, a partir das décadas de 1960/70, sob o paradigma da revolução verde, a expansão agrícola monocultora para as áreas de Cerrado promoveu perdas de grandes proporções. Conforme estudo de Strassburg *et al.* (2017) o cerrado perdeu 46% de sua vegetação nativa, e em 2050 pode ter perdido até 34% do que ainda resta. O desmatamento na região cresceu em níveis alarmantes – 2,5 vezes maior que o da Amazônia.

A devastação do Cerrado e expropriação territorial das comunidades que viviam nele é o cenário do processo de reconhecimento identitário e político das comunidades tradicionais geraizeiras, que, com base em um ecologismo popular (ALIER, 2007), constituíram-se nos principais guardiões do Cerrado em algumas regiões do Brasil.

---

47 Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (MG). Colaborador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA).
48 Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília-UnB. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA).
49 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (MG). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA).

16.4.2. As comunidades geraizeiras no norte de Minas Gerais

Conforme Dayrell (2019, p. 223) as comunidades geraizeiras se vinculam aos cerrados e no Norte de Minas Gerais, estão distribuídas, "principalmente, nas superfícies de aplainamento de níveis mais elevados, localizadas nas extensas áreas dos Planaltos do São Francisco e da Conquista e nos Topos Aplainados do Espinhaço".

Na Figura 81 pode-se verificar a distribuição espacial das comunidades geraizeiras autoidentificadas e em processos de luta pelos direitos territoriais, constituindo o movimento geraizeiro no Norte de Minas Gerais, totalizando uma área de 29.900 km^2 equivalente a 2.900.000 hectares (DAYRELL, 2019).

As lutas pelos direitos territoriais das comunidades geraizeiras levaram ao reconhecimento jurídico formal dos geraizeiros como comunidades tradicionais. Compõem uma confluência de reivindicações de diferentes movimentos sociais materializados na Constituição de 1988, mais adiante com a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), em 2006, e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), em 2007. Mais recentemente, em 2014, foi criada a Comissão Estadual para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

16.4.3. Os gerais para os geraizeiros

Dayrell (1998), em sistematização pioneira sobre os geraizeiros do Norte de Minas e seu modo de produção, e dando um enfoque etnoecológico da relação dos geraizeiros com os Cerrados, assim os descreve:

> "Chapadeiro, Geralista, Geraizeiro são termos que encontramos em diferentes regiões no Norte de Minas e que fazem referência a um tipo de população que se diferencia das demais. Estes termos são ouvidos, quase sempre, em regiões que fazem contato entre ambientes distintos, onde são explícitas as diferenças ecossistêmicas, como no caso dos Cerrados e da Caatinga. Em Porteirinha, região de caatinga, os seus habitantes nomeiam de geraizeiros os agricultores que descem dos planaltos, onde estão localizados os gerais, para venderem seus produtos nos mercados locais. Os gerais são os planaltos, encostas e vales das regiões dominadas pelos cerrados, com solos normalmente ácidos e de baixa fertilidade natural. Geraizeiros, como cultural e contrastivamente são assim denominados, os habitantes dos gerais. Desenvolveram a habilidade de cultivar às margens dos pequenos cursos d'água uma diversidade de culturas como a mandioca, cana, amendoim, feijões diversos, milho e arroz. Além das aves, o gado bovino e mesmo o suíno eram criados soltos, até em período muito recente, nas áreas de chapadas, tabuleiros e campinas de uso comunal." (Dayrell, 1998, p. 73).

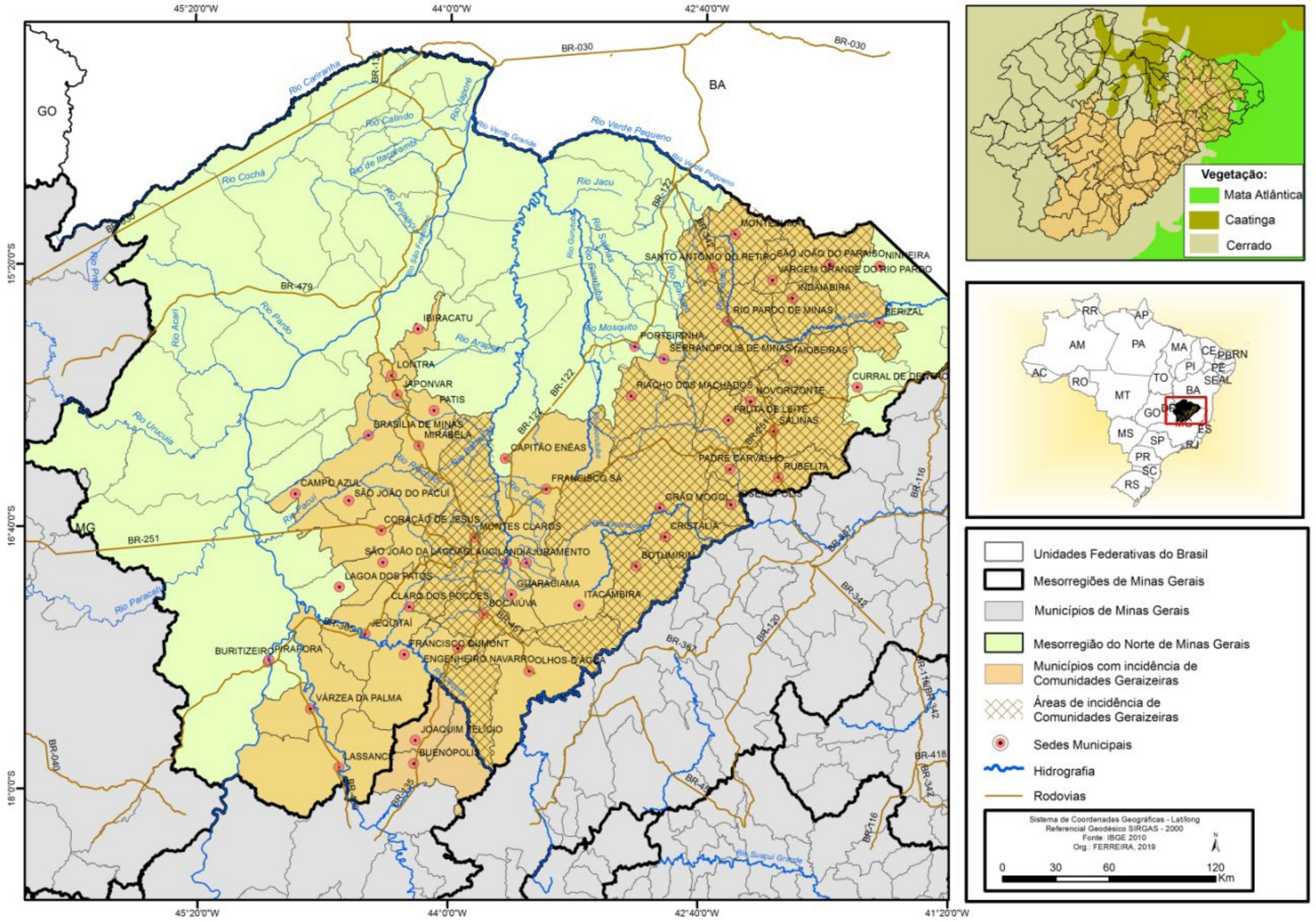


Figura 81. Área de incidência das comunidades geraizeiras no norte de Minas Gerais. Fonte: Dayrell (2019).

Durante a 3ª Conferência Geraizeira, realizada na comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas, de 31 de agosto a 2 de setembro de 2007, os geraizeiros apresentaram suas ideias de Gerais:

> "Gerais, terra sem limite, sem dono, parto da vida de geraizeiro, o ponto de vida do geraizeiro é o Cerrado. O Gerais é vida, o Gerais trazia alimento para as pessoas, cagaita, pequi, trazia remédio, o Gerais refrigera.
>
> Aqui no Rio Pardo tudo é Gerais, o Gerais tem várias partes, a Catanduba, o Cerrado, a Pirambeira, o povo mora nas Grotas. Gerais é o campo, a larga, tudo fora a rebimboca (casa e arredores), o povo mora tudo nas grotas e o Gerais fica pra cima, dantes tinha gente que criava de cem cabeças pra mais, tudo solto, no Gerais tinha muito capim nativo, uma beleza pra engordar o gado, tinha o capim agreste, minha primeira casa foi rebuçada com o agreste e a parede, de enchimento (armação de madeira com barro).
>
> Tudo do nosso Gerais é tão bacana, tão lindo, o carcunda de nebrina não morreu, através da herança dos avôs, dos eternos avôs...
>
> De tudo se tirava de lá, frutas, alimentos, remédios e sempre tinha pra todo mundo, uns mais, outros menos, mas tinha pra todos. O capim para a criação, quase todos criavam, água e pasto bom. Era uma beleza... rufão, pequi, cagaita.
>
> Terra de solta é onde se soltava o gado, ninguém cercava, de primeiro os gados tinham dono, mas a terra era de todo mundo. Na solta o gado não come só capim, come rama, tudo quanto é rama que dá leite ele come, come macambira. Aqui o povo criava mais solto, se soltava o gado sempre na mesma área, mas era muito grande. Se visse o gado do outro com problema, socorria ou avisava." (Relatório da 3ª Conferência Geraizeira, 2007).

Esse viver e conviver no Cerrado, nos gerais, trouxe formas de apropriação territorial diferenciadas dos regimes de propriedade previstos oficialmente. Considerando regimes de propriedade as formas de apropriação do território, vemos que no Brasil existem duas categorias oficiais, as terras privadas – que na lógica capitalista são mercadoria – e as terras públicas – na qual o Estado tem o controle e formalmente pertence aos cidadãos do país (LITTLE, 2004).

As formas de apropriação do território das comunidades geraizeiras vão além da dicotomia entre o privado e o público. Esta é uma característica que marca o histórico dessas comunidades. A terra enquanto lugar, onde a existência das comunidades se tornou possível, foi apropriada de forma diferenciada. Existia comumente um regime de propriedade misto com diferentes arranjos entre propriedades, individual e (de uso) comum, relacionados às famílias e não às pessoas individualmente.

Como regime de propriedade comum, McKean e Ostrom (1995) consideram a divisão de direitos de acesso a recursos por um grupo de usuários específico, esse grupo de usuários teria direitos comuns sobre determinada área. As áreas utilizadas comumente pelos geraizeiros equivalem às áreas de uso de águas e às 'terras de solta", onde se soltava o gado. Pozo (2002), em seu trabalho sobre regimes de propriedade no Norte de Minas Gerais, estuda o formato de apropriação da terra nessa região e destaca essa forma de uso, ou seja, o uso comunal denominado pelos geraizeiros como "terra de solta".

As "Terras de Solta" conhecidas na região como Campos Gerais, Gerais, e Chapadas, se originaram de enormes extensões de terras que não foram apropriadas privadamente. Essas áreas foram apropriadas por uma população que saiu em busca de pequenas glebas de terra para viver como sitiantes, posseiros e pequenos fazendeiros (POZO, 2002, p. 84).

16.4.4. A territorialidade geraizeira

A territorialidade geraizeira, em termos de como o coletivo constrói a vida no território, é marcada pelo Cerrado e pela diversidade de seus usos. O profundo conhecimento (vivência) dos diferentes componentes do seu território tem criado e recriado as formas de uso dos diferentes ambientes pelas famílias. Essa construção é complexa e dinâmica, e envolve elementos do ecossistema, do trabalho e da família.

A seguir, nas Figuras 82 e 83, apresenta-se o sistema geraizeiro de classificação e usos dos ambientes dos gerais. Essa é a forma generalizada a partir da qual os geraizeiros fazem a leitura e organização da paisagem e de seus ambientes. O sistema geraizeiro de viver e organizar seu território. Nos estudos de Dayrell (1998), Correia (2007), Moisés Dias de Oliveira (2017) encontram-se tais modelos dos ambientes com base em estudos de diferentes comunidades nos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas (MG).

Na Figura 82 observam-se as classificações de solo, vegetação e tipos de uso realizados pela comunidade geraizeira da Tapera, no município de Riacho dos Machados (MG) (DAYRELL, 1998, p. 118). Nesse diagrama combina-se a leitura geraizeira dos solos com a definição pedológica científica. Podem-se verificar também as localizações das habitações e os sistemas de cultivo em quintais e roçados dos geraizeiros.

Percebe-se que algumas denominações mudam entre uma comunidade e outra, porém em linhas gerais Chapada, Tabuleiro, Carrasco são elementos centrais dos diferentes arranjos familiares para o uso dos diferentes ambientes em diferentes comunidades.

Diversas comunidades de geraizeiros pesquisadas relatam que historicamente utilizavam a chapada para a "solta" do gado e coleta de frutos e frutas do cerrado. O cercamento das terras geralmente ocorria quando queriam proteger a roça para o gado não comer.

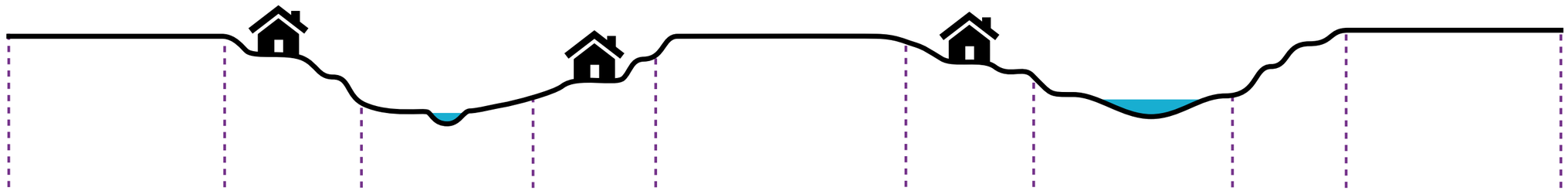
A partir de sistematização de informações coletadas em campo com os geraizeiros que falam dos ambientes com denominações "geobotânicas" próprias, sem desvincular o "geo" do "botânico", de forma geral, o regime de propriedade das comunidades geraizeiras se funda e se orienta pela noção de baixada, encosta e chapada, e em quatro principais elementos geradores da lógica de apropriação que são: o gado criado "na solta" na chapada ou no carrasco; extrativismo realizado em diversos ambientes, principalmente na chapada; agricultura principalmente nas vazantes, tabuleiros, grotas e baixadas; e uso e acesso da água: vazantes, minadouros, rios.

Podemos denominar esse sistema como um sistema misto, pois há proprietários de pedaços particulares, alguns com documento das terras e muitos sem. Porém, havia o terreno que era usufruído por todos para extrativismo e criação do gado. A "cerca de vau" ou "cerca de vão" é uma peculiaridade da demarcação territorial de algumas comunidades. São demarcações que utilizam elementos do relevo e da paisagem para demarcar territórios entre comunidades, propriedades ou domínio, e também facilitar o manejo de gado.

A racionalidade do regime de propriedade baseava-se nas necessidades das famílias e na característica natural do ambiente. Empiricamente foi desenvolvido o conhecimento do potencial de cada ambiente do território e da relação entre esses ambientes.

Nas chapadas encontram-se diversas espécies nativas como o Pequi (*Caryocar brasiliense*); a mangaba (*Hancornia speciosa*); o araticum ou panã (*Annona crassiflora*); o Murici (*Byrsonima crassa*); a cagaita (*Eugenia dysenterica*); a faveira (*Dimorphandra mollis*); o rufão (*Trigonia nivea* Camb.) e o jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*). Essas espécies produzem frutos bastante utilizados pelas populações locais. O jatobá, além do fruto, tem também importância enquanto espécie madeireira de ampla utilização. Podem-se citar outras espécies madeireiras, como o massambé (*Terminalia* sp.); o vinhático (*Plathymenia reticulata*); o gonçalo-alves (*Astronium fraxinifolium*); a sucupira (*Bowdichia virgilioides*); o pau-terra (*Qualea* spp.) e o carvoeiro (*Sclerolobium aureum*), utilizadas para construção de cercas e benfeitorias.

Diversas outras espécies compõem a vegetação da chapada e são utilizadas pelas comunidades locais para diversos outros fins, como: lenha, remédio para uso humano e animal. O rufão é um exemplo de planta medicinal muito utilizada pelos geraizeiros de Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados e Grão Mogol. Dele se produz um óleo com grande valor curativo e econômico. O pequi (*Caryocar brasiliense*) é um dos patrimônios das comunidades geraizeiras, um de seus alimentos prediletos, cozido e comido com farinha ou no arroz. Seu óleo é também muito apreciado e muito utilizado. Além de alimento, o pequi é, para os geraizeiros, um símbolo de resistência, de fartura e de fertilidade. Além da coleta de frutos, produtos madeireiros e não madeireiros, a chapada era largamente utilizada para a criação de gado pelos moradores locais. Mesmo moradores que não possuíam terra criavam animais à solta, em meio a outros criadores que mantinham códigos tácitos de conduta e manejo da criação no território das comunidades.



UNIDADE	CHAPADA	TABULEIRO	BREJO	TABULEIR0	CHAPADA	TABULEIR0	LAGOA	TABULEIRO	CHAPADA
Solos	Terra amarela LVa + AQ	LVa + Ca	Terra de brejo Ae+ HGPa	- Lva+Ca	Terra amarela Lva + AQ	| Ca+Lva	Terra de brejo Ae+HGPa		Terra Amarela AQ+LVa
Vegetação	Eucalipto + Coco Catulé	Cagaita, Jatobá, , Imbiruçu, Pau-Terra, Tingui, Unha Danta	Vereda: buriti, alecrim, venca; Pindaíba: pindaíba, landim vermelho, amescla, gameleira	Cagaita, tingui, sucupira	Eucalipto + coco catulé + pequi + jatobá	Imbiruçu Gonçalo, Unha Danta, Jatobá , Pau Terra	Capim Rabo de burro	Imbiruçu, Jatobá, Unha danta	Pequi, Cagaita, Jatobá, Unha Danta, Panam, Catulé,
Usos	Coleta de Lenha	Extrativismo: coleta, pls medicinais.	Arroz, feijão. hortaliças, abacaxi, cana, banana, milho de santana	Quintais Pastagem Extrativismo	Coleta de lenha e frutas	Quintais Mandioca, abacaxi	Arroz, feijão, hortaliças, cana		Extrativismo: coleta de frutas e pls medicinais
	Eucalipto				Eucalipto				

LVa	Latossolos Vermelho-amarelo, álico textura média/arenosa
Ae	Areia Quartzoza, álica, textura arenosa
Ae+ HGPa	Solos Aluviais, text. indiscriminada eutróficos + Solos Orgânicos e Areias Quartzozas Hidromórficas, álicos
Ca	Cambissolo, álico, text. Média/argilosa

Figura 82. Perfil transversal da comunidade Tapera – Riacho dos Machados. Fonte: Dayrell (1998, p. 118).

No Carrasco, denominação local dada a um tipo de vegetação (floresta estacional decidual ou semidecidual) que perde suas folhas, total ou parcialmente, nos períodos mais secos do ano, que ocorre normalmente nas partes mais elevadas entremeadas junto às chapadas e encostas, encontravam-se madeiras de melhor qualidade para construções. Mais abaixo se encontra o Tabuleiro, na maioria das vezes apropriado privadamente pelas famílias, e geralmente são terrenos mais férteis onde se cultiva mandioca, milho, feijão, andu. Nessas encostas se encontram as casas e os quintais com pomares e criação de pequenos animais: galinha, porco, etc., assim como as ervas medicinais plantadas e nativas de uso mais constante.

As vazantes/baixas são áreas localizadas nas partes mais baixas da paisagem, ocupadas originalmente por matas de galeria ou matas ciliares, caracteriza-se por associar-se aos cursos d'água (RIBEIRO, 1998) e que foram incorporadas no sistema de produção onde se cultivava milho, banana, cana, mandioca, feijão andu, horta, verduras, feijão, arroz e tubérculos diversos. Essa área é de domínio privado das famílias.

Em relação à forma de produção, esta foi configurada de acordo com a potencialidade natural, a partir da apropriação da natureza, utilizando a sua diversidade e as diferenças da paisagem. A força de trabalho utilizada era familiar e produzia quase a totalidade dos produtos para a satisfação das necessidades vitais, como relatou um dos moradores mais antigos da comunidade: "faziam e vendiam muita farinha, rapadura, tinham os tropeiros, os boiadeiros".

A produção de farinha era uma atividade importante em muitas comunidades geraizeiras. As rodas d'água movimentavam as casas de farinha, onde a água dos córregos era aproveitada para girar o ralador de mandioca, entre outras engenhocas.

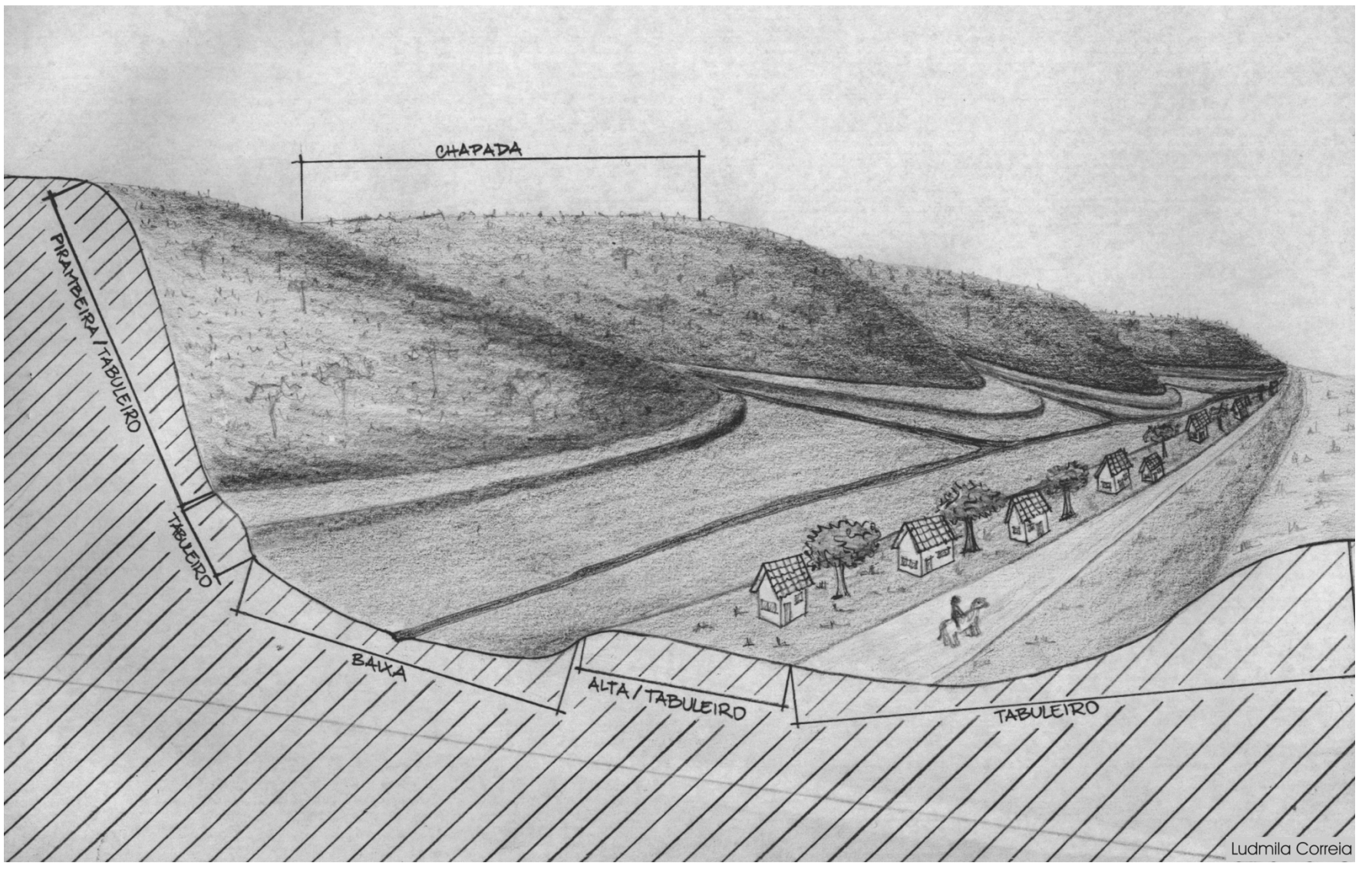


Figura 83. Feições dos ambientes a partir das definições dos agricultores da comunidade Água Boa 2, sub-bacia do Rio Água Boa, município de Rio Pardo de Minas (MG). Fonte: Correia (2007, p. 163).

A família consiste numa unidade produtiva que se relacionava dinamicamente com outras famílias. Os laços familiares são muito fortes e explícitos nas comunidades, assim como os laços de solidariedade e parentesco entre famílias.

16.4.5. Monocultura do eucalipto e mineração

A partir dos anos 1970, com o processo de modernização conservadora, instala-se nos gerais do Norte de Minas, quase um milhão de hectares de monocultura de eucalipto, suprimindo os cerrados, e produzindo carvão para abastecer o parque siderúrgico localizado no centro-sul de Minas Gerais. As monoculturas de eucalipto foram implementadas por empresas que tiveram incentivos fiscais com direitos à alienação de terras públicas ou contratos de arrendamento para utilização das áreas de gerais, terras devolutas utilizadas e onde viviam as comunidades geraizeiras.

Esse processo destruiu as chapadas, provocando profundas transformações nos sistemas socioprodutivos das comunidades geraizeiras. O extrativismo e a criação de gado "na solta" foram pressionados pela privatização das chapadas. As comunidades foram encurraladas nas grotas, baixas e nos carrascos.

Com o fim desses contratos no final dos anos 1990, as comunidades geraizeiras orientam suas lutas para garantir os direitos aos territórios, para o fortalecimento dos sistemas geraizeiros de extrativismo, contribuindo para a ampliação da sociobiodiversidade no Cerrado.

No final da primeira década do século XXI, a região dos gerais do Alto Rio Pardo e Grão Mogol passaram a ser alvo de projetos de mineração de ferro em grande escala. As estruturas projetadas para lavra e processamento do projeto de extração de minério de ferro em Vale das Cancelas, atualmente nominado Projeto Bloco 8, pertencente à Sul Americana de Metais S/A (SAM), que é controlada pela chinesa *Honbridge Holdings Ltd.*, abrangem os municípios de Grão Mogol, Fruta de Leite, Padre Carvalho e Josenópolis (Figura 84). Além disso, as estruturas do mineroduto se estendem por 22 municípios de Minas Gerais e da Bahia, entre Grão Mogol e Ilhéus (Figura 85).

No referido projeto estão previstos: mina a céu aberto, usina de concentração do minério, barragem de rejeitos, barragem de água no Rio Vacaria e mineroduto de 482 km de extensão até o Porto de Ilhéus (BA). (BARBOSA, 2014). O empreendimento foi classificado como Classe 6 (grande porte e grande potencial poluidor). A megamineração da SAM/*Honbridge Holdings Ltd.* prevê a extração e o processamento de 30 milhões de toneladas de minério de ferro concentrado por ano. A barragem de rejeitos terá a capacidade de estocar cerca de 850 milhões de metros cúbicos. (NUNES *et al*., 2020)

O Projeto Bloco 8 encontra-se em fase de licenciamento, sendo que a Licença Prévia ainda não foi expedida. O Ministério Público Estadual conseguiu, no final de 2019, uma decisão

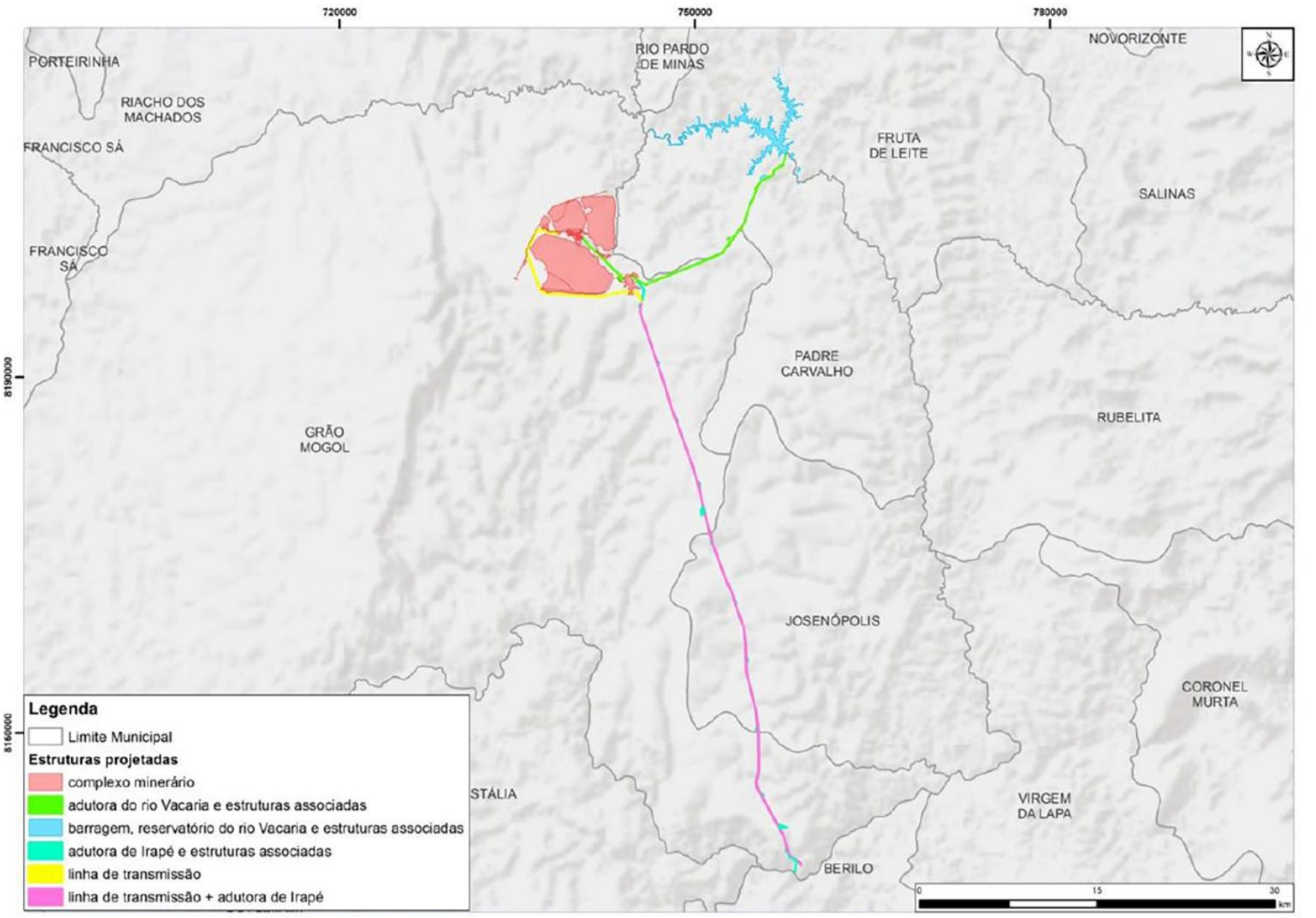


Figura 84. Localização das estruturas minerárias do Projeto Bloco 8. Fonte: Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA, 2019.

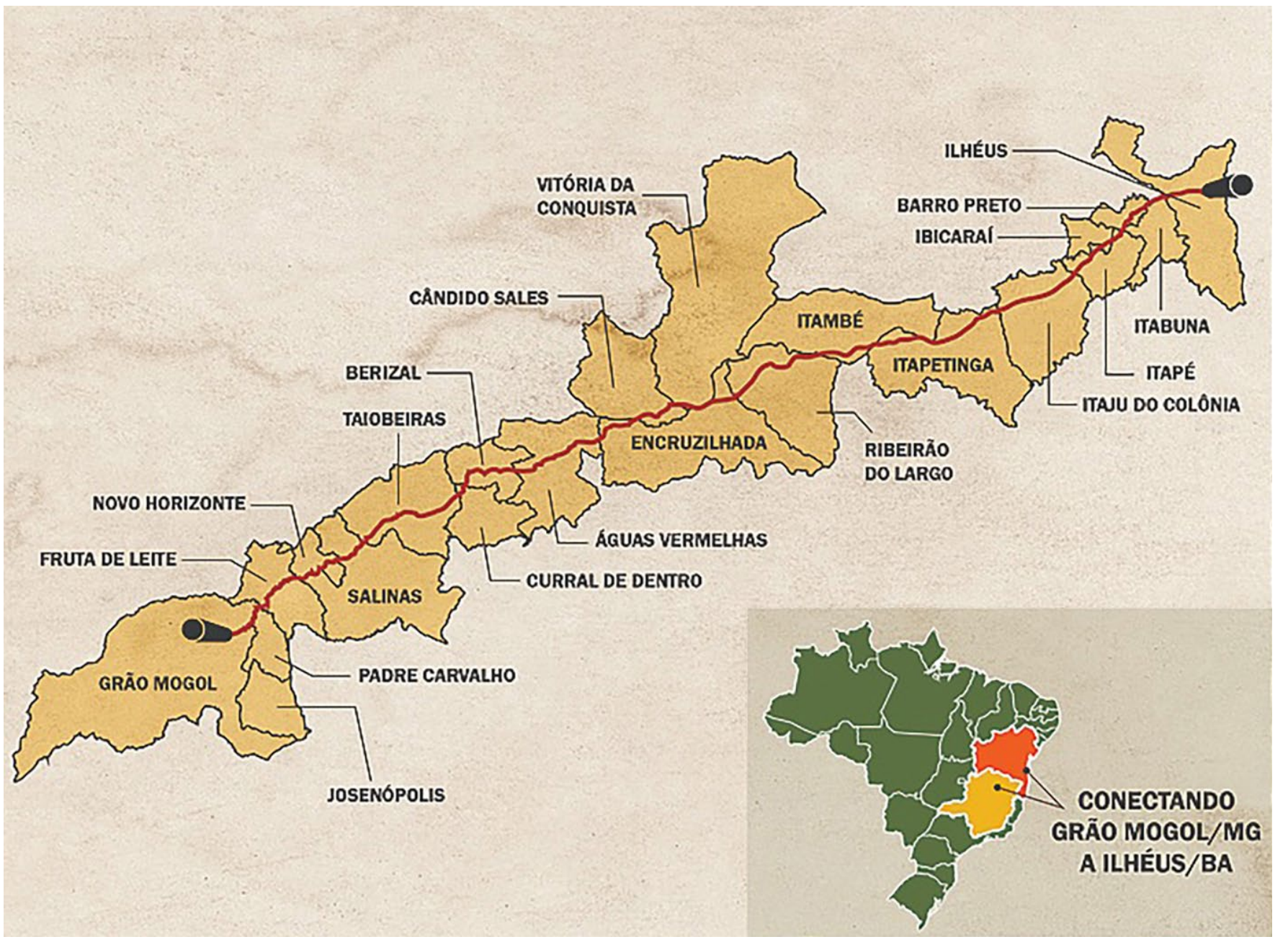


Figura 85. Trajeto do Mineroduto do Projeto Bloco 8. Fonte: Oliveira e Nicolav (2020).

liminar na justiça, contra o desmembramento do licenciamento. Isto é, a SAM quer licenciar a estrutura de mineração em separado do mineroduto. A SAM recorreu dessa decisão.

Movimentos Sociais como o Movimento de Atingidos por Barragens, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Movimento Geraizeiro, pastorais sociais como a Comissão Pastoral da Terra, Organizações Não Governamentais como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, estão articuladas na luta contra a mineração e pelos direitos territoriais das comunidades geraizeiras.

16.4.6. As lutas territoriais geraizeiras

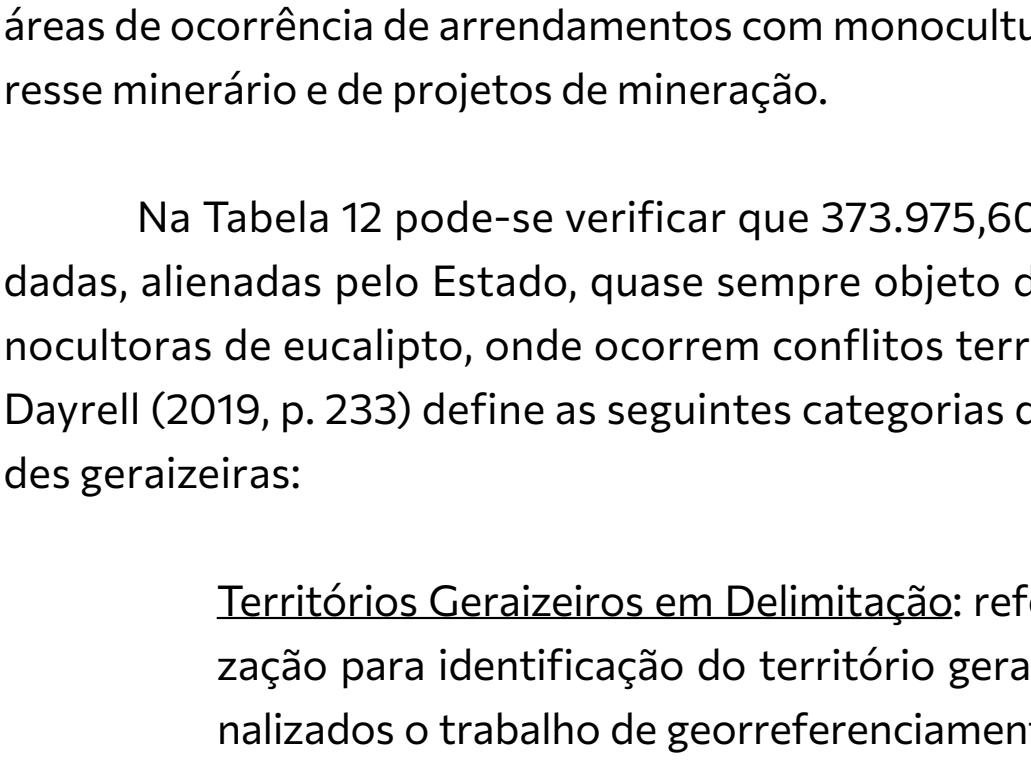


Figura 86. Momento final da autodemarcação do território tradicional da comunidade de Moreiras, município de Rio Pardo de Minas, Norte de Minas Gerais. Fonte: Dayrell (2019).

O Movimento Geraizeiro, integrante da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais e apoiadas por diversos movimentos sociais, têm lutado pelo direito à permanência em seus territórios e pela reconversão agroextrativista das áreas ocupadas pela monocultura de eucalipto (Figura 86) (DAYRELL, 2019).

Nas Figuras 87 e 88 é possível verificar os territórios de incidência das lutas das comunidades geraizeiras e, principalmente, as formas de uso e apropriação que estão sendo reivindicadas e implementadas, a saber: assentamentos agroextrativistas, acampamentos geraizeiros, territórios geraizeiros autodemarcados, territórios geraizeiros em construção e reserva de desenvolvimento sustentável. É possível identificar as áreas de ocorrência de arrendamentos com monocultura de eucalipto e de incidência de interesse minerário e de projetos de mineração.

Na Tabela 12 pode-se verificar que 373.975,60 hectares são terras devolutas arrendadas, alienadas pelo Estado, quase sempre objeto de grilagem judicial por empresas monocultoras de eucalipto, onde ocorrem conflitos territoriais com comunidades geraizeiras. Dayrell (2019, p. 233) define as seguintes categorias de áreas demandadas pelas comunidades geraizeiras:

> Territórios Geraizeiros em Delimitação: referem-se às áreas com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, mas que ainda ou não foram finalizados o trabalho de georreferenciamento ou de organização da demanda para regularização fundiária.

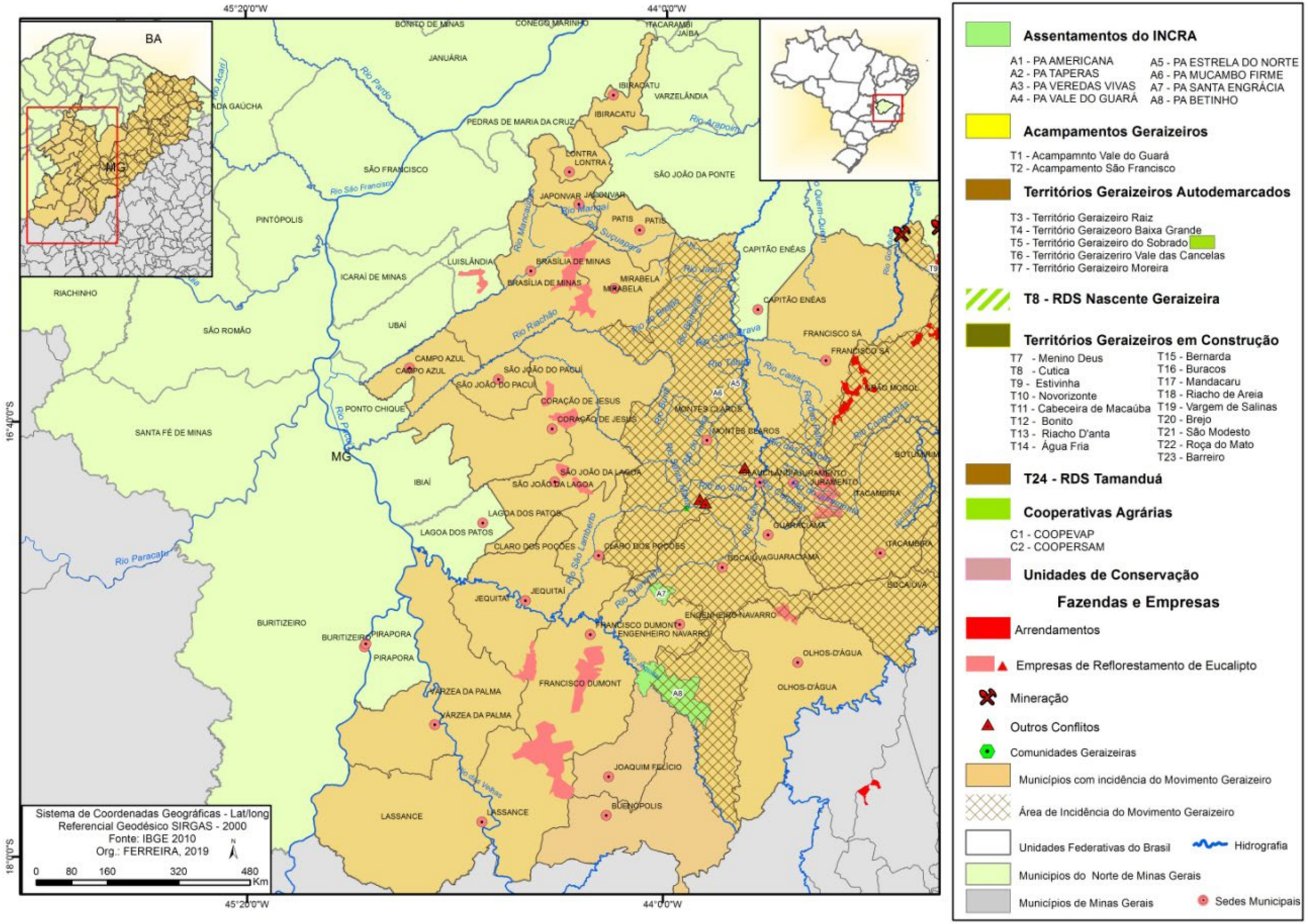


Figura 87. Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geraizeiro – Subárea 1. Fonte: Dayrell (2019).

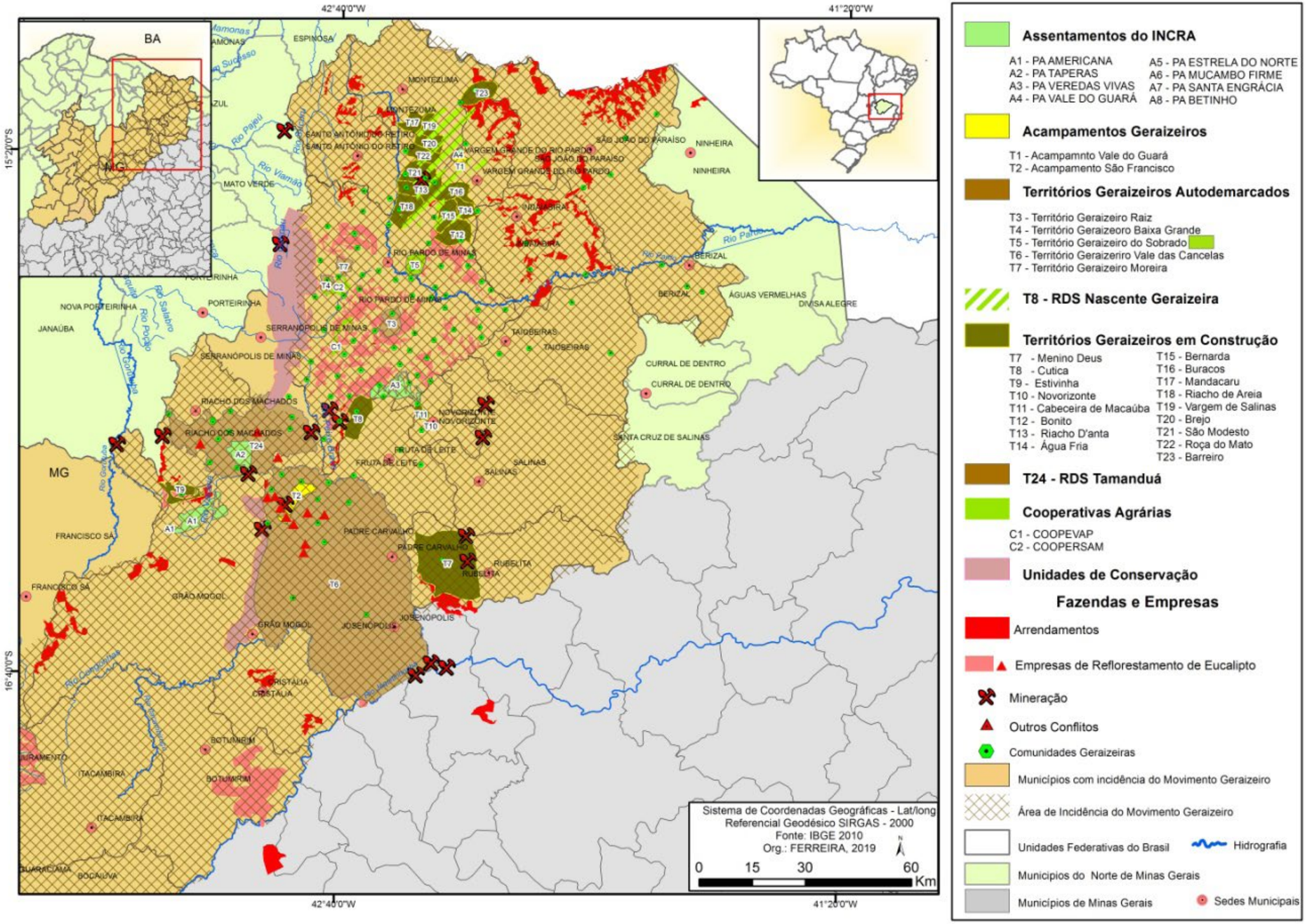


Figura 88. Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geraizeiro – Subárea 2. Fonte: Dayrell (2019).

Territórios Geraizeiros Autodemarcados: referem-se às comunidades geraizeiras com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, o seu georreferenciamento, com elaboração de um relatório antropológico ou com uma demanda sistematizada que foi encaminhada solicitando a sua regularização. As áreas em que foi demandada a criação de uma RDS encontram-se nesta estratificação;

Territórios Geraizeiros Regularizados: referem-se às áreas de comunidades geraizeiras cujo território foi total ou parcialmente regularizado em uma das modalidades de acesso à terra reconhecidos oficialmente seja como uma RDS, Projeto de Assentamento de Reforma Agrária [convencional ou como Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)], como um arrendamento estabelecido com o Estado (cooperativas agrárias de agricultores familiares), ou através de projeto de lei municipal, como foi o caso da comunidade de Sobrado.

Assentamentos de Reforma Agrária Convencionais: referem-se às áreas nas quais foram criados projetos de assentamento de reforma agrária pelo INCRA, mas que foram mobilizadas por algum movimento social como o MST, Movimento Sindical, ou outro.

Tabela 12. Áreas ocupadas pelos arrendamentos do estado e de empresas de reflorestamento em conflitos com as comunidades locais

Fazendas e Empresa (monocultura de eucalipto)	Área (ha)
Arrendamentos	149.552,40
Empresas de reflorestamento de eucalipto (alienadas ou griladas)	224.242,20
Total	**373.975,60**

Fonte: Dayrell (2019).

Nas Tabelas 13, 14, 15 e 16 pode-se verificar o quantitativo de 458.419,16 hectares de áreas demandadas pelas comunidades geraizeiras, nas seguintes categorias: em delimitação; autodemarcadas; regularizadas e assentamentos de reforma agrária.

Tabela 13. Territórios geraizeiros em delimitação

Territórios geraizeiros em delimitação	Área (ha)
T7 – Menino Deus	28.581,78
T8 – Cutica	6.300,17
T9 – Estivinha	3.903,11
T10 – Novorizonte	267,12
T11 – Cabeceira de Macaúba	1.309,14

Territórios geraizeiros em delimitação	Área (ha)
T12 – Bonito	5.221,17
T13 – Riacho D'Anta	1.864,98
T14 – Água Fria	2.305,92
T15 – Bernarda	1.525,37
T16 – Buracos	2.580,39
T17 – Mandacaru	2.608,44
T18 – Riacho de Areia	3.595,91
T19 – Vargem de Salinas	101,99
T20 – Brejo	1.270,98
T21 – São Modesto	2.006,83
T22 – Roça do Mato	1.584,82
T23 – Barreiro	4.908,33
Total	**69.936,46**

Tabela 14. Territórios geraizeiros autodemarcados

Territórios geraizeiros autodemarcados	Área (ha)
T3 – Território Geraizeiro Raiz	3.772,78
T4 – Território Geraizeiro Baixa Grande	1.780,63
T6 – Território Geraizeiro Vale das Cancelas	229.951,08
T7 – Território Geraizeiro Moreira	1.649,48
RDS Tamanduá	57.072,42
T1 – Acampamento Vale do Guará	656,85
T2 – Acampamento São Francisco	3.957,69
Total	**298.840,94**

Tabela 15. Territórios geraizeiros regularizados

Territórios Geraizeiros Regularizados	Área (ha)
T5 – Território Geraizeiro do Sobrado	2.993,02
C1 – Coopevap	1.512,88
C2 – Coopersam	1.589,54

Territórios Geraizeiros Regularizados	Área (ha)
A1 – PA Americana	6.041,44
A2 – PA Tapera	4.058,47
A3 – PAE Veredas Vivas	4.896,57
RDS Nascentes Geraizeiras	38.219,51
Total	**59.311,43**

Tabela 16. Assentamentos de reforma agrária

Assentamentos de reforma agrária convencionais	Área (ha)
A4 - PA Vale Do Guará	450,21
A5 - PA Estrela Do Norte	792,92
A6 - PA Mucambo Firme	566,96
A7 - PA Santa Engrácia	3.607,50
A8 - PA Betinho	24.912,74
Total	**30.330,33**

Dayrell (2019), ao fazer uma síntese dos dados, constatou que dos 458.419 ha, cerca de 20% foram regularizados com alguns dos instrumentos de acesso à terra, enquanto o restante, 80%, não teve sua demanda atendida pelo poder público. Apesar desse contexto, verifica-se que emerge em uma extensa área dos Cerrados uma força quase que silenciosa à consciência do direito e do reconhecimento, e que aponta para um novo cenário ao entendimento da questão agrária sob a luta por territórios. São processos que não se encontram encerrados nas fronteiras das comunidades ou do Norte de Minas. Processos que vêm associados a dinâmicas políticas, econômicas e educacionais operadas por redes nacionais que atualizam o cenário da luta pela terra no Norte de Minas e também no Brasil. Entre essas iniciativas, a luta pela reconversão agroextrativista.

A reconversão agroextrativista é a forma geral de luta pelo acesso aos territórios reivindicados e pela permanência nos territórios sob a posse das comunidades geraizeiras, garantindo, de forma atualizada, os seus modos de vida. Trata-se da regularização fundiária que garante o direito formal aos territórios, e da transformação dessas áreas, antes ocupadas pela monocultura de eucalipto, em lugares de vida, produção e recuperação dos cerrados acionando a tradição agroextrativista dos geraizeiros.

Brito (2006) registrou a primeira luta pela reconversão agroextrativista promovida pela comunidade geraizeira de Vereda Funda, onde o conflito com a empresa de monocultura de eucalipto expropriou, com o auxílio do Estado de Minas Gerais, áreas de uso tradicional da comunidade. A reorganização da comunidade contou com a parceria do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas e do Centro de Agricultura Alternativa, na formatação do projeto de reconversão da comunidade: a transformação de áreas de eucalipto em cerrado (regenerado), protegendo e recuperando áreas de nascentes e reinventando a organização geraizeira pela comunidade.

Carrara (2007) analisou experiências agroextrativistas no Cerrado do Norte de Minas Gerais no contexto de reconversão agroextrativista considerando os processos de concentração das terras, a degradação dos recursos naturais e a desestruturação das formas de produzir dos geraizeiros. Focalizou a experiência em uma das poucas áreas remanescentes de cerrado nativo, onde os geraizeiros faziam o uso comum da área conforme o modo de vida geraizeiro.

Segundo Carrara, a reconversão agroextrativista

> "são estratégias utilizadas pelas populações tradicionais que surgem não apenas como um sistema ou modo de produção que se contrapõe ao modelo monocultor, exportador e excludente de ocupação do cerrado, mas também como uma afirmação de um modo de vida alicerçado no uso, na convivência e na manutenção dos recursos naturais do bioma por meio da valorização das culturas e dos conhecimentos locais" (CARRARA, 2007, p. 100).

Ao descrever a criação do gado em áreas de solta na chapada do Areião (hoje RDS Nascentes Geraizeiras), identificou 14 famílias criadoras de gado, com aproximadamente 350 cabeças, onde a solta dos animais na chapada ocorria a partir de outubro até março. A partir de março o gado era recolhido para as pastagens cultivadas (que se recuperaram com a retirada do gado), permanecendo nessa área até o início do período chuvoso (normalmente outubro/novembro). Retornando então para as áreas de solta onde os animais pastejavam as rebrotas do pasto nativo do cerrado, abundante também em ervas medicinais. (CARRARA, 2007).

Rigonato (2005), ao analisar os geraizeiros nos cerrados do extremo oeste Baiano, relata práticas importantes reinventadas e fortalecidas no processo de resistência ao ataque do agronegócio, das grandes fazendas que grilam as terras dos agricultores tradicionais, ambientalmente saudáveis e conservadas. O agronegócio passou a utilizar extensas Áreas de Proteção Permanente (APP) e as chapadas do entorno para expandir suas monoculturas, promovendo uma intensa devastação dos territórios geraizeiros. O pesquisador aponta a permanência da "lavoura de rego", do extrativismo e do artesanato enquanto elementos de r-existência dos geraizeiros. Os geraizeiros do oeste da Bahia desenvolvem o mutirão em períodos de maior intensidade na demanda de trabalho, utilizam o extrativismo enquanto complemento da dieta alimentar, de renda e geração de energia. Mesmo já tendo acesso à energia elétrica e ao gás de cozinha, as populações geraizeiras, ao mesmo tempo em que tiveram de restringir a pecuária, a rotatividade das áreas de plantio, diminuir suas áreas de coleta de frutos e raízes, ressignificaram os principais elementos dos seus modos de vida. Nesse contexto, estabeleceram práticas sociais de r-existência, sobretudo diante das territorialidades dos "grandes projetos do agroenergias-negócios" que avançou pelo oeste baiano.

A agricultura é uma das atividades centrais do modo de produção geraizeiro, além do extrativismo e do criatório de gado. Mesmo depois do encolhimento das áreas, o geraizeiro continuou tanto com a prática da criação de gado quanto com o extrativismo e a agricultura. Recriando ambientes, adaptando práticas e acionando saberes novos e antigos. Caso peculiar é o das "Chácras" que têm o cafezeiro como principal espécie cultivada, no município de Rio Pardo de Minas. Um sistema agroflorestal nativo com mais de um século, que vem sendo manejado nessa porção do Norte do Estado de Minas Gerais.

Uma pesquisa sobre as "chácras de café" (2012), realizada pelo Centro de Agricultura Alternativa em parceria com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo de Minas, apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente, investigou essa iniciativa em dezesseis comunidades do município de Rio Pardo de Minas. Dayrell, Barbosa e Costa, analisando essa iniciativa, assim a descreveram:

> As "Chácras de café", como as comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo nomeiam os quintais que são cultivados nas proximidades das residências, são formadas e manejadas por diversas espécies frutíferas e nativas, com destaque para o cultivo do café em sistema sombreado. São sistemas produtivos de café sombreados, complexos, desenvolvidos centenariamente pelas comunidades geraizeiras e que envolvem uma ampla rede comercial. Porém, funcionando na mais completa invisibilidade. Os dados não constam de Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e nem repercutem com informações nos gráficos de ICMS dos municípios e do Estado. (DAYRELL; BARBOSA; COSTA, 2017 p. 129).

A pesquisa apontou que, além do café, as principais culturas realizadas nas propriedades foram o milho, o feijão, a mandioca, a cana e o arroz Em relação aos produtos beneficiados e produzidos na propriedade, destacaram -se a farinha e a goma, o café, a rapadura, sendo a maior parte da produção destinada ao consumo familiar e ao comércio local ou regional, além da cachaça, que é um produto tradicional das comunidades geraizeiras da região de Rio Pardo, reconhecida como uma das melhores do Brasil (Cachaça de Salinas).

16.4.7. Conferências geraizeiras como mobilização para a ação

Os territórios geraizeiros se consolidaram com a aglutinação das pessoas por motivos religiosos, laços familiares, pela necessidade de contato e convívio inerente ao ser humano, mas principalmente pela necessidade de defesa dos territórios. Desse viver no e do Cerrado por várias gerações, emergiram e se fortaleceram laços afetivos, culturais e materiais, determinantes para a existência do forte sentimento de pertencimento que é característico das comunidades. Processos que asseguraram a resistência e a construção de projetos coletivos que se materializaram em eventos, lutas e conquistas de direitos.

No caso dos geraizeiros do Norte de Minas, organizados pelo Movimento Geraizeiro, as "Conferências Geraizeiras" se tornaram espaços de grandes assembleias para, no dizer de Nilson, liderança geraizeira de Taiobeiras (MG), se constituir como um momento para "a gente rever os amigos e repensarmos nossa trajetória, refletirmos sobre as nossas lutas, os nossos ganhos, também o que nós tivemos de perdas, alternativas para continuarmos em nossos territórios e fortalecendo a nossa identidade" (DAYRELL, 2019, p. 349). Momento de, juntamente com os parceiros, pensar e traçar rumos de organização que envolve um extenso número de comunidades que vêm de diferentes municípios, regiões e até estados, como os da Bahia e de Goiás.

Antecedendo o que seria a primeira conferência, merece registrar a realização do "Encontro dos encurralados pela monocultura de eucalipto" que aconteceu na comunidade de Vereda Funda em 2004. Esse encontro contou com a participação ativa de lideranças de diversas comunidades impactadas pela monocultura do eucalipto no Norte de Minas, além de lideranças indígenas oriundas do Estado do Espírito Santo, mobilizadas pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Foi um momento de consolidar a estratégia de reconversão agroextrativista, e que apontou para a realização de ações concretas para a sua efetivação, entre elas a da autodemarcação do território.

A 1ª Conferência Geraizeira foi realizada em novembro de 2006 no Assentamento Tapera, município de Riacho dos Machados. Teve como temas: a Luta pelo Território; Criação de RESEX como estratégia de proteção dos territórios. Consistiu também no primeiro debate sobre a criação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, socializada por Braulino Caetano, então na coordenação da Rede Cerrado. Havia participantes de Riacho da Areia, Água Boa, Projeto de Assentamento (PA) Americana, PA Tapera, PA Vale do Guará, Montezuma, entre outras comunidades. Nessa Conferência, uma das lideranças apontou que "os problemas que vivenciamos aqui têm raízes em outros países", fazendo referência aos impactos dos negócios cujos interesses estavam associados aos grandes conglomerados siderúrgicos globais.

A 2ª Conferência Geraizeira foi realizada no Assentamento Vale do Guará – Município de Vargem Grande do Rio Pardo. Contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas de 40 comunidades e 16 municípios de Minas Gerais. O tema principal tratado foi: Proposta de Constituição de Reservas Extrativistas. Encaminhou a proposta de definição de três Reservas Extrativistas nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande e Montezuma.

A 3ª Conferência Geraizeira aconteceu no final de agosto de 2007, na comunidade de Vereda Funda, Rio Pardo de Minas. Participação de aproximadamente de 300 pessoas do norte de Minas e do oeste da Bahia. Teve como tema principal Terras Públicas e o Território Geraizeiro. O Projeto de Reconversão Agroextrativista e os processos de autodemarcação e de retomada dos territórios geraizeiros passaram a compor a pauta de luta geraizeira.

Em junho de 2010, como estratégia para fortalecer localmente a luta pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Areião, hoje RDS Nascentes Geraizeiras, foi

realizada a 1ª Romaria do Areião[50] como forma de consolidação, na prática, dos marcos da RDS.

A 4ª Conferência Geraizeira, aconteceu em setembro de 2012 na comunidade de Cutica, Município de Fruta de Leite (MG). O tema da 4ª Conferência foi a Consolidação do Movimento Geraizeiro, sua carta de princípios e formas de organização e de mobilização. As conferências geraizeiras foram reconhecidas como assembleias gerais do movimento. Os principais encaminhamentos foram a realização na prática dos direitos através da reapropriação e retomada dos territórios tradicionais expropriados.[51]

Finalmente, 5ª Conferência Geraizeira foi realizada em Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo em abril de 2018, com o tema *"O contexto da água nos territórios geraizeiros: conflitos, disputas e iniciativas geraizeiras de conservação e restauração das águas"*. Contou com a participação ativa da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. A 5ª Conferência teve como objetivos: compartilhar experiências, possibilitar espaços de trocas e denúncias relacionadas a violações de direitos; avaliar a situação atual das lutas por território e água; refletir sobre a importância das águas dos gerais, cabeceiras de nascentes, córregos, rios e ribeirões; debater propostas de regularização fundiária dos territórios frente ao marco legal da Política Estadual Povos e Comunidades Tradicionais. Contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas, de várias comunidades geraizeiras, de Minas Gerais e da Bahia, assim como visitantes dos povos Xacriabás, Tuxá, Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, Quilombolas, Vazanteiros, Caatingueiros e Veredeiros (ver Anexo H, Cartilha da 5ª Conferência Geraizeira, e Anexo I, Carta Final da 5ª Conferência Geraizeira).

A Carta da 5ª Conferência Geraizeira realizada em 2018, aponta aos distintos setores da sociedade nacional e internacional a demanda pelo reconhecimento social e político da existência dos Povos Geraizeiros como constituintes da nação brasileira, e a importância de seus conhecimentos, saberes, modos de vida que potencializam a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos associados ao bem-estar da humanidade. Mas, para tanto, é necessário o exercício na prática: dos princípios do direito à terra e ao reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados; direito ao livre uso dos recursos da natureza, como a água e os demais componentes da biodiversidade silvestre e cultivada; direito de serem respeitadas e reconhecidas suas organizações sociais, as formas de manejo do território e da biodiversidade nele disponível, principalmente pela legislação ambiental e fundiária; direito de cultuar as tradições culturais, incluindo o reconhecimento e a proteção do conhecimento tradicional; direito de serem consultados de forma prévia e informada sobre os grandes projetos econômicos ou de infraestrutura que porventura possam promover alterações nos seus modos de vida ou deslocamentos forçados, entre outros.

---

50 A respeito, veja o documentário Romaria do Areião, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mfvESx_EsxE.
51 Além das Conferências Geraizeiras, outros eventos também tratavam das reivindicações territoriais, ver Anexos F e G.

16.5. AS EXPERIÊNCIAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NOS DIÁLOGOS E DIAGNÓSTICOS ENVOLVENDO O CONHECIMENTO TRADICIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A BIODIVERSIDADE

Noemi Miyasaka Porro[52] e Roberto Porro[53]

16.5.1. Introdução

> "*Tem coisa que a gente entende, tem coisa que não. Aí, a gente pergunta para quem sabe, né?*"
>
> (Dona Maria do Centro do Coroatá, Esperantinópolis, 2007)
>
> "*Até as pessoas que vêm chegando aqui, gente de fora; a gente recebe se já vier aviso de gente de lá (sede da Assema), por que para isso a gente se preparou, lá tem os técnicos, tem os diretores.*"
>
> (Dona Zuleide do povoado Jiquiri, Esperantinópolis, 2007)

Iniciamos este relato sobre como Quebradeiras de Coco Babaçu se envolvem em iniciativas de construção coletiva de conhecimento, como este Diagnóstico, relembrando as afirmações de dona Maria e dona Zuleide, quando discutíamos, em 2007, sobre o que seria mesmo acesso a conhecimento tradicional. Dona Maria e dona Zuleide, quebradeiras de coco do município de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, haviam enfrentado, na década de 1980, as tentativas de privatização de suas terras tradicionalmente ocupadas. Devido a esse processo, tornaram-se participantes ativas da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)[54]. Nessas organizações, enfrentaram também outras situações de violação e respectivos debates, inclusive sobre direitos relativos ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético do babaçu, pretendido pelas empresas interessadas.

As experiências que se seguiram mostraram que elas realmente haviam se preparado e continuavam a se preparar, exercitando crítica e dinamicamente a delegação aos técnicos e a representação pelas lideranças, numa intensa circulação entre as sedes de suas organizações

---

52 Antropóloga e engenheira agrônoma, pesquisadora do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará (UFPA).

53 Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará.

54 Ver páginas do Miqcb e Assema, disponíveis em: www.miqcb.org e www.assema.org, respectivamente.

e os povoados, e na concretude de suas ações, minimizando alienação e omissão das associadas e os devidos papéis de assessores.

Assim, ao recebermos a incumbência de relatar as experiências das Quebradeiras de Coco Babaçu no envolvimento neste Diagnóstico, consultamos as coordenações da Assema e do MIQCB, as duas organizações desse grupo social mais atuantes no espaço público. Essas organizações foram construídas na década de 1980, durante o pico dos conflitos agrários que assolaram os territórios tradicionalmente ocupados no Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. Elas tornaram-se mais visíveis a partir da década de 1990[55], quando reivindicaram publicamente seus direitos aos territórios e investiram nas etapas subsequentes às ações de reforma agrária logradas em focos de maior tensão, como parte das mobilizações em torno da Constituição de 1988. Embora as condições para o presente Diagnóstico não permitissem trabalho de campo exclusivo, entendemos que consultamos representantes de organizações cujos sócios eram cientes de que *"para isso a gente se preparou",* e nos percebemos também incluídos nessa preparação.

Como bem afirmou dona Zuleide, essa preparação certamente não está fundada em capacitações pontuais, necessárias, mas não suficientes, mas nas relações em profundidade e de longo prazo, que o grupo estabelece dentre si e entre seus pares, parceiros e aliados, na diversidade de seus conhecimentos e na convergência de seus intentos em ações concretas. Portanto, ao anuírem à participação neste Diagnóstico, após consultarem outras lideranças e seus assessores, percebe-se que o envolvimento neste tipo de iniciativa ocorre através de trama tecida ao longo de anos de preparação, em que se amalgamam relações de amizade e de trabalho, investidos da confiança essencial para a construção coletiva de conhecimento.

Certamente que diagnósticos como estes são idealizados e conduzidos, prioritária e preliminarmente, pelo Outro e para o Outro. Ainda que reconhecido como parceiro e aliado, essa condição determina procedimentos e processos específicos associados ao consentimento livre, prévio e fundamentado. Por isso, ressaltamos como característica desse consentimento ao Diagnóstico a condição de "bonde andando" para ambas as partes: as máquinas e os trilhos que produzem o diagnóstico já existiam e estavam em movimento. As quebradeiras de coco apoiaram o diagnóstico porque já estavam em movimento e entraram no bonde porque conheciam passageiros e condutores. Os trajetos percorridos pelos diferentes grupos a compartilhar o bonde atestam sua validade e indicam convergências.

Acreditamos que dessa forma, a tradição no uso comum dos babaçuais (PORRO, 2002; MARTINS; PORRO; SHIRAISHI NETO, 2014) pode ser reinventada como uma tradição de uso comum do campo de conhecimento, com uma construção peculiar de regras, práticas e hierarquias, baseadas em relações de confiança e de trabalho específicos.

---

55 Ver a série de fascículos Movimentos Sociais: Identidade Coletiva e Conflitos, do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/movimentos-sociais-identidade-coletiva-e-conflitos/. Além dos fascículos, ver as bibliografias e narrativas das quebradeiras de coco no mesmo site.

Nas seções seguintes, trataremos das principais contribuições das Quebradeiras de Coco Babaçu à conservação da biodiversidade, dos desafios que as erodem, bem como das políticas públicas e das instituições que as fortalecem. Ainda para este Diagnóstico, anexamos Cadernos de Estudo e outros textos, que relatam como as Quebradeiras de Coco Babaçu lidaram com acesso ao patrimônio genético e ao chamado conhecimento tradicional associado, ainda durante a vigência da Medida Provisória nº 2186-16/2002.

16.5.2. Contribuições para a conservação da biodiversidade

As principais contribuições das Quebradeiras de Coco (Figuras 89 e 90) para a conservação da biodiversidade são seus modos de criar, fazer e viver em territórios conquistados através de uma resistência histórica. Lembramos que esse campesinato emergiu de processos de destruição de aldeias indígenas, de fuga e resistência de escravizados quilombolas e de deslocamentos de camponeses do Nordeste. Portanto, esses modos estão fundados em conhecimentos, práticas e inovações gerados em meio a conflitos sociais históricos (ALMEIDA; SHIRAISHI NETO; MARTINS, 2005). Durante e devido a esses antagonismos, famílias fundaram os *centros*, hoje também designados como comunidades tradicionais, estabelecendo relações sociais únicas entre elas, e entre elas e os babaçuais e outros componentes do ecossistema de seus territórios.

Figura 89. Quebradeiras de Coco Babaçu. Quebradeiras de coco babaçu encaminhando-se para o babaçual para a coleta de frutos e extração de amêndoas. Foto: Arquivo MIQCB.

Dentre essas relações, as relações de trabalho camponês propiciaram o estabelecimento das roças, ditas cultivos itinerantes de corte-e-queima. E do desmatamento e pousio constitutivos dessas roças, emergiram os babaçuais (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.) que, como explicaremos mais adiante no texto, devido a suas características biológicas, contribuem à manutenção do ecossistema que inclui a presença humana (HECHT; ANDERSON; MAY, 1988). Assim, esse campesinato conformou um sistema de produção particular, que combina extrativismo e agricultura, e os coloca em interação direta com o mercado e a indústria de óleos vegetais.

A trajetória centenária de uso e de manejo dos recursos pelas extrativistas resulta em um sistema tradicional que integra roçados, pastagens e palmeiras (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004; PORRO; PORRO, 2015). Padrões de sucessão ecológica criaram condições para o posterior desenvolvimento e dominância dos babaçuais na paisagem, caracterizando florestas oligárquicas (PETERS, 1992), pois após alguns ciclos de cultivo, devido à prática de corte e queima, o banco de sementes de espécies arbóreas da floresta ombrófila original tornou-se restrito, consolidando a hegemonia do babaçu na paisagem, devido à tolerância da espécie ao

Figura 90. Mutirão para a quebra de coco babaçu. O mutirão para a quebra de coco babaçu é uma tecnologia social que congrega e potencializa a força de trabalho individual para benefício de uma família ou comunidade. Foto: Roberto Porro.

fogo. A acumulação seletiva de recursos, principalmente na segunda metade do século XX, beneficiou um grupo restrito de produtores que tirou proveito do trabalho coletivo investido na abertura de terras, instalando, em áreas já tomadas por babaçuais, pastagens de capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa* (Nees) Stapf) nas quais as palmeiras eram ainda mantidas em densidades relativamente elevadas.

Numa etapa seguinte, principalmente a partir da década de 1990, a eliminação ou drástica redução de palmeiras em pastagens de capim do gênero Brachiaria, que substituíram as de jaraguá, representa desafio definitivo para a integridade do sistema de produção camponês. A privatização da propriedade da terra associada à pecuarização restringiu o acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais localizados em pastagens. A partir do momento em que essa restrição foi contestada, a manutenção de densos palmeirais passou a ser percebida por pecuaristas como ameaça às suas propriedades, intensificando a indiscriminada derrubada de palmeiras.

Após conflitos agrários que resultaram na recuperação do acesso à terra e na contínua revisão de preceitos a reger recursos de uso comum, passou-se também a revisar a percepção e o papel atribuído às pastagens e à atividade pecuária. Trajetórias distintas relacionadas ao uso dos recursos passaram a ser observadas. Por um lado, ocorre o pousio ou abandono de pastagens levando à sua reincorporação ao estoque de terras aptas para cultivos agrícolas. Por outro lado, produtores camponeses passaram a incluir a pecuária como estratégia de produção. A racionalidade da exploração agro-extrativa-pastoril beneficia-se dos padrões de sucessão natural predominante e da sinergia entre palmeiras e pastagens, otimizando o trabalho

Figura 91. Diálogo sobre direitos de acesso ao conhecimento tradicional e à repartição de benefícios. A quebradeira de coco Maria Alaídes Alves acompanhada por discente e docente da UFPA, o cacique Antônio Pianko, dona Piti e o filho Francisco, do povo Ashaninka. Foto: Noemi Porro.

Figura 92. Reunião de reivindicação de direitos sobre territórios quilombolas. Reunião com o governador do Maranhão e representantes da Procuradoria Geral da República para reivindicar direitos sobre os territórios quilombolas na Baixada Maranhense, no Palácio dos Leões, São Luís. Foto: Assessoria de Imprensa do Governo do Maranhão, Arquivo da UFPA.

e os recursos existentes. A tolerância ao fogo de uma espécie de palmeira interage com características adaptativas de espécies de pastagem, produzindo, em ambientes alterados pela intervenção humana, condições para a expansão de pastagens e maior atratividade econômica da pecuária a produtores camponeses.

As contribuições, com suas práticas e inovações nos babaçuais e capoeiras onde atuam, estão vinculadas às contribuições no campo das relações institucionais e políticas: em diferentes momentos as Quebradeiras estabeleceram diálogos com outros grupos sociais e representantes de povos e comunidades tradicionais (Figura 91), bem como com o poder público (Figura 92).

As florestas secundárias formadas por babaçuais (comunidade clímax) resultaram da sucessão ecológica após a conversão de florestas ombrófilas na transição entre Amazônia, Cerrado e Nordeste semiárido. Nessa área reside um dos mais expressivos contingentes do campesinato no país, formado pelas Quebradeiras de Coco Babaçu e suas famílias, que desde o início do século XX exploram economicamente o babaçu através da venda de suas amêndoas. No mapa na Figura 93, que enfoca municípios de maior influência do movimento das organizações mencionadas, ressalta-se o volume de produção dessas amêndoas. Os padrões de sucessão florestal que caracterizaram a formação desses babaçuais passaram a ser observados nos últimos 50 anos, em localidades amazônicas de desmatamento mais recente, como é o caso de extensas áreas nas margens da rodovia Transamazônica e nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Portanto, lembramos que as áreas de ocorrência de babaçuais são mais amplas e têm se expandido onde os ecossistemas foram alterados. Porém, nem toda área de ocorrência de babaçual corresponde a uma área de produção de amêndoas de babaçu pelas quebradeiras de coco, e nem todas as pessoas que quebram o coco babaçu se autoidentificam como tal.

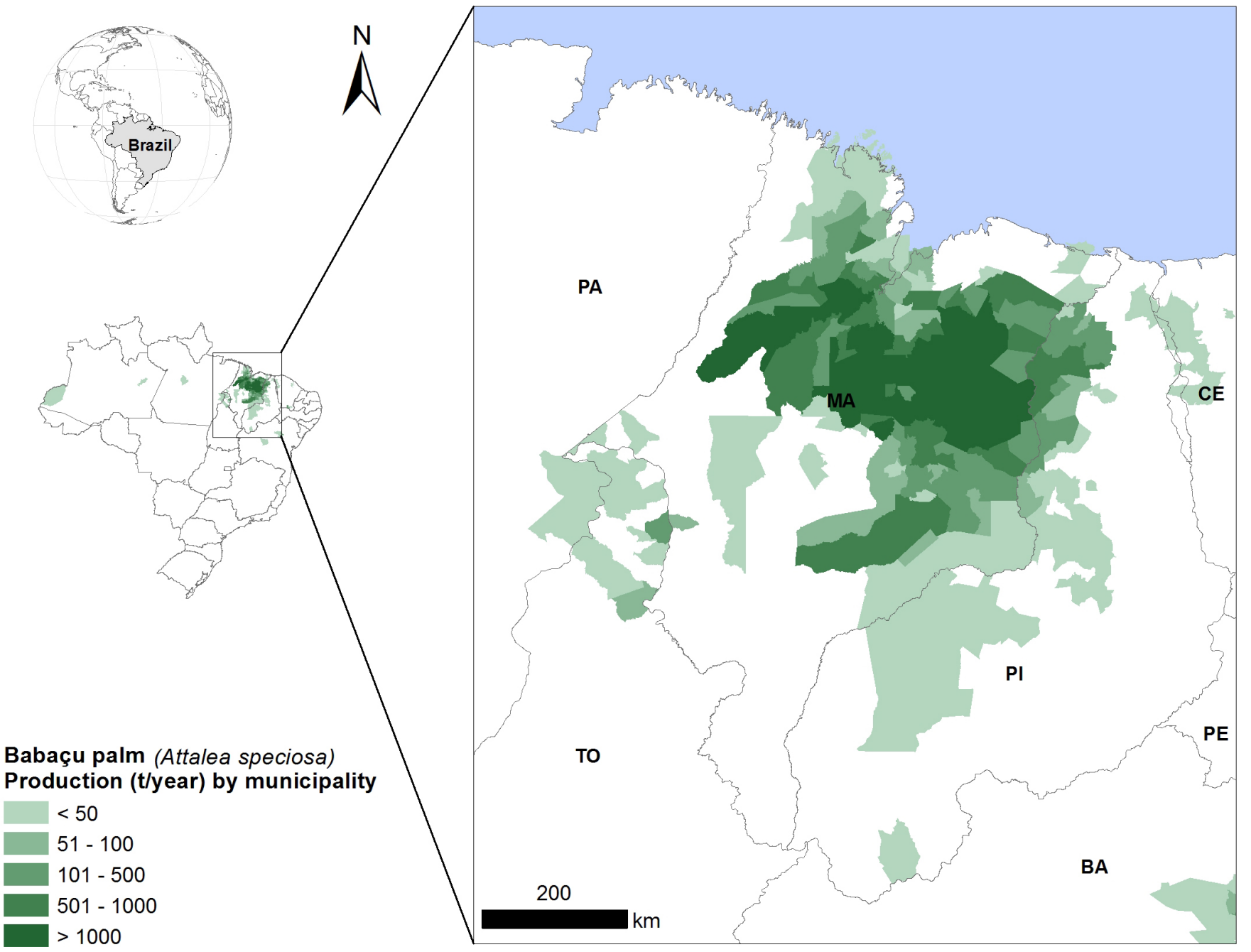


Figura 93. Mapa de distribuição das áreas de babaçuais com volume de produção comercializada de amêndoas por município, com base em dados do IBGE. Fonte: Mapa elaborado por Ralph Trancoso (Porro et al., 2012, p. 397).

Os indígenas já se utilizavam das folhas do babaçu para a construção de suas casas: talos para as paredes e folhas para o telhado, bem como extraíam o mesocarpo do fruto e teciam o paneiro para carregar sua caça. Segundo Anderson, May e Balick (1991), houve períodos em que, para os Apinajés, Guajás e Guajajaras, o mesocarpo se constituiu em alimento principal. O quilombola em fuga e o camponês em frentes de deslocamento também encontraram na palmeira o apoio nas situações adversas. Por isso, a palmeira é chamada de "mãe do povo" (Porro, 2002). A Figura 94 mostra a técnica de cestaria com a palha das folhas.

Hoje, são inúmeros os produtos derivados da palmeira babaçu, em uma economia própria (ALMEIDA; SHIRAISHI NETO; MESQUITA, 2001). No Maranhão em particular, as amêndoas constituem um produto que possui comercialização segura. Nesse estado, as amêndoas de babaçu são comercializadas em praticamente todos os povoados da área de ocorrência das palmeiras, adquiridas em pequenos e médios estabelecimentos comerciais que, em geral, recebem o produto como forma de pagamento por mercadorias para o consumo doméstico. A partir desses pontos de recepção, a produção é transportada em caminhões por comerciantes mais capitalizados e chega às indústrias processadoras de amêndoas em óleo, seja para fins comestíveis ou para os segmentos de higiene, limpeza e cosméticos.

Figura 94. Seu Miguel demonstra a técnica da cestaria com a palha das folhas do "olho da palmeira" e conhecimentos específicos sobre materiais e contexto da coleta e manipulação. Foto: Roberto Porro.

Quando não são comercializadas, as amêndoas podem ser processadas domesticamente para a fabricação do chamado azeite[56] (após torrefação, moagem, cocção, separação e filtragem) ou de leite de coco babaçu (quando não ocorre o cozimento), sendo ambos muito utilizados na alimentação local. Do óleo produz-se sabão e sabonetes, tanto de forma caseira como industrial. Já a torta e a borra de babaçu são subprodutos da fabricação do óleo ou do azeite, adequados para ração animal. Do endocarpo fazem artesanato e do mesocarpo a farinha (Figura 95).

Um carvão renovável do endocarpo de frutos lenhosos é a principal fonte de energia para cozinhar em residências rurais de boa parte do Maranhão, com mercado crescente para uso industrial. O mesocarpo do fruto consiste de uma farinha amilácea, consumida localmente como ingrediente de bolos, biscoitos e mingaus. Atualmente estão em andamento iniciativas para uso em macarrões. Considerando usos além dos frutos, as folhas (palhas) e os estipes (talos) da palmeira são amplamente utilizados como materiais de construção e para artesanato utilitário.

Estudos recentes (PORRO, 2019) destacam a contribuição econômica do carvão de babaçu para a economia local, a maior entre os produtos derivados da palmeira. Diagnóstico realizado junto a agroextrativistas no Médio Mearim identificou que 95% dos entrevistados utilizam o carvão de babaçu, sendo que, para mais de 68%, esse carvão é a principal fonte de energia para cozinhar no domicílio. Caso essa fonte de energia não estivesse disponível, seria necessário mobilizar anualmente recursos significativos para a compra de gás liquefeito de petróleo (GLP) para suprimento das necessidades de energia das cozinhas nos domicílios rurais. Como mesmo na periferia dos centros urbanos é frequente a utilização de carvão de babaçu, sua substituição pelo gás de cozinha implicaria o dispêndio de valores ainda maiores.

Um aspecto que deve ser tratado com cuidado no desenvolvimento de tecnologias de processamento do coco babaçu é, portanto, a forma como será apropriada pelos diferentes segmentos sociais. Caso a escala dos equipamentos de processamento priorizem o uso dos frutos inteiros, apenas por grandes proprietários, estes poderão restringir ainda mais o acesso de quebradeiras de coco aos babaçuais, no intuito de controlar todo o estoque de frutos

56 Muito embora o termo azeite seja tecnicamente utilizado para produtos extraídos da polpa de frutos oleaginosos, e o termo óleo para produtos extraídos de sementes, ditas amêndoas, as quebradeiras de coco babaçu denominam o óleo de babaçu aquele extraído de amêndoas aquecidas a vapor, geralmente por mecanização industrial, e denominam de azeite o que é extraído de amêndoas torradas em forno, geralmente por processo manual ou doméstico.

Figura 95. Produtos derivados da palmeira babaçu. Em sentido horário: objetos decorativos artesanais feitos com o endocarpo já sem amêndoas; sabonetes feitos com o óleo de amêndoas de babaçu; o designado azeite de babaçu feito com o óleo extraído de amêndoas torradas manualmente; sabões feitos com óleo de babaçu; farinha do mesocarpo do fruto do babaçu. Foto: Arquivo Assema.

para processamento mecânico (MIQCB, 2013). Como consequência, será afetada a disponibilidade de casca (ou mesmo do coco inteiro) como fonte de matéria-prima para a fabricação do carvão. Ignorar esse fator poderá trazer sérias consequências, principalmente para o segmento mais vulnerável das famílias que dependem do babaçu, como fonte de renda monetária, e sobretudo do carvão, como fonte de energia para cozinhar.

Isso explica os inúmeros e graves conflitos ocorridos, principalmente em Imperatriz, Marabá e municípios do Bico do Papagaio, quando indústrias produtoras de ferro gusa passaram a utilizar o carvão de coco inteiro, provocando desequilíbrios ambientais e sociais, especialmente entre gêneros. Homens contratados pelas indústrias acessavam os babaçuais, desde o início do dia de trabalho, coletando indiscriminadamente todos os frutos e armazenando-os em volumosos containers. Assim, frutos com boas amêndoas são desperdiçados, pois destinados à queima de fruto inteiro para carvão. Quando as mulheres, que assumem as atividades domésticas, preparando os filhos para a escola ou o almoço, saem mais tarde para os babaçuais, encontram os mesmos já desprovidos dos frutos, que caem ao solo naturalmente, ou mesmo com as palmeiras com cachos cortados (o corte de cacho é tabu entre as comunidades tradicionais de Quebradeiras de Coco Babaçu, pois impede o livre acesso a todas que procurarem aquele babaçual).

Até mesmo o adubo gerado a partir de troncos de palmeiras em decomposição tem ampla utilidade em hortas e canteiros. Ou seja, estes e uma série de outros derivados da palmeira (CARRAZZA; ÁVILA; SILVA, 2012; MAY *et al*., 1985) justificam sua designação como "[...] a árvore da vida [...]" (ANDERSON; ANDERSON, 1985, p. 41). A maior parte desses produtos é, contudo, ignorada nos levantamentos oficiais da produção extrativa, alguns deles apresentando volumes comercializados significativos, como é o caso do carvão e do azeite (PORRO, 2019). (Ver Seção 7, Capítulo 7.8.2. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas no Maranhão).

Rejeitando essa invisibilização das contribuições, verifica-se, a partir dos anos 1980, intenso processo de organização social e política por parte dos agricultores familiares em diversos municípios do Maranhão, notadamente no Médio Mearim e Baixada Ocidental Maranhense, assim como a reafirmação da identidade das mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Frente à exclusão social que se acentuava, um ativo movimento social no campo recuperou significativa parcela das terras a partir da década de 1980. Passado o período de maior incidência dos conflitos agrários, boa parte dos chamados babaçuais passa a ser encontrada associada a pastagens. As diferentes formas pelas quais esses produtores estabeleceram arranjos agrosilvipastoris – seja através do manejo de pastagens em associação com palmeiras, seja pela condução da sucessão florestal, visando ao cultivo de roçados – evidenciam que diversas configurações socioambientais responderam de forma distinta a processos que ali moldaram o uso e a cobertura da terra (PORRO, 2005; PORRO; PORRO, 2014).

Ainda sobre esse movimento social que recuperou relevantes áreas de terras tradicionalmente ocupadas pela agricultura, é importante ressaltar uma de suas relevantes especificidades: embora não lograssem direitos de reaver todo o território violado, o movimento logrou direitos parciais sobre florestas com as quais tradicionalmente se relacionavam através do extrativismo. Nos quatro estados de sua atuação, houve nichos de resistência e reivindicação sobre florestas de babaçuais sobre áreas que permaneceram sob propriedade privada. Aliás, em muitos focos de conflito, o mesmo havia sido deflagrado pela proibição do acesso aos babaçuais pelas quebradeiras.

Assim, desde o final da década de 1960, para povoados em determinadas áreas de ocorrência, mas a partir da década de 1970 em geral, quando se iniciaram as privatizações, mulheres extrativistas puseram-se a debater seus direitos sobre a "mãe do povo", que ninguém plantara e nem aguara, assim não poderia ser objeto de propriedade. Mesmo ainda sem uma articulação entre os diversos e distantes focos de resistência, foram realizadas conquistas localizadas de livre acesso. O termo Babaçu Livre emerge numa das reuniões de um Grupo de Estudos que existiu na década de 1990 na Assema, após uma reflexão sobre os grupos onde ainda existiam mulheres e palmeiras sujeitas ao jugo dos patrões pecuaristas. Além disso, as terras conquistadas pela reforma agrária eram, via de regra, menores que as terras tradicionalmente ocupadas, assim, haveria que garantir a coleta do fruto das palmeiras nas áreas circunvizinhas.

Figura 96. Indústria para extração do óleo das amêndoas de coco babaçu. Na sede do município de Lago do Junco, as Quebradeiras de Coco mantêm desde 1991 uma indústria para extração do óleo das amêndoas de coco babaçu. Foto: Noemi Porro, Arquivo UFPA.

Portanto, entre as conquistas do movimento das quebradeiras está a aprovação, em diversos municípios, das chamadas "Leis do Babaçu Livre", garantindo acesso das quebradeiras aos babaçuais, mesmo em propriedades privadas (SHIRAISHI NETO, 2017). Atualmente, nos quatro estados, contam-se pelo menos 14 municípios cujas câmaras municipais incorporaram a lei das Quebradeiras de Coco Babaçu nas normas municipais, garantindo-lhes o livre acesso às palmeiras para fins de coleta. No Estado do Tocantins, também se aprovou lei estadual – Lei nº 1.959 de 2008, referente à proteção da palmeira e ao Babaçu Livre em terras públicas ou devolutas, mencionando-se a possibilidade de acordos de acesso em terras privadas. Desde a década de 1990, vem tramitando, com frequentes intervalos e obstruções, uma proposta de projeto de lei nacional[57]. A Lei do Babaçu Livre enfoca originalmente o livre acesso aos babaçuais. Porém, tem em seu princípio a autonomia do campesinato para os vários aspectos de um modo de vida específico. Esse princípio aproxima as Quebradeiras de Coco Babaçu aos diferentes povos e comunidades tradicionais com semelhantes lutas, como as catadoras de mangaba que as convidaram para estudar com o professor Joaquim Shiraishi uma lei estadual sobre as catadoras como comunidade tradicional. Assim também, os quebradores de coco licuri nelas se inspiraram para a bandeira do Licuri Livre; e as produtoras do queijo serrano, que lutam pelos direitos ao conhecimento tradicional que garante uma forma própria de produção (PORRO; MENASCHE; SHIRAISHI NETO, 2014; MONTEIRO *et al*., 2015).

Assim, fundadas nessa tradição de liberdade na produção, surgem também iniciativas relevantes de processamento e de comercialização empreendidas pelas organizações sociais das quebradeiras de coco, que contribuíram para que a tendência de queda na produção de amêndoas de babaçu não se manifestasse de forma tão pronunciada nessas áreas.

Importante nicho de mercado tem sido ocupado há mais de duas décadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) que, mantida pelas próprias quebradeiras de coco, anualmente produz e exporta mais de 150 toneladas de óleo de babaçu com certificação orgânica para empresas de cosméticos que valorizam a origem e as características desse produto extrativo (VICARI, 2014) (Figura 96).

Outras iniciativas passam a ser desenvolvidas através do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), tanto no Mearim como no Tocantins, Piauí, no sul do Pará e na Baixada Maranhense. Embora o volume de amêndoas comercializadas através desses nichos de mercado limite-se a não mais do que 2% do total anualmente produzido,

57 No Estado do Piauí, temos a Lei no 6.669 de 2015 e, no Estado do Maranhão, a Lei no 9.428 de 2015, ambas instituindo o Dia da Quebradeira de Coco Babaçu.

a visibilidade dessas iniciativas em muito contribui para o fortalecimento do poder de barganha dos movimentos sociais na reivindicação de programas que favoreçam a ampliação dessas oportunidades.

16.5.3. Biodiversidade: uma questão de equilíbrio socioambiental

Com todos esses produtos e benefícios, seria de se imaginar que houvesse reconhecimento a essas contribuições incontestáveis das Quebradeiras de Coco Babaçu à biodiversidade. No entanto, se um desavisado ecólogo realizar um estudo da história natural ou um estudo comparativo entre as paisagens prístinas e as atuais, poderá chegar à conclusão de que as Quebradeiras de Coco Babaçu são poderosas agentes contribuindo para a redução da biodiversidade. Por quê?

A floresta ombrófila original continha o babaçu, entre centenas de espécies, compondo uma formação vegetal de arquitetura e composição extremamente diversa, o que favorecia a manutenção de cursos d'água e a pujança da fauna. O babaçu era apenas uma das muitas espécies a conviver na floresta.

Porém, ao se abrirem clareiras nessa floresta deixando o sol iluminar diretamente frutos e sementes das espécies cortadas, a genética do babaçu lhe confere vantagem imensa sobre outras espécies. As centenas de frutos começam a lançar brotos e raízes a partir das sementes ainda no interior do coco, tão rapidamente que as outras espécies não conseguem competir. O crescimento acelerado abafa outras espécies em sucessão.

Além disso, animais dispersam esses frutos que lhes oferece um apetitoso mesocarpo para roer, mas eles não conseguem alcançar as sementes, pois nem a poderosa mandíbula do caititu consegue quebrar o endocarpo onde está protegida a semente do babaçu. E para finalizar, a genética do babaçu também lhe proporcionou um tecido meristemático posicionado abaixo do solo: se um agricultor roçar a jovem palmeira, esse tecido garantirá a reposição de novas folhas (ANDERSON; MAY; BALICK, 1991). E quando maduras, o tecido meristemático fica no alto da palmeira; por isso, antes de colocar o fogo para queimar a capoeira derrubada para uma roça, os camponeses cortam as folhas secas da palmeira, evitando que o fogo mate o tecido meristemático que dará origem a novas folhas, pois o caule é bastante resistente ao fogo. Assim, babaçuais e roças convivem através do conhecimento tradicional dos camponeses e, retirada a roça, os babaçuais dominam a paisagem.

Por tudo isso, essas florestas secundárias oligárquicas têm a dominância de uma espécie e, portanto, são muito menos diversas em termos de arquitetura e composição de espécies vegetais, o que afeta outros elementos do ecossistema. Então, por que falamos em contribuições das Quebradeiras de Coco Babaçu à biodiversidade?

Figura 97. Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu do povoado Santana, no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, produzindo licor de jenipapo e compotas de fruteiras locais. Foto: Arquivo Assema.

Figura 98. Festa de São Benedito no quilombo de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos em 2018. O quilombo de Monte Alegre-Olho d'Água dos Grilos enfrenta desde 2014 pressões para o loteamento de suas terras de uso comum. Foto: Arquivo Associação Unidos Venceremos do mesmo quilombo.

Inicialmente, pelo fato de elas se juntarem aos grupos indígenas no relacionamento com essa palmeira. São esses povos e comunidades tradicionais que resistiram e resistem ao avanço das commodities agrícolas que, então sim, eliminariam permanentemente quer seja floresta ombrófila ou oligárquica. Se no século XIX, as fazendas de algodão ou de açúcar tivessem vigorado, e no século XX, as fazendas de gado tivessem varrido de vez as comunidades tradicionais, pastagens e plantations seriam bem menos biodiversas do que as capoeiras e roças.

Anderson, May e Balick (1991) intitularam os babaçuais como "o subsídio da natureza". Retirada a floresta primária, a natureza confere uma segunda chance a quem desmatou, subsidiando-o com uma floresta secundária oligárquica, com a dominância de uma espécie tão resistente e produtiva, que ousamos esperar que não avançassem mais sobre o restante da floresta ombrófila. Nessa floresta secundária, coexistem outras espécies representantes da biodiversidade local, como por exemplo, o jenipapo (*Genipa americana* L.), que as Quebradeiras aproveitam para fazer licor (Figura 97).

E o equilíbrio estaria aqui: a natureza oferece uma floresta secundária altamente produtiva, que se encontra em segundo clímax, portanto bastante resistente, e nela as comunidades tradicionais poderiam se ater, não fosse a intrusão e o cerceamento das propriedades privadas, que condicionam áreas menores do que as necessárias para as roças de corte e queima conviverem com os babaçuais.

Portanto, é crucial que a leitura sobre contribuições das Quebradeiras de Coco Babaçu à biodiversidade seja feita num prisma histórico, político, ecológico e, sobretudo, cultural, em escopo abrangente, no tempo e no espaço (Figura 98). Não fossem os investimentos para a manutenção da coesão social e inovações nos conhecimentos tradicionais, o grupo social não teria como se renovar em um ecossistema sob excessiva pressão.

16.5.4. Encantadeiras pela biodiversidade

As Quebradeiras de Coco Babaçu nunca pensaram a biodiversidade apenas numa perspectiva econômico-financeira. E contribuem com a biodiversidade não apenas com os produtos ou processos com intenção de ganho financeiro. Por isso se expressam também de outras formas sobre suas lutas pelos babaçuais. As Quebradeiras de Coco Babaçu formaram um grupo musical chamado As Encantadeiras (Figura 99). As componentes são um grupo de mulheres engajadas em organizações sociais de Quebradeiras de Coco Babaçu, cujo movimento atua nos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. O Grupo foi criado com o apoio do MIQCB e da Assema, apresentando-se pela primeira vez em Brasília, DF, em 2004.

Em fevereiro de 2005, As Encantadeiras se apresentaram no desfile de Carnaval, em bloco premiado em São Luís do Maranhão. Em seguida, de maio a junho de 2005, através do Projeto "Talentos", apoiado pelo Banco do Brasil e pela Lume Arte, realizaram apresentações em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, em companhia da cantora de hip-hop Nega Gizza.

Em dezembro de 2006, elas cantaram durante a cerimônia de entrega, pelo presidente Lula, do prêmio Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, no Palácio do Planalto. O MIQCB foi uma das organizações premiadas.

Em 26 de janeiro de 2007, realizaram outro show em Brasília, no Teatro Yara Amaral do Sesi, para o 3º Fest Sesi, cantando o tema "O Trabalhador e a Cultura Popular". Ainda em 2007, As Encantadeiras encantaram os participantes da entrega do Prêmio Margarida Alves, promovido pela Diretoria de Políticas para Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Figura 99. Apresentação na Marina da Glória, Rio de Janeiro, em 2005. Foto: Arquivo MIQCB.

Em outubro de 2008, elas se apresentaram, com apoio da organização Terra Madre, no Encontro Mundial de Comunidade do Alimento, em Turim, na Itália, ao lado de vários outros grupos e artistas convidados.

As Encantadeiras também dividiram o palco com o cantor e compositor maranhense Zeca Baleiro, em Pedreiras, no Maranhão. Em junho de 2009, durante o VI Encontrão das Quebradeiras, elas realizaram um show em São Luís, no hotel Praia Mar e em julho de 2010, apresentaram-se no Simpósio Internacional sobre Conhecimento Tradicional, em Manaus.

Em março de 2011, realizaram uma brilhante apresentação e dialogaram com a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, debatendo e cantando temas que dizem respeito à sua identidade, território e às suas tradições. Em 2012, apresentaram-se no auditório JK, da Procuradoria Geral da República, no Ministério Público Federal, em Brasília. Em 2015 e 2016, fizeram uma abrangente turnê pelo Brasil, através do Projeto Sonora Brasil, pelo Sesc. Representando as Quebradeiras de Coco Babaçu, As Encantadeiras participaram do tema "Sonoros Ofícios – Cantos de Trabalho", que abordava exemplos de prática de cantos de trabalho. Em 2018, apresentaram-se no XVI Congresso Internacional de Etnobiologia, em Belém do Pará.

Com músicas que traduzem suas vidas e trabalhos como mulheres, as quebradeiras de coco utilizam seu canto e seus encantos para expressar o valor do seu trabalho na agricultura e no extrativismo do babaçu, e na luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais. Assim, uma publicação é elaborada para expressar o desejo das mulheres quebradeiras de coco de compartilharem suas músicas com crianças, jovens e adultos de suas comunidades tradicionais.

Algumas das canções interpretadas por As Encantadeiras são composições das próprias quebradeiras de coco de babaçu, outras são de domínio público e outras ainda são composições feitas em merecida homenagem às mulheres quebradeiras de coco. Apesar de não conseguirem identificar todos os autores, as Quebradeiras de Coco Babaçu reconhecem e louvam aqueles que apoiaram a luta pelos babaçuais, com sua criatividade e arte.

16.5.5. Os desafios contra essas contribuições

Vemos que os encantos das Quebradeiras de Coco Encantadeiras foram desafiados ao longo da história, especialmente, pela privatização das terras e dos babaçuais de uso comum. Com as restrições crescentes ao acesso à terra, o acesso aos frutos dos babaçuais nativos tornou-se uma bandeira e uma prática de resistência. Desde o início do século XX, o extrativismo das amêndoas assumiu relevância na economia camponesa nas áreas de ocorrência de babaçuais, no Norte e Nordeste. A venda das amêndoas seria o ingresso a custear o plantio das roças, especialmente do arroz, muitas vezes sob pagamento de renda aos pretensos proprietários.

A lei de terras do então governador Sarney (Lei nº 2.979, de 15 de junho de 1969), que estabeleceu o acesso à terra apenas através do mercado, afetou gravemente a economia do babaçu (SHIRAISHI NETO, 1998). A redução na produção de amêndoas está associada, em primeira instância, ao expressivo número de comunidades tradicionais desmanteladas, desde a década de 1970, nas quais os babaçuais vêm sendo dizimados para conversão em pastagens onde as palmeiras são cortadas para evitar a entrada das extrativistas. Mesmo nos casos em que as famílias camponesas conseguiram, através das ações da Igreja católica e dos sindicatos de trabalhadores rurais, a recuperação da posse da terra, como agricultores familiares beneficiários em assentamentos de reforma agrária, as remanescentes florestas secundárias de babaçu continuaram a sofrer pressões. De maneira geral, as terras desapropriadas para fins de reforma agrária não foram delimitadas abrangendo a totalidade dos territórios tradicionalmente ocupados. Assim, por ser menor, a área de terra reconquistada pode não ser sustentável para o cultivo em sistema de corte-e-queima com pousio, para o número de famílias contempladas.

Nesse sentido, nessas áreas sob regime de uso comum, com pousios de menor prazo e com famílias em maior número requerendo áreas para desmate anual, a densidade de palmeiras em uma área de roça tradicional pode acabar sendo significativamente menor do que o necessário para manter o extrativismo desejado pelas famílias. Mesmo que, nesses casos de áreas comuns para plantios de roça, as palmeiras não sejam cortadas, procede-se o manejo executado – com corte das folhas mais externas, para que estas não se queimem e o fogo afete o tecido meristemático no "olho" da palmeira, o que seria fatal. Esse procedimento mantém a palmeira viva, mas interrompe temporariamente sua produção, o que não constituía problema quando havia terras suficientes para períodos mais longos de pousio, pois outras áreas manteriam a oferta de frutos enquanto esta estaria em pousio para recuperação. Assim, contraposições no interior de unidades familiares de produção passam a se expressar com mais frequência entre as atividades agrícolas, exercidas pelos homens, e extrativas, essencialmente envolvendo as mulheres. Nesse sentido, desequilíbrios intergêneros ocorrem na divisão sexual de trabalho da unidade.

Nas pastagens, diferentemente das áreas comuns onde se plantam as roças, o uso é, via de regra, privado, isto é, uma vez que uma família logra estabelecer cercamento e plantio de pastagem, aquela área é do uso exclusivo dessa família e é subtraída do pool de recursos comuns. Assim, as palmeiras remanescentes naquela pastagem ficam potencialmente como objeto de manejo sob controle da tomada de decisão de apenas uma família, embora sob controle social indireto das demais famílias. O que se tem observado empiricamente em pastagens, tanto entre as famílias camponesas em áreas de reforma agrária, quanto sob propriedade de fazendeiros em áreas de influência da Lei do Babaçu Livre (Figura 100), é a manutenção de uma densidade razoável de palmeiras por hectare. Esses dados empíricos podem estar em transformação, pois essa dinâmica mostra-se associada ao vigor do extrativismo. Com os dados decrescentes dos volumes de produção de amêndoas de babaçu apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017, o controle social que mantém o corte de palmeiras mais restrito pode se enfraquecer, retroalimentando um efeito cascata: menor extração, menor controle de derrubas, menor extração.

Amaral Filho (1983) e May (1986) estudaram a economia do babaçu. Amaral, sob perspectiva da economia política, enfocou a organização da extrato-indústria. May, com enfoque na variação da oferta de volumes de amêndoas, verificou que, mesmo quando havia aumento da demanda por amêndoas pela indústria e mesmo aumento dos preços, a oferta poderia não acompanhar esse aumento, identificando esse processo como inelástico. Isso ocorria na década de 1970 e 1980, quando as áreas disponíveis para as roças eram maiores. Quanto menor acesso a terras para roças, maior a dependência à renda e recursos do babaçu, então não mais para o custeio da roça, mas para o consumo em si. Em importantes períodos da história desse campesinato, o babaçu sustentou comunidades tradicionais crescentemente acuadas pelo avanço de uma frente pioneira da economia de mercado.

Ainda mais evidente é a progressiva redução no número de mulheres que atuam na quebra do babaçu ou no tempo que elas dedicam à atividade, o que se deve, em parte, ao acesso a recursos de políticas sociais e compensatórias. Isso passou a ocorrer no início dos anos 1990, pela aplicação do dispositivo constitucional de 1988 que instituiu a aposentadoria rural, sendo reforçado na década seguinte, com o início do Programa Bolsa Família, que viabiliza uma renda mínima, contemplando necessidades básicas de milhares de famílias, que antes dependiam fortemente do extrativismo para sua subsistência. Uma vez disponíveis tais alternativas de renda mínima, a penosidade da quebra do coco, combinada com o ainda baixo retorno econômico dessa atividade, resulta no desinteresse, sobretudo por parte das jovens, em se dedicar a uma atividade que, para as gerações de suas mães e avós, era primordial para a sobrevivência familiar. Além disso, na última década intensifica-se a atuação de empresas que utilizam equipamentos para processamento integral do babaçu e instalam postos de compra de coco inteiro na zona rural, geralmente containers nos quais são depositados os frutos adquiridos por um intermediário para posterior transporte até as unidades processadoras.

A economia do babaçu tem sido fortemente impactada por transformações no mercado industrial. Até a década de 1970, o babaçu constituía a matéria-prima de boa parte do óleo industrializado consumido nas cozinhas do denominado Meio-Norte brasileiro, tendo sido, a partir de então, substituído por óleos não saturados e com menor custo de produção, especialmente o óleo de soja. Por outro lado, a importação dos óleos láuricos de palma e palmiste produzidos a partir de extensos monocultivos de palmeiras de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.), no Sudeste asiático, passou a ser facilitada pela gradual eliminação de barreiras não tarifárias e pela redução acentuada nas alíquotas de importação. Em poucos anos, a partir do Plano Collor (1991), tais alíquotas foram reduzidas de 18% para 2% (SHIRAISHI NETO, 1999). A utilização industrial da gordura do coco babaçu perde mercados significativos, e passa a ser destinada, sobretudo, a indústrias para fabricação de sabão, localizadas no Maranhão e no Piauí, embora ocasionalmente ainda seja adquirida por grandes indústrias do Sudeste. A competição passa a ser mais acirrada na última década, com a expansão do cultivo de dendê no Nordeste paraense. Estudo realizado em 2001 havia estimado que o mercado formal para o óleo comestível de babaçu era de 5,5 mil toneladas/ano, predominantemente para a região Nordeste, enquanto 35 mil toneladas anuais eram absorvidas por indústrias de óleos láuricos, cuja demanda total alcançava, à época, 80 mil toneladas (HERRMANN *et al*., 2001).

Figura 100. Quebradeiras se mobilizam em defesa da Lei do Babaçu Livre, editada por elas mesmas. Foto: Arquivo MIQCB

Como resultado, as estatísticas oficiais mostram uma substancial redução no número de extrativistas do babaçu, e consequentemente, da produção de amêndoas comercializadas. Os dados do Censo Agropecuário de 2017, divulgados recentemente (IBGE, 2019), indicam 19.331 estabelecimentos rurais envolvidos na extração de amêndoas de babaçu, dos quais 15.491 no Estado do Maranhão. Nesse ano, 15.907 toneladas de amêndoas de babaçu foram extraídas. Tais dados representam queda drástica, comparados ao Censo anterior, do ano de 2006, no qual foram contabilizados 58.594 estabelecimentos no Estado do Maranhão, para uma produção de 157.953 toneladas de amêndoas. Os dados de 2017 são questionáveis, pois, o próprio IBGE, através da Produção da Extração Vegetal (PEV) de 2017, indicou uma produção de amêndoas quase três vezes superior: 54.330 toneladas. Se por um lado, observamos que o volume produzido indicado pela PEV parece estar superestimado em vários municípios, os dados do Censo claramente indicam uma subestimação. Vale lembrar que os dados da PEV são estimativas obtidas com informantes vinculados às respectivas cadeias produtivas. Apesar do conhecimento acumulado desses informantes, tais estimativas não captam especificidades da localização da produção. Em muitas situações, a informação que chega aos órgãos públicos e agentes da cadeia produtiva refere-se ao local de comercialização, e não de produção efetiva. Por essa razão, a produção tende a ser superestimada em municípios com estabelecimentos comerciais de maior porte, para onde é inicialmente canalizada a produção local, em operações, via de regra, com pouca formalidade em seu registro. (Ver Seção 7, Capítulo 7.8. Extrativismo e agriculturas florestais: principais espécies comercializadas e cadeias produtivas).

A relevância do uso do carvão de babaçu nos domicílios rurais, por seu turno, acentua o potencial impacto de métodos de processamento integral do coco baseados no emprego de tecnologias de quebra realizada fora do domicílio. No mencionado diagnóstico (PORRO, 2019), a constatação de que mais de 18% dos domicílios que produzem carvão utilizam o fruto inteiro denota uma tendência de relativização da importância da amêndoa para certos segmentos nas comunidades. Tal relativização, sobretudo expressa na já reportada redução do número de mulheres jovens que se dedicam à quebra do coco, acentua a necessidade do desenvolvimento de equipamentos de processamento do babaçu de menor porte, adequados para uso em nível de unidade familiar ou de pequenos grupos nas comunidades, melhorando as condições e reduzindo a penosidade do trabalho da quebradeira de coco, assim como aumentando a rentabilidade desse trabalho.

Uma forte limitação inerente às estatísticas oficiais de produtos do extrativismo reside, portanto, na dificuldade de captar o volume de produtos utilizados para o consumo das unidades familiares. No caso do babaçu, registra-se apenas a produção de amêndoas e, mais

recentemente, do fruto inteiro. Nenhum dos outros produtos derivados da palmeira é contabilizado. (Ver Seção 7, Capítulo 7.8. Extrativismo e agriculturas florestais: principais espécies comercializadas e cadeias produtivas).

16.5.6. Um exemplo de proteção à biodiversidade: a questão genética

As Quebradeiras de Coco Babaçu, através do MIQCB e da Assema, negaram, em 2013, anuência à atividade de "seleção de genótipos superiores de espécies do complexo babaçu" no âmbito de projeto de pesquisa da Embrapa que dependeria do acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, visando o pré-melhoramento da espécie. Apesar de enfatizarem a importância do estabelecimento de parcerias com a Embrapa e outras instituições de pesquisa que priorizam os trabalhos relacionados ao babaçu, MIQCB e Assema (e organizações de base a elas associadas) afirmaram não concordar com a forma como o referido projeto foi elaborado e apresentado.

Após a realização de diversas reuniões com pesquisadores da Embrapa ao longo daquele ano, as Quebradeiras de Coco destacaram a necessidade de novos diálogos para definir formas como tais parcerias possam efetivamente contribuir para a melhoria da realidade e com as aspirações dos grupos sociais a quem uma empresa pública de pesquisa deveria prioritariamente atender. A experiência também foi refletida na academia, em intercâmbio internacional em parcerias da Universidade Federal do Pará com a Universidade das Nações Unidas (UNU), em Tóquio, e a Universidade de Tsukuba (PORRO, SHIRAISHI-NETO, PORRO, 2015). Destacamos alguns princípios relacionados aos debates com as organizações sociais e universidades, a seguir.

Concepção e eixo norteador de projetos de pesquisa com o babaçu. As demandas da indústria e de grandes produtores não devem ser o eixo norteador de projetos de pesquisa associados ao babaçu, exatamente por este compor patrimônio genético associado ao conhecimento de povos e comunidades tradicionais. Em particular, as pesquisas não devem priorizar aspectos da produção energética para a indústria, mas sim, a geração de produtos e serviços (inclusive a energia) derivados do babaçu para a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. Os projetos devem deixar explícito que tal eixo norteador será constituído pelas aspirações das comunidades tradicionais que dependem do babaçu para seus meios de vida, condicionadas ao consentimento livre prévio e fundamentado por parte destas, de quaisquer intervenções que afetem direta ou indiretamente sua existência e organização social.

Abordagens prioritárias em pesquisas com babaçu. A sustentabilidade da economia regional baseada no babaçu será fortalecida por intervenções de pesquisa que apoiem estratégias que não sejam a transformação da palmeira em espécie cultivada. Projetos que apresentam a domesticação e o melhoramento como as principais alternativas para a exploração racional e maior retorno econômico na área de ocorrência de babaçuais não são prioritários. Intervenções em pesquisa devem levar em consideração a valorização do extrativismo e das

paisagens atuais através de arranjos produtivos que viabilizem a pluriatividade, como os consórcios de babaçu com cultivos e pastagens, associados a melhorias na cadeia produtiva, resultando numa melhor distribuição de benefícios e agregação de valor.

Melhoramento genético. No caso de organizações que consintam discutir projetos que incluam seleção de palmeiras e instalação de ensaios de progênies para fins de melhoramento, devem ser enfatizados processos de consulta às comunidades agroextrativistas para definir critérios desejáveis de escolha de palmeiras para selecionar genótipos superiores, prevendo orçamento para tanto. Tais projetos devem reconhecer que povos indígenas efetivamente realizaram a seleção e o manejo de plantas superiores na natureza, contribuindo assim para que a espécie seja hoje uma das principais fontes de renda da produção extrativa vegetal não madeireira na Amazônia e no Nordeste. Particular atenção deve ser dada à estratégia do projeto frente ao mecanismo reprodutivo da espécie: demonstrar claramente como evitar a polinização cruzada, fecundação de palmeiras plantadas por material das nativas que estão a seu redor, por quais métodos, por quantas gerações, e em quantos indivíduos. Deve também ser esclarecido se existiriam condições efetivas para a utilização de eventuais "variedades melhoradas" em áreas de ocorrência de babaçu, ou se tal seria viável apenas mediante a supressão das palmeiras nativas, o que é proibido por lei. Critérios para ensaios de progênies em áreas que não sejam de domínio das Quebradeiras de Coco e produtores familiares devem incluir a garantia de acesso destes a essas áreas, para acompanhamento.

Mapeamentos. Em projetos que incluam objetivos relacionados ao mapeamento e à análise espacial da ocorrência de babaçu, deve ser enfatizada a necessidade de compreensão da diversidade na dinâmica de mudanças na cobertura da terra em áreas de ocorrência já observada do babaçu, evitando-se o objetivo de produção de mapas de potencial distribuição da espécie, cuja utilização por setores privados seria potencialmente prejudicial aos interesses de comunidades agroextrativistas, por interferir na autonomia dos grupos sociais quanto ao destino do território por eles ocupados.

Impactos ecológicos. Devem ser rejeitados projetos que incentivem o monocultivo de palmeiras, e demandadas precauções a projetos que modifiquem babaçuais nativos. Projetos que visem alterações nas populações nativas de babaçuais devem explicitar que ainda não há conhecimento suficiente relacionado às consequências ecológicas e aos impactos à biodiversidade derivados da transformação das paisagens de florestas secundárias naturais. Esses projetos devem incluir ações que mitiguem os riscos identificáveis. Portanto, projetos não devem afirmar que não existem riscos ambientais e biológicos, pois o melhoramento genético pela ciência moderna convencional não garante o balanço que as modificações ocorridas na natureza, ou através do conhecimento tradicional indígena, obtiveram, devido ao tempo e espaço para confirmação de testes.

Patentes e aspectos legais. A patente é mecanismo que garante direitos específicos. No entanto, se refere ao direito privado e, portanto, necessita-se de instrumento que operacionalize direitos coletivos e difusos. A discussão desses projetos deve buscar, entre outros objetivos, avançar no processo de reflexão sobre os instrumentos adequados. A lei garante

não apenas o direito de recusa de anuência ao acesso, mas também prazos e condições adequados para decidir. Portanto, os projetos devem incluir cronograma e orçamento compatíveis com tais necessidades.

16.5.7. Políticas e ações públicas que fortalecem as contribuições

Ao se discutir políticas públicas com as Quebradeiras de Coco Babaçu, não há como negar a importância do I e do II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois desde o primeiro plano, em 1985, já se mencionam os direitos associados às diversas formas de ocupação da terra. Porém, somente com a Constituição Federal de 1988 esses novos direitos foram ganhando formas concretas de regulamentação.

O Decreto nº 4.887 que regulamenta os direitos aos territórios quilombolas só foi efetivado em 2003, e somente com as mobilizações sociais ganhou a forma da Instrução Normativa nº 57 do Incra, em 2009. Até hoje as Quebradeiras de Coco enfrentam as consequências desse atraso de 21 anos, pois várias são as comunidades tradicionais de Quebradeiras de Coco que se autoidentificam como quilombolas.

Em 2007, as Quebradeiras participaram das reflexões e debates que convergiram para

Figura 101. As feiras estão associadas a contribuições na comercialização de alimentos saudáveis oferecidos diretamente pelos produtores. As contribuições na produção de amêndoas, carvão, farinha de mesocarpo estão associadas a contribuições na produção e comercialização de alimentos saudáveis e oferecidos diretamente pelos produtores através de feiras. As Quebradeiras de Coco Babaçu reivindicaram e participam de políticas e programas que fortalecem a agricultura familiar de maneira abrangente. Foto: Arquivo Assema.

o Decreto nº 6.040/2007, que trata dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, tendo assento de titular e suplente na Comissão Nacional para o Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais. Após doze anos de atuação, em 2019 a Comissão encontra-se ameaçada de extinção.

Em 2008, as Quebradeiras de Coco participaram das discussões para a constituição de um dos mais importantes planos que fortaleceram suas contribuições: o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB). Esse Plano visa promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos. Por essa razão, o PNBSB estava articulado a vários outros planos.

O PNBSB iniciou suas ações em territórios e sobre produtos específicos, entre eles os babaçuais e os produtos das Quebradeiras, sendo coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de outras instituições. Com esses contatos, as Quebradeiras passaram a contribuir na formação de outras comissões nacionais.

Conforme estabelecido na Portaria Interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 21/07/09, o PNBSB tem suas ações focadas em seis eixos: 1) promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável; 2) estruturação e fortalecimento dos processos industriais; 3) estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade; 4) fortalecimento da organização social e produtiva; 5) ações complementares para fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade; 6) ações complementares para a valoração dos serviços da sociobiodiversidade.

Assim, estando já vigente a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os grupos que participavam das discussões do PNBSB também foram fortalecidos pela norma de que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar deveriam ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar. Foi assim que as Quebradeiras de coco começaram a vender farinha de mesocarpo de babaçu para a merenda escolar.

De mesma forma, as contribuições das Quebradeiras foram fortalecidas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com sua versão para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que objetiva fomentar a proteção ao meio ambiente, por meio desse apoio econômico aos povos e comunidades tradicionais (Figura 101). A Conab apoia a comercialização de 17 produtos da sociobiodiversidade, inclusive o babaçu, e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto

extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal[58]. A PGPM-Bio foi inclusive reiterada no atual governo, ainda que mantido o mesmo valor mínimo para o quilo da amêndoa de babaçu, em R$ 3,04 (para a safra de 2019).

16.5.8. Propostas para o presente e o futuro

As Quebradeiras de Coco Babaçu, até as últimas reuniões ocorridas, entendem que no melhor cenário viável, a governança no atual contexto sociopolítico só será garantida com o retorno dos mecanismos democráticos no funcionamento das instituições públicas e dos conselhos que vinham buscando a participação da sociedade civil nas mesmas. Conselhos como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e Conselho Nacional para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), nos quais as Quebradeiras de Coco tinham assento, foram extintos no início do atual governo.

As Quebradeiras de Coco participaram ativamente da Mesa de Diálogos ocorrida no Ministério Público Federal, em maio de 2019, na qual o Secretário Adjunto de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) inserido no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, afirmou a recriação do CNPCT. Mais que o embate sobre o número e composição do Conselho, as Quebradeiras refletem sobre como essa representação poderá

Figura 102. Os conhecimentos sobre um particular sistema agrossilvipastoril vêm se acumulando. Os conhecimentos sobre um particular sistema agrossilvipastoril vêm se acumulando, pois se identificou excelentes consórcios entre gramíneas e palmeiras. Porém, dado que as pastagens implicam em domínio permanente sobre determinadas áreas, há que se refletir sobre as terras de uso comum em gestão territorial controlada pela própria comunidade. Foto: Roberto Porro.

58 Ver: https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio.

Figura 103. Primeiros testes de envasamento de amostras de óleo refinado na COPPALJ. Foto: Arquivo Assema.

efetivamente atuar na busca da qualidade de vida atual e futura dos povos e comunidades tradicionais no conjunto da obra.

A governança na perspectiva local é ainda mais incerta, uma vez que as questões fundiárias e ambientais do presente acumulam inseguranças para um futuro. Assim, uma das propostas das Quebradeiras é o foco, de uma articulação de povos e comunidades tradicionais, sobre as violações aos direitos às terras de uso comum e os seus específicos sistemas de produção, apesar do contexto desfavorável às titulações coletivas, simbolizado pela Lei nº 13.465/2017[59]. Em 2018 e 2019, representantes e assessores tanto da Assema, quanto do MIQCB, participaram de reuniões de articulação com esse foco, promovidas por um coletivo formado por: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) e Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Fase e Terra de Direitos. A proposta é refletir sobre as dinâmicas atuais e subsidiar a incidência das organizações sociais em políticas públicas (ou a eliminação destas) referentes às terras tradicionalmente ocupadas, sejam terras de uso comum ou terras coletivas.

Cerca de quarenta organizações cuja base territorial se funda em terras tradicionalmente ocupadas, algumas sob regime de uso comum e projetos de assentamento de uso coletivo, participaram da articulação. Denúncias de retrocessos em conquistas de direitos constitucionais, através de decretos avessos e objeção ou omissão na implementação de políticas públicas de reforma agrária ou ambientais foram objeto de reflexão. Parte das denúncias foi levada à 6a Câmara de Revisão e Coordenação da Procuradoria Geral da República, enquanto encaminhamentos regionais ou locais foram tomados.

Uma das reflexões apontava para a necessidade de articulações mais amplas, inclusive de cunho internacional, coincidindo com as proposições deste Diagnóstico.

Outras propostas para o futuro versam sobre o registro, a atualização e a reflexão sobre as práticas, os sistemas e arranjos que atualmente sustentam o modo de vida das Quebradeiras de Coco Babaçu (Figura 102). Para tanto, uma aproximação com as entidades de pesquisa, públicas e privadas, se faz necessária, inclusive para a formação de nova geração desses agentes, que possam estudar com novas perspectivas os atuais cenários.

Ainda são necessárias a identificação participativa e a validação de práticas, sistemas ou arranjos que ampliem a viabilidade da produção agroextrativa nas atuais condições

59 Verificar a Ação Direta de Inconstitucionalidade no 5.771 de 30 de agosto de 2017 (no 220.490/2017-AsJConst/SAJ/PGR) contra a Lei no 13.465/2017, conversão da Medida Provisória no 759/2016.

ambientais e demográficas (PORRO; FIGUEIREDO, 2013). Entre estas, destacam-se as demandas pela conservação de variedades crioulas e oportunidade de experimentar cultivares de arroz, mandioca, milho e feijão, mais adaptados à baixa fertilidade e à ausência de insumos químicos, à seleção de pastagens com características de associação positiva com as palmeiras e à experimentação com espécies arbóreas com potencial para serem integradas ao babaçu, a exemplo do que tem sido implementado localmente em iniciativas promissoras com a leguminosa arbórea sabiá (*Mimosa caesalpiniifolia* Benth.). Na medida em que alternativas tecnológicas efetivas sejam viabilizadas, áreas agrícolas poderiam ser utilizadas de forma mais intensiva, proporcionando maior retorno econômico ou possibilitando a redução das mesmas e o seu destino à conservação ambiental (PORRO; PORRO, 2015).

Iniciativas efetivas para o processamento e a comercialização de produtos do babaçu são realmente necessárias para haver maior agregação de valor e redução da pobreza rural. Além de benefícios econômicos, tais iniciativas, a exemplo do trabalho que vem sendo executado pelas cooperativas agroextrativistas do Mearim e pelo MIQCB, contribuem para a aquisição de direitos mais amplos de cidadania, auxiliando também no exercício de acesso e de formulação de políticas direcionadas ao bem-estar dessas comunidades (PORRO; FIGUEIREDO, 2013).

Assim, avanços significativos nesse sentido podem ser registrados em termos estaduais. Exemplo disso é a instalação de uma unidade de refino de óleo babaçu na cidade de Lago do Junco, sede da COPPALJ, apoiada pela Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Maranhão (Figura 103).

Outra proposta para o presente e futuro é o investimento feito em Fundos de Desenvolvimento controlado pelas próprias Quebradeiras de Coco, a exemplo do Fundo Babaçu, que apoia pequenos e médios projetos para grupos de Quebradeiras, com especial atenção aos jovens. Esse fundo, no entanto, encontra-se sob impasse, devido aos empecilhos colocados ao Fundo Amazônia, que financia o Fundo Babaçu e outros fundos que as Quebradeiras acessam. Tempo e energia preciosos são investidos no relacionamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e as organizações locais acompanham atentamente essas experiências encabeçadas pelo MIQCB e pela Assema, pois as entendem como iniciativas de resistência.

Finalizamos este texto reforçando como proposta para o presente e futuro o fortalecimento das parcerias que valorizem a capacidade de investigação, reflexão e descobertas de novos caminhos, como Universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, assim como organizações não governamentais de mesmos objetivos. As Quebradeiras de Coco Babaçu, desde o início de seu movimento, primaram pela articulação com seus pares, também através de redes em diversas frentes de resistência: Projeto Nova Cartografia da Amazônia, Rede de Agroecologia, Rede Cerrado, Conselho Nacional dos Extrativistas, entre outros. No entanto, o atual contexto sociopolítico, em que consensos tornaram-se raros na vida social do país, demanda amadurecimento sobre como continuar a viver as experiências aqui relatadas e como descobrir novas experiências que transformem de fato a situação de

direitos de povos e comunidades tradicionais. As experiências mostram a necessidade de uma revisão profunda sobre os sujeitos e objetos, imersos agora em contextos ainda não suficientemente apreendidos.

Certamente que o sentido das experiências passadas nos ilumina e sustenta nesses caminhos incertos. Nas décadas trilhadas inicialmente por esses movimentos sociais, espaços partidários, sindicais e de base religiosa foram ocupados pelas Quebradeiras e tiveram relevantes papéis, que habilmente foram, ao menos em parte, transformados por essas mulheres e jovens, quer seja por suas reivindicações por equidade de gênero e geração, quer seja por questões de etnicidade e identidade. Assim, encerramos este Diagnóstico com a expectativa de que essas experiências vividas, registradas aqui e em diversos outros veículos, possam continuar a iluminar as transformações em novos espaços e com novos parceiros, no país e além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (2018). Pressão do agronegócio se junta a preconceito em novo antiambientalismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, dez. 2018. Ilustradíssima. Disponível em: https://bit.ly/2BkhMLh. Acesso em: 1 jul. 2020.

ALCÂNTARA, D. M.; GERMANI, G. I. (2009). Fundo de pasto: um conceito em movimento. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE), 8, 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba.

ALIER, J. M. (2007). **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto.

ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAISHI NETO, J.; MARTINS, C. C. (2005). **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís: Lithograf.

ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAISHI NETO, J.; MESQUITA, B. A. (2001). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: Balaios Typographia. 294 p.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I.; HENAO, A.; LANA, M. A. (2015). Agroecology and the design of climate change-resilient farming systems. **Agronomy for Sustainable Development**, 35:869–890.

AMARAL FILHO, J. (1983). **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

ANAYA, F. (2012). **De "encurralados pelos parques" a "vazanteiros em movimento"**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANAYA, F. C. (2014). "Vazanteiros em movimento": o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4041-4050.

ANAYA, F. C.; ARAÚJO, E. (2019). Diagnósticos socioambientais do projeto Dinâmicas do São Francisco: caracterização e identificação de terras tradicionalmente ocupadas.

ANAYA, F. C.; OLIVEIRA, C. L.; RIBEIRO, L. M. M.; ARAÚJO, E.; THÉ, A. P. G. (2020). Antiambientalismo parcializado, apropriação privada de terras públicas e resistências no Médio Rio São Francisco, Minas Gerais – Brasil. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, p. 1-27.

ANDERSON, A. B.; ANDERSON, S. (1985). A 'tree of life' grows in Brazil. **Natural History**, North Caroline, v. 94, n. 12, p. 40-47.

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. (1991). **The subsidy from nature**: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier. New York: Columbia University Press.

ANDRADE, F.; BRAGA, H.; LOPES, L. J. L. (1983). **Fundo de Pasto**: uma prática de trabalho comunitário na pequena produção – Estudo de caso no Município de Uauá. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

ANDRADE, M. C. D. (1980). **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

ANTONIL, A. J. [Giovanni Antonio Andreoni]. (1982). **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. (1. ed. Lisboa, 1911). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

ARAÚJO, E. C. (2008). **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros: Montes Claros (MG).

ARAÚJO, F. P.; AIDAR, S. T.; MATTA, V. M.; MONTEIRO, R. P.; MELO, N. F. (2017). Umbuzeiro: alternativas de manejo sustentável e aproveitamento em áreas de produtores familiares em Uauá, BA. *In*: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (org.). **Umbuzeiro**: alternativas de manejo sustentável e aproveitamento em áreas de produtores familiares em Uauá, BA. 1. ed. Brasília: Embrapa. v. 2, p. 365-378.

ARAÚJO, J. L. P. (2016). Mercados. *In*: DRUMOND, M. A.; SANTOS, C. A. F.; MOURA, M. S. B.; CUNHA, T. J. F.; ARAÚJO, J. L. P.; OLIVEIRA, V. R.; SÁ, I. B.; TAURA, T. A. **Umbuzeiro**: avanços e perspectivas. Petrolina: Embrapa Semiárido.

BARBOSA, R. S. (2014). Mineração no norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, p. 43-50.

BARTH, F. (1998). Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp.

BERNO DE ALMEIDA, A. W.; MARIN, R. E. A. (coord.). (2013). Conhecimentos tradicionais e mobilizações políticas: a luta das comunidades tradicionais da Jureia pelo direito de permanência em seu território e manutenção da sua cultura, litoral sul de São Paulo. **Boletim Informativo Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: http://novacartografiasocial.com.br/download/a-luta-das-comunidades-tradicionais-da-jureia-pelo-direito-de-permanencia-em-seu-territorio-e-manutencao-da-sua-cultura-litoral-sul-de-sao-paulo/. Acesso em: 16 nov. 2020.

BIANCHINI, F. (2018). **Umbu (*Spondias tuberosa*) produto da sociobiodiversidade nos territórios Fundo de Pasto**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina.

BRITO, I. C. B. (2006). **Comunidade, território e complexo florestal industrial**: o caso de Vereda Funda, norte de Minas Gerais. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG.

CARRARA, A. A. (2007). **Reconversão agroextrativista**: perspectivas e possibilidades para o Norte de Minas Gerais. 2007. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília.

CARRAZZA, L. R.; ÁVILA, J. C. C.; SILVA, M. L. (2012). **Aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu (*Attalea* spp.)**. 2. ed. Brasília: ISPN. (Manual Tecnológico, 5).

CARVALHO, F. P. (2014). **Fundos de pasto**: territorialidade, luta e reconhecimento. 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M. (2004). Danos provocados por insetos a sementes do imbuzeiro no semiárido do Nordeste brasileiro. **Caatinga**, Mossoró-RN, v. 17, n. 2, p. 93-97, jan./jun. 2004.

CAVALCANTI, N. B.; RESENDE, G. M.; BRITO, L. T. L. (2008). Fenologia reprodutiva do umbuzeiro (Spondias tuberosa). *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE UMBU, CAJÁ E ESPÉCIES AFINS, Recife. **Anais** [...], Recife: IPA; Embrapa Agroindústria Tropical; UFRPE, 2008. Versão eletrônica.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS (CAA-NM). (2007). **Relatório da 3ª Conferência Geraizeira e 1ª Conferência Quilombola**. Montes Claros-MG.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). (1987). **Fundo de pasto**. Salvador: Governo da Bahia; CAR, fev. 1987.

CORREIA, J. R.; CUNHA DOS ANJOS, L. H.; SOUZA LIMA, A. C.; NEVES, D. P.; TOLEDO, L. O.; CALDERANO FILHO, B.; SHINZATO, E. (2007). Relações entre o conhecimento de agricultores e de pedólogos sobre solos: estudo de caso em Rio Pardo de Minas, MG. **Revista Brasileira de Ciência do Solo** *on-line*, v. 31, n. 5, p. 1045-1057.

COSTA, C. O.; FRANÇA, H.; CARNEIRO, A. P.; CARNEIRO, H. P.; FORTES, J. M. S.; PRADO, M. V. S.; PRADO, P. S.; LOPES, A. S.; DUARTE, D.; SANTOS, B. D.; ADAMS, C.; TAMBOSI, L. R. (2017). Dinâmica espacial da agricultura itinerante Caiçara (1962-2011) no Parque Estadual do Prelado, SP. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 8, 2017, Natal (RN). **Anais** [...]. Natal (RN). (GT3 – Políticas Públicas e Meio Ambiente).

COSTA, J. B. A. (1998). **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos**: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

DAYRELL, C. A. (1998). **Geraizeiros y biodiversidad en el norte de Minas**: la contribuición de la agroecología y de la etnoecología em los estudios de los agroecossistemas tradicionales. 1998. Dissertação (Mestrado) – Sede Ibero Americana de La Rábida, Universidade Internacional de Andalucia, Huelva, Espanha.

DAYRELL, C. A. (2019). **De nativos e de caboclos**: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

DAYRELL, C. A. (2020). **De nativos e de caboclos**: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG).

DAYRELL, C. A.; BARBOSA, R. S.; COSTA, J. B. A. (2017). Dinâmicas produtivas e territoriais no norte de Minas: o lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. *In*: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 12, n. 27, p. 128-151, ago., 2017. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/39180/24341. Acesso em: 21 jan. 2022.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (2001). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/São Paulo: Universidade de São Paulo.

DRUMOND, M. A.; LIMA, P. C. F.; SOUZA, S. M.; LIMA, J. L. S. (1982). Sociabilidade das espécies Florestais da Caatinga em Santa Maria da Boa Vista – PE. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Curitiba, n. 4. p. 47-59.

DUQUE-BRASIL, R.; SOLDATI, G.; COELHO, F.; SCHAEFER, C. (2011). **Etnoecologia e uso do território tradicional da Comunidade de Vazanteiros de Pau Preto, Matias Cardoso, MG**. Relatório técnico ambiental do projeto etnobotânica e soberania alimentar no norte de Minas Gerais (CNPq/Nº 559.569/2010-6). Montes Claros: Universidade Federal de Viçosa, nov. 2011.

ESTADO DE MINAS GERAIS. (2014). **Decreto nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014**. Cria a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG. Diário Oficial de Minas Gerais.

EVANS-PRITCHARD, E. E. (1978). **Os Nuer**: uma descrição dos modos de vida e instituições políticas de um povo nilótico. São Paulo: Perspectiva.

FERNANDES, L. A. (2009). Atributos químicos e físicos e uso das terras de uma ilha do Rio São Francisco. Núcleo de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros.

FERRARO JR., L. A. (2008). **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável**: estudo de caso dos fundos de pasto da Bahia. Brasília: UNB.

GARCEZ, A. N. R. (1987). **Fundo de pasto**: um projeto de vida sertanejo. Bahia: INTERBA/SEPLANTEC/CAR, Salvador. 109 p.

GODOY, E. P. (1998). O sistema do lugar: história, território e memória no Sertão. *In*: NIEMEYER, A. M.; GODOY, E. P. (org.). **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de Letras. p. 97-132.

HECHT, S. B.; ANDERSON, A. B.; MAY, P. H. (1988). The subsidy from nature: shifting cultivation, successional palm forests, and rural development. **Human Organization**, New York, Spring, v. 47, n. 1, p. 25-35.

HERRMANN, I.; NASSAR, A. M.; MARINO, M. K. M.; NUNES, R. (2001). Coordenação no SAG do babaçu: exploração racional possível? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 2001, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: FEA; São Paulo: USP, 2001. p. 1-13. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001206609. Acesso em: 6 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2018). **Sistema de Recuperação Automática (SIDRA)**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2019). **Censo de 2017**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 29 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS (IBAMA). (2002). **Instrução Normativa nº 29 de 31/12/2002**. Estabelece os critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira. DOU, 1 jan. 2003. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/instrucao-normativa/341-2002.html. Acesso em: 25 out 2021.

LITTLE, P. E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico** 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290.

LUZ DE OLIVEIRA, C. (2005). **Populações tradicionais e territorialidade**: os vazanteiros do Rio São Francisco no norte de Minas. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LUZ DE OLIVEIRA, C. (2013). Fluidez, nomadismo e impermanências: reflexões sobre território e territorialidade entre os vazanteiros do Médio São Francisco. *In*: BRANDÃO, C. R.; SOUZA, A. F. G. (org.). **O viver em ilhas**. 1. ed., v. 1, p. 85-100. Uberlândia: EDUFU.

MARTINS, P. S. V.; PORRO, N. S. M.; SHIRAISHI NETO, J. (2014). O direito de propriedade ressignificado por quebradeiras de coco babaçu: a atualização da experiência no uso comum de recursos em uma comunidade tradicional. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38. p. 241-264.

MATA-MACHADO, B. N. (1991). **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

MAY, P. H. (1986). **A modern tragedy of the non-commons**: agro-industrial change and equity in Brazil's babassu palm zone. New York: Cornell University Press.

MAY, P. H.; ANDERSON, A. B.; BALICK, M. J.; FRAZÃO, J. M. F. (1985). Subsistence benefits from the babassu palm (*Orbignya martiana*). **Economic Botany**, Berlin, v. 39, n. 2, p. 113-129.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. (1995). Common property regimes in the forest: just a relic from the past. **Unasylva**, v. 180, p. 3-15.

MONTEIRO, A. N. G.; PORRO, N. S. M.; SHIRAISHI NETO, J.; BRITO, C. S. (2015). Conhecimento tradicional e propriedade privada entre quebradeiras de coco babaçu. **Fragmentos de Cultura**, v. 25, p. 275-285. DOI: http://dx.doi.org/10.18224/frag.v25i2.4187. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4187. Acesso em: 29 out. 2020.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB). (2013). **A luta das quebradeiras de coco contra o carvão do coco inteiro**. Maranhão Tocantins e Pará. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. (Série Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos, 27).

NEVES, A. S. (2004). Chorografia do Município de Boa Vista do Tremendal. Estado de Minas Gerais. *In*: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano XIII, [1908] 2004. p. 219-239.

NOGUEIRA, M. C. R. (2009). **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

NUNES, P. M. P.; MARTINS, C. C.; FARIAS JÚNIOR, E. A.; BERNO DE ALMEIDA, A W. (coord.). (2020). **Comunidade Geraizeira Pindaíba – MG.** Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado. São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA. (Boletim Informativo Projeto Nova Cartografia Social, n. 9).

OLIVEIRA, C.; NICOLAV, V. (2020). Grande sertão ameaçado: os geraizeiros diante do mega-projeto de mineração chinês. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 dez. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/grande-sertao-ameacado-os-geraizeiros-diante-do-megaprojeto-de-mineracao-chines. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, M. D. O. (2017). Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do norte de minas gerais: o caso da comunidade sobrado. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

PARAJULI, P. (1996). Ecological ethnicity in the making: developmentalist hegemonies and emergent identities in India. **Identities**, v. 3, n. 1-2, p. 15-59.

PETERS, C. M. (1992). The ecology and economics of oligarchic Amazonian forests. **Advances in Economic Botany**, Bronx, NY, v. 9, p. 15-22.

PIERSON, D. (1972). **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE. Tomo II.

POMPEU, P. S.; GODINHO, H. P. (2006). Effects of extended absence of flooding on the fish assemblages of three floodplain lagoons in the middle São Francisco River, Brazil. **Neotropical Ichthyology**, v. 4, p. 427-433.

PORRO, N. M.; MENASCHE, R.; SHIRAISHI NETO, J. (2014). Babaçu livre e queijo serrano: histórias de resistência à legalização da violação a conhecimentos tradicionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 267-301.

PORRO, N. S. M. (2002). **Rupture and resistance**: gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil. 364 p. Tese (Doutorado) – University of Florida, Gainesville.

PORRO, N. S. M.; SHIRAISHI-NETO, J.; PORRO, R. (2015). Traditional communities as “subjects of rights” and the commoditization of knowledge in Brazil. **International Indigenous Policy Journal**, v. 6, n. 2. Disponível em: https://ir.lib.uwo.ca/iipj/vol6/iss2/8/. Acesso em: 29 out. 2020.

PORRO, R. (2005). Palms, pastures, and swidden fields: the grounded political ecology of “agro-extractive/shifting-cultivator peasants” in Maranhão, Brazil. **Human Ecology**, Berlin, v. 33, n. 1, p. 17-56, Feb. 2005. DOI: https://doi.org/10.1007/s10745-005-1654-2. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10745-005-1654-2. Acesso em: 29 out. 2020.

PORRO, R. (2019). A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, p. 169-188.

PORRO, R.; FIGUEIREDO, L. D. (2013). Meios de vida, estratégias econômicas e dependência de recursos naturais em comunidades nas áreas de ocorrência de babaçuais. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1.; REUNIÃO DA REDE BRASIL ESTADOS UNIDOS AMBIENTE, SOCIEDADE E GOVERNANÇA, 2., 2013, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA. 35 p.

PORRO, R.; MESQUITA, B. A.; SANTOS, I. J. P. (2004). **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: vales dos Rios Mearim e Pindaré, Maranhão. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.

PORRO, R.; MILLER, R. P.; TITO, M. R.; DONOVAN, J. A.; VIVAN, J. L.; TRANCOSO, R.; KANTEN, R.; GRIJALVA, J.; RAMIREZ, B.; GONÇALVES, A. L. (2012). Agroforestry in the Amazon region: a pathway for balancing conservation and development. *In*: GARRITY, D. (ed.). **Agroforestry**: the future of global land use. Dordrecht: Springer. p. 391-428.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. (2014). Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v. 36, p. 64-76. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2014.06.009. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016714000825?via%3Dihub. Acesso em: 29 out. 2020.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. (2015). Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-18.

POZO, O. (2002). **Regimes de propriedade e recursos naturais**: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas Gerais. 2002. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PROJETO OPARÁ. (2010). **Relatório de síntese do projeto OPARÁ**: tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano. Montes Claros, fev. 2010.

RIBEIRO, J. F. (1998). **Cerrado**: matas de galeria. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 164 p.

RIGONATO, V. D. (2005). A dimensão sociocultural das paisagens do cerrado goiano: o Distrito de Vila Borba - GO. *In*: ALMEIDA, M. G. (org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira.

SANTOS, F. D; BARBOSA, R. S. (2008). Contradições da Política Ambiental e o processo de encurralamento/expropriação das populações no Norte de Minas. *In*: **Colóquio Internacional (Des)envolvimentos Contra a Pobreza**, 2008, Montes Claros. **Anais** [...]. Montes Claros: Editora Unimontes.

SANTOS, J. V. (2018). **Gente que planta os pés no chão**: disputas territoriais no Parque Estadual da Mata Seca. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros (MG).

SHIRAISHI NETO, J. (1998). **Inventário das leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão:** 1850-1996. Belém: Supercores. 578 p.

SHIRAISHI NETO, J. (1999). As quebradeiras de coco no meio norte. **Papers do NAEA**, Belém, n. 121, p. 1-27, jul.

SHIRAISHI NETO, J. (2017). Quebradeiras de coco: "babaçu livre" e reservas extrativistas. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. Disponível em: http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/920/542. Acesso em: 29 out. 2020.

SILVA, A. B.; SILVA, J. C. de. (1993). **Zoneamento Agroecológico do Nordeste**: diagnóstico do quadro natural e socioeconômico. Petrolina (PE): Embrapa CPATSA; Recife: Embrapa-CNPS, Coordenadoria Regional Nordeste. v. 2, il.

STHAPIT, B.; RANA, R. B. (2007). Análise participativa de agrobiodiversidade quatro-células, *In*: BOEF, W. S.; THIJSSEN, M. H.; OGLOARI, J. B.; STHAPIT, B. R. **Biodiversidade e agricultores**: fortalecendo o manejo comunitário. Porto Alegre, RS: L&PM. 271p.

STRASSBURG, B. B. N.; BROOKS, T.; FELTRAN-BARBIERI, R.; IRIBARREM, A.; CROUZEILLES, R.; LOYOLA, R.; LATAWIEC, A. E.; OLIVEIRA FILHO, F. J. B.; SCARAMUZZA, C. A. M.; SCARANO, F. R.; SOARES-FILHO, B.; BALMFORD, A. (2017). Moment of truth for the Cerrado hotspot. **Nature Ecology & Evolution,** v. 1, n. 99.

THÉ, A. P. G. (2003). **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. 2003. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS DA UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS (NIISA-UNIMONTES). (2019a). **Relatório técnico antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da comunidade remanescente de Quilombo de Caraíbas-MG**. (Relatório de Pesquisa).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS DA UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS (NIISA-UNIMONTES). (2019b). **Relatório técnico antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural da Comunidade remanescente de Quilombo Sangradouro Grande-MG**. (Relatório de Pesquisa).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS DA UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS (NIISA-UNIMONTES). (2019c). **Relatório técnico de caracterização socioambiental da Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau Preto – Matias Cardoso-MG**. (Relatório de Pesquisa).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS DA UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS (NIISA-UNIMONTES). (2019d). **Relatório técnico de caracterização socioambiental da Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau de Légua – Manga-MG**. (Relatório de Pesquisa).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS DA UNIVERSIDADE DE MONTES CLAROS (NIISA-UNIMONTES). (2015). Reunião da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) de Montes Claros, 21 ago. 2015.

VERSOLATO, F.; GOMES, M. J. M. (2016). **Direito dos povos e comunidades tradicionais em territórios protegidos**. São Paulo: Instituto Pólis.

VICARI, S. (2014). The cooperative as institution for human development: the case study of COPPALJ, a primary co-operative in Brazil. **Journal of International Development**, Hoboken, v. 26, n. 5, p. 683-700, jul. DOI: https://doi.org/10.1002/jid.3003. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.3003. Acesso em: 29 out. 2020.

WOORTMANN, K. (1990). 'Com parente não se neguceia'. O campesinato como ordem moral. *In*: **Anuário Antropológico/87**. Brasília, Ed. UNB.

REFERÊNCIAS ADICIONAIS QUEBRADEIRAS

CAVALLARI, M. M.; TOLEDO, M. M.; PORRO, R.; ABREU, G. B.; NUNES, W.; FRAZÃO, J. M. F.; CAYRES, G. (2016). Construção participativa de projetos: lições aprendidas em consultas com quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão. *In*: DIAS, T.; EIDO, J. S.; UDRY, C. (org.). **Diálogos de saberes**: relatos da Embrapa. Brasília: Embrapa, v. 2, p. 340-350.

PORRO, R. (1994). As reservas extrativistas do babaçu. *In*: II SEMINÁRIO MARANHENSE DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, II, Amazônia Brasileira em Foco, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, v. 22, p. 134-141.

PORRO, R. (1997). Aspectos socioambientais nas políticas para o desenvolvimento rural na Amazônia Legal. **Cadernos de Pesquisa CEBRAP**, São Paulo, v. 7, p. 141-170.

PORRO, R.; LOPEZ-FELDMAN, A.; VELA-ALVARADO, J. W. (2015). Forest use and agriculture in Ucayali, Peru: livelihood strategies, poverty and wealth in an Amazon frontier. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 51, p. 47-56. DOI: https://doi.org/10.1016/j.forpol.2014.12.001. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1389934114002299?via%3Dihub. Acesso em: 29 out. 2020.

DOCUMENTOS VAZANTEIROS

CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS, ILHA DA INGAZEIRA, MAIO de 2006.

CARTA-MANIFESTO DOS VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DAS ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES, MATIAS CARDOSO, 24 DE JULHO DE 2011.

CARTA-PROPOSTA DOS VAZANTEIROS E VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2010.

PROPOSTA DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO. (2007). Uma contribuição do CAA NM e CPT aos vazanteiros da Ilha da Ressaca. Matias Cardoso. (fotocopiado).

PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO DOS AMBIENTES PELOS VAZANTEIROS DE PAU PRETO: novos indicativos à proposta de RDS no contexto do diálogo com o IEF. Matias Cardoso, setembro de 2010.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS GERAIZEIROS

CACUNDA di Librina. (2007). Direção e edição: Luciano Dayrell. Produção: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Comissão Regional de Povos e comunidades tradicionais. 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y64AtpevK-k. Acesso em: 15 abr. 2021.

CERRADO ao meio. Imagens: Higor Coutinho; Pedro Nabuco; Peter Caton; Uliana Duarte; Wagner Araújo; Eduardo Garcês (filme Geraizeiros). Montagem: Higor Coutinho e Uliana Duarte. Produção: Nonanuvem Filmes. Realização: instituto sociedade, população e natureza (ISPN). 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dbxurzjjMLA. Acesso em: 15 abr. 2021.

GUARDIÕES do Cerrado: a luta dos geraizeiros do norte de Minas. (2014). Pós TV –MAB. Disponível em: http://beirasdagua.org.br/item/guardioes-do-cerrado-a-luta-dos-geraizeiros--no-norte-de-minas/. Acesso em: 15 abr. 2021.

GUERRA e Paz no Sertão dos Gerais. (2007). Leandro Caetano. (Mostra o palco da forte e bela cultura regional, das comunidades tradicionais do Cerrado baiano, em contraponto ao projeto "modernizador"), 2007. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=spxEo8-CSUo. Acesso em: 15 abr. 2021.

ROMARIA do Areião. (2013). Produção: Associação dos Agricultores Familiares Trabalhando Juntos (AFTRAJ). 31 mar. 2013. 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mf-vESx_EsxE. Acesso em: 15 abr. 2021.

REPORTAGENS E ENTREVISTAS GERAIZEIROS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) (2019). **No Oeste da Bahia, Geraizeiros garantem permanência em território tradicional**. CPT, Goiânia, 18 fev. 2019. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4633-no-oeste-da-bahia-geraizeiros-garantem-permanencia-em-territorio-tradicional. Acesso em: 15 abr. 2021.

FERREIRA, M. Geraizeiros fazem greve de fome pela proteção do cerrado mineiro: entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Agostinho. **Brasil Rural,** 12 jun. 2014. Disponível em: http://radios.ebc.com.br/brasil-rural/edicao/2014-06/greve-de-fome-pela-protecao-do-cerrado-mineiro. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOREIRA, G. L. (2014). Entrevista com Luciana, liderança da comunidade se Sobrado, em Rio Pardo de Minas. *In*: XII ENCONTRO DE CEBS DE JANAÚBA, MG: comunidade geraizeira de Sobrado, Rio Pardo de MG, 30 ago. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?-v=aUl38ZO88E8. Acesso em: 15 abr. 2021.

MOTA, J. (2018). Geraizeiros do Vale das Cancelas: Famílias que viviam nas chamadas “terras livres” lutam para retomar áreas que foram judicialmente apropriadas por fazendas. (Fotos de Gui Gomes, do Vale das Cancelas, MG). Repórter Brasil, São Paulo, 27 jan. 2018. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/geraizeiros-do-vale-das-cancelas/. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, C.; NICOLAV, V. (2020). Grande Sertão Ameaçado: os geraizeiros diante do mega-projeto de mineração chinês. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 dez. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/grande-sertao-ameacado-os-geraizeiros-diante-do-megaprojeto-de-mineracao-chines. Acesso em: 17 maio 2021.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de Montes Claros, elaborada no Seminário Reconhecimento dos Direitos dos Povos Tradicionais do Médio São Francisco (2015)

Seminário sobre o reconhecimento dos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco

1 e 2 de julho de 2015 - Montes Claros/MG

Foto: Marco Paulo Schettino

Carta de Montes Claros

Nós, participantes do Seminário sobre o reconhecimento dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Médio São Francisco, reunidos em Montes Claros/MG, nos dias 1 e 2 de julho de 2015, diante da histórica violação de direitos fundamentais das populações ribeirinhas do Rio São Francisco, da ausência do Estado brasileiro na garantia desses direitos e da crise ambiental hídrica que atravessa o rio e os habitantes de sua bacia, avaliamos que a base para o reconhecimento e a efetivação dos direitos fundamentais dessas populações e para a recuperação ambiental do Rio São Francisco, passam pela regularização dos territórios dos povos e comunidades tradicionais ribeirinhas – em especial vazanteiros, quilombolas, veredeiros, geraizeiros, pescadores e indígenas –, pelo manejo ambiental comunitário, pela garantia de acesso a políticas públicas específicas e geração de renda segundo as práticas culturais dessas comunidades.

Nesse sentido, nós, representantes de comunidades tradicionais, instituições de pesquisa, organizações e órgãos públicos, propomos as seguintes ações:

- articular ações coordenadas para o reconhecimento das especificidades culturais, dos seus saberes e fazeres, que configuram modos de vida, identidades e ancestralidades, os quais se expressam em lutas por reconhecimento de direitos, iniciando-se pela regularização dos territórios que tradicionalmente ocupam;

- elaborar diagnósticos socioambientais e delimitação dos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas;

- apoio, por órgãos públicos afins, à Secretaria do Patrimônio da União, para delimitação da Linha Média de Enchentes Ordinárias (LMEO) do Rio São Francisco, de modo a proporcionar efetivas condições para emissão de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), com vistas à regularização fundiária dos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais;

- implementação de planos de recuperação ambiental e de manejo ambiental comunitário;

- célere avaliação da sustentabilidade ambiental das comunidades ribeirinhas;

- garantia de acesso pleno a políticas públicas pelas comunidades ribeirinhas, inclusive aquelas especificamente voltadas a jovens, mulheres e crianças;

- elaboração de projetos para geração de renda segundo as práticas culturais das comunidades ribeirinhas;

- busca de soluções e alternativas para o abastecimento de água para consumo humano e dessedentação de animais nas comunidades ribeirinhas que dependem da água do rio;

- construir uma política de gestão ambiental destinada a povos e comunidades tradicionais, com a participação de órgãos do governo federal e estadual;

- reportar ao governo do Estado de Minas Gerais as denúncias de abusos e arbitrariedades cometidos pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Polícia Florestal na sua atuação junto a povos e comunidades tradicionais, bem como da omissão por parte desses órgãos no tocante à apuração de crimes ambientais cometidos por terceiros dentro dos territórios tradicionais das comunidades;

- fazer gestões junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), no sentido da construção de uma Resolução específica para o Rio São Francisco, que reconheça e regularize as práticas dos povos e comunidades tradicionais de uso e manejo dos ambientes fluviais do rio – ilhas, várzeas, margens e lagoas –, bem como os acordos comunitários de pesca;

- fazer gestões junto aos órgãos de fiscalização ambiental sobre o uso irregular e abusivo de agrotóxicos, em especial a pulverização por meio de aviões;

- avaliar junto aos órgãos de licenciamento ambiental (IGAM, SUPRAM etc) o uso e outorga de água para o transporte de minérios no semiárido, no contexto da atual crise hídrica e dos impactos que tais empreendimentos representam para o abastecimento de água das populações tradicionais.

Além dos encaminhamentos acima, à vista dos relatos de atos de violência cometidos contra povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, a exemplo do ocorrido com remanescentes do Quilombo dos Nativos do Arapuim, no dia 19 de janeiro de 2014, nós, representantes de órgãos públicos, instituições de pesquisa, organizações e comunidades tradicionais, consignamos a presente moção de apoio às vítimas de tais desmandos, com encaminhamento do caso do Quilombo dos Nativos do Arapuim ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH/MG –, à Ouvidoria Agrária Nacional e aos demais órgãos competentes, solicitando-se, ainda, ao MM. Juízo de Direito da Comarca de São João da Ponte, em que tramita o processo judicial nº 0002277-35.2014.8.13.0624, o julgamento célere do feito.

Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais Centro de Agricultura Alternativa (CAA)
Comissão Pastoral da Terra (CPT) Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) Ministério Público Federal (MPF) Movimento Geraizeiro
Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (Niisa) Opará
Unimontes
Secretaria do Patrimônio da União (SPU) Tropy-Dry
Vazanteiros em Movimento

E as comunidades:

Acampados da Barrinha/Ilha do Jenipapo Associação dos Vazanteiros de Itacarambi Associação Quilombola Bom Jardim da Prata Associação Quilombola Alegre II Comunidade do Alegre I Comunidade do Brejal Comunidade do Retiro Comunidade do Remanso
Comunidade Quilombola da Primavera_Quilombo da Tabua Comunidade Quilombola do Espinho - Quilombo da Tabua Comunidade Quilombola da Malhadinha - Quilombo da Tabua
Ilha da Maria Preta
Ilha da Ressaca Ilha de Pau Preto
Ilha de Pau de Légua Ilha do Amargoso Ilha do Capão
Ilha do Coculho Ilha do Retiro
Pescadores artesanais e vazanteiros de Barra do Guaicuí, Buritizeiro, Januária, Pedras de Maria da Cruz, São Francisco e Ibiaí
Quilombo Bom Jardim da Prata Quilombo da Ilha da Ingazeira Quilombo de Lapinha Quilombo de Praia
Vila do Porto Agrário

ANEXO B – Ofício nº 239/2018-CNA, que trata da revogação do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007

OFICIO Nº 239/2018-CNA Brasília/DF, 14 de agosto de 2018.

ASSUNTO: Revogação do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Em 2007, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto nº 6.040, o qual *"institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais"*.

Todavia, embora a pretensão fosse instituir uma política nacional para os povos tradicionais, o referido Decreto usurpou a competência do legislativo e interpretou equivocadamente o conceito de povos tradicionais e territórios tradicionais, visto que: **(i)** acolhe o critério da autoatribuição, sem, contudo, estabelecer um parâmetro objetivo para a conceituação; e **(ii)** define territórios tradicionais como "*espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações"*, deixando margem à várias interpretações que estimulam e culminam em atos que afrontam a ordem e a segurança, além de violarem a garantia constitucional de proteção à propriedade privada e à dignidade humana, imputando aos proprietários rurais a perda de suas terras, de suas produções e de seu sustento familiar.

É o que vem ocorrendo, por exemplo, nas demarcações de terrenos às margens do rio São Francisco, em Minas Gerais, capitaneadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Ao Excelentíssimo Senhor
MICHEL TEMER
Presidente da República
Brasília/DF

www.cnabrasil.org.br
CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
SGAN Quadra 601, Módulo K - Asa Norte
Ed. Antônio Ernesto de Salvo - Brasília-DF CEP: 70.830-021
E-mail: cna@cna.org.br Tel: (61) 2109-1400 - Fax: (61) 2109-1490

A teor de denúncias que temos reiteradamente recebido, as demarcações têm sido realizadas, inadvertidamente, ao livre arbítrio dos servidores da SPU, que recorrem à amplitude conceitual contida no bojo do Decreto nº 6.040/2007, ao alvedrio dos preceitos legais específicos que regulam a matéria (Decreto-lei nº 9.760/1946), procedimento esse que tem fomentado as invasões e os conflitos em diversas regiões do Brasil.

Não bastasse isso, o Decreto nº 6.040/2007 contém vícios de inconstitucionalidade formal, que comprometem sua validade e desautorizam sua permanência no ordenamento jurídico brasileiro, conforme parecer anexo.

Tais fatos e fundamentos corroboram a necessidade de **imediata revogação do Decreto nº 6.040/2007**, com a consequente **determinação de suspensão dos processos demarcatórios embasados nesse normativo**, como aqueles que vêm sendo deflagrados pela SPU às margens do rio São Francisco, em Minas Gerais.

Agradecendo a atenção de Vossa Excelência, contamos com o seu apoio ao que ora se requer.

Respeitosamente,

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR
Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS
Deputada Federal
Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

AFC/tmb/200.14.01 (SGDOC 014.002526/2018-11)

www.cnabrasil.org.br
CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL
SGAN Quadra 601, Módulo K - Asa Norte
Ed. Antônio Ernesto de Salvo - Brasília-DF CEP: 70.830-021
E-mail: cna@cna.org.br Tel: (61) 2109-1400 - Fax: (61) 2109-1490

Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO
15 AGO 2018
Hora: 9:32
Func.:

ANEXO C – Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros, Ilha da Ingazeira (2006)

À Sociedade Brasileira,

Quem lhes dirige esta Carta somos nós Vazanteiros. Chamam-nos de Vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas "terras crescentes", tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais.

Certamente os senhores não sabem quem somos nós; não os repreendemos por isso, pois nossa história tem sido assim ao longo destes últimos 400 anos. Cumprimos um papel que sabemos foi e continua sendo muito importante, mas certamente pouco significativo para a classe dominante que conta a seu jeito a história oficial de nosso país.

A nossa origem se perde nos tempos, anteriores à chegada dos primeiros europeus, que se atreveram a subir o "Opara" - o "rio mar" ou "sem rumo definido", na língua Tupi - batizado pelos colonizadores como rio São Francisco. Dos índios, hábeis remadores e pescadores, herdamos o ofício de transportar pessoas, cargas e de buscar nas águas e vazantes do São Francisco o nosso alimento e o alimento daqueles que subiam o rio, fincando suas posses e fazendas de gado. Uma história muita bem documentada dos primeiros anos de nosso país, mas cujos registros se referem apenas ao povo "graúdo", os que foram denominados "desbravadores". Nós, o povo "miúdo", apenas agora estamos dando conta da importância de recontar a nossa própria história.

Se pudessem nos ver todos juntos, perguntariam porque temos em comum a pele escura, da cor de nossos irmãos e irmãs africanos. Responderíamos que não esta cor, mas a nossa origem africana nos permitiu habitar as margens deste rio, resistindo à malária. É que o Velho Chico em seus tempos de revolta, quando anualmente as chuvas o faziam estender suas margens, transformando-o em "rio mar", enchia seus braços e "lagoas criadeiras", abastecendo-as com peixes, cobria os seus barrancos com o lameiro, mas também criava condições para que a malária infestasse os alagadiços, afastando temporariamente nossos irmãos índios, e também os brancos europeus.

Assim, pelo fato de podermos conviver com a malária, desenvolvemos esse outro oficio: o de conviver com o rio tanto nas enchentes como nos períodos de calmaria, transportando, pescando e plantando nas primeiras vazantes o milho, arroz, feijão, mandioca, abóboras, batata doce e tudo mais que os brancos precisavam em sua aventura de conquistar e habitar a nação brasileira.

Foi **um aprendizado de mais de quatro séculos, de convivência com as terras altas, com os barrancos moldados pelos lameiros fertilizados e com as "terras crescentes"**, com suas ilhas em permanente mobilidade. Pois é assim, uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim

como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurge acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso “crescente”. Assim, tirando peixe, cereais, legumes, frutos e outros alimentos que sustentavam e ainda sustentam muitos de nossos irmãos brasileiros, nós pudemos viver, durante todo este tempo, entre as terras altas, margens e “terras crescentes”, subindo ou descendo o rio, recantilados, como um “grande quilombo”, invisível às elites que dirigiam o nosso país. Crescemos também com nossos irmãos e irmãs nordestinos vitimados pelas grandes secas. Enquanto estas mesmas elites ignoravam o drama desta gente, nós os acolhíamos, como chegantes, enriquecendo nossa tradição cultural. Vivemos todo este tempo com muitas dificuldades, explorados pelos latifundiários, mas eles também precisavam de nós, do nosso trabalho, dos alimentos que produzíamos.

Talvez tenha sido esta nossa mobilidade, esta nossa adaptabilidade, essa necessidade de não sermos vistos, que nos permitiram sobreviver. Por muitos anos vivemos no silêncio, mesmo em tempos de sofrimentos, como aconteceu quando os fazendeiros, já livres do perigo da malária, estenderam suas posses em cima das nossas.

A partir dos anos 1950, eles nos expulsaram das terras altas, das margens dos rios, assassinando muitos de nós, dispensando nossos serviços, e diziam que os tempos eram outros, era a vez de um outro Brasil, do Brasil moderno, dos empresários, das máquinas, da grande produção. A esta violência, a este sofrimento, respondemos tomando rumo em direção às ilhas, último recanto ainda não cobiçado pelos brancos. As ilhas são do rio e ele, “generoso” com os Vazanteiros, nos garantiu lugar, peixes, terra fértil para trabalhar, para quem não tinha mais para aonde ir.

Por incrível que possa parecer, agora, depois de mais de 400 anos, querem nos expulsar, o povo Vazanteiro, das margens e terras altas que nos sobraram, das ilhas, das “terras crescentes”. Depois que **destruíram milhares de “lagoas criadeiras; poluíram com esgotos, agrotóxicos e metais pesados o nosso rio** (vejam o que a Votorantim Metais está fazendo em Três Marias - MG, onde seus rejeitos já mataram cerca de 200 toneladas de peixes, conforme investigação do Ministério Público Estadual); **degradaram os Cerrados, berço de nossas águas, com as grandes monoculturas de soja, eucalipto, café e cana; transformaram nossas matas em carvão**, enfim, **inundaram grandes extensões de nossas melhores terras para construção de barragens para geração de energia**, as quais alteraram irremediavelmente os ciclos naturais do rio; depois de tudo o que fizeram **vêm nos dizer que os territórios onde habitamos – terras altas, ilhas e margens - de onde tiramos o nosso sustento e ajudamos, ainda hoje, tantos a se alimentarem, é área de “preservação ambiental”, e que devemos sair daqui.**

Não nos falam abertamente que devemos sair, não é uma expulsão tão escancarada como aconteceu há cinqüenta anos atrás, quando nos expulsaram das margens e terras altas. Mas é tão mais violenta, porque vem disfarçada. **Querem nos vencer pelo cansaço:** vão nos expulsando ao impedirem o nosso jeito de produzir com o São Francisco, de pescar em suas águas; vão nos expulsando ao nos deixarem sem escola, ou sem uma escola que ensine ao nosso povo quem somos nós, porque estamos aqui; vão nos expulsando ao nos deixarem sem

saneamento básico, sem a energia elétrica gerada pelas nossas águas; sem transporte; sem condições de acesso aos créditos destinados à agricultura familiar; vão nos expulsando quando os brancos ocupam as nossas ilhas, as margens e as terras altas que nos restaram; vão nos expulsando por não nos reconhecerem como um povo portador de um legado de referência na formação da sociedade brasileira, direito que nos é garantido pelos Artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Enquanto ainda há muito debate por parte de órgãos públicos, das entidades ambientalistas, nós estamos enfrentando os nossos problemas de forma prática, utilizando nossos conhecimentos sobre a dinâmica do rio e a sua ecologia. Enfrentamos muitos problemas devido ao descaso e falta de assistência dos órgãos competentes que ignoram nossas iniciativas, nosso trabalho de recuperação do rio.

É por isso que escrevemos esta carta. Este é um tempo em que muitos estão falando do rio São Francisco. Falam até em transpor suas águas, mas nós aqui continuamos esquecidos. **Nós somos como o rio, nós somos do rio**, sofremos com ele quando suas nascentes secam, seu leito se enche de areia, suas águas diminuem, perdem força, são represadas, poluídas, degradadas. **O rio é como a gente. Se ele está humilhado, nós também estamos humilhados.**

Queremos **ser reconhecidos**, termos os nossos **direitos garantidos**, direito ao uso de nosso território, às terras altas, margens, ilhas e às “terras crescentes”;

Queremos a **concessão de uso das terras da União nas margens** do São Francisco, que estão sendo hoje usadas ilegalmente por fazendeiros, que com violência nos expulsam e nos proíbem do acesso**; devemos ter prioridade** na concessão destas terras;

Queremos que o INCRA **priorize de imediato a desapropriação das áreas de fazendeiros** que estão em conflito com os Vazanteiros, e implante um modelo de reforma agrária que respeite nossa forma de viver e de produzir;

Queremos que **cessem a degradação do rio**, de seus afluentes, de suas cabeceiras, nascentes e áreas de recarga;

Queremos que os **Cerrados e Caatingas sejam preservados** e aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 131/2003) que os torna “Biomas Nacionais”; que os povos dos Gerais e da

Caatinga sejam apoiados em suas iniciativas de produção e de acesso à terra, que preservam os ecossistemas, como em diversas iniciativas já existentes;

Queremos que as **carvoarias sejam submetidas a rígido controle**, quando não reprimidas e coibidas;

Queremos que seja aberta uma investigação séria seguida de punição e medidas imediatas de controle e correção ou **impedimento da poluição por metais pesados, como a provocada pela empresa Votorantim Metais**, em Três Marias - MG;
Queremos **dar a nossa contribuição na recuperação** dos peixes, das "lagoas criadeiras", na recomposição de sua vegetação, de acordo com o nosso jeito de produzir e viver. Por isso, precisamos de uma legislação ambiental e de políticas públicas apropriadas;

Queremos a **multiplicação de Reservas Extrativistas em toda a bacia** do São Francisco, para preservação, controle e uso sustentável das comunidades ribeirinhas e vazanteiras, geraizeiras e caatingueiras;

Queremos que sejam **multiplicados em comunidades** de toda a bacia do São Francisco **os Agentes Ambientais Voluntários**, capacitados pelo IBAMA e investidos de autoridade para o controle e coibição de danos ao meio- ambiente e promoção de sua preservação;

Queremos **ter respeitado o nosso direito à educação** em todos os níveis, e que o ensino reconheça e estimule o nosso jeito de viver, de produzir, de conviver com o rio;

Queremos **ter respeitado o nosso direito à saúde, a estradas, a transporte** até as sedes dos municípios;

Queremos **acesso à eletricidade**, que se faça investimentos em formas alternativas de produção de energia, suspendendo a construção de novas barragens que expulsam famílias e degradam ainda mais o rio e o povo do rio.

O rio São Francisco não pode ser recuperado, revitalizado, como vocês agora estão dizendo, sem nós, o povo Vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores.

Ilha da Ingazeira, Manga - MG, 27 de maio de 2006.

Assinam 38 representantes de 10 comunidades Vazanteiras, presentes no Encontro de Vazanteiros do Alto e Médio São Francisco (Ilha da Ingazeira – Manga – MG, 26-27/05/06): Ilha da Ingazeira, Ilha Pau Preto, Ilha da Ressaca, Ilha dos Ribeirinhos, Ilha da Canabrava, Ribeirão, Reserva Extrativista São Francisco (11 comunidades, 600 famílias), Quilombo Parateca / Pau D'Arco, Quilombo de Lapinha, Quilombo de Piranhas; dos municípios de Manga, Itacarambi, Matias Cardoso, Buritizeiro e Januária, em Minas Gerais, e Barra do Rio Grande, Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho e Malhada, na Bahia; e das entidades - Associações de Vazanteiros de Januária (1200 filiados) e de Itacarambi (350 filiados), Associação de Milagres, STR de Itacarambi e Acampamento Sem Terra Vale de Junho. Apóiam esta Carta-Manifesto outras entidades e pessoas presentes no que lhe deu origem: CPT, CPP, CAA, MST, Claudia Luz (professora do Dpto. de Ciências Sociais da UNIMONTES), Dr. André da RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares, e João Zinclar, repórter fotógrafico.

ANEXO D – Carta da Ilha da Ressaca (2008)

CARTA DA ILHA DA RESSACA

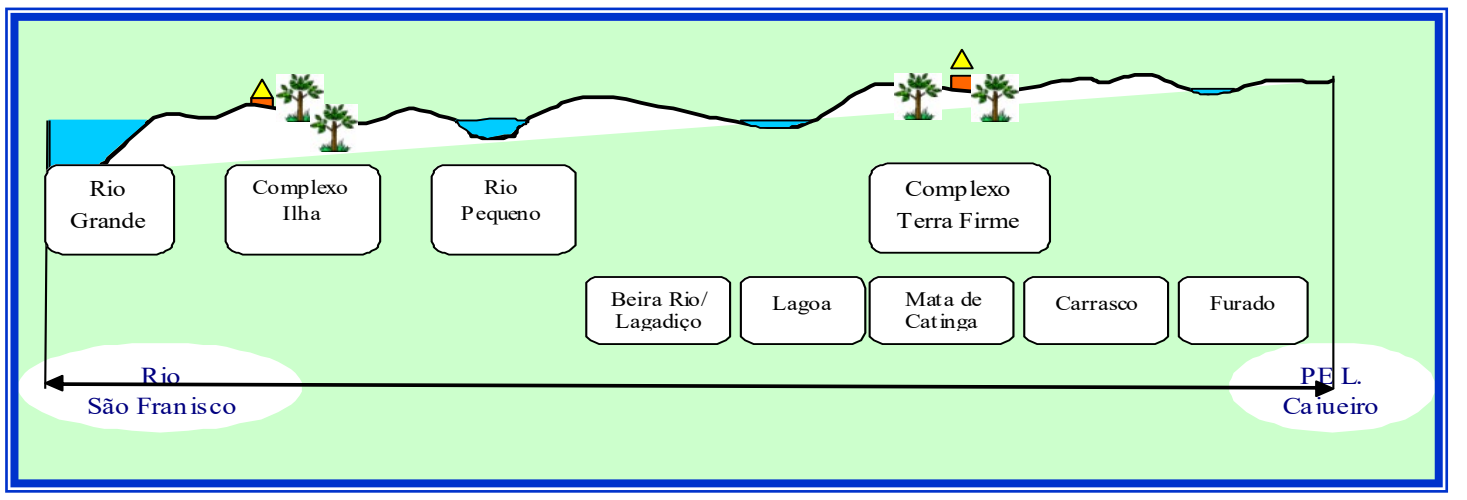
"o nosso clamor é por um pedacinho de terra, fora da ilha e a vazante para podermos plantar".

Nós vazanteiros do médio São Francisco entre Januária e Carinhanha vivendo nas ilhas, vazantes e margens do rio da integração nacional, vimos a público afirmar a nossa identidade vazanteira que contribui para a formação da nacionalidade brasileira em sua diversidade. Temos uma história cuja raiz remonta aos povos indígenas que aqui viveram antes da chegada dos brancos. Com a vinda dos negros que se aquilombaram no interior do país e outras populações desclassificadas no período colonial-imperial, nossos antepassados construíram um modo de vida alicerçado na convivência com os ecossistemas sanfranciscanos - cerrado, caatinga, mata seca e floresta tropical úmida - no estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade com os seres humanos, os seres dos rios e matas.

Nosso modo de vida consiste na agricultura de vazante, sequeiro e lameiro, caça, pesca, extrativismo e a criação de animais de pequeno e grande porte. Nesse sistema manejamos um conjunto de ambientes na terra firme, nas ilhas e no rio. Na terra firme, o extrativismo vegetal e animal, criação de animais na solta e agricultura de sequeiro e vazante e a pesca artesanal nas lagoas criadeiras. Nas ilhas, praticamos agricultura de vazante nos lameiros, criação de pequenos animais e pesca nos baixios. E no rio, historicamente, realizamos a pesca. Temos como ética que norteia nossas relações a abertura para o chegante, ou seja, aquelas famílias que historicamente transitam pelos ambientes vazanteiros ao longo do rio São Francisco.

A nossa territorialidade inscreveu no espaço médio sanfranciscano múltiplas significações, diversos acontecimentos históricos que alimentam o nosso sentido de pertencimento a um lugar específico,

onde se localizam nossas comunidades: Ilhas Curimatá, Ilha de Pau Preto, Maria Preta, Capão, Ressaca, Quilombo da Lapinha, Retiro, entre outras. O território de cada comunidade tradicional vazanteira se constitui no complexo: lagoas criadeiras - terra firme – rio pequeno – ilha – rio grande – terra firme. Este é o ambiente em que vivemos. Este é o nosso território.



Reunidos na Ilha da Ressaca, município de Matias Cardoso/MG, para discutirmos nossa realidade, afirmamos a nossa especificidade étnica, ética e territorial. Sabedores de nossos direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e artigo 68 do ADCT, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, exigimos:

1. O reconhecimento da anterioridade de direitos de domínio das comunidades quilombolas sobre os seus territórios;
2. Prioridade da concessão de uso das terras União nas margens do rio São Francisco às comunidades tradicionais vazanteiras;
3. Revitalização do rio com pleno acesso aos seus recursos para os pescadores artesanais que vivem em comunidades tradicionais vazanteiras;
4. Preservação do cerrado e caatinga por meio do seu reconhecimento como biomas nacionais (PEC 131/2003);

Para tanto, propomos:

- Reconhecimento pela CNPCT – Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – das comunidades vazanteiras e garantia de uso de seus territórios – envolvendo o INCRA, IBAMA, SPU, Fundação Palmares e órgãos estaduais na demarcação dos nossos territórios;
- Participação de um representante das comunidades vazanteiras na CNPCT;

- Que se façam estudos etnoecológicos das lagoas marginais, delimitando as Lagoas Santuários – intocáveis e reservados para reprodução das espécies; e as Lagoas de Manutenção – destinadas à subsistência das famílias ribeirinhas. Em casos especiais, delimitar as Lagoas Livres, destinadas à pesca comercial. Estes estudos, realizados com a participação das comunidades ribeirinhas devem subsidiar projetos de leis municipais para uso e preservação das lagoas;
- Realização de uma Cartografia Social com as populações ribeirinhas do São Francisco;
- Criação de grupos de voluntários para fiscalização das lagoas, com a devida capacitação e apoio às suas atividades de proteção das lagoas marginais;
- Que o Governo de Minas Gerais mude a postura do IEF na relação e no trato com as comunidades vazanteiras. Queremos um Instituto que nos ajude no manejo das áreas, compartilhando decisões sobre o que pode ser liberado e o que não pode, além de orientações para que possamos trabalhar conservando os nossos recursos – e não um Instituto que fique nos perseguindo, multando, e que não age com a mesma energia contra dos grandes fazendeiros e empresários;
- Queremos que o Ministério Público – Federal e Estadual – nos apóie com o encaminhamento de denúncias contra a expulsão das comunidades de suas terras; requerimento do reconhecimento dos vazanteiros;
- Queremos que o IBAMA e o Instituto Chico Mendes informe e apóie as comunidades tradicionais para acessarmos e preservarmos os nossos territórios, que não é só n ilha, mas também o rio e o direito de uso das terras firmes;
- Que as Universidades, Escolas e Centros de Pesquisa invistam no levantamento e registro de nossa história, e a disponibilize para as comunidades e escolas rurais e urbanas; -
- Que sejam criados programas públicos envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais visando a melhoria das nossas condições de vida, trabalho e renda – terra, produção, educação, saúde, transporte, água tratada e energia elétrica.
- Que, entre os programas seja priorizado o investimento para o trabalho de mulheres e jovens – como, por exemplo, o artesanato, a apicultura e a implantação de sistemas consorciados de frutas e alimentos na (sistemas agroextrativistas).

Ilha da Ressaca, Matias Cardoso/MG, 23 de setembro de 2008.

Em anexo, a lista dos participantes do Seminário que assinam esta carta.

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM
Rua Anhanguera, 681 – Bairro: Cândida Câmara – Montes Claros – MG.
CEP: 39.401-034 – Telefax: (38) 4009-1513
E-mail: caa@caa.org.br - CNPJ: 25.206.285/0001-42

LISTA DE PRESENÇA PROJETO GESTAR

Descrição da Atividade: Seminário - Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos das populações tradiocionais.

Data de início: 22 - 09 - 2008 Data de término: 23 - 09 - 2008
Local de Realização: Município: Matias Cardoso Estado: MG
Comunidade: Ilha da Ressaca

	Nome Participante	Sexo	Idade	CPF	Comunidade
1.	Ivoni Pereira de Oliveira Alves	M X F	34	84366664615	Quilombo da Lapinha
2.	Maria da Conceição Souza	M X F	51		Itacarambi
3.	Edson Esperidião Lima	M X F	62	80683894820	Vaízua da Manga
4.	Eliene Ferreira de Lima	M X F	53	44331240606	Itacarambi
5.	Alexandra Teixeira Nascimento	M X F	29		Itacarambi
6.	Joseli Bispo de Paula	M X F	22	08044574689	Alto Bonito
7.		M X F		05271241761 9	Itacarambi
8.		M F			
9.	João Lopes da Cavalcante	M X F	61	40676315887	Ilha de Geripapo
10.	Maria Alice de Souza	M X F	43	60279419104	Ilha da Ressaca
11.	Reinaldo Antonio de [illegible]	M X F	35	84524898620	Alto Bonito
12.	Vanda [illegible]	M X F		76973352634	Ilha da Ressaca
13.		M F	45		
14.		M X F	41	07911175616	Ilha da Ressaca
15.	Rosa Cardoso de Oliveira	M X F	37	03523621623	Quilombo da Lapinha
16.	Apolônio José de Oliveira	M X F	49	72151606681	Itacarambi / Capão
17.	Bernardino Diogo Filho	M X F	46		Ilha da Ressaca
18.	Maria Nunes Lucas da Rocha	M X F	61		Ilha do Capão
19.	Jucilene Barbosa Lima	M X F	29	04277681603	Matias Cardoso
20.	[illegible]	M X F	41		Itacarambi
21.	Gilcley de Souza Rocha	M X F	21	10370527658	Ilha da Ressaca
22.	[illegible]	M X F	50	29215382615	Matias Cardoso
23.	[illegible]	M X F	69	02907389629	Ilha da Ressaca
24.	[illegible]	M X F	23	10723760675	Ilha da Ressaca
25.		M F			
26.	Lúcia Ribeiro de Jesus Figueiredo	M X F	37	00601622600	Matias Cardoso
27.	Paciliano Rodrigues Pena	M X F	58	03232103685	Ilha da Ressaca
28.	José Teodoro Borges	M X F	48	76845982600	Ilha da Ressaca
29.	José Raimundo Bois	M X F	36	04347989692	Ilha da Ressaca
30.	MANOEL DAS GRAÇAS LEITE	M X F	35	86741693600	Ilha da Ressaca

\\Impressora\formulários\1. Formulários\02.03. CAA-NM Lista de Presença GESTAR.doc

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM
Rua Anhanguera, 681 – Bairro: Cândida Câmara – Montes Claros – MG.
CEP: 39.401-034 – Telefax: (38) 4009-1513
E-mail: caa@caa.org.br - CNPJ: 25.206.285/0001-42

LISTA DE PRESENÇA PROJETO GESTAR

Descrição da Atividade: Seminário - Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos das populações tradiocionais.

Data de início: 22 - 09 - 2008 Data de término: 23 - 09 - 2008
Local de Realização: Município: Matias Cardoso Estado: MG
Comunidade: Ilha da Ressaca

Nome Participante	Sexo	Idade	CPF	Comunidade
1. Sônia Rodrigues de Souza	M F X	39	1 0 5 7 0 8 1 6 6 3 7	Ilha da Ressaca
2. Arnaldo de S. Moreira	M X F	68		Pau Preto
3. Benjamim Rodrigues de Souza	M X F	20		Quilombo da Lapinha
4. [illegible]	M X F	49	4 2 3 9 6 4 9 2 6 9 1	Montes Claros
5.	M F X	47		Matias Cardozo
6.	M F			
7.	M F			
8.	M F			
9. Marcos Antonio de Souza	M F X	47	3 0 4 0 5 2 4 6 6 6 8	Montes Claros
10. Amélia Mª Ferreira Neves	M F X	47		Faz. Juana
11. Juliene Rodrigues de Souza	M F X	22		Ilha da Ressaca
12. Erica José Cardoso	M X F	59	3 0 3 3 0 1 2 0 6 4 9	Ilha da Ressaca
13. Suyeni maria da conceição	M X F	17		Sta. Eugênia
14. Maria das Graças Fagundes Rocha	M X F	33	0 0 0 9 7 1 7 2 7 6 6 0	Ilha da Ressaca
15. Marilene Rodrigues	M X F	46	0 5 7 1 1 5 8 4 0 6 3 5	Ilha da Ressaca
16. Elimárcia de Souza Rocha	M X F	23	0 8 2 5 8 2 7 5 6 6 6	Ilha da Ressaca
17. José Luis	M F X	28	0 8 8 2 3 1 6 7 6 1 2	Ilha da Ressaca
18.	M X F	34	1 0 9 6 6 9 6 9 6 7 7	Ilha da Ressaca
19.	M F			
20.	M F			
21. Marilene Estevina de Souza Rocha	M X F	24	0 5 9 0 2 0 3 8 6 0 0	Ilha da Ressaca
22. Tatiane Ramos da Silva	M X F	24	0 0 1 7 0 9 5 8 1 6 7	Montes Claros
23. Emanuela Almeida Pereira	M X F	20	0 6 2 6 0 7 8 9 6 2 9	Montes Claros
24. Iyemanjá de Fátima Rodrigues da Silva	M F X	22	1 0 4 7 9 4 8 2 6 5 9	Matias Cardoso / Quilombo
25. Maria Souza Francisco	M X F	39	9 1 0 3 6 4 9 6 6 0 0	Matias Cardoso
26. [illegible]	M F X		0 2 8 1 3 3 4 6 6 8 3	Montes Claros
27. Helena C. de Almeida	M F X	43	0 0 0 9 7 5 6 7 6 0 4	Ilha da Ressaca
28. [illegible]	M F X		6 7 1 6 5 4 3 5 6 2 0	Montes Claros
29. Maria Valéria de O. e Santos	M F X		3 8 3 7 4 1 5 3 2 5 3	Manaus - Amazônia
30. Fábio Rios dos Santos	M F X	25	0 6 0 6 6 4 0 0 6 1 4	Montes Claros

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM
Rua Anhanguera, 681 – Bairro: Cândida Câmara – Montes Claros – MG.
CEP: 39.401-034 – Telefax: (38) 4009-1513
E-mail: caa@caa.org.br - CNPJ: 25.206.285/0001-42

LISTA DE PRESENÇA PROJETO GESTAR

Descrição da Atividade: Seminário - Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos das populações tradiocionais.

Data de início: 22 - 09 - 2008 Data de término: 23 - 09 - 2008
Local de Realização: Município: Matias Cardoso Estado: MG
Comunidade: Ilha da Ressaca

	Nome Participante	Sexo	Idade	CPF	Comunidade
1.	Izidentero Passos	X F	79		Lagoa Retiro
2.	Maely Rodrigues	X F	59	1 8 7 9 5 2 8 5 6 8 7	Ilha de Curimatá
3.	Lourenço [illegible]	X F	70	0 1 8 0 8 9 2 6 8 1 1	Ilha de Curimatá
4.	José Teixeira de Melo	X F	70	2 3 4 2 3 7 7 3 6 3 4	Ilha de Curimatá
5.	Luiz Borges da Silva	X F	58	7 4 8 8 3 5 5 0 6 7 2	Pau Preto
6.	Romulo N. Braga	X F	34	8 4 3 4 2 9 1 9 6 7 2	Umburanas / Montes Claros
7.	Sidercio Rodrigues	X F	58	7 6 8 9 4 7 2 0 6 0 6	Pau Preto
8.	Felisa C. Araujo	M X	34	9 0 1 0 7 6 2 4 6 7 2	Montes Claros
9.	Maria Nunes da Silva	X F	32	0 0 7 6 1 6 3 7 6 8 0	Montes Claros
10.	Antônia Gomes Ribeiro	X F	70	3 6 6 9 5 4 6 7 6 6 8	Pau Preto
11.	Maria de Fátima Gomes	M X	53	3 2 4 9 1 0 3 4 6 2 0	Montes Claros
12.	Allan Veriani de Paula	X F	30	0 3 7 5 1 5 2 5 6 3 7	Montes Claros
13.	Abel Paz	X F	51	4 4 0 6 1 8 2 1 1	Alemanha
14.	Maria Helena Contreiras	M X	74		Pau Preto
15.	Raimunda Oliveira Gonçalves	M X	50	0 7 8 7 8 0 8 8 6 5 9	Pau Preto
16.	Maria Elizabete	M X	53	7 1 7 0 6 5 2 6 6 8 7	Pau Preto
17.	Maria do Socorro dos Passos	X F	61	1 5 9 4 7 5 5 6 6 3 4	Manga
18.	Alexandre Reis de Souza	X F	36	4 3 6 0 9 1 5 5 5 1 5	Montes Claros
19.	[illegible]	X F	57	6 6 5 2 3 0 8 7 8 9 1	Montes Claros
20.	[illegible]	X F	51	0 3 1 0 7 8 7 2 6 2 8	Pau Preto
21.	[illegible]	M X	36		Manga
22.	[illegible]	X F	38	6 7 8 5 7 6 8 0 6 3 0	Montes Claros
23.	Luciana Maria Monteiro Ribeiro	M X	31	8 6 7 3 7 8 9 9 6 6 8	Montes Claros
24.	Raimunda Pereira de Alcantara	M X	20	0 1 5 4 6 2 4 7 6 4 5	Montes Claros
25.	Raimunda Maria de Sousa Dias	M X	47	0 2 5 4 7 2 1 6 6 4 7	Pau Preto
26.	[illegible]	M X	44	5 4 5 6 5 7 4 0 6 3 0	Montes Claros
27.	Jathuara Paraiso da Silva	M X	21	0 8 7 9 1 2 2 0 6 4 5	Montes Claros
28.	Carlos Alberto Dayrell	M X	55	2 8 5 3 1 1 3 2 6 4 9	Montes Claros
29.	Elizete Pereira da Silva	M X	30	0 4 5 1 9 4 3 3 6 8 1	Quilombo da Lapinha
30.	[illegible]	M X	59	2 8 3 5 5 0 7 0 2 5 6	Quilombo da Lapinha

\\Impressora\formularios\1. Formulários\02.03. CAA-NM Lista de Presença GESTAR.doc

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM
Rua Anhanguera, 681 – Bairro: Cândida Câmara – Montes Claros – MG.
CEP: 39.401-034 – Telefax: (38) 4009-1513
E-mail: caa@caa.org.br - CNPJ: 25.206.285/0001-42

LISTA DE PRESENÇA PROJETO GESTAR

Descrição da Atividade: Seminário - Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos das populações tradiocionais.

Data de início: 22 - 09 - 2008 Data de término: 23 - 09 - 2008
Local de Realização: Município: Matias Cardoso Estado: MG
Comunidade: Ilha da Ressaca

Nome Participante	Sexo	Idade	CPF	Comunidade
1.	M F	77	000975456355	Ilha da Ressaca
2.	M F			
3.	M F	81	443465226553	Ilha da Ressaca
4.	M F			
5.	M F			
6.	M F			
7.	M F	56	404133906599	Ilha da Ressaca
8.	M F			
9. Maria de Pinho Oliveira	M F	35	05833814642	Ilha da Ressaca
10. Cleide Alves de Souza	M F	23	09941457616	Ilha da Ressaca
11. Ozinei de Souza Paz	M F	23	10867467673	Ilha da Ressaca
12. Moyrico Martins de Melo	M F	41	41834518687	Brasília - Ins. Chico Mendes
13. Lindolfo Abdalla Junior	M F	49	96401591820	Brasília - Ins.
14.	M F			
15.	M F			
16.	M F			
17.	M F			
18.	M F			
19.	M F			
20.	M F			
21.	M F			
22.	M F			
23.	M F			
24.	M F			
25.	M F			
26.	M F			
27.	M F			
28.	M F			
29.	M F			
30.	M F			

\\Impressora\formulários\1. Formulários\02.03. CAA-NM Lista de Presença GESTAR.doc

ANEXO E – Encaminhamentos da visita da Coordenação de Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial de Direito Humano à Alimentação Adequada – às Comunidades de Quilombo da Lapinha, Pau de Légua, Quilombo da Praia e Pau Preto (2013)

Encaminhamentos da visita da Coordenação de Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial de Direitos Humanos à Alimentação Adequada às Comunidades de Quilombo da Lapinha, Pau de Légua, Quilombo da Praia e Pau Preto

Entre os dias 15 a 18 de outubro de 2013 a Comissão Especial de Direitos Humanos à Alimentação Adequada do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos ligado à Secretaria da Presidência da República realizou uma incursão junto às comunidades vazanteiras e quilombolas do município de Matias Cardoso. A Comissão Especial composta pelas Sras Tássia Rabelo, Cristiane Cruz, Claudionor B. Leitão da Defensoria Pública da União e _____ visitou nos dias 16 e 17 de outubro as comunidades vazanteiras do Pau Preto e do Pau de Légua e os Quilombos de Praia e Lapinha. No dia 18 de outubro a Comissão, coordenada pelo Dr. Claudionor B. Leitão, promoveu uma audiência pública na Câmara Municipal de Matias Cardoso contando com participação de representantes do Instituto Estadual de Minas Gerais, da Secretaria do Patrimônio da União, do Projeto Cidadania Ribeirinha da ALMG, da Assessoria Júridica do CAA-NM,

Propostas – Direito Territorial
Vazanteiros Pau Preto e Pau de Légua
Regularização fundiária para todas as áreas dos territórios de ocupação tradicional Vazanteira - Comunidades do Pau Preto e Ilha de Pau de Légua
Registro pelo IPHAN Vazanteiros do São Francisco como Patrimônio Imaterial

Ilha de Pau de Légua:
Imediata concessão das áreas de vazante até as lagoas, sobrepostas pelo PEMS.
Em continuidade, desapropriação pelo INCRA da antiga área da fazenda Lagoa Encantada e implantação da proposta de 9000 hectares de território de uso tradicional a ser regularizados (com formato institucional a ser definido);

Pau Preto:
IEF encaminhar a assembléia lesgislativa um edital para desafetação da área de ocupação tradicional conforme o projeto de ocupação tradicional agroextrativista de Pau Preto

Desapropriação e implantação do projeto PAE pelo INCRA, o que deve ser feito em consonância a concessão de uso a ser emitida pela SPU.

Propostas – Direito Territorial
Quilombos – Lapinha e Praia

Regularização fundiária para todas as áreas dos territórios de ocupação tradicionais Vazanteira Quilombola - Quilombos da Lapinha e Praia.
No caso do quilombo da Lapinha, prioridade e agilidade por parte do INCRA nas etapas atuais para a publicação do RTID em curto prazo – definição de prazo para conclusão.
No caso do Quilombo da Praia, inclusão do mesmo no próximo edital para contratação de equipe para elaboração de laudo antropológico – ver processo no INCRA de processo aberto para Quilombo da Praia

Quilombo da Lapinha:
Acesso imediato das famílias na Fazenda Casagrande (parte do territorio delimitado) com atualização da proposta de proejto agroextrativista que foi apresentado junto ao INCRA em 2007 para a Fazenda Casa Grande.

Propostas – Terras da União – SPU

- Para a SPU, pedido de continuidade do estudo e delimitação das terras de união no trecho do Rio São Francisco que se estende da fronteira com o Estado da Bahia a Pedra de Maria da Cruz.
- Conclusão de trabalhos da SPU tendo em vista o estabelecimento de termos de concessão de uso aos respectivos grupos do Quilombos da Lapinha, Pau de Légua e Pau Preto. Inclusão do Quilombo da Praia nestes trabalhos de conclusão.

Propostas – Direito Ambiental

- Diálogo para estabelecimento de termo de compromisso para o manejo comunitário das lagoas marginais: abertura dos sangradores das lagoas para que estas se abasteçam durante as cheias e permissão de uso de parte destas para a pesca artesanal pelas comunidades

- Pau Preto - Frente a obstrução das passagens de peixes entre o Rio Verde as Lagoas, substituição das manilhas por ponte na estrada terrestre que conecta Matias Cardoso a Malhada na Bahia.

Propostas – Direito à Educação Étnica

- Constituição de escolas quilombolas (tanto na Praia como na Lapinha) via SEPPIR/MEC.

Propostas – Direito à Água e Habitação

- Quilombo da Praia:
- Implantação de abastecimento de água e esgoto pela COPASA em convênio com a prefeitura de Matias Cardoso – Sistema simplificado de abastecimento de água pela FUNASA
- Negociar construção das casas considerando o processo de regularização fundiária e o acesso imediato às terras da Fazenda Casa Grande

Direito Alimentação

- Intervenção junto as órgãos federais: MDS, INCRA e Fundação Palmares para garantir o cadastramento adequado e o repasse das cestas básicas.

– Denuncias

- Necessidade de uma atuação efetiva do Ministério Público para apurar e coibir os responsáveis pelo desmatamento nas áreas do territórios de ocupação tradicionais, frente a denúncia feita pelos grupos sobre a invasão de fazendeiros e empresas em áreas que estão em processo de regularização no INCRA como território quilombola ou pleiteadas como territórios de comunidades tradicionais vazanteiras;
-
- Frente as denúncias recorrentes das comunidades ribeirinhas, pedido junto ao Ministério Público de abertura de inquérito sobre a atuação desqualificadora, agressiva, preconceituosa,

arbritária e violenta dos agentes fiscalizadores, tanto a Policia Militar Ambiental como o IEF sobre as comunidades quilombolas e vazanteiras

- Substituição do gerente do PEMS, Sr. Zé Luiz, devido as várias situações de fiscalização agressiva e discriminatória denunciadas.
- Restituição da estrada que liga a Ilha de Pau de Légua ao município de Manga aos comunitários Pau de Légua
- Anistia total das multas sofridas pelos comunitários
- Introdução de gado na árera do PEMS e Utilização dos mesmos na destruição das roças dos vazanteiros.

1º Necessidade de uma atuação efetiva do Ministério Público para apurar e coibir os responsáveis pelo desmatamento nas áreas do territórios de ocupação tradicionais, frente a denúncia feita pelos grupos sobre a invasão de fazendeiros e empresas em áreas que estão em processo de regularização no INCRA como território quilombola ou pleiteadas como territórios de comunidades tradicionais vazanteiras;

2º Frente as denúncias recorrentes das comunidades ribeirinhas, pedido junto ao Ministério Público de abertura de inquérito sobre a atuação desqualificadora, agressiva, preconceituosa, arbritária e violenta dos agentes fiscalizadores, tanto a Policia Militar Ambiental como o IEF sobre as comunidades quilombolas e vazanteiras.

3º Diálogo para estabelecimento de termo de compromisso para o manejo comunitário das lagoas marginais: abertura dos sangradores das lagoas para que estas se abasteçam durante as cheias e permissão de uso de parte destas para a pesca artesanal pelas comunidades.

4º Regularização fundiária para todas as áreas dos territórios de ocupação tradicionais (Quilombos da Lapinha e Praia, Comunidades do Pau Preto e Ilha de Pau de Légua); No caso do quilombo da Lapinha, prioridade e agilidade por parte do INCRA nas etapas atuais para a publicação do RTID em curto prazo no caso do. No caso do Quilombo da Praia, inclusão do mesmo no próximo edital para contratação de equipe para elaboração de laudo antropológico.

5º Para a SPU, pedido de continuidade do estudo e delimitação das terras de união no trecho do Rio São Francisco que se estende da fronteira com o Estado da Bahia a Pedra de Maria da Cruz. Conclusão de trabalhos da SPU tendo em vista o estabelecimento de termos de concessão de uso aos respectivos grupos do Quilombos da Lapinha, Pau de Légua e Pau de Légua. Possibilidade de inclusão do Quilombo da Praia nestes trabalhos de conclusão.

6º Intervenção junto as órgãos federais: MDS, INCRA e Fundação Palmares para garantir o cadastramento adequado e o repasse das cestas básicas.

Questões específicas:

Quilombo da Lapinha:
1-retomada do projeto do assentamento agroextrativista que foi apresentado junto ao INCRA em 2007 para a Fazenda Casa Grande, que foi recentemente adquirida pelo IEF, a ser repassada ao Quilombo da Lapinha/INCRA.

2- Constituição de escolas quilombolas (tanto na Praia como na Lapinha) via SEPPIR/MEC.

Ilha de Pau de Légua:

1- Imediata concessão das áreas de vazante até as lagoas, sobrepostas pelo PEMS. Em continuidade, desapropriação pelo INCRA da antiga área da fazenda não incorporada ao parque (da margem esquerda do Itacarambizinho na junção do São Francisco) e implantação da proposta de 9000 hectares de território de uso tradicional a ser regularizados (com formato institucional a ser defenido);
2- Substituição do gerente do PEMS, Sr. Zé Luiz, devido as várias situações de fiscalização agressiva e discriminatória denunciadas. Restituição do acesso terrestre pelo parque que conecta a Ilha de Pau de Légua ao município de Manga aos comunitários Pau de Légua

Quilombo da Praia:

1- Implantação de abastecimento de água e esgoto pela COPASA em convênio com a prefeitura de Matias Cardoso

Pau Preto:

1- IEF encaminhar a assembléia lesgislativa um edital para desafetação da área de ocupação tradicional conforme o projeto PAE;
2- Desapropriação e implantação do projeto PAE pelo INCRA, o que deve ser feito em consonância a concessão de uso a ser emitida pela SPU.
3- Frente a obstrução das passagens de peixes entre o Rio Verde as Lagoas, substituição das manilhas por ponte na estrada terrestre que conecta Matias Cardoso a Malhada na Bahia.

ANEXO F – Carta do II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro (2015)

CARTA DO II ENCONTRO DA AGROBIODIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO MINEIRO

CARTA DO II ENCONTRO DA AGROBIODIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO MINEIRO

Nós, guardiãs e guardiões, agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais, técnicos (as), representantes de organizações e movimentos sociais nos reunimos em Araçuaí nos dias 1, 2, e três de outubro de 2015, no II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro com a temática "Agrobiodiversidade: Sementes e Direito dos Agricultores" trouxe a análise dos impactos das mudanças climáticas e dos grandes projetos na agrobiodiversidade e direitos dos agricultores e agricultoras, povos e comunidades tradicionais. Neste segundo encontro, desta vez realizado no Vale do Jequitinhonha, reuniram-se cerca de 400 participantes oriundos de 24 municípios do Vale do Jequitinhonha, 23 do Norte de Minas, 10 municípios da Bahia, além de participantes da Zona da Mata e região Central de Minas, convidados dos governos federal, estadual e municipal, universidades e instituições de pesquisa. O encontro consolidou a aproximação técnica e política das regiões do Semiárido de Minas Gerais com outras regiões de Minas e da Bahia na perspectiva do fortalecimento da Rede de Agrobiodiversidade. Foi momento também de monitorar e buscar estratégias de continuidade da implementação do Plano de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro.

Percebemos que a conjuntura atual do Semiárido de Minas Gerais é motivo de sérias preocupações. Vemos com inquietude a continuidade do processo de modernização da agricultura que inclui o avanço da monocultura do eucalipto, a falta de regularização fundiária, morosidade na reforma agrária, o não reconhecimento dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, hoje não contemplados em políticas específicas de reforma agrária e regularização fundiária, aliado ao avanço da mineração comprometendo a disponibilidade de água para consumo e produção, colocando em risco a segurança e soberania alimentar e os sistemas agroalimentares dos agricultores, povos e comunidades tradicionais. Estes fatores impactam diretamente a sobrevivência e continuidade dos povos dessa região.

Existem convenções e tratados internacionais que garantem e protegem os direitos dos Povos, tais como a OIT 169 e o artigo 6º e 9º do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação (TIRFAA). A própria constituição federal reconhece a pluralidade da sociedade, e garante as formas de viver, pensar e agir dos grupos que constituem a nacionalidade brasileira. Todos esses direitos não vem sendo respeitados. Exemplo disso é falta de capacidade de políticas públicas de atender e reconhecer a função social da terra, a importância dos agricultores na conservação do patrimônio genéticos, além da falta de respeito às suas formas de vida.

Esta realidade avigora a necessidade de fortalecer iniciativas como as apresentadas no presente encontro, vivenciadas pela troca de experiências entre agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais. Foram realizadas sete caravanas agroecológicas no Vale do Jequitinhonha, visitando onze experiências e tecnologias sociais de convívio com o semiárido, dialogando-se sobre uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade, o acesso à água, às políticas públicas, formação e mobilização social, direito a terra e território e participação de jovens e mulheres.

Foi realizado um painel temático com a presença de guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade e gestores públicos, que fizeram uma análise das questões debatidas e das políticas públicas relacionadas com o tema. A plenária cobrou o comprometimento na implementação e execução de políticas e programas de apoio à conservação da agro biodiversidade, na garantia de direitos e acesso a terra e territórios, assistência técnica com ênfase agroecológica, e o reconhecimento do papel das mulheres e jovens na conservação da agrobiodiversidade. Cobrou-se também o compromisso de construir um programa estadual de sementes e mudas focado na produção local e protagonismo dos agricultores e agricultoras, além da construção do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Todas essas reivindicações estão contidas no "Plano de Ações Estratégicas para Conservação, Uso e Gestão

Compartilhada da Agrobiodiversidade no Semiárido Mineiro como Estratégia para Adaptação às Mudanças Climáticas e para Soberania Alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais - 2014-2020" que foi entregue a cada um dos gestores públicos presentes (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais e EMATER-MG).

DENÚNCIAS E AMEAÇAS

Sobre o direito a Terra, Territórios Tradicionais e Reforma Agrária, surgiram denúncias sobre conflitos com empresas de eucalipto, mineradoras e fazendeiros em Felisburgo (Terra Prometida), Chapada Gaúcha (Águas Claras), Alto Rio Pardo (comunidade Pindaíba e outras), Virgem da Lapa (comunidade Lagoa da Manga), Jequitinhonha (comunidade Alvorada), Itinga (Comunidade Caldeirão) e nas Terras Indígenas Maxacali e Xakriabá. As denúncias envolvem morosidade do INCRA e FUNAI em garantir o direito a terra e território, sobre o risco de se implementar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 que visa transferir do executivo para o legislativo a demarcação de terras indígenas, sobre conflitos com unidades de conservação de uso restrito e conflitos com mineradoras incluindo ameaças e ações de intimidação.

No caso da produção de sementes, conservação e manejo da agrobiodiversidade identificamos que a contaminação por transgênicos e agrotóxicos coloca em risco as estratégias de produção de sementes e a segurança alimentar e nutricional. A Lei nº13.123 de 20 de maio de 2015, coloca em risco a soberania dos povos e também pode legitimar processos de biopirataria no pais. O encurtamento dos períodos chuvosos, estiagens recorrentes e a dificuldade de acesso a crédito específico para produção agroecológica são outros problemas apontados.

No tema Comercialização Solidária, a burocracia de programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) limita seu acesso por agricultores agroecológicos. Exemplo disso, no PAA Sementes a imposição da realização das análises de amostras somente em laboratórios credenciados pelo MAPA que, além de caro, é de difícil acesso. Outro problema é a intransigência e perseguição aos pequenos empreendimentos pela Vigilância Sanitária, impõe as mesmas regras utilizadas para grandes empreendimentos nas iniciativas de comunidades.

No caso da auto organização das mulheres, são apresentados como problemas, questões como a dificuldade de acesso aos recursos e projetos que incentivem as mulheres; falta de água para cultivo de seus quintais e de suas hortaliças; violência doméstica; mulheres sendo proibidas por seus companheiros de participarem de espaço de formação, auto organização e espaços políticos; racismo contra mulheres negras; falta de oportunidade e acesso aos cuidados com a saúde. E diante da fusão da Secretaria de Políticas para as Mulheres às Secretarias de Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade Racial, esses desafios tendem a se potencializar, pois pode significar uma grande perda no avanço que foi construído para dar visibilidade, força e efetividade as mulheres.

No caso do uso abusivo de agrotóxicos, vários foram os problemas apresentados. Entre eles estão as pulverizações aéreas em Turmalina, Capelinha, Veredinha, Riacho dos Machados e Capitão Enéas; os problemas de saúde das mulheres causados pelo uso dos agrotóxicos nas monoculturas do eucalipto, a morte de trabalhadores contaminados pela aplicação de veneno em Varzelândia e a morte de animais causadas pelo uso de Roundup. Verificou-se ainda a falta de punição para empresas que contaminam e matam com agrotóxicos, contaminação da água dos cafezais em Capelinha, poeira tóxica da mineração causando doença nas crianças de Riacho dos Machados e a falta de informação sobre os riscos de mortes e doenças causadas por agrotóxicos. Constatou-se ainda que o venda de balcão de milho transgênico pela CONAB coloca em risco as variedades tradicionais.

No caso da juventude e educação no campo, existe pouco incentivo para o jovem permanecer no campo. A educação é inadequada, tendo em vista que as escolas nucleadas não valorizam os conhecimentos tradicionais. Existem poucas escolas voltadas para educação do campo como as Escolas Família Agrícola (EFA). Outro problema é a migração sazonal com

consequente abandono das escolas com poucos jovens acima de 18 anos permanecendo no campo. Faltam políticas públicas para jovens voltadas ao lazer, cultura e projetos estruturantes.

ANÚNCIOS E AVANÇOS

Apesar dos problemas mencionados, as agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais têm conquistado e experimentado diversos avanços nas formas de uso e gestão dos recursos dos agroecossistemas, bem como nos seus direitos. O conjunto de ações pontuadas durante o evento está diretamente relacionado às questões levantadas pelo Plano de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, pela Política de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e também pautada no processo de construção e continuidade da segunda fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Além disso, a elaboração do PRONARA avança no sentido de reduzir o uso de agrotóxicos e frear o avanço do agronegócio.

A consolidação e continuidade das ações sobre produção de sementes e manejo da agrobiodiversidade vêm sendo viabilizadas pelos projetos e ações desenvolvidos pelas organizações dos agricultores como, por exemplo, casas e campos de produção de sementes, melhoramento participativo e manejo agroextrativista. Essas estratégias têm recebido apoio de projetos e programas como o Programa de Sementes do Semiárido, implantação do PAA Sementes, Programa Nacional de Sementes e Mudas, além da recente iniciativa de construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade.

No caso de Terra e Territórios, os grandes anúncios são a criação do Assentamento Agroextrativista (PAE) Veredas Vivas e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras em Rio Pardo de Minas, a assinatura do decreto de criação do Assentamento Terra Prometida em Felisburgo, e as retomadas do território Xakriabá. Aliados a esse processo, a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais tem sido um espaço de articulação e unificação de lutas para alcançar conquistas e incidir em políticas públicas. Homologação de terras publicas para instalação de Planos de Assentamentos e Plano de Assentamentos Extrativistas, prioridade para aquelas com concentração de povos e comunidades tradicionais.

Sobre regeneração e resiliência de agroecossistemas destaca-se a construção de estratégias e práticas inovadoras para convivência com o semiárido pelos agricultores no atual contexto de estiagens recorrentes. Foram destacadas as tecnologias sociais implementadas pela ASA enquanto instrumento de fortalecimento da segurança alimentar, sugerindo-se a sua manutenção e ampliação. Enfatizou-se o papel da mulher como fator estruturante na resiliência dos agroecossistemas.

Mulheres de todo Estado estão se organizando em um Grupo de Trabalho “Mulheres do Campo: Mulheres em Marcha pela agroecologia e em devesa dos bens comuns”, na busca pela organização política e social das mulheres, para o fortalecimento, visibilidade e valorização das mulheres.

No caso dos jovens existem iniciativas importantes para sua formação e protagonismo como, por exemplo, cursos de graduação em alternância, que permitem o acesso de filhos e filhas de agricultores. Além disso, o intercâmbio, a troca de experiência e participação nos movimentos sociais amplia a visão crítica dos jovens. As Escolas Família Agrícola (EFAs) representam importante fator de potencialização na formação e ação dos jovens. Intercâmbios entre EFAs podem ser um instrumento para fortalecimento do processo de sucessão no campo.

O II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro se apresentou como importante fórum de diálogos e articulação da Rede de Agrobiodiversidade, agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, técnicos (as), universidades e centros de pesquisa, possibilitando o monitoramento das ações previstas no plano de agrobiodiversidade, avanços na sua implementação e o diálogo com as diversas esferas de governo, na perspectiva do apoio e fortalecimento e encaminhamento das ações debatidas durante o evento.

REAFIRMAMOS

- A necessidade da construção de um programa estadual de sementes que foque na produção local e desenvolvimentos de ações e atividades para o resgate, uso e conservação da agrobiodiversidade dialogando com o programa nacional de sementes e mudas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Normatização diferenciada nas regras da vigilância sanitária para pequenas unidades de beneficiamento.
- Suspenção e proibição imediata do plantio de eucalipto e das atividades minerárias no semiárido mineiro, principalmente em áreas próximas a nascentes, córregos, rios e demais cursos d água;
- Proibição imediata da pulverização aérea de venenos.
- Ampliação do numero de escolas família agrícola em todo o semiárido mineiro;
- Imediata aprovação e assinatura do decreto de criação do PRONARA;
- Manutenção e ampliação dos programas da ASA Brasil P1+2, P1MC, Cisternas nas Escolas e Programa de Sementes.
- Imediata criação de Planos de Assentamento e Planos de Assentamentos Extrativistas em áreas de terras públicas do estado principalmente aquelas com presença de povos e comunidades tradicionais.
- Necessidade da ampliação da campanha pelo fim da violência contra as mulheres; da consolidação do trabalho com homeopatia e plantas medicinais; de propostas de ATER construídos atendendo a demanda das mulheres; de projetos que contribuam com o seu trabalho, incluindo as áreas de quintal, roca e fabricação de quitandas são indicativos para superar parte dos desafios e dificuldades por elas enfrentados.

Assinam essa Carta as seguintes organizações

Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro
Articulação Semiárido Mineiro
Articulação Mineira de Agroecologia
Articulação Nacional de Agroecologia
Cáritas Regional Minas Gerais
Cáritas Diocesana de Araçuaí
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
Cáritas Diocesana de Januária
Cáritas Diocesana de Almenara
Cooperativa Grande Sertão
Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jequitinhonha
Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
Visão Mundial
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados, Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Varzelândia;
Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto
Grupo Agroextrativista do Cerrado
Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas
HEKS - Cooperação Internacional
Action Aid Brasil
Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM
Grupos de pesquisadores da EMBRAPA Cerrados e CENARGEN, Instituto de Ciências Agrárias/ UFMG.
CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudeste da Bahia

ANEXO G – Carta Política do I Mutirão dos Povos e Comunidades Tradicionais no Território Xakriabá – MG (2015)

CARTA POLÍTICA DO I MUTIRÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO XAKRIABÁ – MG

Reunidos e reunidas, entre os dias 16 a 19 de abril de 2015, na Terra Indígena Xakriabá, Aldeia Brejo Mata Fome, em São João das Missões - MG, no I Mutirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o tema "Aliança e Mobilização em Defesa dos Direitos Constitucionais", nós, representantes de Povos e Comunidades Tradicionais (indígenas Xakriabá de São João das Missões, Xakriabá de Cocos - BA e Krenak, Quilombolas, Vazanteiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros e Apanhadoras(es) de Flores Sempre-vivas), de organizações e movimentos sociais, pastorais, organizações de apoio e assessoria e de núcleos de estudos e pesquisas, declaramos:

Nossa indignação:

- com a extrema morosidade e falta de interesse político com o processo de regularização dos territórios indígenas;
- com a lentidão da regularização dos territórios quilombolas, que contribui com a perpetuação do trabalho escravo, mesmo após 127 anos da declaração de sua extinção;
- com o fato de que, até hoje, as Comunidades Tradicionais, que contribuíram com a construção e referência da nacionalidade brasileira, não foram contempladas com um marco jurídico que reconheça e regularize os seus territórios;
- com a continuidade de vultosos subsídios, diretos e indiretos, promovidos pelo Estado para o avanço dos grandes projetos de criação de gado, monoculturas, mineração, associados com grandes obras de infraestrutura como a de barragens e hidrelétricas, provocando uma contínua desestruturação das economias e dos territórios das Comunidades Tradicionais, em particular nos cerrados brasileiros, o que pressupõe um verdadeiro assalto contra a rica agrobiodiversidade e sociodiversidade brasileiras;
- e repúdio com a decisão liminar do juiz federal Adverci Rates Mendes de Abreu, titular da 20° vara do Distrito Federal, que determinou à FUNAI a imediata suspensão do processo administrativo de identificação, delimitação e ampliação da Terra Indígena Xakriabá, em ação proposta pelo prefeito municipal de Itacarambi Ramon Campos (processo n° 10917-73. 2015. 4. 01. 3400);
- e repúdio ao projeto de emenda à Constituição (PEC 215).

Denunciamos:

- que até hoje a proposta de Educação do Campo pouco avançou no âmbito das políticas públicas municipais e estaduais, o que impede o estímulo à permanência da juventude no campo;
- que a destruição da sócio-bio e agrodiversidade se acentua continuamente;

1

- que os ecossistemas dos rios e outros sistemas aquáticos são bloqueados e poluídos, criando danos para as Comunidades Tradicionais que vivem destas fontes;
- a criminalização e o assassinato de lideranças por antagonistas nas lutas em defesa dos interesses, das causas e das comunidades que representam;
- a constante violação de direitos e criminalização das práticas dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- que as condições de produção e trabalho não estão sendo mantidas, sobretudo pela falta de acesso a terras agricultáveis ou mesmo de terras de uso comum para agroextrativismo e criação;
- que a justiça não tem sido imparcial em suas decisões, muitas vezes assumindo caráter ideológico contra os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- que instituições estatais de meio ambiente expulsam Povos e Comunidades Tradicionais de seus territórios, com a criação de unidades de conservação de proteção integral, gerando prejuízos para a biodiversidade local, sem entender que estes territórios são ecologicamente ricos por estarem sendo utilizados e cuidados, há várias gerações, pelas comunidades tradicionais.

Reiteramos:

- que o Brasil assinou a OIT 169, ratificada por meio do Decreto n^{0} 5.051, que obriga o Estado a proteger os Povos e Comunidades Tradicionais;
- que o Brasil assinou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Decreto n^{0} 6.177;
- que os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, garantem um estado multicultural e multiétnico, bem como a proteção de todos os grupos formadores do processo civilizatório nacional, incluso sua cultura imaterial;
- que os artigos 231 e 232 da Constituição Federal garantem os direitos indígenas;
- que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garante os direitos territoriais das comunidades quilombolas;
- que o decreto 6040 criou a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Lei nº 21.147 instituiu a Política Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais;
- que o Brasil assinou os documentos da ECO'92, que definiram para os Povos e Comunidades Tradicionais um papel vital para o desenvolvimento sustentável e que a sua promoção cabe ao Estado.

Constatamos:

- que todas as obrigações internacionais, constitucionais e jurídicas assumidas pelo Brasil vêm sendo constantemente negligenciadas e que todas as políticas e programas públicos criados pelo próprio governo brasileiro não têm sido priorizados.

Assim, as organizações dos Povos e Comunidades Tradicionais reunidas no I Mutirão dos Povos e Comunidades Tradicionais exigem dos governos federais, estaduais e municipais de forma ampla:

1. A conclusão, nos próximos 10 anos, da regularização dos territórios indígenas;
2. A conclusão, em uma geração (ou seja, meio século depois da proclamação da Constituição Federal de 1988), a regularização de todos os territórios quilombolas. Isso significa que a cada ano devem ser regularizados entre 150 e 160 territórios quilombolas no Brasil;
3. A suspensão de todas as formas de subsídio, de forma direta ou indireta, para as economias destruidoras da sócio e biodiversidade brasileiras;
4. Que não sejam mais criadas Unidades de Conservação de Proteção Integral sobre territórios tradicionais e que sejam recategorizadas as Unidades de Proteção Integral existentes, que impactam os territórios tradicionalmente ocupados e que comprometem os modos de vida e a sustentabilidade desses povos e comunidades;
5. Que o Estado compense os Povos e Comunidades Tradicionais por prejuízos resultantes de esbulho de seus territórios tradicionais, danos ambientais, bem como pela preservação de ecossistemas e biomas como guardiões da biodiversidade;
6. Que nenhuma obra ou empreendimento seja implementado em território tradicional sem o consentimento prévio dos Povos e Comunidades Tradicionais historicamente ocupantes;
7. Que o Estado brasileiro tome providências no sentido de assegurar os direitos territoriais, a partir da aprovação de projetos de lei em curso, construção de dispositivos, instruções normativas, itinerários técnicos e garantias de sustentabilidade produtiva e territorial para os Povos e Comunidades Tradicionais;
8. Que seja efetivada a Lei nº 21.147, de 14 de Janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais, bem como criada instância de controle social ou Comissão de caráter paritário e deliberativo, composta por representantes do poder público e dos povos e das comunidades tradicionais, prevista no seu art. 8°.
9. Que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal elaborem uma legislação que reconheça e proteja os territórios das Comunidades Tradicionais.

Demandamos especificamente:

1. Implementação imediata da RDS Nascentes dos Gerais, localizada nos municípios de Montezuma, Rio Pardo de Minas e Vargem Grande do Rio Pardo;
2. Atendimento às reivindicações de Povos e Comunidades Tradicionais pelo MMA/ICMBio, de criação ou regularização fundiária de reservas extrativistas (RESEX) e de desenvolvimento sustentável (RDS), nos biomas: Cerrado: Resex Sempre Viva, Lassance/MG; Resex Serra do Múquem, Corinto/MG; Resex Barra do Pacuí, Ibiaí/MG; Resex Três Riachos, Santa Fé de Minas/MG; RDS / Resex Serra do Alemão, Buritizeiro/MG;- Resex Curumataí, Buenopólis/MG; e o decreto de criação das RDS Tamanduá/Poções, Riacho dos Machados/MG;
3. Reconhecimento e demarcação do território das Comunidades Tradicionais, com prioridade para o caso de grupos ameaçados pela mineração e por grandes empresas do complexo siderúrgico de Minas Gerais, como ocorrem no território tradicional das comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo, Grão Mogol (Vale das Cancelas), Riacho dos Machados, Rubelita, Fruta de Leite e Novo Horizonte;
4. Publicação imediata do decreto de ampliação da TI Xakriabá e sua imediata homologação;
5. Criação imediata do grupo de trabalho de identificação e delimitação do Território Indígena Xakriabá de Cocos-BA;
6. Regularização dos Territórios de Comunidades Tradicionais de Apanhadoras(es) de Flores Sempre-vivas que estão sendo expropriadas, principalmente por Unidades de Conservação de Proteção Integral (Federais e Estaduais), mas, também, por Empreendimentos Minerários e de Plantios de Eucalipto, em que está inserido o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Espinhaço – Região de Diamantina, Minas Gerais. No caso específico, a recategorização imediata do Parque Nacional das Sempre-vivas como Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS;
7. Regulamentação da Atividade do Extrativismo das Flores e outros Produtos Vegetais Não Madeireiros (extração, manejo e comercialização);
8. Agilidade nos processos de desapropriação visando a desintrusão de fazendeiros nos territórios quilombolas, como no caso do quilombo de Gurutuba (MG), e demarcação dos territórios quilombolas de Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos em Diamantina – MG.
9. Emissão imediata da Certidão de auto-declaração como comunidade quilombola à Comunidade de Raiz, município de Presidente Kubitschek – MG, pela Fundação Cultural Palmares;
10. Reconhecimento e regularização de territórios de comunidades vazanteiras do São Francisco através de ações conjuntas envolvendo a SPU – IEF – INCRA, com o imediato encaminhamento, para a Assembleia Legislativa, do projeto lei que diz respeito à desafetação das áreas que fazem parte do território das Comunidades Vazanteiras do Pau

Preto (Parque Estadual Verde Grande-Matias Cardoso) e Pau de Légua (Parque Estadual da Mata Seca-Manga), Norte de Minas Gerais;

11. Suspensão da ampliação do Parque Estadual do Peruaçu e transformação da área pretendida como Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
12. Manutenção da paralisação da Barragem do Berizal até que seja executado um Plano Nacional de Revitalização da Bacia do Rio Pardo, nos estados de Minas Gerais e Bahia, garantindo a recuperação das áreas de recarga, nascentes e ribeirões que formam este importante rio brasileiro nos municípios da região do Alto Rio Pardo;
13. Suspensão dos processos de licenciamento de PCHs na bacia do Rio Carinhanha, nos estados de Minas Gerais e Bahia;
14. Que o Estado não seja omisso nos conflitos territoriais, como nos casos de Brejo dos Crioulos, Gurutuba, Ilha da Capivara, Parques estaduais e federais; e a criminalização ocorrida com o movimento geraizeiro e sua liderança Orlando dos Santos;
15. Que seja imediatamente suspensa a tramitação no Senado Federal da PEC 53, que propõe revogar o inciso VII do Art. 20 da Constituição Federal e o parágrafo 3 do Art. 49 dos Atos das Disposições Transitórias, propondo extinguir o instituto do terreno de marinha, uma vez que abre brechas para titulação de terras griladas por grandes fazendeiros e empresários;
16. Garantir recursos para que a SPU de Minas Gerais possa estabelecer convênio com as instituições de pesquisa que atuam na região (UNIMONTES, UFVJM, UFMG), no sentido de aprimorar ainda mais a metodologia de demarcação dos terrenos marginais, visando à defesa de contestações técnicas e a execução compartilhada do projeto de demarcação do rio São Francisco no Norte de Minas;
17. Incluir nos estudos e relatórios de demarcação o perfil antropológico e/ou socioambiental das comunidades tradicionais beneficiadas com o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS);
18. Acelerar os procedimentos de titulação das comunidades quilombolas já certificadas pela Fundação Palmares priorizando o território quilombola Nativos do Arapuim, município de Verdelândia-MG, que sofreu uma tentativa de chacina em 19 de janeiro de 2014;
19. Dar destinação constitucional às terras devolutas para fins de reforma agrária, titulação de territórios tradicionais e criação de unidades de conservação de uso sustentável, conforme previsto na legislação federal e estadual;
20. Acelerar a demanda de realização do laudo antropológico da comunidade quilombola de Praia, no município de Matias Cardoso, Buriti do Meio em São Francisco e e Quilombo de Campos em Serranópolis de Minas;
21. Verificar e dar os devidos encaminhamentos jurídicos ao processo de grilagem de terras em território geraizeiro, nos municípios de Indaiabira e São João do Paraíso;

22. Que seja implementado um plano de desenvolvimento de todos os assentamentos e assentados, contemplando ações de infraestrutura, direitos básicos e assistência técnica;
23. Fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em termos de estrutura, recursos humanos e ações indigenistas de base;
24. Que sejam punidos com rigor os assassinos e agentes agressores dos Povos e Comunidades Tradicionais, que continuam impunes e ameaçando constantemente lideranças e seus apoiadores.

Assinam esta carta:

1. Povos Indígenas Xakriabá de São João das Missões, Xakriabá de Cocos - BA, Krenak, Povos Quilombolas, Comunidades Tradicionais Vazanteiras, Geraizeiras, Veredeiras, Caatingueiras e Apanhadoras(es) de Flores Sempre-vivas
2. Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas
3. Conselho Nacional de Extrativistas
4. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
5. Movimento Geraizeiro
6. Vazanteiros em Movimento
7. Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX
8. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
9. Comissão Pastoral da Terra – CPT
10. Conselho Indigenista Missionário – CIMI
11. Movimento Pastoral dos Pescadores de Pedra de Maria da Cruz – MPP
12. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Capitão Enéias, de Rio Pardo
13. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA\NM
14. Cáritas Diocesana de Januária
15. NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – UNIMONTES
16. OPARÁ – Grupo de Estudos e Pesquisas do São Francisco – UNIMONTES
17. NAC – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato – UFVJM
18. Rede Matas Secas (Tropi Dry Brasil)

Terra Indígena Xakriabá, Aldeia Brejo Mata Fome – São João das Missões / MG, 18 de abril 2015.

ANEXO H – Cartilha da 5ª Conferência Geraizeira (2018)

Apresentação

Pensar a caminhada e o reflexo dos anos no campo dos direitos de povos e comunidades tradicionais, são alguns dos objetivos da V Conferência Geraizeira, que vem fortalecer a idetidade das populações que vivem no Gerais. O momento vai acontecer em Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo de Minas, e busca provocar formação e poderação sobre as comunidades e seu povo.

Para contribuir com esse processo, esta cartilha foi elaborada pela rede sociotécnica do Alto Rio Pardo. A rede é constituída por diversas organizações parceiras das comunidades geraizeiras, como sindicatos dos trabalhadores rurais, CAA-NM, Embrapa, ICMBio, IFNMG, EFA Nova Esperança, Movimento Geraizeiro, entre outras. Os fios que ligam a rede se fortalecem através de espaços de diálogos e de planejamento para uma atuação articulada de organizações e comunidades desta região.

Esperamos que esse material contribua de fato para a animação e mobilização das comunidades e para o fortalecimento de suas lutas por direitos, sobretudo pelo território.

Boa leitura e reflexão!

Rede sociotécnica

Introdução

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS

No Norte de Minas existem centenas de comunidades rurais com características particulares, como pode ser aprendido em um estudo contratado pelo Ministério do Interior nos anos 1950, realizado por uma equipe de pesquisadores sob a coordenação de Donald Pierson (1970),. O estudo menciona a presença de moradores conhecidos como geralistas, veredeiros, campineiros, chapadeiros, vazanteiros, entre outros, que somadas aos povos indígenas e quilombolas, tornam a região do Alto e Médio Rio São Francisco, que engloba o Alto Rio Pardo, uma região de grande diversidade sociocultural.

O decreto nº 6.040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define esses grupos como culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

RESISTÊNCIAS E LUTAS

Na Baixada Sanfranciscana, o povo indígena Xakriabá foi o primeiro a afirmar sua identidade étnica e a reivindicar seu território

tradicional junto ao poder público. A maior parte de seu território foi ocupado pela frente de expansão agropecuária estimulada pela SUDENE, a partir dos anos 1960. O não reconhecimento do seu território pela Ruralminas levou a um longo processo de resistência social, até a criação da Reserva Indígena Xakriabá, pela FUNAI, em 1988.

A partir de meados dos anos 1990, inicia-se um movimento de comunidades negras e geraizeiras, seguidas de comunidades vazanteiras e veredeiras, que passam a se reconhecer como diferenciadas. Em 1998 a pequena comunidade de Córregos, do município de Riacho dos Machados, realiza a primeira ocupação de uma área grilada pela então poderosa Cia Vale do Rio Doce, apresentando ao INCRA a criação de um assentamento diferenciado, reconhecendo o manejo tradicional geraizeiro. Em 1999, a Comunidade de Brejo dos Crioulos se apresenta no cenário regional como remanescente de quilombo, reivindicando o reconhecimento do território negro tradicional.

A partir dos anos 2000, inicia-se um movimento destas comunidades para acessar os seus direitos constitucionais. Além dos Artigos 231 e 232, que reconhecem os direitos territoriais indígenas, a Constituição Federal do Brasil reconheceu os direitos territoriais das comunidades quilombolas pelo Artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias e, pelos Artigos 215 e 216 os direitos de todas as comunidades tradicionais brasileiras que contribuíram com o processo civilizatório nacional. Um dos marcos desta movimentação foi a 1ª Conferência Geraizeira realizada em novembro de 2006 no Assentamento Tapera, município de Riacho dos Machados.

Essa movimentação se deu à medida que as comunidades foram tomando conhecimento dos marcos legais que reconhecem a pluralidade sociocultural da nação brasileira, bem como a necessidade de

construção de políticas diferenciadas para os grupos sociais que até então estiveram à margem da atenção do Estado. Foi também neste momento que organizações como o CAA/NM e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) articularam a primeira assessoria no campo dos direitos humanos, sociais, culturais, econômicos e ambientais, passando a orientar comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo, comunidades quilombolas da região dos rios Arapuim e Gurutuba, e comunidades vazanteiras dos municípios de Manga e Matias Cardoso.

Este processo vem consolidando a construção de uma estratégia para ampliar o acesso a informações e iniciativas em andamento, atingindo um maior número de grupos sociais que se encontram desprotegidos na região Norte de Minas Gerais. Várias comunidades tradicionais se encontram esquecidas, isoladas, com a segurança alimentar ameaçada, com suas economias pressionadas, onde as mulheres não têm seus direitos reconhecidos e os jovens, adolescentes e crianças encontram-se desesperançados. Comunidades que se encontram à mercê de interesses que não consideram os novos marcos legais, entre estes o da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Agricultura e Alimentação – TIRFAA, a Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, a Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, além de outros instrumentos que visam promover o acesso a políticas publicas diferenciadas no campo da agricultura, saúde, educação e direitos territoriais.

Além de todos os elementos de contexto histórico e social abordados até aqui, outros fatores se apresentam como um risco sig-

nificativo ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. O Norte de Minas passa por um momento em que longa estiagem na região, agravada pela intensa degradação ambiental promovida pelo agro e hidronegócio, ameaça a vida no sertão. Mesmo assim, o que vemos crescer no Norte de Minas são os grandes projetos de mineração e de construção de grandes barragens associados à intensificação do plantio das monoculturas de eucalipto, pastagens, cana e frutas tropicais irrigadas.

Em situações como essa, um grande número de famílias e comunidades rurais, principalmente as que vivem marginalizadas e em um contexto de maior vulnerabilidade, são as que mais sofrem. As perdas das lavouras colocam em risco as suas vidas, a de seus rebanhos e suas reservas de sementes e alimentos. As políticas oriundas de órgãos federais e estaduais pouco conseguem fazer para alterar, de fato, a situação vivida por povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais.

A luta por direitos assenta-se neste contexto de disputa com os grandes investimentos, pautada na organização e resistência dos povos e comunidades tradicionais dos cerrados. A organização e a resistência das comunidades geraizeiras possibilitaram a construção de propostas diferenciadas de acesso às terras, como o Assentamento Americana (Grão Mogol), o Projeto de Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas (comunidade de Vereda Funda em Rio Pardo de Minas), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (municípios de Rio Pardo de Minas, Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo). Em Rio Pardo de Minas foi aprovada a pri-

meira lei municipal do Brasil que reconhece o Território Tradicional Geraizeiro de Sobrado. E foi em Muselo, município de Taiobeiras, a primeira iniciativa de retomada da terra pelas comunidades geraizeiras, que contaram com o apoio do STR de Taiobeiras, CPT, CAA e MST (Via Campesina).

As comunidades geraizeiras ficaram mais fortalecidas com a criação do Movimento Geraizeiro e com a realização de diversas ações de autodemarcação e de retomadas de territórios tradicionais, principalmente os que foram afetados pela monocultura do eucalipto. A Rede Sociotécnica do Alto Rio Pardo tem elaborado e executado diversos projetos agroecológicos, agroextrativistas e de convivência com o Semiárido envolvendo os sindicatos dos trabalhadores rurais, o MASTRO e com o apoio de órgãos de ensino e pesquisa como a Embrapa Cerrados, Embrapa Cenargen, UFMG, UNIMONTES, Instituto Federal Campus de Salinas, entre outros. A educação do campo também avançou com a criação da EFA Nova Esperança em Taiobeiras com os cursos de graduação em licenciatura em educação do campo disponibilizados pela UFMG, Unimontes, UFVJM e UFTM.

Finalmente, em uma ampla ação das comunidades tradicionais mobilizadas pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha passaram a ter uma expressiva participação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Fruto de muita negociação e pressão foi celebrado, no dia 20 de novembro de 2017, a assinatura do decreto estadual que regulamenta o reconhecimento e a titulação dos territórios das comunidades tradicionais de Minas Gerais.

É neste contexto de enfrentamento e de celebração de conquistas, que nos preparamos para a realização da V Conferência Geraizeira que, neste ano, vai acontecer na Comunidade de Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo.

1º ENCONTRO

Cerrado,
Berço das águas:
Sem Cerrado, Sem água, Sem Vida

> CANTO DE ACOLHIDA: À ESCOLHA DO GRUPO
> ORAÇÃO ESPONTÂNEA E PAI-NOSSO

Animador (a): Sejam bem-vindos e bem-vindas. No encontro de hoje, vamos refletir sobre a importância do Cerrado e sobre como ele está sendo usado em nossa comunidade e município, levando conosco três símbolos: um prato com terra, uma vasilha com água e pétalas de rosa ou galho de arvore (que represente o cerrado). Neste dia, vamos refletir sobre a importância do Cerrado para as águas, para termos uma vida de abundância e também para pensar formas de viver com sustentabilidade, aqui, no nosso lugar. *"No imaginário da sociedade brasileira predomina a imagem que o Cerrado é de uma vegetação rala, árvores retorcidas, sem beleza, e sem valor intrínseco – seja social, econômico ou ecológico"*.

VAMOS CONHECER UM POUCO MAIS ESTE BIOMA?

Leitor 1: O Cerrado Brasileiro ocupa uma área de aproximadamente 2.036.448 km2, o que representa cerca de 22% do território nacional e abriga 5% da biodiversidade do planeta. É considerado por muitos o pai das águas, a caixa d'àgua do Brasil, visto que ele distribui águas para as principais bacias hidrográficas do continente, como a bacia do Rio São Francisco, do Paraguai e de vários rios que alimentam o

Pantanal.

Leitor 2: A riqueza do Cerrado se dá a partir da sua diversidade biológica, composta por espécies de plantas nativas, animais terrestres, aquáticos e do ar.

Leitor 1: A par dessa biodiversidade, o Cerrado é lugar também de sociodiversidade, que diz respeito aos seus povos, que sobrevivem de seus recursos naturais. Geraizeiros, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, vazanteiros, ribeirinhos e pescadores são alguns destes povos, que são profundos conhecedores do Cerrado e de suas riquezas. Nele praticam o extrativismo de plantas medicinais e de frutos como o pequi, mangaba, cagaita, buriti, baru, araticum, dentre muitos outros.

Animador (a): Vamos refletir a palavra de Deus sobre a criação: Gênesis 4, 1-16

Vamos conversar um pouco?

Como era o Cerrado em nossa região, há 30 anos? Como nossos avós e pais contavam sobre a vida aqui no nosso lugar?

Como está o Cerrado agora? O que mudou?

> PRECES ESPONTÂNEAS

> ORAÇÃO DO PAI-NOSSO ECUMÊMICO

> CANTO FINAL: AXÉ - IRÁ CHEGAR

2º ENCONTRO

Território e cultura: um modo de viver no Cerrado

Animador (a): Sejam todos bem-vindos e bem-vindas. Vamos acolher quem está do nosso lado com um grande abraço. Vamos cantar um canto (à escolha).

No nosso encontro de hoje vamos discutir sobre o território e os modos de vida do Cerrado.

Leitor 1: Segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 22% do território nacional, o Cerrado é o espaço onde vive grande parte da população brasileira, agregando uma diversidade de costumes, valores e crenças, tradições e culturas.

Leitor 2: Do Cerrado, o povo aprendeu a extrair os recursos naturais para a sua sobrevivência, como o pequi, buriti, mangaba, ananás, cagaita, bacupari, cajuí (cajuzinho-do-cerrado ou cajuzinho-do-campo), araticum, araçá, marmelo, jatobá, sementes de baru, coco tucum e o babaçu. Das plantas do Cerrado, o geraizeiro fez sua medicina. São infinitas as experiências de remédios que o Cerrado oferece e o seu povo tem este conhecimento. Infelizmente, a ciência pouco tem pesquisado sobre a flora deste bioma e muitas espécies podem desaparecer antes que sejam descobertas suas propriedades medicinais e nutricionais, que, com certeza, valem muito mais do que soja.

Leitor 1: Para os povos tradicionais do Cerrado, a terra molda o seu modo de vida, os seus costumes e suas identidades. É nela que estão enterrados seus antepassados, é onde dançam suas danças e fa-

zem suas rezas. O território é lugar sagrado, lugar de vida, de vida em abundância.

Animador (a): Vamos refletir Ezequiel 47: 1-12.

Vamos conversar um pouco?

Você já ouviu falar sobre geraizeiros? O que entendemos serem as comunidades geraizeiras?

Você conhece mais algum povo ou comunidade tradicional do Cerrado?

Como é a nossa cultura na comunidade e município onde vivemos?

Você conhece alguém ou alguma organização que faz um trabalho com o extrativismo do Cerrado? Qual a importância desse trabalho para a subsistência do povo?

Você conhece alguma comunidade que está lutando pela conquista e libertação de seu território? Qual a importância desta luta?

> PRECES ESPONTÂNEAS

> ORAÇÃO DO PAI-NOSSO ECUMÊMICO

> CANTO FINAL: ORDEM E PROGRESSO

3º ENCONTRO

Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais

> CANTO DE ACOLHIDA

Animador (a): Neste terceiro encontro, rumo à 5ª Conferência Geraizeira, o tema da nossa reflexão é "Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais". Graças à tomada de consciência, organização e mobilização, nestes últimos anos, foi construído um conjunto de leis importantes para garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Hoje, vamos conhecer algumas dessas leis e discutir caminhos e estratégias para que saiam do papel e sejam realmente aplicada aplicada na vida das comunidades tradicionais

No nosso encontro de hoje vamos discutir sobre o território e os modos de vida do Cerrado.

Leitor 1: Em 1988, o povo brasileiro encerrava a sua mobilização para escrever uma nova Constituição Federal – lei maior do país – que assumisse o firme compromisso com a justiça social e ambiental. Marcada por esse espírito, a Constituição de 1988 deu, pela primeira vez, uma atenção especial não só aos povos indígenas, mas a todas a comunidades tradicionais, reconhecendo o seu valor cultural e a sua importância histórica.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor 1: A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das

Nações Unidas (ONU), foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e entrou em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. No Brasil, o cumprimento dessa Convenção foi determinado pelo Decreto Presidencial n.º 5.051, de 19 de abril de 2004. Essa Convenção determina que os governos devem proteger os povos e comunidades que possuem culturas e modos de vida diferenciados. Isso implica proteger seus territórios, suas organizações, suas culturas, suas economias, seus bens (materiais e imateriais) e o meio ambiente em que vivem. Além disso, essas ações devem ser realizadas com a participação desses povos e comunidades, de acordo com os seus desejos e interesses.

Leitor(a)2: O Artigo 2º da Convenção 169 da OIT diz que os governos deverão adotar medidas que assegurem aos membros desses povos e comunidades o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições e as suas instituições.
Leitor(a)1: Um aspecto muito importante da Convenção 169 da OIT diz respeito à "consciência da própria identidade" como critério fundamental para se determinar se uma comunidade é ou não protegida por este importante marco legal. Isso quer dizer que não é o governador, o deputado, prefeito ou vereador que define se uma comunidade é ou não é tradicional. São os próprios membros dos povos e comunidades que podem dizer se são ou não tradicionais.

Leitor(a)2: Uma outra questão importantíssima nesta Convenção é a garantia do direito dos povos e comunidades tradicionais a ser previamente consultados em relação a qualquer medida que os afete direta ou indiretamente. Essa consulta deve ser realizada de forma a proporcionar a efetiva participação dos comunitários e comunitárias que devem decidir o que é ou não importante para eles.

Leitor(a)1: Isso quer dizer que se algum órgão público pretende cons-

truir algum equipamento no território de uma comunidade tradicional, como por exemplo, uma estrada, barragem, hidrelétrica, etc, deve antes informar e consultar a comunidade. Essa exigência vale também para as empresa particulares que, antes de implantar qualquer empreendimento no território tradicional da comunidade, como por exemplo, extração de minério, monocultura de eucalipto, etc, são obrigadas a informar previamente e consultar os comunitários se aceitam ou não aquele empreendimento.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a) 2: Em 1992, aconteceu, no Rio de Janeiro, a segunda conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que ficou conhecida como Eco-92. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas e biomas da Terra. Assinada em 1992, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) passou a valer no Brasil a partir de 1998, por meio do Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998. Seus objetivos são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Essa Convenção é importante, porque trata ao mesmo tempo da conservação da biodiversidade e da proteção das comunidades tradicionais que vivem em estreita relação com os recursos naturais.

Leitor(a) 1: A Convenção da Diversidade Biológica trouxe uma inovação importante na forma como se percebe a relação entre ser humano e natureza, admitindo que eles podem conviver de forma sustentável, afirmando que essa relação harmônica entre grupos humanos e natureza tem sido possível por intermédio dos conhecimentos e das tecnologias tradicionais que, em grande medida, têm assegurado a conservação da biodiversidade nos territórios tradicionalmente ocupados.

Leitor(a)2: Em Minas Gerais, foram criados vários parques estaduais e nacionais em territórios de comunidades tradicionais. Por conta dessas unidades de conservação de proteção integral, centenas de comunidades foram expulsas de seus territórios e ficaram proibidas de acessar os recursos naturais do lugar. A forma arbitrária como os gestores dos parques nacionais e estaduais tratam as comunidades tradicionais, expulsando-as de seus territórios e criminalizando suas práticas e usos dos recursos naturais, é uma verdadeira afronta à Convenção da Diversidade Biológica e coloca em risco a sobrevivência de diversas comunidades tradicionais.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a)1: Em 2007, foi assinada pelo Brasil a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e foi determinado o seu cumprimento, através do Decreto n.º 6.177, de 1º de agosto de 2007. Para os povos e comunidades tradicionais, essa Convenção também é muito importante porque reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, bem como, consagra a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade. Isto quer dizer que o jeito de ser, fazer, se organizar e se expressar dos Geraizeiros é um patrimônio cultural não só de Minas Gerais ou do Brasil mas de toda a humanidade. Por isso mesmo, deve ser assegurada sua proteção e promoção.

Leitor(a) 2: Na verdade, como já vimos, este importante instrumento legal reforça os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, uma vez que obriga o Estado a proteger e promover a diversidade das expressões culturais; criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo e promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a) 1: Em fevereiro de 2007, o presidente Lula editou o Decreto nº. 6.040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A importância da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCTC), entre outras, é explicitar o reconhecimento estatal e a proteção de outros grupos culturalmente diferenciados, participantes do processo civilizatório nacional, para além de indígenas e quilombolas, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Leitor(a)2: A definição de povos e comunidades tradicionais e territórios tradicionais, assim como a de desenvolvimento sustentável, aparecem no art. 3° do referido decreto que diz que Povos e Comunidades Tradicionais são "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição".

Leitor(a) 1: Territórios Tradicionais são "os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Leitor(a)2: Desenvolvimento Sustentável é o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da pre-

sente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Leitor(a) 1: A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Leitor(a) 2: Dentre os objetivos específicos previstos na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades, destacamos os seguintes: solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como é o caso da RDS Nascentes Geraizeiras; garantir e valorizar as formas tradicionais de educação, como é o caso da Escola Família Agrícola Nova Esperança situada em Taiobeiras; reconhecer, com rapidez, a autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos; garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características socioculturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional; reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem

nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a) 1: Em 09 de maio de 2016, a Presidenta Dilma editou o Decreto nº. 8.750 que instituiu o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT. Este Conselho, dentre outras competências, tem as seguintes atribuições: promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições; estimular, propor e fomentar a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que resguardem a autonomia e a segurança territorial dos povos e comunidades tradicionais; propor e acompanhar a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que resguardem a autonomia e a segurança territorial dos povos e comunidades tradicionais e seus direitos frente a ações ou intervenções públicas ou privadas que afetem ou venham a afetar seu modo de vida e/ou seus territórios tradicionais.

Leitor(a)2: O Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais é paritário. Isso quer dizer que é composto por membros dos órgãos do governo e representantes dos povos e comunidades tradicionais. Graças à atuação da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, os catingueiros, vazanteiros, veredeiros e apanhadores de flores sempre vivas garantiram o assento no Conselho.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a)1: Em janeiro de 2014, foi editada a lei estadual nº. 21.147/2014 que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. A Política Estadual tem como objetivos: reconhecer, respeitar e valo-

rizar a diversidade econômico-social, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, em áreas rurais ou urbanas; preservar e promover os direitos à identidade própria, à cultura particular, à memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias, para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade; proteger e valorizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados;

Leitor(a)2: A Política Estadual de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais pretende melhorar a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações futuras; conferir celeridade ao reconhecimento da auto identificação dos povos e comunidades tradicionais, propiciando-lhes o acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos; garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica.

Leitor(a)1: Ela vai, ainda, assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade. Vai garantir também que empresas responsáveis por projetos, obras e empreendimentos compensem ou indenizem os povos e comunidades tradicionais pelos prejuízos causados nos territórios tradicionalmente ocupados e reparem os danos físicos, culturais, ambientais ou socioeconômicos.

Leitor(a)2: A implementação e a coordenação da Política, caberão à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais que já foi instituída e é composta por representantes do poder público e dos

povos e das comunidades tradicionais, inclusive com representação dos geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas.

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Leitor(a)1: A comunidade geraizeira de Sobrado, situada no Município de Rio Pardo de Minas, vem lutando há quase quinze anos para defender seu território tradicional. Depois de muita formação, mobilização, organização e intercâmbios, a comunidade chegou à conclusão de que a formulação de uma lei municipal seria uma ferramenta importante para garantir o seu território e proteger sua cultura e tradições.

Leitor(a)2: A partir do ano de 2014, a comunidade Sobrado começou a viver uma forte experiência do exercício da cidadania e da democracia. Nesse período, a comunidade, contando sempre com apoio do sindicato, do CAA e de pesquisadores de várias universidades elaborou um projeto de lei para o reconhecimento de sua tradicionalidade geraizeira e proteção de seu território e seu modo de vida.

Leitor(a)1: Depois de muita negociação e pressão junto aos Vereadores e prefeito, em 10 de abril de 2015, foi sancionada a Lei Municipal nº. 1.629, denominada "Lei João Tolentino", que reconhece e declara como "de relevante interesse social, cultural e ambiental a Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, seu território e modo de vida, com o objetivo de garantir as condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar".

Todos: Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm! Se não vierem nossos direitos, o Brasil perde também!

Animador (a): Vamos refletir a leitura bíblica de I Timóteo 1, 1-8

Vamos conversar um pouco?

O que a carta de Timóteo nos fala sobre a lei?

Como vimos, já existe no ordenamento jurídico do nosso país várias leis que garantem direitos dos povos e comunidades tradicionais. Dos direitos que vimos hoje, quais estão sendo efetivados em nossa comunidade?

O que podemos e devemos fazer para que as leis que já "estão no papel" sejam cumpridas, de fato?

A Quinta Conferência Geraizeira será um espaço muito importante de discussão, articulação, troca de experiências e para o fortalecimento das comunidades na luta pelos seus direitos. A partir dos assuntos que discutimos nesses encontros, quais as principais reivindicações e propostas que podemos apresentar na Conferência?

> PRECES ESPONTÂNEAS

> ORAÇÃO DO PAI-NOSSO ECUMÊMICO

> CANTO FINAL: BAIÃO DAS COMUNIDADES

V – CONFERÊNCIA GERAIZEIRA

Objetivos da Conferência:

a) Compartilhar experiências, possibilitar espaços de trocas e denúncias relacionadas a violações de direitos;

b) Avaliar a situação atual das lutas por território e água;

c) Refletir sobre a importância das águas dos gerais, cabeceiras de nascentes, córregos, rios e ribeirões;

d) Debater propostas de regularização fundiária dos territórios frente ao marco legal de povos e comunidades tradicionais.

Cantos

1. ORDEM E PROGRESSO – ZÉ PINTO

Este é o nosso país, esta é a nossa bandeira.
É por amor a esta Pátria-Brasil, que a gente segue em fileira.
-Queremos mais felicidade/ no ceu deste olhar cor de anil./ No verde esperança sem fogo,/ bandeira que o povo assumiu.
- Amarelos são os campos floridos/, as faces agora rosadas./ Se o branco da paz irradia,/ vitória das mãos calejadas.
-Queremos que abrace esta terra/ por ela quem sente paixão./ Quem põe com carinho a semente/ pra alimentar a nação.
- A ordem é ninguém passar fome/, Progresso é o povo feliz./ A reforma agrária é a volta/ do agricultor à raiz.

2. AXÉ – IRÁ CHEGAR

Irá chegar um novo dia. Um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia, os oprimidos, a uma só voz irão cantar.
- Na nova terra o negro não vai ter corrente, e o nosso índio vai ser visto como gente. Na nova terra, o negro, o índio e o mulato, o branco e todos vão comer no mesmo prato.
- Na nova terra o fraco, o pobre e o injustiçado, serão juízes deste mundo de pecado. Na nova terra o forte o grande e o prepotente irão chorar ate ranger os dentes.
- Na nova terra a mulher terá direitos. Não sofrerá humilhações e preconceitos. O seu trabalho todos irão valorizar, das decisões ela irá participar.
- Na nova terra os povos todos irmanados, com sua cultura e direitos respeitados, farão da vida um bonito amanhecer. Com igualdade no direito de viver.

- A ordem é ninguém passar fome/, Progresso é o povo feliz./ A reforma agrária é a volta/ do agricultor à raiz.

3. BANDEIRA DE LUTA

Traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar. Essa é a nossa conduta. Vamos unir pra mudar
-Deixa fluir a esperança porque na bonança vamos resgatar./ Guarda-da bem na memória, a nossa história vai continuar.
-Bate cundum na bandeira, o bate cundum da mudança chegou./ É na roça na cidade, na sociedade sou trabalhador.
-Temos um projeto novo: a cidadania no libertador./ Não fique aí parado, se ajunte à moçada. É nessa que eu vou.
- Você já vem consciente, e ajude a gente a se organizar./ Buscando a cidadania, e no dia-a-dia vamos chegar lá.
-somos da história sujeitos, e nossos direitos não podem acabar./ As nossas buscas de paz, justiça e igualdade vão continuar.

4. XOTE AGROECOLÓGICO

Já posso respirar e voltar a plantar. A terra renascendo, brotando sem parar. É a agroecologia e a agricultura familiar. Com organização e resistência popular. (bis)
Com organização e resistência popular
Cadê o arroz e o feijão – plantou e colheu.
O milho de São João – plantou e colheu.
Agrofloresta como tá – plantou e colheu.
Transgênico e veneno desapareceu

5. PEIXE VIVO

Como pode um peixe vivo viver fora da água fria. (bis). Como poderei viver, como poderei viver, sem a água, sem a árvore, sem a agroecologia. (bis)

6. BAIÃO DAS COMUNIDADES

Somos gente nova vivendo a união, Somos povo semente de uma nova nação ê, ê.... Somos gente nova vivendo o amor, Somos comunidade, povo do senhor, ê, ê...
-Vou convidar os meus irmãos trabalha-dores: Operários, lavradores, bisca-teiros e outros mais. E juntos vamos celebrar a confiança Nossa luta na esperança de ter terra, pão e paz, ê, ê.
-Vou convidar os índios que ainda existem, As tribos que ainda insistem no direito de viver. E juntos vamos reunidos na memória, Celebrar uma vitória que vai ter que acontecer, ê, ê.
- Convido os negros, irmãos no sangue e na sina; Seu gingado nos ensina a dança da redenção. De braços dados, no terreiro da irmandade, Vamos sambar de verdade, enquanto chega a razão, ê, ê.

7.SEM MEDO DE SER MULHER

Pra mudar a sociedade
Do jeito que a gente quer
Participando sem medo
De ser mulher.(2X)
- Por que a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo ser mulher.
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo ser mulher.
- Pois sem mulher a luta vai pala metade
Participando sem medo ser mulher.
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo ser mulher.
- Na aliança operaria e camponesa
Participando sem medo ser mulher.
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo ser mulher.

ANEXO I – Carta Final da 5ª Conferência Geraizeira (2018)

CARTA DA 5ª CONFERÊNCIA GERAIZEIRA

A 5ª Conferência Geraizeira, realizada nos dias 06 a 08 de abril de 2018, na Comunidade de Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo, MG, contou com a participação de 57 comunidades geraizeiras e 577 participantes, vindos de 15 municípios da região do Alto Rio Pardo e Norte de Minas Gerais, além de lideranças da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, representando o povo indígena Tuxá, os povos Vazanteiros, Veredeiros, Quilombolas, Apanhadores de Flores Sempre-Viva, Catingueiros, Geraizeiros e profissionais aliados de diferentes instituições da sociedade civil, de universidades e instituições de pesquisa.

Foram objetivos da Conferência: o compartilhamento de experiências, possibilitando espaços de troca e denúncias relacionadas a violações de direitos; a avaliação da situação atual das lutas por território e água; a promoção da reflexão sobre a importância das águas dos gerais (nascentes, córregos, rios e ribeirões); e a promoção de debates sobre propostas de regularização fundiária dos territórios, a partir do marco legal de povos e comunidades tradicionais.

A Conferência Geraizeira também se constituiu em um momento de vigília pela liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a maior liderança popular no Brasil, reconhecido por promover conquistas históricas no combate à desigualdade social e econômica, no reconhecimento de povos e comunidades tradicionais e na redemocratização da política brasileira.

FOTOS: NADIA NICOLAU // MÍDIA NINJA

Depois de amplas discussões e vivências sobre desafios e conquistas de direitos na prática, nos campos político e institucional, na luta pela defesa de seus territórios, das águas que deles brotam, da (agro)biodiversidade e dos seus modos de vida, o Povo Geraizeiro AFIRMA que:

- **Não está mais disposto a ficar esperando as ações demandadas ao Governo de Minas Gerais e à União, frente à morosidade e ao descaso no reconhecimento e implementação, de fato, das propostas que vem negociando desde a última eleição.**
- **Não vai abrir mão das conquistas inalienáveis da Constituição de 1988 e das garantias previstas em convenções e tratados internacionais de que o Brasil é parte, relacionados com o direito de acesso e proteção de seus territórios e conhecimentos tradicionais, incluindo a consulta livre, prévia e informada sobre tudo o que afete a manutenção dos modos de vida geraizeiros.**

FOTOS: NADIA NICOLAU // MÍDIA NINJA

· **Não vai aceitar a inércia, morosidade e negligência intencional da burocracia estatal na implementação do Decreto 6.040, que trata do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e da Lei 21.147, que trata do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais.**

DENUNCIA que:

· **Seus territórios continuam sendo expropriados pelas grandes monoculturas e pela mineração e pela criação de parques de proteção integral que impedem o acesso de comunidade geraizeiras a suas áreas de manejo tradicional.**

FOTOS: NADIA NICOLAU // MÍDIA NINJA

- **Seus mananciais de água - nascentes, córregos, rios e ribeirões – estão sendo comprometidos, em decorrência da monocultura do eucalipto e dos processos minerários em área de recarga, afetando gravemente o acesso à água para a produção e, sobretudo, para o consumo humano. Hoje, são muitas as comunidades que já dependem do abastecimento de água por caminhões pipa.**
- **A biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados estão sendo cada vez mais afetados pelos processos de degradação do Cerrado, ameaçando, de forma direta, a continuidade das práticas e modos de vida geraizeiros.**
- **Seu direito à consulta livre, prévia e informada sobre medidas que afetem as comunidades geraizeiras, não está sendo respeitado pelo poder público, nem por iniciativas privadas, seja na fase de licenciamento, seja na fase de implantação dessas iniciativas.**

FOTOS: NADIA NICOLAU // MÍDIA NINJA

EXIGE:

- **Reconhecimento e legitimação, por partes das autoridades competentes, das suas formas organizativas, dos seus processos autônomos de autodemarcação, reapropriação territorial e gestão da biodiversidade e da água.**
- **Maior celeridade nos processos de reconhecimento formal da autoafirmação identitária e do mapeamento das comunidades geraizeiras, bem como a sua inclusão em lista de comunidades prioritárias na implementação de programas e ações de governo, relacionados à garantia do acesso ao território e aos recursos naturais, à infraestrutura, à inclusão sociopolítica e/ou ao fomento à produção sustentável.**
- **Maior celeridade nos processos de arrecadação e destinação de terras públicas ou privadas, bem como sua regularização, assegurando o direito coletivo ao território e autonomia na sua gestão, seja na modalidade de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou outras formas de acesso ao território.**
- **Implementação de medidas urgentes que assegurem maior acesso à água para as comunidades geraizeiras, em quantidade e qualidade suficientes para o consumo humano e para a produção, a exemplo de outros estados que vêm difundindo estratégias como barragens subterrâneas, barragens de contenção, sistemas de captação de água de chuva, dentre outras.**
- **Cumprimento efetivo do direito de ser consultado, de forma prévia, livre e informada, sobre medidas e empreendimentos que afetem seus territórios e modos de vida.**

Por fim, o Povo Geraizeiro e demais presentes na 5ª Conferência Geraizeira manifestam sua solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e repudiam a sua prisão.

FOTOS: NADIA NICOLAU // MÍDIA NINJA

COMUNIDADE DE CATANDUVA, VARGEM GRANDE DE RIO PARDO, MG, 8 DE ABRIL DE 2018.

Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil

Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças